



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA**



MÁRCIO ROSSELINE DA SILVA FERREIRA

**PARA ALÉM DA 'PEDRA E CAL': O MEIO AMBIENTE NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
BRASILEIRO**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE
MAIO – 2019**

MÁRCIO ROSSELINE DA SILVA FERREIRA

**PARA ALÉM DA ‘PEDRA E CAL’: O MEIO AMBIENTE NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na área das Ciências Ambientais

Orientador:

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos – UFS

SÃO CRISTÓVÃO – SE

MAIO – 2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

F383p Ferreira, Márcio Rosseline da Silva
Para além da 'pedra e cal' : o meio ambiente na preservação do
patrimônio cultural brasileiro / Márcio Rosseline da Silva Ferreira ;
orientador: Antônio Carlos dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2019.
209 f. : il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Meio ambiente. 2. Patrimônio cultural – Proteção. 3.
Natureza. 4. Sustentabilidade. I. Santos, Antônio Carlos dos, orient.
II. Título.

CDU: 502:719


MÁRCIO ROSSELINE DA SILVA FERREIRA

**PARA ALÉM DA 'PEDRA E CAL': O MEIO AMBIENTE NA PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO**

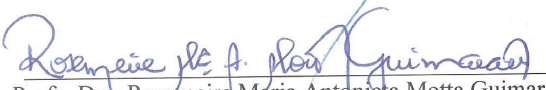
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 27 de maio de 2019.


BANCA EXAMINADORA



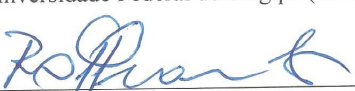
Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos – Orientador
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PRODEMA)



Profa. Dra. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)



Profa. Dra. Terezinha Alves de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe (UFS)




Prof. Dr. Rogério Proença Leite
Universidade Federal de Sergipe (UFS/CS)



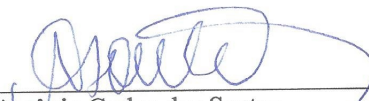
Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PRODEMA)

São Cristóvão
Maio de 2019

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.

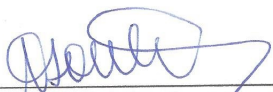


Márcio Rosseline da Silva Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe (UFS)



Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Este exemplar corresponde à versão da Tese de Doutorado em Ciências Ambientais concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos – Orientador
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PRODEMA)

*Aos meus pais,
Celina e Ademir.
Minha eterna gratidão e respeito!*

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado é resultado de um longo percurso que só foi possível concretizar-se graças a existência de importantes pessoas e instituições que contribuíram durante a caminhada. Por isso, faço os seguintes agradecimentos:

Inicialmente ao meu orientador, o Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos, pela generosidade com que compartilhou seus conhecimentos e, pacientemente, me guiou pelo terreno árduo do pensamento crítico e reflexivo durante todo o período do curso. Meu agradecimento sincero pela contribuição à minha formação acadêmica e ao exemplo de profissional zeloso que pude observar neste percurso.

A todos os profissionais que fazem o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – pela disposição que sempre apresentaram nos momentos em que precisei. Sobretudo, meus sinceros agradecimentos à especialíssima Prof^a Dr^a Maria José Nascimento, que tanto me incentivou nas inúmeras etapas vivenciadas neste curso de doutorado.

Agradeço aos meus colegas de turma com quem compartilhei minhas angústias e aflições pelos corredores da UFS. E, meus agradecimentos ao Grupo Filosofia e Natureza pela acolhida e valiosas contribuições à dissertação desta tese.

Meus agradecimentos às instituições: A **Universidade Federal de Sergipe (UFS)** pela oportunidade em fazer parte do seu corpo discente, usufruindo de suas instalações, especialmente de sua Biblioteca Central (BICEN) onde pude aprofundar minhas pesquisas de natureza conceitual. Minha gratidão a **Università degli Studi di Padova** (Unipd / Itália), sobretudo ao *Dipartimento di Scienze Storiche, Geografiche e Dell'Antichità* (DISSGeA) pela oportunidade em ampliar os horizontes da pesquisa a partir do convívio com outros pesquisadores e no contato com obras até então inéditas para mim. Meu agradecimento em especial para a Prof^a Dr^a Benedetta Castiglioni que com sua orientação segura me guiou nas leituras necessárias da linha de pesquisa: *Paesaggio, Patrimonio e Turismo*.

Porém, este intercâmbio de natureza acadêmica e, também, cultural somente foi possível em razão do financiamento público à pesquisa. Deste modo, “o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001”.

Por fim, meus agradecimentos às pessoas de meu círculo pessoal. Aos meus pais (Ademir Rodrigues Ferreira e Celina Severina da Silva Ferreira) pela compreensão de minha ausência, mas que mesmo assim não economizaram com gestos fraternos e carinhosos nos momentos em que mais precisei. E, minha gratidão, aos muitos amigos que vibraram com cada conquista realizada neste longo período do doutoramento. E, nos momentos mais difíceis, me confortaram a ponto *d'eu* compreender o verdadeiro sentido da palavra amizade. A todos vocês, meus agradecimentos!

[...]
– Já falei de todas as cidades que conheço;
– Resta uma que você jamais menciona;
(Marco Polo abaixou a cabeça)
– Veneza! – disse Kublai Khan;
(Marco Polo sorriu)
– E de que outra cidade imagina que eu estava falando?
(O imperador Kublai Khan não se afetou)
– No entanto, você nunca citou o seu nome;
(E Marco Polo responde):
– Todas as vezes que descrevo uma cidade digo algo a respeito de
Veneza!
[...]

Ítalo Calvino
As cidades invisíveis.

RESUMO

O **objeto de estudo** desta pesquisa científica é o meio ambiente no patrimônio cultural. Mais precisamente, como o campo da preservação patrimonial incorporou o meio ambiente em suas práticas institucionais. O **objetivo**, portanto, é de descrever e de analisar como que historicamente à questão ambiental foi sendo introduzida nas práticas patrimoniais do Brasil. Para isso, a **hipótese** lançada foi de que o meio ambiente tem sido introduzindo processualmente no campo patrimonial, uma vez que muitos obstáculos ainda impossibilitam a realização plena entre natureza e cultura como um único patrimônio a ser preservado. Como categorias analíticas, o conceito de cultura e o conceito de natureza, são imprescindíveis na construção teórica do objeto de pesquisa tendo em vista a necessidade de fundamentar os dados coletados empiricamente em sólidas teorias. Assim, os **procedimentos metodológicos** aplicados para alcançar o principal objetivo da pesquisa, consistiram na consulta a literatura especializada para elaboração dos constructos teóricos. Na pesquisa documental houve o manuseio dos dados de dois programas de preservação patrimonial no Brasil, o Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH) – projeto de preservação dos anos de 1970 – e o Programa Monumenta, realizado entre 1990 e 2010. A investigação visou compreender a incorporação da temática ambiental dos projetos de reabilitação do patrimônio cultural no ambiente urbano. Por último, a pesquisa contemplou o trabalho de campo a fim de buscar dados empíricos em duas cidades históricas tombadas pelo Iphan: Olinda (PE) e São Cristóvão (SE). Deste modo, na perspectiva compreender as relações entre cultura e natureza, a **abordagem** seguida foi de caráter interdisciplinar visando estabelecer um diálogo entre as principais áreas do conhecimento a partir de uma **perspectiva comparada**. Por fim, os **resultados** apontaram para um avanço na compreensão da temática ambiental na política de preservação patrimonial, mas, no entanto, as práticas institucionais ancoradas nos programas revelaram que a tradição em separar cultura de meio ambiente ainda prevalece nas práticas patrimoniais. Em resposta as provocações realizadas no texto, espera-se que a reflexão realizada possa ampliar o entendimento de que cultura e natureza interagem de modo que a preservação da cultura requer a conservação do meio ambiente numa ação integrada e sistêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Natureza. Patrimônio. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The object of study of this scientific research is the environment in cultural heritage. More precisely, how the field of heritage preservation incorporated the environment into its institutional practices. The objective, therefore, is to describe and analyze how historically the environmental issue was introduced in Brazil's patrimonial practices. To this end, the hypothesis was that the environment has been introducing process in the heritage field, since many obstacles still preclude the full realization between nature and culture as a single patrimony to be preserved. As analytical categories, the concept of culture and the concept of nature are essential in the theoretical construction of the research object in view of the need to base the data collected empirically on solid theories. Thus, the methodological procedures applied to reach the main objective of the research, consisted in consulting the specialized literature to elaborate the theoretical constructs. In the documentary research, the data of two patrimonial preservation programs in Brazil, the Northeastern Historical Cities Program (PCH) - preservation project of the 1970s - and the Monumenta Program, carried out between 1990 and 2010 were handled. understand the incorporation of the environmental theme of rehabilitation projects of cultural heritage in the urban environment. Finally, the research included fieldwork in order to obtain empirical data in two historical cities listed by Iphan: Olinda (PE) and São Cristóvão (SE). Thus, in order to understand the relationship between culture and nature, the approach followed was of an interdisciplinary nature aiming to establish a dialogue between the main areas of knowledge from a comparative perspective. Finally, the results point to an advance in the understanding of the environmental theme in the patrimonial preservation policy, but, nevertheless, the institutional practices anchored in the programs revealed that the tradition in separating culture from environment still prevails in the patrimonial practices. In response to the provocations carried out in the text, it is hoped that the reflection carried out can broaden the understanding that culture and nature interact so that the preservation of culture requires conservation of the environment in an integrated and systemic action.

KEYWORDS: Culture. Nature. Patrimony. Sustainability.

SINTESI

L'oggetto di studio di questa ricerca scientifica è l'ambiente nel patrimonio culturale. Più precisamente, come il campo della conservazione del patrimonio ha incorporato l'ambiente nelle sue pratiche istituzionali. L'obiettivo, quindi, è descrivere e analizzare come storicamente la questione ambientale è stata introdotta nelle pratiche patrimoniali brasiliane. A tal fine, l'ipotesi era che l'ambiente abbia introdotto processi nel campo del patrimonio, dal momento che molti ostacoli ancora precludono la piena realizzazione tra natura e cultura come un unico patrimonio da preservare. Come categorie analitiche, il concetto di cultura e il concetto di natura sono essenziali nella costruzione teorica dell'oggetto di ricerca in vista della necessità di basare empiricamente i dati raccolti su solide teorie. Pertanto, i procedimenti metodologici applicati per utilizzare l'obiettivo principale della ricerca consistevano nel consultare la letteratura specializzata per elaborare i costrutti teorici. Nella ricerca documentaria sono stati gestiti i dati di due programmi di conservazione patrimoniale in Brasile, il Programma delle Città Storiche del Nord-est (PCH) – progetto di conservazione degli anni '70 – e il Programma Monumenta, realizzato tra il 1990 e il 2010. comprendere l'integrazione del tema ambientale dei progetti di riabilitazione del patrimonio culturale nell'ambiente urbano. Infine, la ricerca ha incluso il lavoro sul campo al fine di ottenere dati empirici in due città storiche elencate da Iphan: Olinda (PE) e São Cristóvão (SE). Pertanto, con la finalità di comprendere la relazione tra cultura e natura, l'approccio seguito era di natura interdisciplinare con l'obiettivo di stabilire un dialogo tra le principali aree di conoscenza da una prospettiva comparativa. Infine, i risultati indicano un avanzamento nella comprensione del tema ambientale nella politica di conservazione patrimoniale, ma, tuttavia, le pratiche istituzionali ancorate nei programmi hanno rivelato che la tradizione nella separazione della cultura dall'ambiente continua a prevalere nelle pratiche patrimoniali. In risposta alle provocazioni effettuate nel testo, si spera che la riflessione condotta possa ampliare la comprensione che la cultura e la natura interagiscono in modo che la conservazione della cultura richieda la conservazione dell'ambiente in un'azione integrata e sistemica.

PAROLE CHIAVE: Cultura. Natura. Patrimonio. Sostenibilità.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Olinda: conjunto urbano inscrito no livro de tombo “Arqueológico, etnográfico e paisagístico”	97
Figura 02 – Organograma ‘simplificado’ da estrutura de poder do Iphan	107
Figura 03 – Três áreas de produção de conhecimento sobre paisagem cultural com seus pontos de intersecção	118
Figura 04 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu tombado em 1972	124
Figura 05 – Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo tombado em 1996	125
Figura 06 – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de S. Cristóvão tombado em 1967	126
Figura 07 – Publicação do PCH na revista Planejamento e Desenvolvimento	140
Figura 08 – Reportagem sobre o PCH no Nordeste barroco	141
Figura 09 – As Fases do Programa Monumenta	144
Figura 10 – Monumenta - Resultados Investidos	146
Figura 11 – As cinco dimensões de sustentabilidade Sachs	149
Figura 12 – Publicações dos cadernos técnicos do Monumenta	150
Figura 13 – Mapa da Grande Aracaju	155
Figura 14 – Praça São Francisco em São Cristóvão (SE)	156
Figura 15 – Região Metropolitana do Recife	159
Figura 16 – Orla de Olinda e Recife – conurbação	160
Figura 17 – Polígono de tombamento do sítio histórico de Olinda – ZEPC	163
Figura 18 – Mapa de Zoneamento da Macrozona Urbana 1 – São Cristóvão	165
Figura 19 – Calendário Turístico e Cultural de S. Cristóvão	179
Figura 20 – Mapa Turístico de Olinda	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Divisão dos livros do tombo do Iphan	95
Quadro 02 – Prática patrimonial da gestão do Iphan a partir dos anos de 1970	101
Quadro 03 – Recomendações da Carta Patrimonial de Veneza de 1964	110
Quadro 04 – Lista Indicativa a Patrimônio Mundial apresentado a Unesco (2018)	122
Quadro 05 – Sumário da 1ª parte do Relatório de M. Parent encomendado pela Unesco 1968	138
Quadro 06 – Primeiro artigo da Lei Nº 6.513 de 1977 sobre locais turísticos	142
Quadro 07 – Comparativo entre Olinda (PE) e São Cristóvão (SE) – Monumenta	153
Quadro 08 – Mapa e monumentos reabilitados pelo P. Monumenta S. Cristóvão	157
Quadro 09 – Relação do sítio histórico com o contexto urbano de S. Cristóvão	158
Quadro 10 – Mapa e monumentos reabilitados pelo P. Monumenta Olinda	161
Quadro 11 – Relação do sítio histórico com o contexto urbano de Olinda	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIP** – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CDB** – Convenção sobre a Diversidade Biológica
- CGU** – Controladoria Geral da União
- CNL** – Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental
- CNRC** – Centro Nacional de Referência Popular
- EIA** – Estudos de Impacto Ambiental
- FIDEM** – Agência estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
- ICMbio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MINC** – Ministério da Cultura
- OEA** – Organização dos Estados Americanos
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PCH** – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
- PRODEMA** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
- PRODETUR** – Programa de Desenvolvimento do Turismo
- RIO-‘92’** – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- RIMA** – Relatório de Impacto Ambiental
- SEPLAG** – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo de Sergipe.
- SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA E DA NATUREZA NA MODERNIDADE	36
2.1. Modernidade: o patrimônio histórico-cultural na Europa	37
2.2. Modernidade: o patrimônio natural nos Estados Unidos	43
2.3. Modernidade: o caso brasileiro – o patrimônio cultural e natural no Brasil	51
3. AS CRISES ‘EXISTENCIAS’ DA MODERNIDADE: A NATUREZA AGONIZA E A CULTURA SE REBELA	61
3.1. A racionalidade moderna e as “razões” de sua crise	61
3.2. Faz sentido falar em pós-modernidade?	67
3.3. A racionalidade, a crise do saber e os novos campos de pesquisa	72
3.4. Os <i>riscos</i> de se viver numa sociedade industrial	77
3.5. A cultura na crise da modernidade: movimentos e identidades múltiplas	85
4. AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: PATRIMÔNIO CULTURAL E MEIO AMBIENTE	93
4.1. O Iphan: trajetória nas políticas públicas. Preservação patrimonial e a questão ambiental	94
4.2. A salvaguarda dos bens imateriais como instrumento de preservação	99
4.3. O Patrimônio <i>Ambiental</i> Urbano	108
4.4. A Paisagem Cultural	113
4.4.1 A paisagem e as práticas patrimoniais de preservação	120
5. A QUESTÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	129
5.1. As cidades patrimonializadas e o planejamento urbano	129
5.2. Os <i>programas</i> de reabilitação do patrimônio cultural	134
5.2.1. PCH – Programa de Cidades Históricas	135
5.2.2. Programa Monumenta	143
5.3. São Cristóvão e Olinda: numa perspectiva comparada	151
5.4. Do turismo cultural nas cidades históricas	171
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	196

1. INTRODUÇÃO

É quase um ‘lugar-comum’ afirmar que a pesquisa científica percorre novas trilhas a partir dos problemas que são apresentados pelo tempo presente. E, neste caso, é da atualidade que emergem novos objetos responsáveis pelo revigoramento do campo da investigação científica em várias áreas do conhecimento. Dito isto, podemos asseverar que há uma urgência na contemporaneidade em compreender o porquê da disjunção entre duas dimensões que compõem a vida em sociedade: a dimensão cultural e a dimensão natural. Entretanto, a inquietação hodierna em entender a causalidade desta dissolução implica em analisar algo que os estudos científicos vêm indicando. Qual seja? A necessária integração entre a cultural¹ e a natureza² como forma irredutível de compreender a complexa dinâmica social concebida pela realidade contemporânea.

Esta pesquisa científica parte de alguns desafios considerados importantes para o *corpus* da tese. Por se tratar de um estudo cujo tema versa sobre *o meio ambiente na preservação do patrimônio cultural brasileiro*, é de suma importância compreendê-lo não somente como um objeto de estudo de uma única disciplina, mas, entendê-la como uma área do conhecimento que nos últimos anos têm suscitando inúmeros debates no sentido de ampliar as fronteiras epistemológicas existentes a fim de incorporar novas temáticas para seu âmbito de pesquisa. A visível expansão do campo patrimonial se constitui numa realidade uma vez que as abordagens decorrentes convencionais não mais produzem efeitos satisfatórios. A porosidade das fronteiras no campo patrimonial tem sido observada, sobretudo, com a introdução da questão ambiental no seu âmbito de pesquisa e de políticas públicas, inserindo o tema em questão numa *abordagem interdisciplinar*. Deste modo, a pesquisa teve como **principal objetivo** *descrever de forma analítica a incorporação da dimensão ambiental na política de preservação do patrimônio cultural brasileiro*.

¹ Embora o conceito de cultura seja considerado vasto, a ideia de cultura adotada na pesquisa visa apreender desta categoria a noção de cultura como “um modo de vida” (incluindo ideias, atitudes práticas, língua, instituições, estrutura de poder) e uma “série de práticas culturais” (formas artísticas, arquiteturas, bens produzidos pelo consumo de massa, etc.) Cf. WILLIAMS, Raymond In. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. 2011. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. In *Culture and Materialism: selected essays*. UK: London. Published by Verso, 2005.

² Tão complexo quanto o conceito de cultura, a noção de natureza pode apresentar inúmeras compreensões. Neste caso, a abordagem do conceito de natureza visa compreender as relações da sociedade com a natureza refletindo sobre “a nossa visão de natureza”, sobretudo, “[...] a concepção de uma natureza-objecto, exterior ao homem, e da qual ele se separou ao instrumentalizá-la”. Cf. LARRÈRE, Catherine. In. *Do Bom Uso da Natureza: Para uma filosofia do meio ambiente*. 1997. Lisboa, Portugal: Editora Instituto Piaget.

Para atingir tal objetivo, a pesquisa foi dividida em duas grandes partes: na *primeira* parte houve a preocupação em realizar uma compreensão conceitual sobre as duas dimensões que fundamentam a pesquisa, isto é, a dimensão cultural e a dimensão natural. Analisando como diferentes períodos da história (a modernidade e a contemporaneidade), influíram para a construção simbólica tanto da ideia de cultura quanto da ideia de natureza. Em ambos os casos, o sentido de cultura e de natureza estiveram ancorados no conceito de patrimônio – patrimônio cultural e patrimônio natural. Em seguida, houve a necessidade de compreender como esses “constructos” teóricos chegaram ao Brasil e foram transformados em política pública a partir da institucionalização de um órgão responsável por salvaguardar o patrimônio.

Na *segunda* parte, a pesquisa foi orientada visando entender os “avanços” da política cultural patrimonial desde a fundação do Iphan (1937) até a implantação de dois programas de preservação patrimonial – Programa das Cidades Históricas e o Programa Monumenta – tendo em vista a incorporação da temática ambiental no campo de preservação patrimonial no Brasil. Neste caso, para efeitos de comparação, duas cidades históricas tombadas pelo Iphan (Olinda e São Cristóvão) foram selecionadas a fim de analisar como a prática institucional do Iphan nos programas de preservação citadas procuraram “contemplar” a questão ambiental na preservação do patrimônio cultural.

Na origem das pesquisas do campo patrimonial o conceito de cultura nunca esteve vinculado à ideia de natureza, de modo que a abordagem acerca da integralidade das duas dimensões tem sido tratada como algo “relativamente” recente. A separação entre cultura e natureza resultou na institucionalização de órgãos culturais e de implantação de políticas públicas voltados exclusivamente para a preservação cultural desvinculada da dimensão ambiental. Somente a partir de 1975, as políticas públicas de conservação dos bens culturais passaram a ser tratada de forma integrada ao meio ambiente, graças as recomendações deliberadas pela *carta patrimonial* conhecida por *Declaração de Amsterdã* (1975)³. Esta carta patrimonial é um marco na irrupção do conceito de *patrimônio ambiental urbano*, ou seja, uma nova ideia de preservação do patrimônio surgiu considerando novas perspectivas entre o patrimônio cultural e o meio ambiente urbano.

³ Embora a Carta de Veneza (1964) recomende relacionar o patrimônio ao meio onde se encontra situado o monumento histórico, as diretrizes desta carta patrimonial se voltam em favor da restauração tão somente dos monumentos, tendo em vista assegurar a autenticidade do patrimônio em detrimento da falsificação artística e histórica (LEMOS, 2010). A concepção de integralidade entre ambiente e cultura é abordada nas cartas patrimoniais muito recentemente. A *Declaração de Amsterdã* de 1975 é um importante marco nesse sentido.

O principal legado que esta *Declaração* (1975) deixa para o campo patrimonial é a importância do planejamento e da gestão territorial na consecução da política ambiental urbana compreendendo todo o envoltório do patrimônio cultural material. A carta de Amsterdã simboliza uma continuidade em relação às cartas antecessoras⁴, mas, inegavelmente, trata-se de um marco por abarcar no conceito de patrimônio ambiental urbano, que além de relevar os valores culturais do patrimônio, procurou levar em conta a questão ambiental articulando-os ao planejamento e a gestão urbana a fim de (re)ordenar o espaço urbano.

Assim, o campo patrimonial vai se espalhando a partir do entendimento de que um artefato urbano, ou seja, um monumento histórico, não pode ser considerado de forma isolada e congelada, há de se levar em conta as relações que o bem cultural possui com o espaço a qual está introduzido a fim de compreender a estreita ligação do monumento com o seu entorno e, conseqüentemente, com o sentimento de pertencimento que os atores sociais envolvidos empreendem com este lugar de memória.

Se a *Declaração de Amsterdã* consagrou a terminologia **Patrimônio Ambiental Urbano** em 1975, décadas depois, precisamente em 1992, no encontro de cúpula mundial no Rio de Janeiro (Rio 92), a Unesco iniciou tratativas com os países-membros para a elaboração de uma nova categoria de preservação do patrimônio cultural. Neste tocante, a Unesco propôs o termo Paisagem Cultural como mais uma categoria preservacionista tendo em vista a necessidade de combinar cultura e natureza nas paisagens onde artefatos culturais estavam assentados em áreas naturais constituindo numa só paisagem. Portanto, o conceito de patrimônio cultural ganha mais uma abrangência como o advento da categoria paisagem cultural⁵.

Desse modo, ao ‘reconstruir’ o conceito de patrimônio cultural em conformidade com o meio ambiente (seja urbano, seja natural), as cartas patrimoniais, as políticas públicas e os

⁴ Em 1967, num encontro promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), fora patrocinado pelos signatários presentes as “Normas de Quito”. Esse texto propunha relacionar o patrimônio cultural ao turismo, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social tendo na atividade turística seu principal catalisador.

⁵ Considerado um dos mais importantes conceitos-chave da Geografia, a noção de paisagem cultural transita entre a materialidade da transformação da natureza pela ação humana ao simbolismo e significado dos valores culturais que estão impregnados na paisagem. Cf. COSGROVE, Denis. *Realtà Sociali e Paesaggio Simbolico*. Milano (IT): Edizione Unicopli, 1997. JACKSON J. B. *et al. The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays*. New York (USA): Oxford, 1979. CONSGROVE, Denis. In: *Social Formation and Symbolic Landscape*. United States of American: The University of Wisconsin Press, 1988. Cf. CORREA, Roberto. L; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

estudos acadêmicos recentes estão pondo em questão o modelo disciplinar cartesiano de investigação científica sobre as noções de patrimônio cultural. O sentido patrimonial preconizado na *Carta de Veneza* (1964), a vinculação das cidades históricas ao turismo como recomendou as *Normas de Quito* (1967) e o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano sugerido pela *Declaração de Amsterdã* (1975), pressionaram os estudos do campo patrimonial a rever seus conceitos, seus princípios e seus procedimentos científicos tradicionais tendo que renovar seus postulados e axiomas visando estabelecer diálogos interdisciplinares.

Ao analisar as *cartas patrimoniais*, a pesquisa procura compreender a transformação das cidades históricas em centros turísticos inseridas nos circuitos de turismo cultural de seus Estados. Deste modo, as cidades patrimonializadas são projetadas nos planos urbanísticos e nas políticas públicas como polos de atratividade turística a partir de seus centros históricos. O encontro ocorrido na América Latina em 1967 resultou numa carta patrimonial denominada de “*Normas de Quito*”, em que foram definidas as diretrizes para que os países-membros utilizassem seus monumentos históricos e artísticos como vetores de desenvolvimento econômico e social mediante o uso turístico de seu patrimônio cultural material. Entretanto, estudos recentes vêm apontando para um turismo predatório, já que cultura e natureza estão sendo convertidos em mercadorias em decorrência de seu valor utilitário. Assim, questionou-se quanto ao modelo de desenvolvimento adotado para as cidades patrimonializadas no qual se tem por objetivo transformar os centros históricos em polos de atração turística. Os programas (PCH e Monumenta) de preservação aplicados no Brasil são exemplos dessa tentativa.

Ao longo da pesquisa, revelou-se importante indicar à relação do patrimônio cultural aos contextos históricos e o papel dos atores institucionais na aplicação das políticas de preservação. O discurso patrimonial na modernidade dissociava patrimônio cultural de patrimônio natural atribuindo-lhes um valor de identidade nacional, no entanto, com a “crise da modernidade” e o advento do “mundo contemporâneo”, as preocupações em termos identitários giram em torno da *multirreferencialidade* que os novos sentidos de patrimônio trouxeram para uma infinidade de grupos culturais. Ou seja, a crise da modernidade e sua identidade padronizada fragmentaram-se com as novas abordagens sobre o patrimônio cultural.

Para além das problemáticas enfrentadas pela pesquisa ao longo do seu curso, o estudo pode ser justificado por algumas razões. A *primeira* é de ordem prática. É notório que a maior parte da população se encontra condicionada em áreas urbanas, de modo que podemos

assegurar, inequivocamente, que há uma cultura urbana existente na contemporaneidade. Esta constatação indica a necessidade de avaliarmos e diagnosticarmos a situação real das cidades brasileiras e as condições de vida postas para seus habitantes. A partir do conceito de cidades sustentáveis, surgido no início da década de 90 com a formulação da *Agenda 21*⁶, a preocupação com a qualidade de vida nunca foi tão premente. Assim, na esteira da sustentabilidade urbana debatida na Cimeira da Terra de 92 no Brasil, a Unesco⁷, a propósito das discussões ensejadas pela Conferência Rio+20, tem investido nas políticas públicas direcionadas a cultura urbana.

No Brasil, o caso mais emblemático é a elaboração de dois grandes programas voltados para as áreas urbanas, ou seja, o PCH e o Programa Monumenta. Assim, há uma razão de natureza prática que por si justifica esta pesquisa, uma vez que os vínculos entre cidade, cultura e ambiente (urbano e natural) nunca estiveram tão estreitos como no tempo presente. E, neste tocante, os programas de preservação patrimonial (PCH e Monumenta)⁸, assim como as cidades históricas – São Cristóvão e Olinda – foram pesquisadas comparativamente, em decorrência de estarem situadas em suas regiões metropolitanas, cujo apelo ao desenvolvimento econômico deve levar em conta a perspectiva de “desenvolvimento sustentável” em virtude da importância cultural e ambiental que seu patrimônio representa.

A *segunda* razão justificadora da pesquisa é de ordem epistemológica. Como já foi exposto acima, as pesquisas sobre patrimônio cultural têm passado por uma ampliação de seu sentido desde que houve a incorporação de novos objetos ao seu campo. Contribuindo, portanto, para seu alargamento conceitual da concepção de patrimônio cultural, principalmente, com a inserção da dimensão ambiental na preservação patrimonial. Entretanto, as pesquisas científicas que articulam cultura e natureza no campo do patrimônio cultural tem sido pensada a partir, sobretudo, da ideia de *ambiência* (o ambiente envolto ao patrimônio), paisagem cultural, patrimônio natural, patrimônio histórico ambiental e até

⁶ BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21*. 2011. O livro discute a importância da Agenda 21 para o conceito de *cidades sustentáveis* durante a Rio 92.

⁷ Para um maior entendimento da relevância da cultura para o desenvolvimento a Unesco aponta para a necessária “revitalização urbana patrimonial” como meio para a sustentabilidade urbana. www.unesco.org/new/pt/brasil/culture. Acessado em 11 de novembro de 2018.

⁸ O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – PCH – foi implantado em 1973 e concluído em 1979. O Programa Monumenta foi constituído em 1995 sendo encerrado em 2010. A pesquisa, portanto, visou analisar a influência dos programas de preservação do ambiente urbano tombado a partir do tempo de duração dos respectivos programas oficiais.

*patrimônio ambiental urbano*⁹. Desta feita, a pesquisa tem visado explorar novas trilhas conceituais a fim de cooperar na sedimentação de uma nova abordagem teórico-metodológica acerca do campo patrimonial, trazendo à luz reflexões sobre a relação da cultura com o ambiente (urbano e natural), considerando as perspectiva de um *desenvolvimento sustentável*¹⁰ para as cidades históricas tombadas pelo Iphan. O campo patrimonial não pode prescindir de analisar os bens culturais dissociados do natural, haja vista que a (i)materialidade da cultura é fruto da relação dos grupos sociais com a natureza. Partindo deste pressuposto de ordem teórico-metodológica, a pesquisa tem um compromisso com a epistemologia do campo patrimonial, sobretudo, quando a mesma insere em seu campo a dimensão ambiental e aponta para uma reflexão de uma nova cultura urbana de base sustentável.

Uma *terceira* razão de ordem eminentemente profissional justifica a pesquisa. É compreensível que um graduado em História que ministre aulas da referida disciplina tenha a intenção de compreender como a área de preservação patrimonial tem sido organizada com a introdução da questão ambiental. O interesse que foi provocado pelo exercício da licenciatura, resulta de uma longa experiência docente, simbolizando o estado de amadurecimento intelectual assimilado das angústias do cotidiano escolar. Longe, portanto, de qualquer superficialismo, a pulsão que conduziu esta investigação científica é nutrida pela paixão em descortinar um horizonte considerado em transformação pelos especialistas em patrimônio cultural. Assim, pode-se ressaltar, também, que a razão de ordem profissional, foi associada pelo tempo de mestrado realizado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) em que a temática ambiental passou a integrar as preocupações do cotidiano do pesquisador.

Por fim, a *quarta* razão que justifica a existência da pesquisa deu-se em virtude do intercâmbio acadêmico realizado na Itália entre abril e setembro de 2017 cujo projeto de pesquisa inicial esteve inserido na linha de pesquisa de *história social e antropologia do patrimônio material e imaterial* ofertado pelo curso de *PhD em História, Geografia e Antropologia da Universidade de Pádua*. O “doutorado sanduíche”, como bolsista da Capes, proporcionou a ampliação do entendimento acerca da abordagem interdisciplinar iniciada no

⁹ Conceito construído processualmente desde a década de 60. Porém, nos últimos anos tem sido referenciado como conceito que denota “princípios e fundamentos da conservação integrada”. Ou seja, a terminologia possui uma carga muito forte de planejamento e gestão territorial. Sendo reconhecido pela Unesco e pelo Icomos.

¹⁰ O conceito de desenvolvimento sustentável está presente em todos os discursos de preservação patrimonial atualmente. O complexo conceito é adotado pelos agentes institucionais formuladores das políticas públicas a partir do documento “Nosso Futuro Comum” de 1987. Cf. CAMARGO, Ana L. de B. *Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios*, Editora Papirus, 2010.

programa de doutorado da Universidade Federal de Sergipe. O “estágio acadêmico” trouxe benefícios à pesquisa em razão da Itália ser uma referência em estudos patrimoniais.

Do contexto do objeto de pesquisa

O campo patrimonial sem dúvida vem passando por um processo de “ruptura paradigmática” há um bom tempo. Do ponto de vista institucional, a Unesco, desde 1992, colaborou para a ampliação do sentido do conceito de patrimônio cultural ao possibilitar que o campo patrimonial assimilasse a ideia de patrimônio intangível. Ou seja, a partir de então, o campo patrimônio não apenas seria definido como uma área de pesquisa e governança de bens culturais tangíveis, mas, intangíveis também. O texto da Unesco, do qual o Brasil se tornaria signatário, implicou em importantes mudanças institucionais na política cultural brasileira nos anos seguintes. Após anos de debate, foi sancionado em 2000 o decreto que instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”¹¹, alargando ainda mais a concepção patrimonial e, conseqüentemente, acarretando numa maior responsabilidade tanto para o poder público quanto para a sociedade civil no que concerne à política de salvaguarda do patrimônio cultural.

Ao adotar a terminologia “patrimônio cultural intangível”, a Unesco contribui para o amadurecimento do sentido da expressão *paisagem cultural*¹² no campo patrimonial. Palavra polissêmica e muito contraditória dentro da ciência geográfica, o termo paisagem denota percepção, isto é, uma imagem construída subjetivamente a partir da relação cultural de um grupo social para com a natureza. A concepção de paisagem cultural incorporada ao campo do patrimônio é fundamental para o entendimento acerca do objeto de estudo da pesquisa. Pois, é vital compreender o sentido de *paisagem* já que muitas cidades históricas foram assentadas em ambientes naturais de tal modo que o conceito de paisagem cultural é imprescindível para abarcar a integração da cultura urbana patrimonializada ao meio natural amalgamando-se numa só paisagem. Assim, atualmente, é impossível abordar a questão patrimonial sem fazer

¹¹ BRASIL. *Decreto Federal Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000*. Os registros são classificados em quatro segmentos: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acesso em: 15 de novembro de 2018.

¹² O termo *paisagem cultural* apareceu conceitualmente na obra do geógrafo Carl Sauer em 1925, com a publicação do clássico “**Morfologia da Paisagem**”. Entretanto, o termo paisagem remete a *landschaft*, palavra de origem germânica que apareceu para significar os elementos naturais de uma região. Com a publicação da obra de Sauer houve uma ressignificação, incluindo elementos naturais e culturais, o sentido original fora paulatinamente deixado de lado uma vez que não abarcava a ação humana na paisagem.

referência ao tangível e ao intangível, sobretudo em sua extensão paisagística cultural cuja patrimonialização é inscrita no “Livro de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”.

Portanto, a “ruptura de paradigma” no campo patrimonial, tem passado por inúmeras transformações tendo em vista a entrada de novos objetos na área de preservação, como por exemplo, o patrimônio cultural intangível. Por outro lado, como visto acima, o patrimônio iniciou sua trajetória a partir da preservação do patrimônio material, sobretudo, a preservação arquitetônica ou, como ficou batizada ‘**patrimônio de pedra e cal**’. As cartas patrimoniais abriram novas perspectivas de patrimonialização inserindo a dimensão ambiental – urbana e natural – na política de preservação. Os primeiros capítulos visaram descrever de forma analítica como esse percurso ocorreu na Europa, no que concerne ao patrimônio cultural, e nos Estados Unidos, no que concerne ao patrimônio natural. No Brasil, a patrimonialização tanto da cultura quanto da natureza foi sendo influenciada, principalmente, pelas cartas patrimoniais. A construção conceitual do objeto de pesquisa teve por objetivo compreender como a dimensão ambiental foi sendo introduzida na política patrimonial brasileira.

Após pesquisa conceitual sobre a inserção da questão ambiental no campo do patrimônio cultural nos primeiros capítulos, uma parte do quarto capítulo foi dedicada a entender a incorporação da dimensão ambiental em duas cidades históricas (Olinda e São Cristóvão), numa perspectiva comparada a partir da ótica de dois programas de preservação patrimonial: Programa das Cidades Históricas (PCH) e Programa Monumenta, sobretudo este último. Essas cidades históricas foram transformadas em objetos de estudo em função das peculiaridades no que concerne seu patrimônio material e imaterial associadas à riqueza natural que as envolvem.

Este é o caso das cidades Olinda e São Cristóvão, localizadas nas regiões metropolitanas de suas respectivas capitais (Recife/PE e Aracaju/SE), tais cidades históricas foram tombadas pelo Iphan¹³ em virtude de seus conjuntos urbanos e arquitetônicos que remetem ao período colonial, no que toca o tempo histórico e o estilo barroco; expressividade artística e histórica valorizadas à época do tombamento. No entanto, com o *complexificação* da ideia de patrimônio, decorrente da assimilação de novos objetos ao campo patrimonial, essas cidades passaram a ser interpretadas culturalmente não apenas pela materialidade que as

¹³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundado em 1937, mediante o Decreto Federal Nº 25. O instituto, que antes era Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi presidido por **Rodrigo de Melo Franco de Andrade**, responsável pela organização administrativa e as diretrizes da recém-instituída autarquia cultural. IPHAN. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937. Acessado em 16 de novembro de 2018.

caracterizam, mas, pelas manifestações culturais imateriais que em interface com a cultura material lhe imprime uma paisagem¹⁴ idiossincrática.

Localizada no litoral de Pernambuco, a cidade histórica de **Olinda** está inserida na região metropolitana do Recife; distante a 7 km da capital do Estado. Com uma população estimada em pouco mais de 370 mil habitantes (FIDEM¹⁵, 2015), a cidade é considerada um dos primeiros núcleos de povoamento formado na Região Nordeste. Assentado numa pequena área geográfica de 41 km² (IBGE, 2016)¹⁶, seu passado colonial é marcado pelo cultivo de cana-de-açúcar que predominou por muito tempo em seu período de existência. Hoje, entretanto, em razão de sua área geográfica considerada pequena e em virtude de sua alta urbanização, a economia do município se diversificou e a atividade turística tem se tornado há um bom tempo como principal vetor econômico do município (FIDEM, 2015). Olinda possui uma das maiores taxas de urbanização do seu Estado (98,3%) e, em virtude de sua limitada área geográfica, o município apresenta a maior densidade demográfica entre todas as cidades do Estado de Pernambuco (9,370 hab./km²), números considerados altos pela a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – FIDEM.

Incluída no Programa de Desenvolvimento Turístico de Pernambuco¹⁷, ou seja, num projeto econômico e social que leva em conta o potencial turístico das cidades, Olinda encontra-se contemplada em virtude de sua particularidade cultural e natural e, sobretudo, sua importância histórica. Situada na Região Metropolitana do Recife, o centro histórico de Olinda foi um dos primeiros núcleos urbanos patrimonializados pelo Iphan.

Olinda possui em seu amplo território áreas naturais relevantes que configuram sua riqueza patrimonial. Um significativo patrimônio imaterial hibridizado pelas culturas afro e indígena que se expressa ao longo do calendário cultura da cidade e que remete ao passado colonial canavieiro do Estado de Pernambuco. E, desde 1962, a cidade está inscrita nos livros de tombo do Iphan pelo seu *conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico*, mais precisamente

¹⁴ Paisagem entendida a partir da ideia formulada pela Unesco desde 1992. Isto é, elementos naturais e culturais na composição de uma imagem.

¹⁵ FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. CODEPE/FIDEM. *Governo do Estado de Pernambuco*. <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/home>. Acessado em 16 de novembro de 2018

¹⁶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/olinda/panorama>. Acessado em 16 de novembro de 2018.

¹⁷ O programa é capitaneado pelo Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado de Pernambuco – Prodetur, o qual leva em conta o conceito de desenvolvimento sustentável para a formulação das políticas públicas destinadas as 18 cidades incluídas no projeto.

no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Iphan¹⁸. Ou seja, os valores tangíveis (bens materiais) e os valores intangíveis (bens imateriais), foram considerados no processo que culminou com o tombamento da secular cidade de Pernambuco. Pela complexidade e riqueza cultural e natural, sedimentada na sua paisagem, a visão integrada do patrimônio de Olinda foi considerada relevante como objeto de estudo da pesquisa. Deste modo, assim descreve o Iphan¹⁹ no livro de tomo de Olinda:

O centro histórico de Olinda, vizinho à cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, remete ao início da colonização portuguesa no Brasil, no século XVI, quando se consolidou como sede da Capitania de Pernambuco, no período áureo da economia de cana de açúcar. O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico foi tombado em 1968. O reconhecimento da cidade como Patrimônio Mundial Cultural, pela Unesco, ocorreu em 1982 e refere-se a uma área de 1,2 km² e cerca de 1.500 imóveis, os quais testemunham diferentes estilos arquitetônicos: edifícios coloniais do século XVI harmonizam-se às fachadas de azulejos dos séculos XVIII e XIX e às obras neoclássicas e ecléticas do início do século XX. A vegetação exuberante das ruas, dos jardins, das aleias, dos conventos, com árvores frutíferas frondosas, mangueiras, fruta-pão, jaca, sapoti e coqueiros conferem ao sítio o valor dominante de um núcleo urbano emoldurado por uma massa verde, sob a luz tropical e tendo aos seus pés a praia e o oceano. A cidade guarda sua relação com a paisagem local e com o mar, com as características de sua arquitetura vernacular, manifestação cultural herdada de Portugal e adaptada ao meio, e assimilada a ponto de adquirir sua própria personalidade e mantê-la ao longo dos tempos.

Considerada uma das mais antigas cidades brasileiras, *São Cristóvão* por muito tempo exerceu a função de capital do Estado de Sergipe, perdendo o poder político em 1855 quando da transferência da capital do Estado para Aracaju. No entanto, São Cristóvão dispõe de um extenso domínio territorial de 438 km² (IBGE, 2016) e encontra-se situado na Grande Aracaju, constituindo um dos principais municípios metropolitanos. Sua população de 78 mil habitantes (IBGE, 2015), tem gerado economia que transita da atividade agropecuária ao incipiente turismo cultural; decorrente do tombamento de seu conjunto urbano arquitetônico em 1967 e, especialmente, do reconhecimento da Praça São Francisco como Patrimônio da Humanidade em 2010 (IPHAN, 2016)²⁰.

¹⁸ Além do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Olinda está inscrita em outros livros, como por exemplo, o Livro de Tombo Histórico e o Livro de Tombo de Belas Artes. Cf. IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/33>. Acessado em 14 de dezembro de 2018.

¹⁹ Cf. INFOPATRIMÔNIO. *Patrimônio Cultural Brasileiro – Olinda Centro Histórico*. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/olinda-centro-historico/#!/map=38329&loc=-7.998639999999999,-34.845955099999998,17>. Acessado em 15 de dezembro de 2018.

²⁰ Em 2010, A Unesco proclama a Praça São Francisco como Patrimônio Mundial da Humanidade, após apresentação de um Dossiê de candidatura confeccionado pelo seu conselho de cultura (IPHAN, 2016). A decisão inseriu a cidade no circuito cultural da região.

A cidade de São Cristóvão teve o reconhecimento do seu patrimônio material em razão do seu passado que remete a época colonial do Estado sergipano, sendo tombado em 1967 nos livros de Tombo do Iphan. Seu centro histórico se desenvolveu numa significativa área de Mata Atlântica, de modo que sua paisagem urbana se entrelaça com a acidentada topografia da Cidade Alta e da Cidade Baixa, estando situadas as margens do rio Paramopama; um importante afluente do rio Vaza-Barris²¹.

Na esteira do reconhecimento da cultura material do Iphan e da Unesco, o governo estadual tem procurado transformar São Cristóvão numa referência cultural tanto material quanto imaterial, uma vez que há um empenho em transformar as manifestações religiosas em patrimônio intangível legitimado pelo Iphan. Tanto que desde 2010 que o Conselho Cultural do Estado tem se esforçado em elaborar relatórios que comprovem a procissão de *Nosso Senhor dos Passos* em São Cristóvão como patrimônio imaterial (SANTOS, 2014). A celebração religiosa quaresmal, portanto, representa o quão ampliado se tornou o campo patrimonial, pois, tal celebração ocorre em concordância com o bem tangível chancelado pela Unesco em 2010. Numa visão integrada, evocada pelas cartas patrimoniais, cultura material e imaterial parecem se encontrarem numa ‘São Cristóvão’ eivada de sentido religioso, de tal modo que pode ser percebido nas suas igrejas barrocas e nas festas populares de cunho religioso como é o caso da romaria quaresmal. A síntese da integração patrimonial em São Cristóvão pôde ser percebida na análise das imagens que foram anexadas ao Dossiê de Candidatura²² destinada a Unesco visando à obtenção do título de patrimônio da humanidade. Conforme descrição do Livro de Tombo do Iphan²³:

São Cristóvão foi fundada em fins do século XVI, por Cristóvão de Barros, sendo também nessa época transferida para o local a sede da capitania do Sergipe d’El Rey. Em 1636 a cidade foi invadida, assaltada e incendiada pelos holandeses, só retornando ao controle do governo português em 1645. Em 1855, a capital da província de Sergipe foi transferida para Aracajú. A cidade de São Cristóvão guarda um importante conjunto de edificações do período colonial, possuindo ainda o Museu de Folclore de Sergipe e o Museu

²¹ A paisagem e a importância do rio Paramopama são estudados a partir da degradação ambiental num trabalho apresentado a Revista Floresta da UFPR pelo grupo de pesquisadores da UFS num artigo é intitulado: *Alterações de paisagem ribeirinhas: o caso do rio Paramopoma, Estado de Sergipe* (2010).

²² **Dossiê de Candidatura** de 2010 intitulado de “*For inscription on the world heritage list*”. Embora o objetivo fosse a Praça São Francisco, a contextualização do centro histórico deixou evidenciado nas fotos anexadas a integração do cultural ao natural existente no entorno da cidade histórica. Cf. UNESCO. *For inscription on the world heritage list*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1272rev.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2018.

²³ Cf. INFOPATRIMÔNIO. **Patrimônio Cultural Brasileiro – Praça São Francisco**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-cristovao-praca-sao-francisco/#!/map=38329&loc=-11.013837999999987,-37.205386,17>. Acessado em 16 de dezembro de 2018.

de Arte Sacra. O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de São Cristóvão concentra o maior número de ações do Iphan em Sergipe. Os primeiros tombamentos ocorreram na década de 1940 e o conjunto foi tombado em 1967. A cidade é considerada um registro único e autêntico de um fenômeno urbano singular no Brasil, período durante o qual Portugal e Espanha estiveram unidos sob uma única coroa, nos reinados de Felipe II e Felipe III, entre 1580 e 1640. Em São Cristóvão, houve a fusão das influências das legislações e práticas espanhola e portuguesa na formação de núcleos urbanos coloniais. Primeira capital de Sergipe e quarta cidade mais antiga do Brasil, está situada no alto de uma encosta e, portanto, dividida entre cidade baixa e alta.

As cidades históricas de Olinda (PE) e São Cristóvão (SE) possuem similitudes em decorrência da importância histórica, do patrimônio cultural e relevância ambiental como pode ser observado nas descrições em seus livros de tombamento. Porém, a pesquisa considerou numa perspectiva comparada em que medida tais programas oficiais (**PCH e Monumenta**) tiveram impacto nas cidades históricas considerando o aspecto ambiental de suas propostas.

Em se tratando de política cultural patrimonial, o papel institucional do Iphan como órgão (autarquia) federal responsável pela salvaguarda²⁴ do patrimônio foi determinante na pesquisa. Principalmente porque foi levando em conta o discurso oficial de “patrimonialidade” que emergiu da modernidade na Europa em virtude do contexto histórico vivido de urbanização e industrialização. Isso se ponderarmos o patrimônio cultural, pois, se relevarmos o patrimônio natural os Estados Unidos se tornaram pioneiros na idealização da preservação da riqueza natural desde a criação do primeiro parque nacional. O Iphan, instituído em 1937, é designado no ato de sua fundação, a tutelar tanto o patrimônio cultural quanto o patrimônio natural, considerando como parâmetro de salvaguarda a importância histórica e a identidade nacional dos monumentos históricos e dos monumentos naturais.

Das questões norteadoras da pesquisa

Tendo em vista atingir seu **objetivo principal**: Analisar a incorporação do discurso ambiental na política cultural de preservação patrimonial no Brasil, a pesquisa se desenvolveu mediante algumas questões que nortearam a escrita da tese.

²⁴ De acordo com o documento ‘*Recomendação de Paris*’, publicado em 2003 pela Unesco, o patrimônio cultural imaterial é considerado “como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável”. Da mesma forma que se considera que a “interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e o patrimônio natural”. Cf. IPHAN. **Recomendação de Paris**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf> Acessado em 13 de junho de 2019.

A fim de entender analiticamente como a política cultural patrimonial no Brasil incorporou ao longo das últimas décadas através de sua instituição oficial (Iphan) o discurso ambiental, a pesquisa foi sendo tecida levando em conta as transformações no campo patrimonial em razão da crise da modernidade (contemporaneidade). No contexto da modernidade, a separação rígida entre cultura e natureza refletiu na política patrimonial a qual os Estados Nacionais organizaram suas sociedades. Porém, com a crise da modernidade, o discurso patrimonial é ressignificado adquirindo novas formas de entendimento. Deste modo, outras questões norteadoras embasaram a tese fundamentando a questão principal que foi direcionada pelo objetivo geral da pesquisa. Sendo assim, dos **objetivos específicos** do projeto de pesquisa em sua fase inicial, germinaram importantes questões que guiaram a pesquisa resultando na estruturação dos capítulos da tese:

- a) Compreender a construção do conceito de patrimônio cultural e de patrimônio natural a partir do discurso de modernidade;
 1. **Questão norteadora:** *Qual a importância dos contextos históricos na construção do significado do patrimonial cultural e do patrimônio natural e quais as consequências para a criação de uma política patrimonial no Brasil?*
- b) Entender as causas da crise da modernidade e suas consequências para as mudanças na política do patrimônio cultural e do patrimônio natural;
 2. **Questão norteadora:** *Com a crise da modernidade e as rupturas de paradigma que a sustentavam, as políticas patrimoniais passaram a aproximar à dimensão cultural da dimensão ambiental transformando o campo patrimonial?*
- c) Descrever a trajetória institucional da política patrimonial no Brasil através do Iphan, analisando a introdução da dimensão ambiental nas políticas patrimoniais;
 3. **Questão norteadora:** *Como as práticas de preservação patrimonial assimilaram as mudanças de paradigma e foram se adaptando aos novos desafios impostos pela introdução da questão ambiental no campo da preservação patrimonial?*
- d) Analisar a elaboração dos programas de preservação patrimonial e sua aplicação nas cidades históricas da Região Nordeste.
 4. **Questão norteadora:** *Quais os resultados que os programas nacionais de preservação do patrimônio cultural tiveram nas cidades históricas do Nordeste com suas propostas de desenvolvimento “sustentável”?*

Tais questões ‘inquietadoras’ que orientaram a pesquisa respaldaram o **problema de pesquisa** que motivou a produção da tese:

- *A política patrimonial institucional tem conseguido realizar com sucesso a proposta de integrar a dimensão ambiental ao campo da preservação do patrimônio cultural?*

A **hipótese** que, *a priori*, que fundamentou o projeto de pesquisa baseava na ideia de que: *As mudanças do campo patrimonial aproximariam a dimensão cultural e a dimensão ambiental qualificando a política de preservação patrimonial no Brasil a partir de uma ação integrada entre cultura e natureza*. No entanto, a pesquisa **refutou** a hipótese uma vez que a investigação científica concluiu que:

- Os atores institucionais responsáveis pelas políticas públicas têm adotado no discurso ambiental a concepção de *desenvolvimento sustentável*, no entanto, em razão do histórico institucional em tratar a dimensão cultural como antagônica à dimensão natural, os resultados não apontam para uma completa ação integrada da política de preservação patrimonial.

Dos procedimentos metodológicos

Partindo do princípio de que o Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) tem como propósito principal a pesquisa interdisciplinar, seria contraproducente uma pesquisa científica sem a consulta às diferentes abordagens teóricas e aos procedimentos metodológicos múltiplos. Os métodos convencionais não respondem aos problemas de pesquisa tratados no campo ambiental refletido em conformidade com os ideais deste programa de pesquisa.

A interdisciplinaridade como abordagem a qual requer a pesquisa em ciência ambiental extrapola qualquer “capricho” formal da burocracia do programa de pesquisa. Os temas de pesquisa que envolve a questão ambiental impulsionam o pesquisador a testar suas hipóteses a partir de lentes interdisciplinares. Neste caso, a pesquisa realizada lançou mão do diálogo entre as mais variadas disciplinas do conhecimento científico uma vez o tema de

pesquisa envolve os elementos “cultura e natureza”, isto é, trazer como problemática a relação entre a dimensão cultural e a dimensão natural na forma de patrimônio integralizado.

Para tanto, uma abordagem sistêmica e holística acerca do objeto de estudo – a preservação do patrimônio cultural – foi fundamental para entender as tentativas de aproximação entre os dois campos até então distantes e tratados como antagônicos (cultura e natureza). Se propondo a repensar as relações entre sociedade e natureza, como recomenda o programa de pesquisa PRODEMA, a proposta de estudar de forma analítica a integração da temática ambiental ao campo cultural-patrimonial, resultou numa pesquisa sistêmica pela a necessidade de analisar o *todo* em detrimento de *partes* isoladas.

Por esta razão, a pesquisa trilhou dois caminhos: uma de ordem teórica e outra de ordem empírica e documental. A primeira (teórica) visou através do estudo da fonte bibliográfica analisar os conceitos das principais categorias analíticas da pesquisa, ou seja, o conceito de cultura e o conceito de natureza à luz da ideia de patrimônio. O segundo caminho trilhado buscou através de dois documentos oficiais (PCH e Programa Monumenta) e nas práticas institucionais do Iphan como a dimensão ambiental foi inserida em duas cidades históricas tombadas (Olinda e São Cristóvão).

Nos capítulos dedicados a construção conceitual, por exemplo, a importância das **fontes bibliográficas** foi condição *sine qua non* para a compreensão da trajetória das aproximações do campo cultural e do campo ambiental na política patrimonial. Isto aconteceu a partir da necessidade de compreender o sentido da construção da modernidade e de sua “*crise*” como estrutura histórica relevante para o entendimento da organização da sociedade e do Estado. Bem como as fontes bibliográficas foram relevantes para entender a ideia de patrimônio cultural e de patrimônio natural e, sobretudo, compreender as razões de seus antagonismos. As fontes bibliográficas conceberam a pesquisa um lastro **teórico** significativo que fundamentou a parte de coleta de dados responsável pela construção de um dos capítulos.

A respeito do Iphan, é importante ressaltar que este não foi tratado apenas enquanto um ator social institucional com competências administrativas, sendo visto, portanto, como um centro de pesquisa, o órgão possui um expressivo **banco de dados** cujos documentos estão acessíveis à consulta. Assim sendo, a investigação científica contou com importantes documentos ‘digitalizados’ e disponíveis nos arquivos virtuais da instituição para construção da tese. O manuseio desta farta documentação foi posta a prova na medida em que às visitas de campo eram realizadas com a finalidade de **coletar dados** para complementar as

informações extraídas das fontes bibliográficas e das **fontes documentais**. Às visitas de campo tiveram o objetivo de averiguar os resultados preconizados nos programas de preservação patrimonial destinada as cidades históricas tendo em vista a temática ambiental de suas propostas.

Neste caso, as cidades históricas selecionadas foram **São Cristóvão (SE) e Olinda (PE)** de acordo com alguns critérios estabelecidos: a) São cidades tombadas pelo Iphan em razão do seu valor arquitetônico, urbano e paisagístico; a) Estão entre as cidades mais antigas não só do Nordeste, mas do Brasil; c) São sempre lembradas nos programas de preservação patrimonial em virtude de sua relevância histórica; d) Estão situadas em regiões metropolitanas e já foram capitais de seus respectivos Estados; e) Seus entornos urbanos possuem fortes problemas ambientais com riscos a crescente urbanização; f) São cidades incluídas no circuito turístico cultural de seus Estados que considera a atividade turística como vetor de desenvolvimento.

Ainda que duas cidades históricas tenham sido selecionadas para entender o universo das cidades históricas do Nordeste, o **método comparativo**²⁵ adotado serviu para “provar” as particularidades de cada cidade-patrimônio mesmo que tenham características em comuns. O método comparativo aplicado não teve por propósito estabelecer classificação ou hierarquizar os objetos de estudo. Mas, para dar respaldo às diferenças existentes entre as duas cidades que embora contempladas com os mesmo programas de preservação patrimonial e práticas patrimoniais institucionais, possuem suas singularidades.

A **unidade de comparação**²⁶ ministrada no quinto capítulo da pesquisa teve como propósito analisar *a incorporação do meio ambiente na política de preservação do patrimônio cultural* aplicado em dois programas oficiais e em duas cidades tombadas pelo Iphan. Pois, o método de comparação, se consagra como uma “prática que se dispõe a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades a fim de perceber variações de um mesmo modelo” (BARROS, 2014, p. 17). Por outro lado, como sugere uma pesquisa de viés comparativo, a relação da espacialidade com a temporalidade é fundamental para uma análise desta natureza. Assim, no que concerne à *espacialidade*, as cidades

²⁵ Por se tratar de um estudo que requer conhecimento histórico, o método comparado adotado foi O **método comparativo em história**, pois visa estabelecer as singularidades entre as unidades postas em comparação, sem necessariamente emitir juízo de valores de natureza hierárquica entre tais unidades. Neste tocante, o método utilizado tem por base o historiador “comparativista” DETIENNE, Marcel. Comparar o incomparável. São Paulo: Ideias Letras, 2004.

²⁶ Sobre as unidades de comparação entre espaço e tempo, Cf. BARROS, José D’Assunção. *História Compara*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

históricas tombadas se localizam em áreas geograficamente distintas (Pernambuco e Sergipe). Entretanto, a *temporalidade*, ou seja, o recorte histórico da pesquisa está relacionado ao tempo de existência dos dois programas oficiais – PCH e o Monumenta²⁷ – neste caso, enquanto que o primeiro foi instituído nos anos de 1970 e o segundo foi implantado nos anos de 1990. O método comparativo possibilitou entender as *variações* (DATIENNE, 2004) referentes ao uso da questão ambiental nos documentos oficiais e sua aplicação nas duas cidades históricas.

Por último, o método comparado não teve como objetivo hierarquizar os programas oficiais e as cidades históricas estabelecendo juízo de valor entre os objetos comparados. Ao contrário, as unidades em comparação selecionadas visaram indicar as diferenças e similitudes existentes entre documentos oficiais e cidades históricas que embora analisadas à luz da temática ambiental em suas propostas patrimoniais conservavam suas particularidades enquanto unidades de análises.

A pertinência da pesquisa

Em primeiro lugar o estudo científico empreendido possui relevância em virtude do fato da temática abordada está em conformidade com as exigências do programa de pesquisa do curso. Ou seja, um tema que procura enfatizar os dilemas da questão ambiental na contemporaneidade. O meio ambiente é problematizado num campo de políticas públicas culturais na área de preservação patrimonial tendo como fio condutor a separação entre cultura e natureza na modernidade, as tentativas de aproximação das duas dimensões no contexto de crise da modernidade e sua aplicabilidade na política patrimonial brasileira, analisando tanto do ponto de vista das práticas institucionais quanto da formulação de programas de preservação destinados às cidades históricas.

Podemos considerar relevante na pesquisa o entendimento sobre o modelo de desenvolvimento adotado nas cidades e seus centros históricos tombados. Com ampla leitura e reflexão sobre a trajetória do campo patrimonial ao longo do tempo, a pesquisa dedicou-se a explicitar em como os modelos foram sendo implantados nas cidades, sobretudo, os

²⁷ Para esta pesquisa, foram selecionados para uma análise comparativa os programas PCH (1973-79) e o Programa Monumenta (1995-2010). O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas – o PAC das Cidades Históricas – embora muito importante, não foi objeto de estudo em razão do fato de ter sido instituído em 2013 e de estar em vigor nos dias atuais.

planejamentos realizados pelos agentes públicos em transformar as cidades históricas em polos de atração turística como saída para o desenvolvimento econômico e social das cidades históricas.

Partindo do princípio de que o papel de preservação patrimonial é dever do Estado conforme legislação atual, a pesquisa se revela pertinente no sentido de analisar as práticas do principal órgão responsável pela política oficial de preservação no Brasil levando em conta a forma como a dimensão ambiental tem sido implantada no campo da cultura patrimonial.

Esta pesquisa visa contribuir para a ampliação dos estudos sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, neste caso, entre as interações envolvendo a dimensão cultural e a dimensão natural em acréscimo aos trabalhos realizados em alguns ambientes acadêmicos. Assim tem acontecido nas discussões sobre paisagem cultural no *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura* (NEPEC) da UERJ. O grupo de estudo conta com o periódico *Espaço e Cultura* com o propósito de divulgar as produções de pesquisa que abordam, principalmente, a cultura imaterial em interação com o espaço natural. No campo do urbanismo a pesquisa pretende dar sua contribuição à discussão que na UFPE tem no *Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada (CECI)*, um núcleo de estudos que tem se dedicado a analisar área de conservação integrada urbana numa perspectiva do desenvolvimento sustentável.

E, nas áreas das ciências sociais, a pesquisa tem por objetivo contribuir para um campo de estudo já “consagrado” na UFS, sobretudo, nos *estudos das culturas urbanas*²⁸ do Departamento de Ciências Sociais da UFS (Universidade Federal de Sergipe), cuja linha de pesquisa em estudos culturais abriu a perspectiva para analisar a sociabilidade urbana a partir do fenômeno das intervenções urbanistas nos centros históricos. E, por fim, numa perspectiva crítica e reflexiva, contribuir para os estudos relacionados ao grupo de pesquisa *Filosofia e Natureza*²⁹, cuja temática sobre sociedade e natureza tem objetivado refletir acerca de uma ética ambiental.

Da estruturação da tese

²⁸ Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais – LABEURC – da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

²⁹ Coordenado pelo Prof. Dr. Santos e Prof. Dr. Becker, o grupo de pesquisa promove bianualmente seminário e publica as produções do grupo de pesquisa sempre se apoiando na relação homem e natureza.

Na estruturação da tese, é importante ressaltar o **estilo narrativo** adotado a fim de compor a escrita da pesquisa. Composto por dois capítulos conceituais sobre diferentes períodos históricos, a proposta de fundamentar a pesquisa em categorias analíticas atende a necessidade de discutir ao longo de toda a tese a ideia de meio ambiente aplicado ao campo patrimonial. No quarto capítulo, onde serão abordadas as práticas institucionais, a narrativa adotada procurou estabelecer diálogos entre as reflexões teóricas e as práticas institucionais realizadas pelo Iphan, objetivando fundamentar as categorias conceituais a partir dos exemplos de políticas patrimoniais conduzidas pelo Iphan em suas ações patrimoniais, tendo como ponto de partida a problemática ambiental integrada à política cultural patrimonial. No quinto capítulo, a narrativa utilizada procurou obedecer aos princípios de uma *abordagem comparada*. Ou seja, uma análise comparativa a partir de dois documentos oficiais da história da preservação patrimonial tendo em vista um “tema-problema”: o meio ambiente na política patrimonial. E, em seguida, a narrativa adotada visou revelar como esses documentos oficiais (especialmente o Programa Monumenta³⁰) e outras práticas institucionais introduziram a questão ambiental em duas cidades históricas tombadas tendo em vista “uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças” (BARROS, 2014, p.16). Em razão da interação da pesquisa científica com objetos do campo histórico – documentos e cidades históricas – o recorte *problematizado* (a temática ambiental no campo patrimonial), o estilo narrativo não adota um *comparativismo diacrônico*³¹, mas, *sincrônico*³², ou seja, estabelecendo um diálogo permanente entre teoria e prática, categorias conceituais e exemplos de práticas institucionais como poderá ser visto no terceiro e no quarto capítulos.

A produção do conhecimento oriundo da pesquisa está dividida em seis partes representadas em capítulos da tese. As partes não são fragmentações do conhecimento, mas, uma estrutura lógica que compõe todo o corpo da pesquisa. A tese encontra-se estruturada de tal maneira que simboliza a dissecação do objeto de estudo durante os anos dedicados a

³⁰ O Programa Monumenta (1995-2010), diferentemente do PCH (1973-1979), incorporou a perspectiva de meio ambiente urbano integrado, aumentando o escopo da política de preservação do patrimônio cultural urbano.

³¹ “*Comparativismo diacrônico* no decurso de uma temporalidade” (BARROS, 2014, p.10). Ou seja, diacronia e sincronia são conceitos importantes e distintos num estudo Comparado de História ainda que complementares, a **diacronia** é o estudo de um objeto de pesquisa através do tempo, enquanto a **sincronia** é o estudo de um objeto de pesquisa a partir de um recorte analisando-o em fases diferentes; neste caso, o estilo narrativo adotado segue um *comparativismo sincrônico*.

³² Cf. BARROS, José D’Assunção. História Comparada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. A narrativa *comparativista sincrônica* estabelece uma perspectiva de diálogo entre categorias analíticas teóricas e o objeto em comparação num estilo narrativo *não-linear* como ocorre com a narrativa diacrônica. A narrativa sincrônica a partir do recorte temático (meio ambiente) propiciou o diálogo constante entre as categorias teóricas e as práticas patrimoniais promovidas pelos agentes institucionais.

pesquisa. As partes, ou melhor, os capítulos, são fios que tecidos uns aos outros desenvolveram um *corpus* ao qual chamamos de tese. Neste caso, vamos a ela!

Na *introdução* – **primeiro capítulo** da tese – apresentamos ao leitor as “ferramentas” sem as quais não se produziria conhecimento científico. Neste espaço, procuramos esclarecer uma síntese do quadro de referência do objeto de pesquisa, expondo os conceitos que fundamentam o tema, os avanços nos estudos empreendidos no campo de pesquisa do tema e as limitações teóricas. Na apresentação introdutória, houve a necessidade de contextualizar o objeto de estudo para uma melhor compreensão da natureza da pesquisa, principalmente em relação à aplicação empírica do conhecimento adquirido nas fontes bibliográficas. Como ocorre em toda pesquisa, as questões norteadoras estão postas para o entendimento das inquietações que conduziram a pesquisa. Importante ressaltar que na introdução está evidenciado o objetivo geral e os objetivos específicos que serviram para estrutura o corpo da tese. Na parte introdutória, é destacado o método comparado, as formas de abordagem adotada na pesquisa e os procedimentos metodológicos usados para a construção do objeto. A problematização que decorre da escolha do tema é anunciada assim como a pertinência científica e social da pesquisa a fim de justificar o esforço empreendido no curso de quatro anos.

Já no **segundo capítulo**, todo o esforço é realizado na tentativa de esclarecer em que contexto surgiu o discurso patrimonial. A literatura especializada aponta para duas vertentes: A ascensão do patrimônio cultural enraizada na Europa e o aparecimento do patrimônio natural nos Estados Unidos sob a forma de parques nacionais. Nos dois casos é possível perceber um elo que aproxima ambos os contextos: O uso do patrimônio na construção de um discurso nacionalista. Por último, o capítulo é finalizado com a reflexão sobre o caso brasileiro: A importação do modelo europeu e norte-americano na construção do Estado Nacional a partir do discurso patrimonial cultural e natural. Neste capítulo, a modernidade é o “pano de fundo” nas discussões acerca da consciência patrimonial.

O **terceiro capítulo** amplia a reflexão acerca dos contextos históricos aos quais os patrimônios (cultural e natural) estão submetidos. Neste caso, diferente do segundo capítulo cujo cenário é a modernidade, no terceiro capítulo a dissertação da tese revela que a crise da modernidade deu margem ao surgimento de outro paradigma no campo patrimonial. Se antes os patrimônios culturais e naturais estavam rigidamente dissociados, na “*crise da*

*modernidade*³³” principia um movimento de aproximação entre a dimensão cultural e ambiental impactando nas futuras políticas públicas de preservação patrimonial. Nesta parte, o fio tecido tem por propósito mostrar para o leitor as razões deste novo paradigma.

Já o **quarto capítulo** traz em seu corpo as práticas patrimoniais da principal instituição no Brasil responsável pela salvaguarda, tutela, execução e fiscalização da riqueza patrimonial nacional: o Iphan. O capítulo oscila entre a descrição da trajetória da instituição e a análise crítica das mudanças da conduta institucional deste importante ator social na política de preservação. Se a tese se propõe a compreender a inserção da questão ambiental no campo patrimonial, o quarto capítulo apresenta uma resposta para entendermos como o discurso oficial tem incorporado o discurso do meio ambiente junto ao patrimônio cultural.

O **quinto capítulo**, o mais longo, inicia-se com o exame de dois documentos oficiais voltados à preservação patrimonial (PCH e o Programa Monumenta). Na primeira parte do capítulo, a pesquisa documental teve como pressuposto a temática ambiental abordada nos programas de preservação e sua relação com a ideia de desenvolvimento – turístico – para as cidades históricas. Na segunda parte do capítulo, uma análise da questão ambiental nas cidades históricas de Olinda (PE) e São Cristóvão (SE), é realizada tendo em vista os programas citados – principalmente o programa Monumenta – acima e as práticas institucionais patrimoniais que incorporaram a dimensão ambiental na política patrimonial no desenvolvimento das cidades tombadas.

Por fim, na parte dedicada as **considerações finais**, procuramos apontar os limites do modelo apresentado pelos programas de preservação patrimonial que tem privilegiado o desenvolvimento econômico e social pela via do turismo cultural de massa. Neste tocante, a pesquisa visa contribuir para a discussão em torno da temática ambiental que processualmente vem sendo incorporada ao campo de preservação patrimonial. Acompanhando a questão ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido explorado nos projetos de preservação patrimonial aproximando a dimensão cultural da dimensão ambiental, assim sendo, o resultado da pesquisa espera contribuir para a reflexão acerca da ideia de

³³ Tema vasto e complexo, o capítulo teve por objetivo apontar para as diferentes interpretações para a crise moderna, inclusive evidenciando o conceito de pós-modernidade adotado por algumas literaturas sobre o tema. No entanto, a tese se “filia” a ideia de uma modernidade em ‘crise’, pressuposto partindo pela sociologia reflexiva de Giddens e pela concepção filosófica de Habermas que interpreta o momento atual da modernidade como um “projeto inacabado”. Cf. GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

desenvolvimento sustentável, uma vez que se trata de uma pesquisa vinculada ao programa de pós-graduação em estudos de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

2. A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA E DA NATUREZA NA MODERNIDADE

Neste capítulo que “abre” a tese, discorreremos sobre a construção da modernidade. Associada a um importante período da história ocidental, a modernidade é considerada catalisador de inúmeras transformações e rupturas com as formas tradicionais de vida até então estabelecidas. E, ainda que sejam apontadas as ambiguidades referentes à época moderna, as vertiginosas mudanças ocorridas ao longo do seu curso objetivaram, além de outras coisas, instituir identidades culturais sólidas na medida em que se consolidavam os Estados Nacionais.

Dito isto, o capítulo tem o propósito evidenciar a “construção” do patrimônio cultural e do patrimônio natural como instrumentos imprescindíveis tanto para a formação identitária dos sujeitos modernos quanto para a organização dos Estados e das sociedades nacionais. O capítulo pretende esboçar como, inicialmente, o patrimônio obedeceu à “lógica moderna” de dissociação entre cultura e natureza, ao passo que ambas eram “instrumentalizadas” com o fito de atender ao discurso de unidade política.

O capítulo dedicará atenção ao ‘caso’ brasileiro. Ou seja, os reflexos do “discurso” da modernidade no Brasil a partir da ótica do patrimônio cultural e natural. Assim como ocorrera na Europa e nos Estados Unidos, tardiamente, no Brasil, o patrimônio terá uso político uma vez que a patrimonialização tem sido um ato institucional reservado aos agentes públicos.

Porém, mesmo entendendo que na Europa já havia preocupação com a questão ambiental desde o século XVI³⁴, são nos Estados Unidos que a preocupação com a conservação e preservação ambiental ganha força, sobretudo, se considerarmos o uso da instituição dos parques nacionais como instrumento político de unidade nacional. Por outro lado, na Europa, o campo cultural patrimonial avança na temática *preservacionista* da cultura material (arquitetônica) em razão das mudanças e transformações ocorridas nos centros urbanos na era industrial. Como veremos a seguir.

³⁴ Cf. THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

2.1 Modernidade: o patrimônio histórico-cultural na Europa.

Em 1863, num artigo bastante difundido, Charles de Baudelaire publicou um texto intitulado “*O pintor da vida moderna*” em que descreve as particularidades da modernidade de seu tempo. “É o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável” (Harvey 2012, p. 21). A modernidade é um conceito formulado para designar as novas experiências de um tempo sentido como novo. Seu papel de fundamentar um novo período histórico deriva do campo estético denominado de modernismo cujas práticas artísticas visavam retratar as transformações de uma época.

O historiador alemão Koselleck (2006), analisando o campo semântico do conceito modernidade, aponta para o entendimento da compatibilidade entre os eventos históricos e a necessidade de manifestação linguística para expressar um período singular: “[...] o novo tempo indica novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época” (2006, p. 274). E, mesmo indicando um alargamento conceitual de modernidade, Koselleck assinala para um ponto de convergência no que concerne ao conceito de modernidade: a dualidade. O caráter dual pode ser refletido a partir do binário ‘novo-velho’ e / ou ‘moderno-antigo’, dicotomias responsáveis pela sistematização e formulações linguísticas no campo semântico da ideia de modernidade. A experiência dos novos acontecimentos históricos imposta por uma nova ordem vigente consolidava a sensação e o sentimento de se viver um novo tempo.

Poeta da vida urbana e muito perspicaz às mudanças de Paris, Baudelaire testemunhou com muita sensibilidade sua época. A sintomática reforma urbanista empreendida por Haussmann na capital francesa aguçou o olhar do poeta que fez de seu comportamento de *flâneur* um personagem de apurado senso de observação das cenas parisienses. Em seu ensaio sobre o *Flâneur* de Baudelaire, Benjamin (2015) constrói sua concepção de modernidade a partir da dualidade da vida moderna capturada não apenas pela olhar crítico e apurado do poeta francês. Mas, pelas lentes observadoras dos escritores modernistas e seus personagens que “vadiavam” pelas ruas massificadas de Paris num híbrido de modernização urbana e pauperização das relações sociais. O *flâneur* de Baudelaire é seu *alter ego*, isto é, o transeunte que vagueava pelas ruas em contato com os grupos marginais de uma cidade que se modernizava com as reformas urbanas promovidas à luz das rupturas históricas.

Não obstante, ninguém tão bem quanto Berman (2007) compreendeu o espírito da modernidade. Inspirando-se em Baudelaire, o ensaísta norte-americano sintetizou o período denominando-o de “turbilhão”. Em uma de suas profícuas passagens sobre o conceito de modernidade, Berman menciona o caráter paradoxal da modernidade.

É uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é solido se desmancha no ar (BERMAN, 2007, p. 24).

Berman faz a leitura da modernidade a partir dos parâmetros estabelecidos por Benjamin, isto é, examinando os textos literários dos romancistas que captaram a fragmentação e o caos gerado pela descontinuidade do tempo histórico. O “*turbilhão da vida social moderna*” somente poderá ser compreendido se for levada em consideração um quadro histórico de transformação no mercado capitalista, na organização política do Estado, no avassalador crescimento urbano, no surgimento das comunicações de massa e nas estruturas do saber científico.

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas [...] com a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida [...], rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento [...] Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos [...]; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 2007, p. 25).

Numa perspectiva sociológica, porém chegando as mesmas conclusões, Giddens (1991), reflete sobre o conceito de modernidade considerando não apenas o ritmo das mudanças promovidas pela nova experiência social, mas, pela dualidade envolvendo as categorias: tempo e espaço; e global e local. A aceleração da modernidade sucede em rupturas³⁵ das antigas formas de se relacionar com o tempo e o espaço, ocasionando numa maior padronização cultural a ponto de por em risco sistemas sociais tradicionais locais.

³⁵ Cf. GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de forma que seriam impensáveis em sociedade mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas [...] o desenvolvimento das instituições modernas lhe deu um novo ímpeto fundamenta: um sistema de datação padronizado, agora universalmente reconhecido (GIDDENS, 1991, p. 29).

Portanto, a denominada modernidade é constituída por transformação e rupturas consideradas responsáveis pela criação de novas instituições sociais e políticas de grande impacto para os padrões de sociedade até então vigentes. Uma nova experiência histórica cujo ritmo de aceleração impõe determinadas categorias – tempo e espaço; local e global; sociedade e comunidade; moderno e tradicional; urbano e rural – a uma situação de dualidade e polaridade.

Na sua narrativa filosófica, Habermas (2002) traz uma importante contribuição ao atentar para o fato de que a modernidade é um “projeto”. O “projeto da modernidade”, inacabado, como costuma afirmar, tem sua origem no pensamento iluminista e seu objetivo de dessacralização do conhecimento a fim de “liberta o homem de seus grilhões”. Esse projeto de emancipação na narrativa habermasiana é construído a partir de sólidas bases de racionalidade instrumental cuja consciência histórica tem como paradigma a descontinuidade com o passado e a expectativa de um futuro sempre aberto ao novo. Numa releitura da filosofia da história de Hegel, Habermas define sua concepção de modernidade como um projeto. Afirma:

Hegel também entende o “nosso tempo” como o “tempo recente”. Ele data o começo do tempo presente a partir da cesura do Iluminismo e a Revolução Francesa significaram para os seus contemporâneos mais esclarecidos no final do século XVIII e começo do XIX. Com esse “magnífico despertar” alcançamos, assim pensa ainda o velho Hegel, “o último estágio da história, o nosso mundo, os nossos dias”. Um presente que se compreende, a partir do horizonte dos novos tempos, com a atualidade da época mais recente, tem de reconstruir a ruptura com o passado como uma *renovação contínua*. (HABERMAS, 2002, p. 11).

Sintomático o diálogo de Habermas com Hegel e a construção do discurso filosófico acerca da modernidade. A ideia de que a passagem do tempo é o principal rastro deixado pela modernidade. É esse tempo acelerado que inspirou Hegel a forjar a ideia de tempo dialético cuja filosofia da história é mediada por acontecimentos históricos que impõe à modernidade uma perpetua ruptura com o passado, um presente em contínuo fluxo e um futuro em

constante perspectiva de mudança. O projeto da modernidade, na narrativa filosófica, é o projeto do *progresso* e do tempo em transformação acelerada.

Porém, se a modernidade é um projeto, seu processo de modernização social operou em todas as dimensões da vida social. Nos seus estudos historiográficos, Hobsbawm (2013) vincula a modernidade ao nacionalismo como um projeto político. Isto é, constitui-se de um projeto de poder. A modernização da organização política implica na construção dos Estados Nacionais e na perspectiva do uso dos instrumentos de força dessa instituição política justificada como legítima. Conforme Hobsbawm (2013, p. 20), essa “modernização [social] pelo alto”, é uma invenção recente no contexto da modernidade cujo discurso da nacionalidade como identidade, antecede a própria criação da nação uma vez que o nacionalismo nada mais é do que uma ideologia política.

A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações [...] Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. (HOBBSAWM, 2013, p. 19).

Ao considerar como válido o estudo de Hobsbawm, é possível perceber que o nacionalismo antecede a ideia de nação em razão de seu caráter ideológico como um “projeto” político de poder que reflete a experiência histórica da modernidade no campo político. Responsável pela recriação do Estado como entidade política forjadora de unidade social (a nação), a partir de um passado em comum chamado de identidade nacional. O nacionalismo é um desejo de afirmação política cuja identidade cultural possui um papel preponderante nesta afirmação.

Pesquisando acerca do tombamento do patrimônio francês após período revolucionário, Choay (2006) invoca a importância conferida aos monumentos históricos³⁶

³⁶ Ainda que este subtítulo tenha por objetivo indicar o ‘uso’ político-ideológico do patrimônio cultural, está muito claro que os monumentos históricos, bem como a ideia de patrimônio histórico, quando surgiu na França, tinha uma conotação também estética. Ou seja, havia um valor estético que procurava atribuir ao monumento um valor artístico. Isto fica muito bem esclarecido na obra de um dos principais estudiosos da história da arte do século XIX, Alois Riegl (2014), nos seus estudos sobre o campo da história da arte, Riegl publica “O culto moderno dos monumentos”, uma importante obra sua a modernidade, a arte e os monumentos históricos através da concepção da estética. In: O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

como instrumento de construção da nação francesa. Ao tombar um monumento de origem clerical ou aristocrático, o mesmo estaria sendo incorporado aos domínios da identidade nacional; passando a ser tratados como “monumentos históricos nacionais” (2006, p. 95), uma vez que tais monumentos são representações dos grandes eventos históricos da nação.

Não por acaso, ao organizar a nação francesa, um objeto político construído pela modernidade, regras de gestão do patrimônio foram sendo incorporados ao Estado visando à preservação dos monumentos. No entanto, os bens considerados à restauração eram legitimados caso houvesse comprovação de *valor* nacional. Ou seja, somente seriam preservados os monumentos históricos de relevância nacional. Como assevera Choay (2006, p.117):

Não se poder dizer de forma mais lapidar que os monumentos históricos são portadores de valores de conhecimento específicos e gerais, para todas as categorias sociais. A qualquer século que pertençam, os monumentos são testemunhas irrepreensíveis da história. Por isso, eles permitem construir uma multiplicidade de histórias [...] Além disso, eles funcionam como introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá o papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridade nacionais (CHOAY, 2006, p.117).

Essa passagem simboliza o caráter do patrimônio e da modernidade. Enquanto a modernidade poderia ser interpretada como uma experiência de um tempo cujas marcas impressas são de mudanças e de transformações sociais, a ideia de patrimônio como habitualmente estamos acostumados a pensar é “filho” da modernidade.

Surgido inicialmente na França a partir de uma ruptura histórica sem precedentes (A Revolução Francesa), a modernidade reorganizou a sociedade por meio de um projeto político cujo discurso de patrimonialização passou a atender os interesses desse projeto, que inicialmente auxiliou na construção de uma narrativa nacionalista a fim de produzir identidades a partir de um passado em comum.

A finalidade do patrimônio³⁷ passou a ser de certificar uma identidade de caráter nacional, afirmando os valores patrióticos e despertando sentimentos nacionalistas a partir da construção dos Estados Nacionais. Em torno da ideia de patrimônio, surgiu a preocupação com a conservação dos monumentos históricos e com a melhor forma de organizar o passado da nação, ou seja, a institucionalização e expansão dos museus. Se no passado o patrimônio

³⁷ Derivada do latim, a palavra patrimônio, ou melhor, *patrimonium*, tinha um sentido de bens familiares que eram deixados de herança pelo *pater* aos seus filhos. Portanto, patrimônio consiste em bens de herança.

eram bens familiares legados aos filhos, com o advento da modernidade, seu sentido passa a ter uma conotação política já que a modernidade consagrará a noção de patrimônio comum, coletivo e nacional. São bens culturais compartilhado em comum que desperta um sentimento nacional legado pelas gerações passadas.

O patrimônio como bens pertencentes à nação evoca um passado em comum. Ou, como enfatizou Thompson (2015), são “costumes em comum”, no qual o Estado passa a ser o principal responsável por assegurar a preservação do patrimônio e, conseqüentemente, organizar a memória nacional da sua unidade nacional inventariando todos os objetos do passado a fim de arquivá-los, conservá-los, exhibi-los em museu e, sobretudo, construir uma grande narrativa nacional (HOBSBAWM, 2013). A modernidade construiu muitas narrativas, dentre elas o discurso da nacionalidade e, neste caso, o patrimônio teve um importante papel.

Com o novo sentido atribuído ao patrimônio, legislações, sobretudo na França, foram sendo instituídas normatizando o campo patrimonial e estabelecendo os deveres do Estado para com a sociedade nacional. Como lembra Choay (2006), em torno da ideia dos valores patrimoniais o Estado (re)organiza a sociedade estabelecendo festividades a fim de celebrar a nação a partir dos símbolos da pátria. Este último (os símbolos nacionais) transmitido na instrução pública que avança com a noção de que a educação pública é um dever do Estado, que deve assegurar não só o conhecimento científico, mas transmitir civismo com o propósito de desenvolver o sentimento patriótico desde cedo.

Ao analisar a construção das nações, Hobsbawm (2013)³⁸ desenvolve uma importante reflexão sobre o caráter da ideia de nacionalização. A começar pelo termo nação que em virtude da *revolução francesa* ganha sentido de entidade jurídica de tal ordem que o poder é transferido das mãos do rei para uma entidade coletiva – nacional – e, sobretudo, soberana. O arcabouço jurídico visa tornar o Estado numa unidade política alicerçado na ideia de soberania nacional de modo tal que todo o patrimônio desta unidade pertence a todos.

O direito público assegura que os bens nacionais, ou seja, monumentos, canções, contos populares e a língua, são símbolos que nacionalizados pertencem a todos uma vez que se trata de uma herança. Como aponta Dossê (2003), ao analisar a importância do historiador Jules Michelet na produção do discurso de nacionalidade francesa, os historiadores se revelaram como protagonistas desta engenhosa fabricação do patrimônio nacional.

³⁸ Cf. HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

Propondo-se a entender a associação do patrimônio com a política, Poulot (2009) configura bem essas ligações envolvendo cultura e política, ou melhor, o uso do patrimônio pelo Estado. O patrimônio é transformado num objeto estratégico para a construção de uma unidade nacional cujo discurso patriótico encontra nos bens culturais o catalisador da construção de uma nação:

[...] na sequência de um longo processo de patrimonialização, a nação é que se tornou o objeto por excelência da patrimonialidade, fornecendo, por assim dizer, o quadro de interpretação de qualquer objeto do passado. No caso francês, a patrimonialização oficial elaborou-se a partir da revolução, segundo o modelo de uma negociação entre os valores da nação definida em novos termos pela forma contratual e os valores, desta vez, “culturais”, que vão aparecendo aos poucos, além de estabilizarem no espaço e no tempo essa construção abstrata – de fato, com o desaparecimento da Igreja e das corporações, a patrimonialidade tradicional tinha ficado fora de circuito. Esse compromisso laborioso entre nacionalidade do contrato e nacionalidade de cultura é que permitiu o triunfo de uma nação-patrimônio [...] (POULOT, 2009, p. 28).

Portanto, neste subtítulo, percebemos a maneira como o Estado se apropria do patrimônio dando-lhe um novo sentido diferente. A França é uma referência em razão do tratamento dado a *revolução francesa (1789)* pela historiografia como “inauguradora” da modernidade. A ruptura provocada pela revolução estabeleceu novas formas de organização política e social no mundo, de modo que os bens culturais legados pelo antigo regime (pré-revolução) passaram a ter uma importância na configuração sociopolítica do Estado francês. O patrimônio, neste caso, foi o *leitmotiv* para a construção de uma identidade nacional, ou seja, ele foi instrumentalizado para um propósito, para despertar um sentimento pátrio de acordo com os interesses de uma unidade política que visava se fortalecer como uma entidade nacional. A França, portanto, em termos de patrimonialidade cultural, foi o modelo que expressou tão bem a modernidade.

2.2 Modernidade: o patrimônio natural nos Estados Unidos.

Ao entrar em contato com a natureza exuberante no seu país, o preservacionista Thoreau ‘vaticinou’: “A indescritível inocência e beneficência da Natureza – do sol, vento e chuva, do verão e inverno –, quanta saúde, quanta disposição eles sempre proporcionam”!

(THOREAU, 2015, p. 137). Com essa assertiva e tantas outras, Henri David Thoreau publicou um dos principais livros que alimentaria o emergente movimento ambientalista nos Estados Unidos. A publicação de *Walden* (1854) é sintomática haja vista o tom pessoal impressa na obra de um homem que radicaliza uma experiência de vida isolando-se na natureza. Num país que venerara ardentemente os símbolos do progresso, especialmente, a industrialização e a urbanização, Thoreau despontaria como um símbolo do romantismo ambiental e transformaria *Walden* numa “bíblia” para os preservacionistas norte-americanos.

Contudo, os escritos de Thoreau e de outros teóricos da preservação da natureza não podem ser interpretados à risca como muitos pioneiros do movimento ambiental viveram no final do século XIX, isto é, isolados e intocados na natureza. É preciso inseri-los num quadro histórico muito mais amplo visando compreender os dilemas de uma sociedade americana que cultuava os sinais de modernização em detrimento da preservação ambiental. Uma organização social que crescia fora da configuração espacial europeia, mas importando seus emblemas de modernidade, como a fundação de um Estado-nação e um modelo de sociedade com forte discurso nacionalista. Entretanto, diferentemente do discurso de patrimonialização do monumento histórico que grassou na Europa no século XIX, a preocupação com a patrimonialidade dos bens naturais emergirá na passagem do século XIX para o XX na sociedade norte-americana de tal modo que a reivindicação do incipiente movimento ambientalista exerceu forte influência nas políticas públicas dos Estados Unidos a ponto de tais ideias se difundirem por todo o mundo. Sem dúvida, o maior legado do movimento ambiental norte-americano, os parques nacionais, foram sendo incorporados à estrutura burocrática do Estado americano na medida em que o movimento ganhava força.

A ideia norte-americana de constituição de parques nacionais, cara aos preservacionistas, se disseminou amplamente pelo mundo, servindo de parâmetro para iniciativas de proteção da natureza. Tratava-se de áreas públicas reservadas e proibidas de serem colonizadas, ocupadas ou vendidas, e que, portanto, eram destinadas ao benefício e desfrute da população em geral, e não a interesses particulares. A intenção era preservar, em seu estado selvagem, para a posteridade, áreas dotadas de grande beleza natural. Nos EUA, a criação de parques nacionais recuperava as concepções de autores como George Catlin, Henry David Thoreau e George Perkins Marsh, motivados por um fascínio pelas novas descobertas da biologia e por uma filosofia inspirada no romantismo (DRUMMOND, 2012, p. 344).

No entanto, é preciso compreender que a criação de parques nacionais decorre da consequente organização social norte-americana. Ao contrário do que ocorria na Europa, os

Estados Unidos viviam no século XIX um processo de expansão territorial e, portanto, de ocupação espacial particularizando a relação do homem com o meio natural se comparar com outros lugares do mundo. Como já mencionou Diegues (2001), o homem norte-americano do século XIX, acreditava que os recursos naturais eram inesgotáveis. Essa mentalidade coexistia com a ideia de que o indígena era um elemento desconsiderado das terras tidas como selvagens (2001, p.15).

Não obstante, em 1862 é publicado o decreto *Homestead Act* visando incentivar a ocupação de terras consideradas vazias pelo governo norte-americano. Dando início a uma fase de expansão econômica e demográfica cujas consequências sociais e ambientais já podiam ser sentidas na virada de século. “A situação era tão grave que o *Census Bureau*, relatório de 1890, declarou que as fronteiras para novas expansões agrícolas estavam fechadas e que a maioria das terras devolutas governamentais haviam sido apropriada” (DIEGUES, 2001, p. 16). Portanto, é nesse contexto histórico, que nos Estados Unidos, surgiram os pioneiros do movimento ambiental moderno, que propuseram novas formas de relacionamento do homem para com a natureza, levando em conta que a ideia de progresso, que o crescimento econômico, que o processo de urbanização e a ocupação das “terras selvagens” eram os responsáveis pelo altíssimo custo ambiental para o país.

O primeiro grande resultado do precursor movimento ambiental tem como principal legado a criação do Parque Nacional de Yellowstone (1872). Os parques são símbolos da concepção de uma das correntes que emergiu nos Estados Unidos em resposta dos impactos da Revolução Industrial na América. Surgido numa área que se acreditava selvagem e vazia, o Parque de Yellowstone representara aquilo que se convencionou a ser chamado nos Estados Unidos de *Wilderness*.

Wilderness, of course, also had significance in human terms. The idea of a habitat of wild beasts implied the absence of men, and the wilderness was conceived as a region where a person was likely to get into a disordered, confused, or wild condition. The image is that of a man in an alien environment where the civilization that normally orders and controls his life is absent³⁹. (NASH, 2014, p. 02)

³⁹ Roderick F. Nash. *Wilderness and the American Mind* (EUA: Yale University Press, 2014). A natureza selvagem, claro, também teve significado em termos humanos. A ideia de um habitat de animais selvagens implicava a ausência de homens, e o deserto era concebido como uma região onde a pessoa provavelmente entrava em uma condição desordenada, confusa ou selvagem. A imagem é a de um homem em um ambiente hostil onde a civilização que normalmente ordena e controla sua vida está ausente (*tradução nossa*)

Portanto, embora polissêmica, a ideia de Wilderness, surge para designar na política ambiental norte-americana como área natural em estado selvagem e sem a presença humana. Em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone é instituído a partir do decreto *Wilderness Act*, ou seja, uma unidade de preservação. A partir deste parque é produzido um discurso de política ambiental que seria adotado em seguida pelo governo dos Estados Unidos: A concepção de *intocabilidade*, uma vez que são unidades (reservas) de valor estético e fruição protegidas pelo Estado, cuja presença do homem ocorrerá somente em casos de visitação. Neste caso, pode-se concluir que a corrente preservacionista exerceu importante papel nas primeiras ações de regulamentação ambiental norte-americana. Não por acaso, a exemplo do parque de Yellowstone, outros parques foram sendo criados em pouco intervalo de tempo com as mesmas finalidades.

When American at last began protecting nature in the nineteenth century, it was through a very anthropocentrically defined national park ideal. American preserved Yellowstone (1872), the Adirondacks (1885), and Yosemite (1890) for people's pleasure and for utilitarian purposes such as water and game supply [...] Henry Salt's humanitarian league and John Muir's Sierra Club, founded within a year of each other in the early 1890, had vastly different objectives related to the particular experience of their respective culture with nature⁴⁰ (NASH, 1989, p. 36).

A vertente preservacionista do incipiente movimento ambiental nos Estados Unidos se põe como antítese à ideologia do progresso civilizatório que grassava no país e o corolário dos recursos inesgotáveis. A concepção de intocabilidade das áreas naturais (*Wilderness*) pretende pôr um freio a corrida norte-americana em direção ao Oeste e seu desejo inexorável pelos recursos naturais e expansão territorial. Para Nash (1989), o movimento ambiental preservacionista encontrou amparo na filosofia naturalista através dos escritos de Ralph Emerson, de Henry David Thoreau e de John Muir⁴¹. Para os preservacionistas, afastar o homem dos parques nacionais era fundamental a fim de preservar a área natural em seu estado selvagem.

⁴⁰ RODERICK F. Nash. *The Rights of Nature: a history of environmental ethics*. The United States Yale: The University of Wisconsin Press, 1989. “Quando o americano finalmente começou a proteger a natureza no século XIX, foi através de um ideal de parque nacional muito antropocentricamente definido. O americano preservou o Yellowstone (1872), o Adirondacks (1885) e Yosemite (1890) para o prazer das pessoas e para fins utilitários, como abastecimento de água e jogo [...] A liga humanitária de Henry Salt e o Sierra Club de John Muir, fundado há um ano um do outro no início de 1890, tinham objetivos muito diferentes relacionados à experiência particular de suas respectivas culturas com a natureza” (*tradução nossa*).

⁴¹ Ibidem, 1989, p. 39

A visão preservacionista está muito bem sintetizada na obra de John Muir *Our National Parks* (1997), sobretudo se for considerado o ideal filosófico e romântico com que os ambientalistas abordavam a natureza. Ao analisar o parque Yellowstone, Muir se concentra na descrição fiel das belezas naturais da região, enaltecendo suas características físicas excluindo a presença humana por completo do cenário quase idílico construído em sua narrativa⁴². Interpretado como um movimento ambiental que se contrapõe aos impactos da era do progresso em terras americanas e de fundamentação teórica baseada na filosofia romântica, o idealismo naturalista vai ao encontro do mito cristão do “paraíso terrestre” (DIEGUES, 2001) existente no ideário puritano dos pioneiros do movimento.

Por outro lado, concomitante ao surgimento do movimento preservacionista, outra vertente interpretativa da questão ambiental emergia com força nos Estados Unidos: o movimento ambiental conservacionista. Num importante estudo comparativo sobre os “pais fundadores” do pensamento ambiental norte-americano, Robert Dorman (1998), analisa a percepção de Henry David Thoreau – um dos mais importantes nomes da corrente preservacionista – cotejando com a maneira com que George Perkins Marsh – conhecido representante do movimento conservacionista – percebia os efeitos da revolução na sociedade e na paisagem. Conforme Robert Dorman, um dos ‘marcos importantes’ para o nascimento do movimento conservacionista está na publicação do livro de George P. Marsh em que busca compreender os impactos das ações antrópicas na natureza a partir de investigação de caráter científico e não filosófico.

In 1864, he published the book for which he is principally remembered, *Man and Nature*, a work that has been called "the fountain head of the conservation movement". Marsh was a contemporary with the more famous progenitor of american environmentalism, David Thoreau, whom he was born twenty years before and was to outlive by another twenty⁴³ (DORMAN, 1998, on-line).

⁴² John Muir. *Our National Parks*. Cambridge: The Riverside Press, 1997. “Of the four national parks of the West, the Yellowstone is far the largest. It is a big, wholesome wilderness on the broad summit of the Rocky Mountains, favored with abundance of rain and snow,— a place of fountains where the greatest of the american rivers take their rise” (MUIR, 1997).

⁴³ DORMAN, Robert L. *A word for nature: four pioneering environmental advocates, 1845-1913*. USA: The University of North Carolina Press, 1998. “Em 1864, ele publicou o livro para o qual ele é lembrado principalmente, *homem e natureza*, um trabalho que tem sido chamado de ‘o fundador do movimento de conservação’. Marsh era contemporâneo do mais famoso progenitor do ambientalismo americano, David Thoreau, nascido vinte anos antes e que viveu por mais vinte”. (*tradução nossa*)

A publicação da obra *Man and Nature* em 1864 teve forte impacto na “consciência ambiental” da época a tal ponto do movimento conservacionista, a exemplo do movimento preservacionista, ter suas demandas ambientais incorporadas a política do Estado norte-americano. No consagrado estudo sobre a obra de Marsh, o historiador e geógrafo David Lowenthal (2000), redescobre nas pesquisas realizadas sobre George P. Marsh os germes do *conservacionismo* ambiental uma vez que o livro *Man and Nature* de 1864 já indicava a necessidade de entender as interdependências das relações sociais e ambientais.

This was no static panorama but one in ceaseless flux, rapidly being transformed by the forces George Marsh would so memorably limn in *Man and Nature*. Thirty years of clearing and planting had converted the wooded lower hills surrounding Woodstock into field and pasture. On higher, steeper slopes the forest was also receding, as demands for fuel and the effects of pioneer profligacy took their toll. The runoff rain and snow on denuded hillsides sped erosion and depleted once abundant supplies of fish and game. Frequent floods washed out bridges and mill sites⁴⁴ (LOWENTHAL, 2000, p.04).

A partir de Marsh, o entendimento de que as raízes da degradação ambiental resultam da ação humana e não de grandes catástrofes naturais como se pensava até então. Como enfatiza Lowenthal, nas investigações científicas de Marsh sobre a região de Woodstock (Vermont), a introdução de campos agrícolas em detrimento do desmatamento resultou em efeitos danosos para a fauna e, sobretudo, para o solo. Portanto, as mudanças sociais e sua relação com o meio natural já estava sendo tratada de maneira em que os riscos de uma tragédia ecológica já não seriam mais atribuídos a causas naturais, mas a forma de manipulação dos recursos naturais adotada pelo homem.

As origens do movimento *conservacionista* tem em Marsh seu ponto de partida de acordo com a interpretação de Lowenthal. Não apenas por seu pioneirismo em indicar para a sociedade de seu tempo os efeitos das relações sociais e econômicas no meio natural, porém, por introduzir o conceito de *manejo*, considerado pelo movimento ambiental de viés

⁴⁴ LOWENTHAL, David. *George Perkins Marsh: prophet of conservation* USA: The University of Washington Press, 2000. “Não se tratava de um panorama estático, mas de um fluxo incessante, sendo rapidamente transformado pelas forças que George Marsh descreveu tão memoravelmente em *Man and Nature*. Trinta anos de desmatamento e plantio haviam convertido as colinas arborizadas mais baixas ao redor de Woodstock em campos e pastagens. Nas encostas mais altas e íngremes, a floresta também estava recuando, à medida que as demandas por combustível e os efeitos da falta de apetite pioneira cobraram seu preço. O escoamento de chuva e neve nas encostas desnudadas aceleraram a erosão e esgotaram os abundantes suprimentos de peixes e caça. Inundações frequentes lavaram pontes e usinas” (tradução nossa).

conservacionista como o *leitmotiv* da ideia de sustentabilidade e a principal característica que diferencia o conservacionismo do preservacionismo. Homem pragmático e integrado a sociedade, como apontara Lowenthal em sua biografia sobre Marsh, a concepção de manejo refletiria o uso racional dos recursos naturais, sobretudo aplicadas nas incipientes reservas florestais adotadas pelo Estado norte-americano.

A virada para o século XX pôs a sociedade norte-americana num debate ambiental tensionado entre as concepções preservacionistas e conservacionistas. De um lado, o ativismo preservacionista de John Muir e sua visão de áreas selvagens (*wilderness*) sem a presença humana em seu interior. E por outro lado, o emergente movimento conservacionista cuja força advinha das ideias científicas de George P. Marsh a partir dos seus trabalhos publicados acerca do impacto da ação humana sobre o meio natural e de um manejo dos recursos naturais visando o seu bom uso. O grande salto da teoria conservacionista se deu em definitivo com a geração do engenheiro florestal Gifford Pinchot. Estudioso, ativista e, sobretudo, gestor de reservas florestais, Pinchot concebe a natureza não como um ser intocável e estético para atender os desejos de fruição humana, mas, considerando o bom uso dos recursos naturais a fim de extrair um bem-estar para a sociedade.

Gifford Pinchot, engenheiro florestal treinado na Alemanha, criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. Na verdade, Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Essas ideias foram precursoras do que hoje se chama de desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 2001, p.18).

Portanto, para Diegues (2001), um dos comentadores da obra de Pinchot, as origens do controverso termo “desenvolvimento sustentável” podem ser encontrados na ideia de manejo sustentável atribuído pelo engenheiro florestal para melhor aproveitamento dos recursos naturais assegurando sua continuidade da geração presente. Porém, as divergências entre os grupos ambientais não foram empecilhos para que o governo dos Estados Unidos incorporasse as demandas ambientais de ambos os grupos, regulamentando a questão ambiental norte-americana e transformando-a numa política pública que inspirariam outros países em sua gestão dos recursos naturais.

No início do século XX, através da presidência de Theodore Roosevelt (1901 – 1909), os Estados Unidos já possuíam uma política de proteção ambiental que inclui as reivindicações dos preservacionistas e a agenda ecológica dos conservacionistas.

O presidente seguiu as diretrizes de Pinchot, criando dezenas de florestas nacionais (de produção de madeira) e áreas públicas reservadas para pastoreio e outras atividades produtivas. No entanto, Muir e outros preservacionistas também foram ouvidos por Roosevelt. A incorporação de terras ao Parque Nacional de Yosemite e a criação de 53 reservas naturais, 16 monumentos nacionais e cinco novos parques nacionais no mandato de Roosevelt contemplavam as expectativas do grupo (DRUMMOND, 2012, p.345).

É possível perceber a influência dos movimentos ambientais na política norte-americana e a apropriação do Estado visando converter a questão ambiental no país num elemento de identidade nacional. Diferente do que ocorria na Europa, nos Estados Unidos já era visível a presença das organizações sociais surgidas no seio da sociedade civil de tal maneira que da cultura doo *associativismo*⁴⁵ surgiu o **Sierra Club** (1892), uma das mais importantes organizações ambientais, associada fundada por John Muir e responsável por exercer *lobby* ambiental no governo de Roosevelt. Não por acaso, conforme citação acima, o grupo preservacionista de Muir fora contemplada em muitas de suas reivindicações.

Não obstante, o governo dos Estados Unidos instrumentalizava seu discurso nacionalista a partir do uso dos parques, das reservas e dos monumentos naturais a fim de construir uma identidade coletiva nacional. Se a Europa construía a noção de patrimônio cultural para designar um estado de espírito de uma nação, nos Estados Unidos, o patrimônio natural exercerá este papel. Por fim, o modelo de patrimonialização europeu e norte-americano será importado para o Brasil com o objetivo de construir uma nação e fundar um Estado moderno.

Podemos concluir neste subcapítulo que diferentemente da Europa, nos Estados Unidos a ideia de patrimonialização esteve dirigida à proteção da natureza. Ainda que na Europa tenha havido preocupações com o meio ambiente, tendo em vista a mudança de atitudes para com a fauna e a flora, como indica os estudos de Thomas (2010), essa nova sensibilidade europeia em relação à natureza não se traduz naquilo que ocorreu nos Estados

⁴⁵ Ver Alexis de Tocqueville, “Capítulo IV – Da associação política nos Estados Unidos”, In: *A democracia na América: leis e costumes* (São Paulo: Martins Fontes, 1998).

Unidos. Foi na “América” que surgiram duas significativas correntes de pensamento ambiental: o **preservacionismo** e o **conservacionismo**. Como vimos acima, enquanto que o *preservacionismo*, através dos escritos de John Muir visava assegurar à proteção da natureza considerando como um valor em si, procurando afastar o homem do meio natural preservado, o *conservacionismo* objetivava assegurar a administração racional dos recursos naturais a partir do manuseio humano. Ou seja, ambas as correntes legaram para o pensamento ambiental do século XX importantes conceitos que influenciaria nas políticas ambientais dos países ocidentais.

No caso do preservacionismo, pode-se falar do legado da teoria da *intocabilidade* da natureza adotada inicialmente nos parques nacionais. Por outro lado, do ponto de vista do conservacionismo, a maior herança com certeza é a ideia de uso racional dos recursos naturais, conhecido entre os ambientalistas do século XX por *manejo sustentável*. Neste último caso, vale salientar que a herança da corrente ambiental conservacionista bebeu na fonte de importantes movimentos ambientais genuínos do século XX, como é o caso do *ecodesenvolvimento* proposto por Sachs⁴⁶ e a ideia de *desenvolvimento sustentável* propagado pelas instituições da ONU.

Como veremos a seguir, no caso Brasil, tais correntes de pensamento ambiental, não apenas ficaram restritas as fronteiras norte-americanas, foram importadas pelo Brasil iniciando pequenos movimentos ambientalistas que a partir dos anos de 1930 traduziriam suas aspirações em políticas públicas ambientais.

2.3 Modernidade: o caso brasileiro – o patrimônio cultural e natural no Brasil.

Neste subtítulo, será abordado o momento em que os grupos sociais organizados pelos debates acerca da identidade brasileira, seja por meio do debate cultural, seja pelas discussões sobre a temática ambiental, ascendem ao poder a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930. No entanto, é importante destacar que desde a constituição do Império no Brasil (1822), os debates envolvendo identidade nacional⁴⁷, formação cultural e questões

⁴⁶ Cf. SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

⁴⁷ De acordo com SCHWARCZ (1993), emergiram no Brasil entre 1870 e 1930, gerações vanguardistas nas discussões sobre identidade, cientificismo e naturalismo, intermediado pela temo da miscigenação racial. A partir do conceito de raça se debatia identidade cultural, se organizou um pensamento científico de caráter evolucionista considerando o meio geográfico-natural através de uma perspectiva darwinista. Cf. SCHWARCZ,

ambientais⁴⁸ já ocorriam tanto no Rio de Janeiro (capital do país), quanto nas províncias do Império⁴⁹.

Porém, somente na virada do século XIX, haverá um aprofundamento das discussões sobre os temas citados confluindo na *reorganização* do Estado brasileiro com a Era Vargas (1930-45). As mudanças ocorridas neste tempo representam a síntese de tudo àquilo que vinha acontecendo na Europa, no que concerne ao patrimônio cultural, bem como o que estava acontecendo nos Estados Unidos, no que tocava ao patrimônio natural. E, ainda que tenha sido fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁵⁰ em 1838, apenas com a institucionalização do Iphan (1937) é que a tutela do patrimônio cultural e natural terá uma ação sistematizada através do Estado. Tutelando o patrimônio a partir de uma lógica de identidade nacional visando atender às demandas trazidas pelos movimentos culturais e ambientais surgidos há décadas.

Se por um lado na Europa e nos Estados Unidos a ideia de patrimônio percorreu caminhos distintos, no Brasil, a assimilação dos modelos europeus e norte-americano auxiliou na construção da sociedade e do Estado brasileiro. Assim como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, o patrimônio, seja cultural ou natural, teve um papel preponderante no projeto de modernidade da qual o Brasil passou a adotar. Portanto, é importante perceber os usos discursivos do patrimônio na problemática da identidade nacional brasileira bem como as relações de poder intrínsecas na construção simbólica da identidade nacional protagonizada pelo Estado a partir de 1930.

Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁸ Para uma maior compreensão da questão ambiental no Brasil-Império, ver as pesquisas realizadas por PÁDUA (2004). Para este historiador do meio ambiente, as obras escritas de José Bonifácio de Andrade e Silva, podem ser consideradas um marco na reflexão crítica da temática ambiental no Brasil durante a fase do império. O “patriarca da independência”, como ficou conhecido, não apenas pensou na organização do poder político, mas refletiu sobre as relações entre sociedade e território, tendo em vista as “consequências sociais negativas da destruição do ambiente natural” (2003, p. 130). Cf. PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

⁴⁹ No tocante as províncias que constituíam o Brasil-Império (1824-1889) e, sobretudo, nos Estados federados que passaram a configurar a denominada “República Velha” (1889-1930), pode-se destacar o caso sergipano. Conforme enfatizou de GUIMARÃES (2010), surgiu no Estado de Sergipe em 1913, uma lei que não só instituiu a primeira legislação ambiental, mas fundou o primeiro Código Florestal Sergipano “tendo sido instituída pelo então Presidente do Estado de Sergipe José de Siqueira Menezes” (2010, p. 91). Cf. GUIMARÃES, Rosemeire M^a Antonieta Motta. Estado e Política Ambiental em Sergipe (1972-2006). Sergipe: Editora UFS, 2010.

⁵⁰ No já citado livro da antropóloga SCHWARCZ (1993), dois capítulos de sua obra são dedicados ao que a pesquisadora chama de “centros de produção de ideias” no período do Império brasileiro. São eles: os museus etnográficos e os institutos históricos e geográficos. Neste caso, conferir: **Os museus etnográficos brasileiros – “polvo e povo, molusco também e geste”**; e, **Os institutos históricos e geográficos – “guardiões da história oficial”**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Se na historiografia brasileira o governo de Getúlio Vargas é interpretado como um marco nos estudos sobre a institucionalização do patrimônio cultural (CHUVA, 2012), é correto afirmar que antes de 1930 havia no Brasil um debate nacional acerca da construção da identidade brasileira. A formação de uma identidade nacional pode ser constatada no célebre *movimento modernista* de 1922, que pôs em evidência as referências culturais do país da época, evocando uma brasilidade para a sociedade. Neste tocante, vale apenas salientar o papel da literatura engajada como meio de argumentação para explicar o Brasil, a fim de atribuir um sentido cultural ao povo brasileiro.

A problemática da identidade nacional surge no Brasil a partir de um contexto semelhante com o ocorrido tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, isto é, com um momento histórico marcado por fortes transformações econômicas e sociais. As transformações dos meios de produção econômica operaram em benefício do sistema industrial (FURTADO, 2004). Portanto, mudanças profundas ocorreram nas primeiras décadas do século XX, tanto no tocante à industrialização quanto no que concerne ao processo de urbanização. De país predominantemente agrário o Brasil fora sendo transformado gradualmente num país urbano e industrial (DEAK e SCHIFFER, 2004). Este cenário se tornou propício para uma “reinvenção” do Brasil, sobretudo, para os literatos engajados no entendimento do caso brasileiro.

Num clássico estudo sobre a modernidade brasileira, Renato Ortiz (2012), elenca os escritos literários que abordaram a temática da brasilidade antes da conhecida “Revolução de 1930”⁵¹. Transitando entre literatura e cientificidade, as publicações de Oliveira Viana, Sílvio Romero⁵², Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, se encontravam num ponto crucial para o momento histórico da época: a identidade nacional. Não obstante, a problemática identitária era refletida a partir de dois conceitos-chaves para o entendimento do atraso brasileiro em comparação com as civilizações consideradas mais “avançadas”: A questão da raça e a questão do meio geográfico.

⁵¹ Skidmore (1998). Termo usado pela historiografia para designar a ruptura com a “política café com leite” (pacto político entre mineiros e paulistas) e a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas ao poder, dando início da Era Vargas que duraria por 15 anos (1930 a 1945) Período em que o Iphan é institucionalizado com o objetivo de salvaguardar o patrimônio brasileiro.

⁵² Neste caso, é importante enfatizar a importância do pensador da Primeira República (1889-1930) Manoel Bomfim. Sergipano, assim como Sílvio Romero, polemizou com este último devido à interpretação acerca da formação do povo brasileiro. Enquanto que Sílvio Romero defendia o “*embranquecimento*” da população, Manoel Bomfim via na miscigenação qualidades para a identidade nacional brasileira. Bomfim, diferentemente de Sílvio Romero, negou a validade das teorias científicas que procuravam referendar a superioridade racial. Cf. BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Available from Scielo Books.

Resulta dessa interpretação um quadro acentuadamente pessimista do Brasil, onde a natureza suplanta o homem, a cultura europeia tem dificuldades em se enraizar, o que determinaria o estágio ainda bárbaro em que permanece o conjunto da população brasileira. Sílvio Romero se propõe a aprimorar um estudo mais detalhado do meio [geográfico] e particularmente relacionar à questão racial. A posição de Euclides da Cunha e Nina Rodrigues [...] Um exemplo claro é o livro de Euclides da Cunha sobre Canudos. O nordestino só é forte na medida em que se insere num meio inóspito ao florescimento da civilização europeia [...] Procura-se dessa forma descobrir os defeitos e as vicissitudes do homem brasileiro (ou da sub-raça nordestina) vinculando-os necessariamente às dificuldades ou facilidades que teria encontrado junto ao meio ambiente que circunda (ORTIZ, 2012, p.18).

Portanto, meio geográfico e a miscigenação do povo brasileiro eram temas recorrentes para explicar o atraso brasileiro e, conseqüentemente, formular uma teoria cultural de identidade nacional à propósito de inserir o Brasil na modernidade. Essa temática propagou-se para outros campos, principalmente para as políticas sociais da época. Como por exemplo, a política de imigração e seu intuito de *embranquecimento* da população e a política de expansão das terras situadas ao oeste do território ainda não devidamente ocupado.

Como pano de fundo havia um projeto de modernização em curso e um discurso de civilização em vigência no imaginário dos intelectuais e autoridades daquele momento histórico. A integração do território nacional e sua respectiva colonização e ocupação era uma necessidade para que a unidade nacional pudesse se realizar. No entanto, o meio natural a oeste se postava como um grande desafio para o sucesso da integração. A política expansionista e sua sanha civilizatória pretendia “(re)evangelizar” os índios e introduzir uma estrutura de Estado nos confins do interior do Brasil. A Comissão Rondon “desembarca” em terras mato-grossense disposto a desbravar a hostil natureza selvagem brasileira a partir de expedições científicas e exploratórias cujo destino seria a região amazônica.

A abertura para a colonização e o povoamento de uma ampla região do território brasileiro até então deserta dependia também da elaboração de um conhecimento científico sistematizado a seu respeito. Explorar cientificamente o território e incorporá-lo ao mundo civilizado eram definidos como dois aspectos da mesma proposta. Os relatórios da Comissão Rondon dão grande ênfase aos estudos de história natural realizados em seu âmbito, e que deram origem a diversas publicações que compreendiam áreas como botânica, mineralogia, linguística indígena, zoologia, geologia, águas termais, topografia, astronomia, etnografia, e determinação de coordenadas geográficas (MURARI, 2009, p.307).

A demarcação das terras a oeste inspirou expedições científicas a fim de transpor os obstáculos impostos pela natureza bravia que inviabilizava o processo civilizatório brasileiro. A identidade cultural nacional demandava fundamentalmente da unidade territorial e a integração de todo o meio geográfico, de modo que o conhecimento científico da complexidade ecológica e antropológica contida nestes confins era determinante para a consolidação do projeto político da identidade brasileira.

Concomitante ao projeto político de identidade nacional que se forjava no primeiro quartel do século XX, sustentados pelos ideais de progresso e civilização, surgiu no país um grupo de cientistas e intelectuais preocupados com os destinos reservados a natureza e ao patrimônio histórico e artístico nacional. Ou seja, à medida que avança e se consolidava o modelo de sociedade urbana-industrial e o seu discurso de desbravamento das matas, maior era a inquietação dos grupos que orbitavam em torno das temáticas da preservação da natureza e do patrimônio histórico.

No tocante à preservação do patrimônio histórico, como mencionado acima, o movimento da *Semana de Arte Moderna* de 1922 capitaneado por Mario de Andrade catalisou um estado de consciência cultural que grassava no Brasil em decorrência das discussões acerca da identidade cultural nacional. Por outro lado, em Minas Gerais, uma geração de profissionais na área da arquitetura, debatia sobre o futuro do patrimônio arquitetônico e artístico do país considerando que Minas Gerais havia sido palco de uma dos maiores centros de produção artística do período colonial que fora o movimento barroco. Não obstante, nos anos 20 do século passado, além de Minas Gerais, outras provinciais de muita tradição histórica, como por exemplo, a Bahia e Pernambuco, já haviam fundado “Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos e Artísticos” a fim de combater, especialmente, o comércio ilícito de obras de artes (IPHAN, 1980).

Dispersos em suas atuações administrativas, estas províncias deram um passo importante na formulação de normas e códigos de condutas para a preservação dos ‘monumentos históricos e artísticos’. Portanto, o ano em que o Iphan é instituído em 1937, culmina com a organização e sistematização de ações dispersas pelo país a partir de um governo centralizador responsável pela implantação de uma política nacional para o país tanto no campo cultural quanto no campo ambiental.

[...] com a geração responsável pela renovação arquitetônica e intelectual dos anos de 1920 e 1930, concentradas no Serviço de Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (Sphan) a partir de 1937, foi capaz de construir narrativas históricas que dessem sustentação à formação de nossa identidade nacional. Estabelecendo um elo entre o século XVIII e o século XX, e colocando em primeiro plano a tradição política e as manifestações artísticas realizadas em Minas Gerais como símbolo mais genuíno de uma expressão original e autônoma (BRAGA, 2010, p.181).

Como aponta Braga (2010) na citação acima, o Iphan – antigo SPHAN⁵³ – possibilitou unificar um sentimento de preservação do patrimônio que já ocorria em algumas provinciais. Porém, como pode ser notada, a geração de arquitetos originários de Minas Gerais fora contemplada com a institucionalização do órgão oficial uma vez que a conduta de salvaguarda adotada nos primeiros anos da instituição atenderam as solicitações e demandas da geração mineira, sobretudo se levarmos em conta que a narrativa histórica de identidade nacional que prevaleceu foi justamente a patrimonialização arquitetônica do barroco mineiro encontrado nas antigas cidades das Minas Gerais. Não sem razão, Ouro Preto se tornaria na primeira cidade histórica tombada pelo órgão federal.

Se no campo cultural, principalmente no que se refere à preservação dos bens históricos e artísticos brasileiros, culminou com a institucionalidade do Sphan, fortalecendo o discurso nacionalista que o patrimônio histórico vicejou na década antecedente, no campo ambiental uma geração de cientistas vinculados à geologia e a biologia demonstraram grande preocupação com o futuro do patrimônio natural nacional em consequência do crescimento urbano desordenado, do desmatamento e da devastação ambiental provocada pela expansão ferroviária⁵⁴. Na província de São Paulo, cujo desenvolvimento do modelo societário urbano-industrial afluía com vigor, despontava grupos de discussão sobre a necessidade de criação de reservas florestais a fim de combater a destruição ambiental e estimular o uso racional dos recursos naturais (FRANCO; DRUMMOND, 2012).

As pesquisas científicas nas áreas ambientais apontavam uma preocupação com o estado da conservação da natureza no Brasil. Entretanto, o debate extrapola as fronteiras da

⁵³ SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este foi o primeiro nome atribuído ao órgão, que em 1936 iniciou suas atividades funcionais. No entanto, somente em 1937, com a publicação do Decreto-lei Nº 378, é que será oficializada a instituição federal. O Sphan durou com esta denominação de 1937 a 1946. O órgão esteve inserido na categoria de instituição de educação extraescolar dos serviços relativos à educação. À época, o órgão fazia parte da estrutura burocrática do Ministério da Educação e Saúde Pública chefiada pelo então ministro Gustavo Capanema.

⁵⁴ “Em 1901, Euclides da Cunha (1866-1909) chocou-se com as pilhas de lenha e as voçorocas visíveis ao longo da ferrovia. Elas testemunhavam a derrubada das matas para abrir a linha férrea e para abastecer as locomotivas”, em FRANCO, José L. de A; DRUMMOND, José Augusto. *História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 336.

incipiente comunidade científica da época e grassa ao precário espaço público pouco afeito as discussões desta ordem. Não obstante, o personagem mais importante do primeiro quartel do século XX nas querelas ambientais destoa do protótipo cientista e pesquisador da área biológica que transitava na comunidade científica de então. Alberto Torres (1865-1917) politizou a questão ambiental no Brasil de modo que promoveu na esfera pública um debate envolvendo a defesa do meio ambiente a temática de identidade nacional que circulava nas primeiras décadas que antecederam a Era Vargas.

A trajetória desse grupo e de suas ideias mostra que começava a surgir uma consciência de que o mundo natural devia ser preservado, embora não houvesse ainda possibilidades de aplicar medidas eficazes nesse sentido. Alberto Torres foi jurista, escritor e pensador político. As suas principais obras foram publicadas na década de 1910. Apesar de ter um perfil muito diferente dos cientistas naturais examinadas até aqui, as ideias de Torres ajudaram a formar um ambiente político-intelectual mais favorável ao debate em torno da proteção à natureza e do uso racional dos recursos naturais (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p.339).

Símbolo de uma geração, Alberto Torres pregava um projeto de nação e um Estado forte. Assim como foi o primeiro a “utilizar o termo conservação como era usado nos EUA, incluindo-o em sua proposta para uma Constituição” (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 340). Sua formação de Bacharel em Direito e as atividades de jornalista e político exercidas ao longo da vida, bem como sua preocupação com a questão ambiental, o fez trafegar entre a postura nacionalista de acreditar num Estado centralizador e intervencionista para a organização da sociedade brasileira e a conduta de um cientista natural cuja crença na ciência o consagrou como pioneiro na defesa do conservacionismo do ambiente natural visando racionalizar o uso dos recursos naturais.

Se as ideias da Primeira República sobre a proteção da natureza e o uso racional dos recursos naturais não foram efetivadas no seu tempo, formaram uma linhagem de pensamento que ajudou a equacionar e legitimar as preocupações com o mundo natural, em associação com o desenvolvimento da ciência e de um projeto de nação. Elas influenciaram uma nova geração de cientistas que, a partir da década de 1920 e principalmente na Era Vargas, aprofundou a preocupação com a proteção à natureza no Brasil (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p.339).

Torres não viveu o suficiente para presenciar o Estado centralizador dos anos 30 e para assistir ao projeto político de nação que seria implantado com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. No entanto, os germes de seu pensamento ganharam corpo de tal modo que a geração que o precedeu não só deu prosseguimento aos seus ideais como ocupou cargos importantes nas burocracias do Estado. O que fica evidente é que assim como ocorreu com o campo cultural patrimonial, cujos interlocutores ascenderam à burocracia do Estado nos anos 30 e instrumentalizaram a questão patrimonial como uma importante narrativa para a construção de uma identidade nacional, o mesmo ocorreu com o campo ambiental na questão da preservação da natureza. Torres é a prova de que o discurso da preservação do meio ambiente não ficaria restrito ao universo científico, mas que poderia ser um relevante elemento para a edificação de uma unidade nacional considerando a identidade de um país marcado pelas “belezas naturais” como costumava dizer.

Conforme Franco e Drummond (2012), Torres fora o primeiro político e jurista a usar o termo “*conservação*” no sentido empregado nos Estados Unidos. Seu prestígio público influenciara importantes cientistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro dedicados à causa da proteção da natureza brasileira⁵⁵. Conforme Franco e Drummond, esses cientistas do MNRJ, estavam preocupados com a proteção da natureza, com a formação da identidade nacional e com a organização do Estado nacional brasileiro.

Esse grupo de cientistas, capitaneados por Torres, estavam em sintonia com um projeto de Estado nacional de tal maneira que as pressões exercidas pelo grupo de pesquisadores e por políticos engajados na causa ambiental, foram decisivas para que nos anos de 1930, no governo Vargas, fossem aprovados os códigos: o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca e o Código de Águas e Minas (FRANCO; DRUMMOND, 2012), esses códigos foram editados entre 1933 e 1934. Porém, além desses códigos de proteção da natureza, os primeiros parques nacionais do país foram instituídos no mesmo período. É o caso do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. Em 1939, foram instituídos mais dois parques nacionais, Serra dos Órgãos e Iguaçu.

⁵⁵ Para Franco e Drummond, “Quatro personagens se destacaram no grupo preocupado com a proteção da natureza. **Alberto José Sampaio**, professor e chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), foi um dos mais importantes botânicos do Brasil. **Armando Magalhaes Correa**, seus conhecimentos de história natural e a capacidade de produzir imagens sobre a natureza o transformaram em professor do MNRJ. O zoólogo **Candido de Mello Leitão**, estudioso da ecologia, dos aracnídeos e da distribuição geográfica animal. E, **Frederico Carlos Hoehne** autodidata devotado à pesquisa nas áreas de botânica, biogeografia e ecologia” (2012, p. 347).

Entre às décadas de 1920 e 1940, uma geração de pesquisadores, portanto, ocupando espaços no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, no Instituto Butantã e na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), iniciaram esse movimento de proteção da natureza com forte engajamento político. Tanto que ficaram conhecidos com o nome de “a Biologia Militante” (DUARTE, 2011), uma vez que o grupo exerceu um importante papel social na formulação de políticas públicas na área ambiental⁵⁶ tendo em vista o que aconteciam nos Estados Unidos quando as correntes ambientalistas (conservacionistas e preservacionistas), cada um a seu modo, conseguiram ter influência sobre a política pública norte-americana responsável pelo código florestal e pela instituição de parques nacionais. O engajamento político desse grupo brasileiro denominado de *biologia militante* pode ser sintetizado assim por Drummond⁵⁷ (2009, p. 25):

O ambiente político-intelectual brasileiro nas décadas de 1920-1940 definia-se por um intenso nacionalismo, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado. Diversos temas foram objetos de debate no período: trabalho, indústria, educação, saúde, arcabouço jurídico-institucional, as manifestações culturais, o patrimônio histórico e a proteção à natureza. Setores significativos da população mobilizaram-se em torno dessas questões, que também preocupava o Estado. Com o governo de Getúlio Vargas, uma série de políticas públicas foi elaborada para atender às demandas emergentes nesses campos, sobretudo quando estas coincidiam com o seu projeto político nacional-corporativista (DRUMMOND, 2009, p. 25).

Logo, inspirados no movimento ambiental dos Estados Unidos, os engajados pesquisadores brasileiros e seus simpatizantes políticos, lançaram mão de uma campanha pública acerca da proteção da natureza que se confundia com os debates sobre identidade nacional das décadas de 1920 e 1930. Não foi por acaso que a proposta de parques nacionais – uma herança norte-americana – foi tão bem aceita pelo movimento brasileiro, pois, assim como ocorrera nos Estados Unidos, os parques naturais foram transformados em autênticos símbolos de uma riqueza natural que simbolizavam uma parte da identidade nacional de um povo.

⁵⁶ Cf. DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

⁵⁷ Cf. DRUMMOND, José A. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2009.

Portanto, se na Europa o patrimônio cultural teve um importante papel na construção de uma identidade nacional, afluindo um sentimento de preservação dos monumentos históricos que evocassem o espírito da nação, nos Estados Unidos, a natureza assumiu contornos de patrimônio nacional em virtude do vasto território do país. E, ainda que na Europa tenha havido uma crescente sensibilidade ambiental, foram nos Estados Unidos que surgiram as grandes correntes ambientalistas que influenciaria os debates ambientais no século subsequente.

Herdeiro desse contexto que configurou a modernidade, o Brasil “procura” entrar na modernidade através do uso do patrimônio cultural e do patrimônio natural a partir dos anos de 1930 com grupos sociais organizados atuando no campo cultural e no campo natural sem que haja diálogo entre ambos os campos. Na modernidade, como vimos no início do capítulo, cultura e natureza estavam divorciadas, somente com a crise da modernidade é que há a aproximação entre os campos. Como veremos no próximo capítulo!

3. AS CRISES ‘EXISTENCIAS’ DA MODERNIDADE: A NATUREZA AGONIZA E A CULTURA SE REBELA

Quando se fala em modernidade e os aspectos que a configuram, é importante ressaltar que se trata de uma ideia conceitual constituída por contradições e muitas controvérsias. Entretanto, como visto acima, há um consenso no que diz respeito de ser um projeto racional, originário no Ocidente e influenciado pelo iluminismo tendo em vista a *modernização*⁵⁸ de uma sociedade industrial objetivando a apropriação dos recursos naturais e culturais (BECK, 1997).

Se por um lado o conceito de modernidade ainda suscita controvérsia, por outro, a ideia de uma crise da modernidade aglutina seus mais árdus defensores e seus mais ferrenhos detratores. Este capítulo discorrerá sobre a ruptura da modernidade e o impacto da crise moderna no campo de preservação patrimonial considerando o desafio em aproximar duas dimensões vistas até então como díspares: o campo do patrimônio cultural e o campo natural.

E, como o título do capítulo indica, esta parte da tese tratará de uma ruptura, de uma crise. Refletida sobre varias matizes de pensamento nos mais diferentes campos do saber. E, embora a tese parta do princípio de que a crise é uma fase da própria modernidade e não uma passagem de uma “época” histórica, o texto abordará como a ideia de pós-modernidade surgiu ante a crise da modernidade.

Entretanto, na crença de que a crise da modernidade provocou mudanças substanciais no seio da sociedade moderna, a narrativa desta tese, no último subtítulo, exemplificará como as transformações, sobretudo no campo do saber, permitiram que as práticas patrimoniais do Iphan reconhecessem novas formas de saber e adotassem a interdisciplinaridade em alguns campos da patrimonialização.

3.1 A racionalidade moderna e as “razões” de sua crise

É lugar-comum afirmar que a modernidade se impôs ao longo de um processo histórico cuja origem se encontra na revolução científica *galileana e cartesiana* (KOYRÈ,

⁵⁸ Na teoria social de U. Beck (1997), a modernização tem um sentido de desenvolvimento dos processos técnicos e tecnológicos aplicados à economia. Portanto, tem a ver com inovação nas forças de produção.

2010), vistas como responsáveis pela construção de uma linguagem matemática e física no qual é considerada paradigmática para os padrões da época. Trata-se, portanto, do século XVII, período de muitas transformações no seio da sociedade europeia que vivia um momento de transição. Ou, nos dizeres do historiador francês Fernand Braudel (2009, p. 12), a Europa vivenciava uma “economia-mundo”, a partir de algumas cidades comerciais restritas a “zona mediterrânea”⁵⁹.

Estas condições mercantis existentes nos primórdios da modernidade deu margem para o surgimento de revoluções significativas no campo do conhecimento. Porém, fundamental para a quebra do isolamento territorial a qual se encontrava a Europa. A expansão do conhecimento técnico resultou na ocupação de novos territórios pelo mundo. Conforme lembra Santos, ao abordar a modernidade, é preciso ter em mente que se trata de um estágio temporal marcado por “múltiplas identidades” (2010, p. 142). Pois, além das mudanças ocorridas no campo econômico, a etapa moderna é marcada por profundas transformações na política e no saber. Numa referência explícita aos estudos sociológicos de Max Weber, Santos menciona a “[...] racionalização, secularização, burocratização, formalização jurídica, democratização, urbanização e globalização” (2010, p. 143) como aspectos da modernidade, forjada a partir da ideia de *racionalização*. No entanto, para além desses aspectos, é fundamental considerar a exploração da natureza pelo homem e a exploração do homem pelo homem.

Desse contexto, emergiu a ideia de progresso como sinônimo de modernidade. Muito em razão das associações que foram sendo feitas entre o crescimento econômico capitalista, a formação dos Estados Nacionais e os avanços do conhecimento científico. No campo moral, o debate se concentrava na “evolução” da humanidade a partir da ideia da “perfectibilidade do homem”, num período marcado pela reflexão “acerca da passagem da vida selvagem à idade civil”⁶⁰.

⁵⁹ Braudel chama a atenção do leitor para a diferença entre *economia mundial* e *economia-mundo*. Enquanto que o primeiro se refere ao mundo inteiro (globalizado), o segundo diz respeito a um “fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo”. Importante salientar que a economia mundo reabriu o comércio possibilitando um maior conhecimento sobre a terra. In: Fernand Braudel, *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – o tempo do mundo* (São Paulo: Martins Fontes, p. 12-13).

⁶⁰ Cf. SANTOS, Antônio C. *Natureza, Ciência e Progresso em Bacon*. In: *Pensar a (in)sustentabilidade: desafios à pesquisa*. SANTOS, Antônio C. (Org.), Porto Alegre, Redes Editora, 2010, p. 32. In: SANTOS, Antônio C. dos; BECKER, Evaldo (Orgs.). *Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

Numa perspectiva sociológica, porém analisando o aperfeiçoamento do homem na época moderna, Elias (2001) trabalha com o conceito de *processo*⁶¹ como importante categoria a fim de mostrar como a cultura moderna nos séculos que a configurou foi capaz pela via do Estado agir na sociedade estabelecendo novas formas de hábitos e costumes. A relação do Estado com a sociedade na modernidade invocava a incorporação de novos padrões culturais como refinamento e gestos cortesies como prova de elevação moral. Neste aspecto, a educação tinha papel central na construção da identidade cívica que o Estado pretendia forma na sociedade.

E, seguramente, a melhor forma de pensar esse dinamismo é levando em conta a relação tempo e espaço com aquilo que Harvey denominou de “compressão do tempo e do espaço” ditado pelas novas formas de organização do capitalismo. Todavia, embora Harvey proponha que a crise da modernidade tenha se consubstanciado nos anos 70 com o que chamou de “acumulação flexível”⁶² do capital, sua interpretação marxista acerca da modernidade não o faz perceber que embora o projeto do *toyotismo* tenha suplantado o *fordismo* apenas nos anos 70, os sinais de esgotamento da identidade moderna já vinha sendo indicado nas décadas anteriores.

Neste caso, além de uma maior flexibilidade nos mercados e no regime de trabalho, a crise da modernidade pode ser entendida por outros fatores analisados por diferentes especialistas das mais distintas formações. Enquanto Giddens (2002) identificará a crise percebendo a “*descontinuidade*” nas instituições modernas, como por exemplo, no Estado enquanto construção sociopolítica moderna, outros especialistas na modernidade enfatizaram outras razões para a crise da identidade moderna. Aqui, vamos destacar três elementos marcantes que sacudiram a modernidade e que explicará as mudanças na forma de ver tanto o patrimônio cultural quanto a preservação ambiental. Assim como será possível compreender a aproximação do campo cultural e do campo natural nas definições conceituais das futuras políticas públicas patrimoniais.

⁶¹ O conceito de processo tem como sentido a incorporação de novos hábitos e controle dos institutos naturais “reprimidos” pelos mecanismos do Estado moderno. Cf. ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁶² Cf. Harvey utiliza o termo para distinguir o modo de produção fordista do modo de produção toyotista. Enquanto que no fordismo prevalecia a linha de montagem e a divisão rígida de trabalho, no toyotismo prevalece o just in time, ou seja, se produz de acordo com a demanda evitando as superproduções. A flexibilidade da produção é outra importante característica do toyotismo. Para Harvey como para outros autores, a mudança na organização de produção capitalista revolucionou a relação entre o tempo e o espaço; tornando-o mais flexível.

A **primeira crise** a ser evidenciada se concentra nos domínios do saber. Como dito acima, um dos pilares da modernidade, o saber científico é uma das identidades que compõe a sociedade moderna. No entanto, a forma de conhecimento instituído pela moderna estava dando indícios de exaustão. O empirismo ortodoxo da ciência positiva com suas generalidades e experimentações (CHALMERS, 1994), já vinha sendo contraditado até mesmo pelos seus defensores. É notória a “intervenção” do filósofo da ciência Karl Popper na tentativa de oxigenar a ciência empírica ao construir a *teoria da falseabilidade*.

Mas, a maior crítica viria da escola alemã instituída em Frankfurt com a Teoria Crítica da razão. Segundo Horkheimer (2002), o problema da modernidade está no modelo de racionalidade adotado ao longo do processo histórico da racionalização da vida moderna. Isto é, a teoria crítica vai além das observações desenvolvidas pelos epistemólogos e seus interesses em revitalizar o fazer científico empírico e desfere contundentes análises críticas em relação ao modelo de racionalidade empreendida.

Durante longo tempo predominou uma visão diametralmente oposta do que fosse a razão. Esta concepção afirmava a existência da razão não só como uma força da mente individual, mas também do mundo objetivo: nas relações entre os seres humanos e entre classes sociais, nas instituições sociais, e na natureza e suas manifestações [...] o grau de racionalidade de uma vida humana podia ser determinado segundo a sua harmonização com essa totalidade (HORKHEIMER, 2002, p.14).

Para melhor entender essa totalidade a qual se refere Horkheimer, a Escola de Frankfurt trabalhou com o conceito de racionalidade instrumental, uma poderosa categoria de análise lançada mão pela teoria crítica visando compreender as patologias do tempo moderno, sem que para isso tivéssemos que nos desfazer da racionalidade. Das reflexões desenvolvidas no seio da teoria crítica, surgem novas possibilidades de questionamento acerca da racionalidade instrumental tendo em vista reorientar a racionalidade para outro rumo. No campo da natureza, por exemplo, LEFF (2010) proporrá uma racionalidade ambiental, ou seja, a racionalidade não é negada, no entanto, os parâmetros da ciência empírica devem contemplar uma visão sistêmica e holística considerando uma nova relação com a natureza⁶³.

Aliás, a relação da sociedade com a natureza é a **segunda crise** a ser considerada neste contexto. A crise ambiental segue em concomitância com o questionamento ao saber

⁶³ Cf. LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2010.

científico e seus fundamentos instrumentais. No âmago do incipiente movimento ambientalista da segunda metade do século XX, havia uma certeza quanto ao fato de que a crise ecológica repousava na racionalidade científica instrumental. Um possível colapso ecológico começou a ser relatado e documentado⁶⁴ desde que os casos envolvendo a indústria química e o meio ambiente ficaram mais evidentes.

Dois casos ambientais emblemáticos que podem ser considerados o estopim não apenas para o surgimento de uma “consciência” ambiental, mas para o questionamento da produção do conhecimento científico e sua relação com a natureza são: o caso da Baía de Minamata⁶⁵ no Japão no findar da década de 1950 e o caso dos pesticidas nos Estados Unidos que resultou no *best seller* da bióloga Rachel Carson *Silent Spring* publicado em 1962.

Os japoneses, assim como a maioria das pessoas no final dos anos 50, relacionavam fumaça e lixo com progresso, prosperidade e geração de emprego, e o Japão estava tentando acompanhar o ritmo de industrialização da Europa Ocidental e da América do Norte. Na época, o problema de Minamata ainda era considerado simplesmente um fato local (BERNARDES; FERREIRA, 2010, p.30).

Portanto, o caso de Minamata é simbólico uma vez que a indústria química representava a instrumentalidade da racionalidade moderna condenada pelos seus críticos. Vista como sinônimo de progresso, a indústria química é a síntese de uma Revolução Industrial que somente foi possível em virtude do pacto entre ciência e produtividade econômica. A ciência empírica, positiva, e seu potencial de intervir na natureza representou uma revolução técnica sem precedentes em referência à relação da sociedade com a natureza. Este modelo de racionalidade estava fadado à contestação e questionamentos como modelo de desenvolvimento. Antes visto como indicativo de progresso, o saber científico aliado à produtividade industrial passaram a ser interpretados como altamente destrutivo. A crise ambiental se tornou o indicador do qual a sociedade moderna precisava para alertar quanto às distorções cometidas em nome da modernidade.

Por fim, a **terceira crise** que responde ao esgotamento dos parâmetros da modernidade é de viés cultural. Enquanto na modernidade, as identidades culturais foram

⁶⁴ O mais importante documento da época foi *Os Limites do Crescimento* assinado pela equipe do **Clube de Roma** em 1972. Embora o relatório trata-se com afincos das consequências do aumento demográfico, a produção industrial e a maneira como os recursos naturais eram explorados vieram a se tornar temas relevantes na elaboração do relatório-documento.

⁶⁵ O Desastre de Minamata, como ficou conhecido, foi um crime ecológico provocado pelo lançamento de despejos de mercúrio na sua baía, ocasionando contaminação ambiental, doenças e mortes no Japão.

forjadas a partir dos ideais de nacionalidade e patriotismo, analisado no primeiro capítulo, a crise da modernidade é representada pela insurgência de grupos culturais organizados em movimentos sociais e cientes de seu papel histórico na mudança social. Movimentos sociais juvenis, feministas, étnicos, pacifistas e ecológicos atuaram em um nível de organização cujo propósito era de questionar a ordem cultural vigente numa sociedade de padronização cultural alinhada ao discurso de nacionalidade que por muito tempo sufocara as diferenças culturais existentes no interior dos países.

Tais movimentos sociais identitários são relevantes na medida em que as demandas locais como as questões étnicas, as demandas globais e as questões ecológicas, agiram com o objetivo de reivindicar a visibilidade de suas pautas, tendo em vista a inserção social e política de seus representados no poder. Nessa esteira reivindicatória, movimentos de grupos culturais locais exigiram o reconhecimento de suas formas e modos de fazer cultural como patrimônio cultural nos seus países de origem. Nos Estados Unidos, por exemplo, um movimento denominado organizações *City Lore* surgido em Nova Iorque, tem se notabilizado na construção de um acervo documental da cultural popular urbana da cosmopolita cidade de Nova Iorque. Visando preservar e apresentar a cultura popular da cidade, centros culturais e museus de memórias foram erguidos contemplando algumas comunidades, tais como a comunidade tcheco-americana e a comunidade porto-riquenha instaladas na cidade (CASTRIOTA, 2009). Os movimentos sociais, ao reivindicarem o reconhecimento da memória de seus grupos sociais, contribuem para a dilatação do sentido de patrimônio cultural tutelado pelo Estado. Não por um acaso, a abrangência cultural do patrimônio tem se dado com maior intensidade nos estertores da modernidade.

Por outro lado, os movimentos sociais culturais de caráter identitário têm atuado no espaço público nem sempre com aquiescência do poder, agindo quase sempre a base de conflitos antagonistas. Analisando a relação dos atores sociais organizados em seus respectivos movimentos em interação com a sociedade contemporânea, o sociólogo italiano Melucci condensa em poucas palavras o caráter da ação coletiva desses grupos:

As lutas estudantis, o feminismo, a liberação sexual, os movimentos urbanos, as lutas ecológicas e pacifistas, a mobilização dos consumidores e dos usuários de serviços, as minorias étnicas e linguísticas, os movimentos comunitários, as lutas sobre o tema da saúde e contra as instituições de segregação [...] São, todavia, sinais importantes da transformação na qualidade da ação coletiva. Em particular, mobilizam grupos sociais sobre objetivos dificilmente negociáveis, porque irredutíveis inteiramente à mediação política (MELUCCI, 2001, p.82).

Os movimentos sociais emergem de um cenário complexo onde nem sempre suas demandas são aceitas com facilidade, de modo que a organização e a atuação a fim de força uma negociação política tem sido a tônica da sociedade moderna em crise. Isso vem acontecendo com o movimento ambiental reivindicando um melhor tratamento aos recursos naturais, assim como está acontecendo com os grupos sociais que buscam obter o reconhecimento do Estado em relação aos seus bens culturais. Em ambos os casos, tanto a questão ambiental quanto a questão patrimonial, tem sido difundidas de tal maneira que suas marcas estão caracterizando um novo tipo de sociedade que floresce do caótico estado de crise a qual se viu envolvida a modernidade. Para alguns especialistas a modernidade renasceu depois de ter passado por um denso purgatório, no entanto, para outros, não faz sentido falar mais em modernidade.

3.2 Faz sentido falar em pós-modernidade?

O que é modernidade? O que é pós-modernidade? O mundo em que vivemos é moderno ou pós-moderno? Eis as perguntas que vem se repetindo com demasiada frequência e que tem justificado um número significativo de pesquisas científicas e ensaios filosóficos a respeito. Neste subcapítulo, discorreremos acerca da problemática conceitual do termo que busca apreender a realidade vivida nas últimas décadas desde que o paradigma da modernidade entrou em crise:

O paradigma cultural da modernidade constituiu-se antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes de este deixar de ser dominante [...] a modernidade cumpriu algumas das suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade está irremediavelmente incapacitada de cumprir outras promessas. Tanto o excesso no cumprimento de algumas das promessas como no déficit no cumprimento de outras são responsáveis pela situação presente, que se apresenta superficialmente como de vazio ou de crise, mas que é, a nível mais profundo, uma situação de transição. Como todas as transições são simultaneamente semicegas e semi-invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação. Por esta razão lhe tem sido dado o nome inadequado de pós-modernidade (SANTOS, 2010, p.77).

A longa citação traz uma importante reflexão desenvolvida por Santos (2010) sobre a crise da modernidade. Santos menciona a ruptura de um paradigma construído antes da

consolidação do sistema capitalista de produção, tendo cumprido muitas de suas “promessas”. Dentre elas, podemos citar a *racionalização* da vida. Por outro lado, como indicará outras fontes bibliográficas, o mesmo processo de racionalização se esgotou em seu modelo original. Ou, como denomina Santos, se tornou obsoleto.

Entretanto, o mais significativo na reflexão do sociólogo português, é sua perspicácia em compreender que a mudança de paradigma⁶⁶ se constitui numa transição para um modelo ainda não compreensível. Visto que os elementos da transição estão postos, logo alguns autores intitulam este momento de pós-modernidade; inadequadamente, conforme Santos. O entendimento dessa mudança de paradigma é fundamental não apenas para elucidar o período histórico vivido, mas para analisar como o patrimônio cultural e a consciência ambiental foram tratados nesse turbilhão caótico que se transformou a mudança de paradigma. E mais, saber se os movimentos culturais identitários e os riscos ecológicos contribuíram para o colapso do paradigma.

Se para Santos é prematuro falar em pós-modernidade, ainda que estejamos numa transição de modelo de sociedade, para Zygmunt Bauman a transição já se completou e é possível assegurar que vivemos numa sociedade pós-modernidade. Ou, como prefere nominar, numa sociedade líquida. Utilizando os termos *‘fluidéz’* e *‘solidez’*, Bauman (2012) procura realiza uma distinção entre a sociedade moderna e aquela que seria uma sociedade pós-moderna. A partir da ideia de “estados físicos”, ou seja, de estado fluido e de estado sólido, Bauman forjou seu conceito de sociedade de tal modo que o autor aborda o capitalismo considerando seus estados “pesado e leve”⁶⁷ e, para definir a mudança de paradigma de sociedade, faz distinção entre uma “*modernidade pesada*” e uma “*modernidade leve*”:

Na era do hardware, da modernidade pesada, que nos termos de Max Weber era também a era da racionalidade instrumental, o tempo era o meio que precisava ser administrado prudentemente para que o retorno de valor, que era o espaço, pudesse ser maximizado; na era do software da modernidade leve, a eficácia do tempo como meio de alcançar valor tende a aproximar-se do infinito (BAUMAN, 2001, p.149).

⁶⁶ O termo paradigma está associado as pesquisas de Kuhn, que o conceitua paradigma como uma realização científica reconhecida pela comunidade de cientista universalizando modelos e padrões de conhecimento. Cf. KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

⁶⁷ Esta separação entre capitalismo pesado e capitalismo leve é utilizada para esclarecer a mudança no sistema de produção capitalista. O capitalismo de estado físico sólido, isto é, “pesado”, é simbolizado pela fábrica fordista e sua linha de produção. Já o capitalismo “leve”, ou seja, em seu estado líquido, é exemplificado pela revolução informacional e a portabilidade do computador. Microsoft está para o capitalismo leve o que o Henry Ford esteve para o capitalismo pesado. (BAUMAN, 2001, p. 76).

Na teoria social de Bauman, a analogia com os estados físicos tem por propósito fazer referência ao novo “espírito de época” caracterizado pela *liquidez*. A modernidade líquida a qual faz menção o sociólogo é mais uma das inúmeras definições conceituais realizadas a fim de capturar o sentido promovido pela ruptura da modernidade. Porém, se na conhecida frase atribuída a Marx “*tudo que é sólido se desmancha no ar*”, para Bauman, é no estado líquido que o sólido se corrói. Com exceção feita à temática ambiental e a preservação patrimonial, pois, ainda que aborde o medo e a incerteza gerados pelo mundo líquido, Bauman ignora em seus textos os riscos ambientais e culturais (patrimonial).

Porém, é a partir da publicação do livro *A Condição Pós-Moderna* (1988) de Jean-François Lyotard que especialistas nas ciências sociais têm se inspirado na realização de suas reflexões acerca da crise da modernidade e no entendimento de uma nova fase da história em ascensão. Nas conclusões desferidas por Lyotard, o surgimento de uma nova sociedade “pós-industrial” acarretou numa ruptura cuja credibilidade do saber científico fora questionada.

Constatamos que ao lado dessa crise opera-se, sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos legitimadores da produção científico-tecnológica numa era em que se quer pós-industrial. O pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta era caracteriza-se exatamente pela incredibilidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico com suas pretensões atemporais e universalizantes (LYOTARD, 1988, p.viii).

Na reflexão filosófica de Lyotard a crise da modernidade simboliza uma tradição de conhecimento que remota ao iluminismo com sua “pretensão” em construir uma verdade científica “universalizante”. Ou seja, as grandes narrativas erguidas pela modernidade são atacadas devido ao seu caráter “totalizante” de uma verdade científica ‘presumivelmente’ objetiva. Partindo de caminhos diferentes, a sociologia de Bauman e a reflexão filosófica de Lyotard se aproximam em virtude da crença de que uma nova sociedade está sendo fomentada graças às transformações em curso. Lyotard a denomina de sociedade pós-moderna compreendendo que seu maior mérito é ter interpelado a crença científica de verdade absoluta. Não obstante, Lyotard avalia o impacto do conhecimento informacional no novo cenário pós-moderno. A linguagem *informacional* é analisada como elemento incorporado à produção econômica em decorrência do surgimento de novas tecnologias que agem sobre o sistema produtivo. Reconhecendo as transformações por qual passa a sociedade moderna, Bauman a intitula de *sociedade líquida* uma vez analisando os novos padrões sociais que se desdobram com a relação dos indivíduos com as instituições sociais.

Embora o movimento “pós-moderno” seja mencionado nesta pesquisa no campo das ciências sociais, sua origem é identificada no campo literário⁶⁸ e estético, tendo se espalhado para outras áreas do conhecimento. Como salientou Harvey, a ideia de pós-modernismo rompeu as fronteiras do campo estético nas artes e até na arquitetura, tornando-se numa *condição histórica* representativa de uma nova sociedade estruturada a partir das relações econômicas com o tempo e o espaço. Não por acaso, no entender de Harvey (2012, p. 293), a condição pós-moderna⁶⁹ promoveu um “compressão do tempo-espaço” resultado em novas experiências e reorganização do capitalismo.

Ainda que os termos usados para designar as mudanças em curso sejam ambíguos e controversos, importantes autores asseveram que a modernidade se consolidou embora tenha havido questionamento sobre seus valores. O crítico literário Fredric Jameson (2003) tem chamado atenção para o fato de que o capitalismo se encontra numa fase no qual transformou a cultura numa mercadoria. Não obstante, tem denominado esta fase de *capitalismo tardio*⁷⁰. Com o objetivo de entender as origens da pós-modernidade, Anderson (1999, p. 63) lança mão do método comparativo de análise e afirma:

A provocação da abordagem da pós-modernidade por Lyotard deve portanto ter em certa medida agido sobre Jameson de forma ambivalente, apressando suas próprias reflexões sobre o assunto. Ele desincumbiu-se com graça e argúcia da difícil tarefa de introduzir uma obra por cuja posição geral pode ter tido tão pouca simpatia. A argumentação de Lyotard era certamente notável. Mas, com sua concentração nas ciências, pouco dizia acerca das manifestações culturais e políticas ou sua influência nas mudanças socioeconômicas. E foi para esses tópicos que Jameson então se voltou.

O conceito de lógica cultural no capitalismo tardio rendeu a Jameson, como citado acima, uma originalidade em relação aos estudos empreendidos por Lyotard levando em conta que o autor articula entre manifestações culturais, tomada de decisão política e suas implicações sociais e econômicas.

⁶⁸ “A ideia de um pós-modernismo surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes do seu aparecimento na Inglaterra e nos Estados Unidos. Foi um amigo de Unamuno e Ortega, Federico de Onis quem imprimiu o termo *postmodernismo*. Usou-o para descrever um reflexo conservador dentro do próprio modernismo”. Cf. ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.10.

⁶⁹ Condição pós-moderna é o termo utilizado por Harvey para designar o que outros autores denominam de pós-modernidade. Condição pós-moderna é uma referência a “condição histórica” de um determinado tempo histórico.

⁷⁰ Cf. JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism* USA: Duke University Press Durham, 2003.

Na teoria social, o sociólogo inglês Giddens (1991), tem realizado objeções sobre a pós-modernidade e adotado como conceito *modernidade radicalizada e/ou alta modernidade*. Não sem razão tem enfatizado as consequências da modernidade em detrimento de uma sociedade pós-moderna. No rastro da sociologia reflexiva trilhada por Giddens, a originalidade da reflexão desenvolvida por Ulrich Beck para entender a sociedade moderna torna seu conceito importante no entendimento das opções realizadas nesta pesquisa. A ideia formulada de que a sociedade moderna tem se radicalizado em direção ao aumento do conhecimento e a *cientificação*, possibilitou que Beck compreendesse este momento por qual passa a modernidade como de modernização. Isto é, a *modernização reflexiva* da modernidade. Este argumento resulta de sua ideia original que considera que a sociedade vive sob risco.

A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos aos seus próprios efeitos e ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial (BECK, 1997, p.17).

Na concepção sociológica de Beck, a “sociedade de risco” resulta de um estágio da modernidade. São as consequências da modernidade para usar o termo de Giddens. Ao contrário de Lyotard que estava crente quanto à existência de uma sociedade pós-industrial, Beck acredita na continuidade de uma sociedade industrial no qual inclui para esta nova fase da modernidade a incerteza provocada pelos conflitos sociais potencializados pelos riscos globais resultado de uma sociedade industrial. Neste tocante, Beck faz alusão à degradação ambiental e a crise ecológica por qual passa a sociedade moderna.

Se no campo sociológico Beck reafirma a existência da modernidade, porém em outro estágio de desenvolvimento, no campo filosófico certamente Habermas foi quem mais contribuiu para asseverar a continuidade dos princípios da modernidade na sociedade contemporânea. Em *O Discurso Filosófico da Modernidade* (2002), o autor reanima a ideia de modernidade partindo do pressuposto de que seu projeto está inacabado. Conforme Habermas, o principal valor legado pela modernidade – a razão – não está fadada ao esgotamento como faz crer os mais radicais adeptos da pós-modernidade. Para tanto, o filósofo elabora ao longo de sua trajetória intelectual o conceito de *razão comunicativa* como proposta para uma retomada crítica a fim de operar a relação entre o “mundo vivido e o sistêmico” sem negar a

importância da razão. Sua teoria do agir comunicativo tem visado renovar as bases da racionalidade reconhecendo os excessos que foram cometidos pela *razão instrumental*⁷¹. Para Habermas, portanto, o projeto da modernidade segue seu curso, ainda que deva fazer uma autorreflexão.

3.3 A racionalidade, a crise do saber e os novos campos de pesquisa.

Num fundo de uma caverna, submetidos a um fogo artificial, os homens aprisionados contemplam reflexos e simulacros. Eles estão habituados às sombras e as imagens turvas, de modo que somente reconhecerão o engano quando conseguirem se livrar da caverna (PLATÃO, 2004). A teoria do conhecimento do filósofo Platão fez da alegoria da caverna o ponto de partida para explicar a transição do mundo da aparência para o mundo da essência. Porém, reinterpretado séculos à frente, o idealismo platônico seria tomado como a caverna dos tempos modernos. Pois, essa foi a leitura realizada por Francis Bacon, um dos arquitetos do saber na modernidade.

Sua teoria acerca dos *ídolos* é a retomada da alegoria platônica só que por outro viés, qual seja, de libertar a investigação científica das amarras do platonismo escolástico. “Os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano e nele se acham implantados não somente o obstrui a ponto de ser difícil o acesso a verdade” (BACON, 1997, p. 39). É, portanto, a partir dessa revisão do pensamento filosófico que Bacon se propõe a realizar as grandes transformações no campo do saber. O “novo paradigma” instaurado por Bacon e seus contemporâneos estabelece uma nova forma de conceber a realidade visando superar as velhas visões do passado.

Em princípio, Bacon trabalhou com afínco tendo em vista a construção de um novo tipo de conhecimento que levasse em conta a realidade dada empiricamente, neste caso, empreendeu todos os requisitos para uma ciência cujo método contemplaria a técnica, a observação e a experimentação visando desvendar as leis mecânicas que comandam o universo. “Ciência e o poder do homem coincidem [...], pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece” (BACON, 1997, p. 33). Portanto, com ciência e muito engenho industrioso, seria possível ao homem dominar a natureza.

⁷¹ Conceito atribuído a Horkheimer e Adorno, foi utilizado no campo da Teoria Crítica visando evidenciar a “instrumentalização” dos processos racionais. Cf. ADORNO; HORKHEIMER, Theodor e Max *A dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Esta última frase é importante uma vez que, embora Bacon tenha procurado organizar o saber científico instituindo-lhe o método experimental é sistematizando a lógica da produção científica, como indica Rossi (2000), a imagem da ciência que se consolida com a passagem do tempo é a de uma ciência cumulativa e evolutiva. Conforme Rossi,

a imagem ‘moderna’ da ciência a que se fez referência aqui desempenha um papel decisivo e determinante na formação da ideia de progresso. Ela implica de fato:

1. A convicção de que o saber científico é algo que aumenta e cresce, que atua mediante um processo para o qual contribuem uma após outra, diferentes gerações;
2. A convicção de que esse processo, em qualquer uma de suas etapas ou de seus momentos, jamais é contemplo [...];
3. A convicção de que existe de certo modo uma tradição científica que tem características específicas e dentro da qual se colocam as contribuições individuais (ROSSI, 2000, p. 48).

Essa compreensão acerca da ciência moderna parece ter sido distorcida do pensamento original baconiano conforme sugere Rossi. Enquanto Bacon ressaltava a necessidade do agir científico experimental, com necessidade a observação e, uma comunidade científica, considerando suas ideias em relação ao fazer ciência de forma colaborativa e revelando sua preocupação com a publicidade dos resultados da ciência, Bacon parece ter sido “vítima” daquilo que Rossi chama de “ideologia do progresso” e seu reducionismo de uma ciência cumulativa. Se no seu livro Rossi usa a metáfora das viagens em mares revoltosos para abordar o trajeto científico⁷², Antônio C. Santos (2010, p.33) utiliza do mesmo artifício para lembrar os riscos de uma aventura marítima dessa magnitude:

A viagem da ciência, assim como a marítima da imagem baconiana, é uma aventura: seu ponto de partida é o despir-se de preceitos e medos, o purificar-se de tudo aquilo que impeça o conhecimento, ainda que não se saiba ao certo aonde se vai chegar, tal como os nautas que não sabem onde vão ancorar as caravelas [...] se, ao logo de uma travessia, a ciência enfrenta todos os tipos de obstáculo, mas é mister continuar progredindo, pois são permanentes e preocupantes os riscos de a nau do saber transformar-se em nau de loucos, aquela que fica À eterna deriva, sem ponto de partida ou de chegada.

⁷² Paolo Rossi utilizou o sugestivo título: *Naufrágios sem expectador – a ideia de progresso*. Uma alusão à viagem do conhecimento científico ao longo da modernidade. Cf. ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem expectador: a ideia de progresso*. São Paulo: UNESP, 2000.

Nesta citação, Santos (2010) condensa a lógica do pensamento científico baconiano utilizando a travessia náutica como metáfora; assim como fez Rossi no opúsculo dedicado a Bacon. Se durante a construção da ciência moderna Bacon e seus contemporâneos procuraram ‘despir o saber de todo tipo de preceitos e medos’, a travessia realizada pela ciência a partir daquele momento, como uma caravela que singra incessantemente por mares revoltos, a ciência padecia da quebra dos seus mastros, das velas rasgadas e da exaustão de sua tripulação numa travessia que a deixou aparentemente à deriva. A *ideologia do progresso* adotada pela prática científica positiva, na pretensão de operar como uma bússola apontando para o norte, sem perceber, estava fabricando novos ídolos, novas cavernas e instituindo novas formas de dominação.

A ideologia do progresso ‘*empoderou*’ o conhecimento científico, colaborando para a distinção do saber científico em comparação com outras formas de conhecimento. O pensamento científico fora arquitetado visando o controle da natureza através do método da observação e experimentação. Não obstante, o aperfeiçoamento da técnica e, mais adiante, da tecnologia, era o atestado de que o engenho humano seria capaz de dominar a natureza tirando-lhe proveitos. Porém, no mundo idealizado por Bacon⁷³ as vantagens angariadas pela ciência seriam compartilhadas com todos sem distinção. O mito da *Nova Atlântida* é a utopia da redenção da humanidade pela ciência.

Se a Nova Atlântida se constituiu de uma utopia, a sociedade capitalista foi à *distopia* que inspirou novas formas de pensar a ciência moderna a fim de desconstruir os mitos produzidos pela sociedade moderna. A *certeza científica*, sem sombra de dúvida, foi um dos maiores fetiches produzidos pelo conhecimento científico ao longo de sua travessia. Não por acaso, dos filósofos que conseguiram se livrar dos “grilhões” da caverna moderna, Foucault é um exemplo, acusou o saber científico de uma grande narrativa universalista e discursiva⁷⁴; relacionando-o as estruturas de poder e das formas de dominação.

O papel exercido por Foucault e outros questionadores do saber científico deu margem para novos entendimentos acerca da prática científica e do reconhecimento de outras formas de conhecimento. Como por exemplo, a ideia de um *saber ambiental* proposto por Enrique Leff (2011), tem como fio condutor a construção de uma racionalidade ambiental em que se amálgama a racionalidade crítica e os saberes tradicionais em detrimento do racionalismo

⁷³ Cf. BACON, Francis. *Nova Atlântida*. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

⁷⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

econômico e instrumental que predominou nas práticas científicas da modernidade. Neste caso, tanto Foucault quanto Leff (este último no campo ambiental), procuraram romper com o modo de pensar instituído na modernidade, já que passaram a reconhecer outras formas de narrativa além do tradicional *discurso* científico ao qual criticava Foucault.

Por outro lado, o que Kuhn chamou de mudança de paradigma, Foucault denominou de descontinuidade, ou seja, a compreensão de Foucault extrapola as cercanias da universidade, pois o filósofo francês está refletindo sobre uma crise civilizacional, enquanto Kuhn parece dialogar com a comunidade científica. A crítica de Foucault retoma o enfrentamento da filosofia nietzschiana em relação às pretensões à universalidade da filosofia iluminista. Tanto que o **método arqueológico** inventado por Foucault é inspirado no **método genealógico** nietzschiano, em ambos os casos, a linguagem tem um papel preponderante no entendimento do uso da mesma com *logos* e poder.

As rupturas da linguagem científica universalista de caráter positivista podem ser percebidas em alguns casos do campo patrimonial passou a incorporar “*novos saberes*” com o fim de apreender uma realidade a qual o conhecimento tradicional científico não alcança. O que Leff (2001) denominou de *racionalidade ambiental*, tem a ver com o reconhecimento das práticas culturais e das ‘maneiras de fazer’ que os grupos sociais *marginalizados* por parte da nova política pública patrimonial que, atualmente, vem utilizado como categoria de preservação o *Registro dos Bens Cultural* a fim de tutelar a cultura popular imaterial. Diferentemente da política patrimonial material, cujo saber científico está ancorado no conhecimento arquitetônico, a ampliação do conceito de patrimônio cultural, ao inserir a cultura popular como objeto de preservação, trouxe para seu campo de pesquisa, os parâmetros da antropologia a partir do reconhecimento das formas de saber dos grupos populares.

Um dos casos mais emblemáticos foi o processo de salvaguarda da cultural popular do povo indígena Wajãpi no Amapá em que o sistema gráfico de pintura corporal do grupo indígena recebeu o reconhecimento o Iphan⁷⁵. O *Registro do Bem Cultural* ocorreu depois de uma comitiva de pesquisadores nas áreas das ciências culturais e ciências naturais terem percebido que a particularidade do grafismo no corpo dos indivíduos do grupo registrava o universo de sua existência, incluindo a interação do povo indígena com o meio natural. Casos assim tem se multiplicado após mudanças de paradigmas em relação às formas de

⁷⁵ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>, acessado em 20 de dezembro de 2018.

conhecimento existentes. No Iphan, órgão responsável no Brasil pela salvaguarda do patrimônio material e imaterial, é cada vez mais comum o envio de delegações de pesquisadores das mais diferentes áreas do saber para avaliar os bens culturais intangíveis a partir de uma “prática multidisciplinar e interdisciplinar”⁷⁶.

Estas práticas de saberes que atuam de forma multidisciplinar deram origem a novos campos de pesquisa, com enfoques teóricos interdisciplinares (cultura e natureza) e com a introdução de novos métodos de investigação científica. São as revoluções científicas da qual relatou Kuhn (2005) consideradas como responsáveis pela mudança de paradigma. Novas teorias são criadas de tal modo que a “ciência normal” é questionada e substituída por novos padrões de ‘verdade’ instituído pela comunidade acadêmica⁷⁷.

Assim como acontece no caso da salvaguarda da cultura popular, cujo reconhecimento dos saberes de povos tradicionais requer novos padrões de pensamento patrimonial no que concerne ao patrimônio cultural intangível, o mesmo pode ser atribuído no contexto dos programas de preservação dirigidos ao patrimônio cultural tangível.

Nesse tocante, é possível perceber a introdução de novas formas de conhecimento, sobretudo do campo ambiental nas práticas patrimoniais institucionais adotadas no Brasil a partir de dois significativos programas de preservação: *Programas Monumenta* e no *PAC das Cidades Históricas*⁷⁸. Nesses documentos oficiais, o diálogo entre os campos da cultural e do meio ambiente possibilita uma perspectiva de conhecimento não tradicional já que cultura e natureza são pensadas de maneira aproximadas, principalmente, em razão do conceito de desenvolvimento sustentável que passou a ser utilizado nos programas de preservação e que é considerado um termo transversal, ainda que seja objeto de pesquisa do campo ambiental.

No caso brasileiro, tais programas de preservação simbolizam como as práticas patrimoniais de preservação foram mudando em conformidade com o surgimento de novos campos de pesquisa e seus enfoques teóricos. Desde os anos 60, com a difusão das *Cartas Patrimoniais* que a ideia de preservação passou a levar em conta a necessidade integrar os

⁷⁶ Cf. CASTRIOTA, Leonardo. *O Registro Cultural e os Desafios do Patrimônio Imaterial*. In: *Patrimônio Cultural – conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: Annablume, 2009, p. 216.

⁷⁷ Embora o conceito de paradigma possa ser aplicado em todos os campos do conhecimento científico, devido sua formação nas ciências “duras”, o historiador da ciência Thomas Kuhn toma como exemplo em seu ensaio as rupturas de paradigmas nas ciências físicas e naturais.

⁷⁸ O *Programa Monumenta* foi criado no final dos anos 90 com o enfoque no **desenvolvimento sustentável** nas áreas urbanas dos núcleos históricos das cidades tombadas pelo Iphan. Já o PAC Cidades Históricas foi lançado em 2013 destinados aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan. Assim como o Programa Monumenta, o PAC tem por objetivo melhorar a qualidade de vida através da infraestrutura do ambiente urbano promovendo seu **uso sustentável**.

núcleos históricos ao dinamismo das grandes cidades. A Carta Patrimonial de Veneza (1964) e a Carta Patrimonial de Amsterdã (1975) foram importantes convenções internacionais no sentido de visarem contextualizar a questão estética, social, cultural e ambiental-urbana dos monumentos históricos.

A Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã, resultantes dos congressos realizados, respectivamente, em 1964 e 1975, imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio, na medida em que propuseram a ampliação do conceito de monumento, recomendando também a preservação de obras consideradas modestas que tenham adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentem interesse histórico e cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 33).

O conceito de monumento histórico não era mais um assunto restrito a arquitetos e engenheiros, a reabilitação de uma área histórica iria requerer um plano multidisciplinar e interdisciplinar de saberes tendo em vista a conservação integrada. O conceito de ambiente urbano e de patrimônio ambiental-urbano emergiria a partir de novas políticas públicas patrimoniais legitimadas pelos novos campos de pesquisa envolvendo tanto a área cultural quanto a área ambiental. Mais a frente, veremos como o conceito de paisagem cultural adotado como categoria de *chancela* pela Unesco e pelo Iphan também implicaria numa maior interação entre o campo cultural e o campo natural como novo paradigma científico e institucional.

3.4 Os *riscos* de se viver numa sociedade industrial.

Desde que foi publicado em 1986, o livro “Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade”, que seu autor, o sociólogo Ulrich Beck, passou a ser referência nos estudos sociológicos sobre assuntos relacionados a desastres ambientais provocados pelo uso indiscriminado da tecnologia⁷⁹. Desde então, o termo ‘risco’ ganhou força teórica, sendo transformado numa importante categoria de análise para a teoria social.

Ainda que esteja associada aos desastres no campo ambiental, a concepção de *risco* poderia ser pensada como um relevante conceito para o campo cultural patrimonial? Considerando que a dimensão ambiental está sendo inserida no campo patrimonial, a teoria

⁷⁹ U. Beck publica “Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade” no mesmo ano em que ocorre o desastre de Chernobyl na Ucrânia, em 1986.

social do risco caberia num estudo acerca da destruição do patrimônio cultural? É possível refletirmos sobre a destruição da memória como uma tragédia da mesma forma que refletimos sobre a perda dos recursos naturais? Estas são algumas reflexões que o subcapítulo traz como *leitmotiv* sobre os do patrimônio cultural numa sociedade industrializada e o papel institucional do Iphan no combate ao risco da perda da memória patrimonial.

Na interpretação de Beck, a sociedade moderna está vivendo num estágio em que não há reconhecimento para os limites do uso da tecnologia. As inovações tecnológicas se aceleraram de tal modo que tem promovido impactos no cotidiano e, conseqüentemente, vem gerando incertezas e inseguranças públicas. O avanço da ciência e da tecnologia, *grosso modo* falando, nos dizeres de Beck, é proporcional ao aumento das incertezas. Entretanto, a literatura sobre o risco numa sociedade marcada pelas relações entre capitalismo e desenvolvimento tecnológico antecede as análises de Beck, para ser mais preciso, o pioneirismo deve ser atribuído aos autores da obra *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*⁸⁰ cujo propósito ao lançarem este trabalho era de compreender a percepção do público leigo sobre as ameaças a vida humana.

It is easy to understand that before modern times natural dangers were used as threats in the work of mustering social consensus. We moderns are supposed to behave differently, especially because the same science and technology that make us modern also produce our risk and because advanced statistics enable us to calculate them⁸¹ (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982, p. 29).

Como lembram os autores, a percepção de risco pode ser dividido em antes e depois dos tempos modernos. Pois, a ciência e a tecnologia têm produzido seus riscos à medida que intensifica seu aperfeiçoamento técnico. Esta concepção vai ao encontro dos estudos desenvolvidos por Beck anos depois, entretanto, o sociólogo alemão acrescenta a temática do risco à questão da *modernidade reflexiva* da teoria social de Giddens⁸².

⁸⁰ Na obra, que inspirou os trabalhos de teoria social de Ulrich Beck, a antropóloga Mary Douglas e o cientista político Aaron Wildavsky se questionam: *Can we know the risks we face? (Podemos conhecer os riscos que estamos enfrentando?)*.

⁸¹ É fácil entender que, antes dos tempos modernos, os perigos naturais eram usados como ameaças no trabalho de reunir o consenso social. Nós, os modernos, devemos nos comportar de maneira diferente, especialmente porque a mesma ciência e tecnologia que nos torna modernas também produzem nosso risco e porque as estatísticas avançadas nos permitem calculá-las (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982, p. 29 – *tradução nossa*).

⁸² Para Giddens, “[...] a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (1991, p. 43).

Embora o tema do risco seja recente no campo de pesquisa, nos anos de 1960, um dos remanescentes da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, havia especulado sobre os perigos e os riscos da “sociedade industrial contemporânea”, cuja “*racionalidade tecnológica*” impôs um regime social “totalitário” devido a sua capacidade de “ideologização e manipulação de massa” (MARCUSE, 1966, p. 25). Ainda que o objetivo de Marcuse não fosse analisar o risco como uma categoria analítica, o tema perpassava sua obra tendo em vista o poder exercido pela tecnologia e, sobretudo, a diminuição do Estado frente aos desafios de uma sociedade industrial de bases tecnológicas.

Na sua teoria social do risco, Beck retoma as reflexões de seus antecessores e estende suas preocupações ao ampliar a problemática do risco. Não é somente a percepção subjetiva do risco como analisou Douglas e Wildavsky (1982), mas a incapacidade das instituições políticas (Estado) e instituições sociais de agirem com eficiência frente aos problemas cuja origem pode até ser local, porém, as dimensões são cada vez mais globais⁸³. Por essa razão, na interpretação de Beck, encontram-se as estruturas do poder falidas em suas técnicas de agir uma vez que não consegue acompanhar as mudanças sociais impostas pela modernidade.

A decisão autoritária e a ação do Estado dão lugar ao estado de negociação, que prepara os palcos e as negociações e dirige o espetáculo. A capacidade do Estado moderno em negociar é supostamente até mais importante que sua capacidade hierárquica unilateral para agir, que está se tornando cada vez mais problemática. Na modernidade tardia, no finalzinho do século, o Estado tradicional está definhando como uma ‘criatura especial’ como a estrutura de uma soberania e como um coordenador hierárquico (BECK, 1997, p. 54).

Por um lado, o enfraquecimento do Estado representado, de outro, o fortalecimento dos agentes sociais organizados em seus movimentos políticos. Para melhor explicar este fenômeno que decorre das mudanças sociais do processo de modernização, Beck elaborou o conceito de *subpolitização*. Na sociedade de risco, portanto, uma nova ordem se configura: as instituições oficiais do Estado não respondem com tanta eficácia como antes e a ascensão de grupos sociais que orbitam em torno das esferas públicas, reivindicando espaço nas decisões políticas, exercendo poder de pressão.

Em se tratando da política patrimonial brasileira e da aproximação das políticas públicas culturais junto à questão ambiental para a salvaguarda pelo Iphan, um exame

⁸³ Nas transformações da sociedade moderna da qual trata U. Beck, as relações conflituosas entre o local e o global tem recebido sua atenção nos últimos anos. Tanto que o pesquisador social tem usado os termos “*glocal*” e “*glocalização*” para ilustrar a questão do risco na escala local e na escala global.

apurado sobre os riscos ambientais e os riscos patrimoniais é relevante se considerarmos as reflexões desenvolvidas pela teoria social de Beck. Neste caso, deve-se levar em conta o papel do Iphan como instituição oficial e representante do Estado no que compete à preservação dos bens culturais. Desde que foi instituído, em 1937, sua função como órgão do Estado sempre foi de preservar o patrimônio cultural através do tombamento (quando o bem cultural é edificado), isto é, resguarda um bem de valor cultural contras os perigos, os danos e os riscos de seu desaparecimento (LE MOS, 2010). Em sua longa trajetória institucional o Iphan viveu fases que refletem as mudanças sociais por quais passaram o Brasil durante as últimas oito décadas.

Conforme analisou Fonseca (2009), a “trajetória política” do Iphan pode ser dividida numa ‘*fase heroica*’, simbolizada pela preservação dos “monumentos e objetos de valor histórico e artístico”. Nesta fase, havia os riscos de desaparecimento dos “tesouros da nação”, o que se constituiria numa “perda irreparável para as gerações futuras”. Para a historiadora Fonseca (2009, p.82), “o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa”. A outra fase vivida pela instituição é denominada de ‘*fase moderna*’, cuja política cultural se volta para os bens de cultural popular intangível em risco de desaparecimento.

Nos 80 anos de instituição, o discurso oficial e as ações realizadas em prol da preservação, sempre estiveram envoltos com a preocupação do risco da dilapidação do patrimônio cultural e natural. Sobretudo, nos últimos decênios quando a instituição passou a receber “pedidos de agentes externos à instituição”⁸⁴ a fim de salvaguardar um bem cultural. Segundo Fonseca,

De 1º de janeiro de 1970 a 14 de março de 1990 foram abertos 481 processos de tombamento. Desse total, 135 resultaram em tombamento, 74 foram arquivados e 272 achavam-se em fase de estudos. Uma primeira conclusão evidente a partir da análise desses dados é quanto à dificuldade da instituição em dar andamento aos processos, que permanecem, às vezes, décadas sem resolução [...] A partir da análise desses dados, foram detectados os principais pontos que, nesse período, constituíram objeto de discussão ou de reconceituação muitas vezes com implicações jurídicas, econômicas e políticas [...] as noções de conjunto urbano e de cidade histórica; a questão do entorno dos bens tombados cabe ao Iphan para decidir, sozinha, sobre a questão (FONSECA, 2009, p.182-183).

⁸⁴ Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

Na citação acima é possível comparar a situação do patrimônio cultural brasileiro à luz da teoria social do risco de Beck. Embora os exemplos fornecidos pelo sociólogo tenham sido no campo dos desastres ecológicos, os riscos de “tragédias culturais” com a perda do patrimônio é tão preocupante quanto. Sobretudo se levarmos em conta que a destruição do patrimônio cultural tangível ou intangível, deve ser interpretada como perda de identidades culturais e destruição de memórias coletivas ou de memória nacional. Neste sentido, o termo *perda*⁸⁵ de identidade cultural pela destruição da memória pode ser entendido no campo patrimonial com o mesmo tom de alarme quanto à terminologia *risco* aplicado ao campo ambiental.

Porém, tanto em Beck quanto para os especialistas do patrimônio cultural, as instituições políticas devem ter capacidade de ação para responder em tempo hábil as demandas da sociedade quando solicitadas. Beck tem como exemplo os desastres ambientais ocorridos em solos europeus, isto é, sociedades globais complexas de modo que as mudanças sociais constantes a qual estão submetidas não são demandadas pelas instituições oficiais por não terem a mesma capacidade de dinamismo que as tais mudanças.

Tanto Gonçalves (2002) quanto Fonseca (2009), ainda que partam de pressupostos diferentes, acreditam que as instituições oficiais não acompanham as demandas da sociedade com sua pluralidade de grupos sociais reivindicando a preservação de suas memórias em razão do risco de extinção de suas identidades enquanto grupo social. Seja *risco*, seja *perda*, a destruição do patrimônio cultural pode significar “tragédias” culturais, uma vez que põe em risco a existência de comunidades e grupos sociais.

A prova de que o campo ambiental e o campo cultural estão cada vez mais próximos é de que o âmbito institucional do Iphan, o Licenciamento Ambiental⁸⁶, tem sido utilizado para casos em que os impactos ao meio ambiente envolvem também aspectos culturais. Assim tem sido nas áreas urbanas consideradas de grande valor arqueológico cuja complexidade envolve risco ambiental e perda de identidade cultural⁸⁷.

⁸⁵ O sentimento de perda, do qual aborda Gonçalves (2002), significa para alguns grupos sociais a “perda” de uma referência entre os dois tempos históricos a qual o patrimônio representa: o tempo presente e o tempo passado, cuja lógica da patrimonialidade tem por finalidade intermediar a relação intertemporal. Cf. GONÇALVES, José Reginaldo S. A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

⁸⁶ Cf. BRASIL. *Lei Federal Nº 6.938* de 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acessado em 13 de fevereiro de 2019.

⁸⁷ Cf. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/> Acessado em 15 de fevereiro de 2019. Sobre o Sítio Arqueológico Cais do Valongo no Rio de Janeiro. Integrado a lista de patrimônio cultural da

O Licenciamento Ambiental é obrigatório para empreendimentos com potencial de poluição ou degradação ambiental⁸⁸, assim como também é empregado pelo IBAMA a fim de realizar os *Estudos de Impacto Ambiental* (EIA) e o *Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente* (RIMA), que no caso das atividades do Iphan, têm sido aplicados em conjunto desde 2015 desde a publicação de uma *Portaria Federal*⁸⁹ que regulamenta atividades em conjuntos entre os dois órgãos federais.

Com o propósito de agir de maneira concertada, o IBAMA desenvolveu junto ao Iphan um instrumento de avaliação de risco específico para as atividades ligadas ao órgão de preservação patrimonial. Trata-se da *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural* (AIP), instrumento que permite avaliar o potencial dos impactos ambientais sobre o Patrimônio Cultural. Ainda que o poder das instituições tenha enfraquecido com o decorrer dos anos, em razão das pressões do mercado imobiliário cada vez mais forte e influente, os órgãos símbolos da preservação cultural e da conservação ambiental têm aproximado os dois campos – cultura e natureza – para uma ação integrada em decorrência dos perigos oferecidos pela sociedade de risco.

É preciso fazer referência à teoria social de Beck não somente a sua interpretação original de ter percebido as dificuldades das instituições políticas na resolução de problemas globais diante dos riscos ecológicos. Mas, o esforço empreendido a fim de apontar saídas para solucionar os problemas gerados pela sociedade de risco. E isto fica evidenciado quando faz menção à *reinvenção* política através da qual deve passar o Estado, que por sua vez, deve ter a capacidade de “negociação” (BECK, 1997), favorecendo a criação de arenas políticas para a inserção do que chama de *subpolítica*. Sua proposta vai ao encontro das ideias formuladas pelo filósofo alemão Habermas (2003) no que concerne sua teoria do agir comunicativo⁹⁰.

Neste caso, pode-se considerar como importante arena política no campo patrimonial, a formulação do conselho consultivo do Iphan gestado nos anos 70 e aperfeiçoado ao longo das últimas décadas. O conselho consultivo exemplifica bem o sentido habermasiano a

Unesco, desde 2017, o sítio quando grande valor histórico e cultural uma vez que foi o “Principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas”. Situado numa área urbana, congrega os *riscos* do campo ambientais e *perdas* identitárias do campo cultural em caso de descuido público.

⁸⁸ Cf. BRASIL. *Resolução Conama N° 001*, 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>. Acessado em 16 de fevereiro de 2019.

⁸⁹ Cf. Idem. *Portaria Interministerial N° 60*, 24 de março de 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf. Acessado em 17 de fevereiro de 2019.

⁹⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

respeito dos propósitos do agir comunicativo e da subpolítica teorizada por Beck. Para Habermas a razão comunicativa tem como objetivo alcançar o “entendimento mútuo” entre os atores sociais que refletem cada vez mais uma sociedade de intensas “interações sociais, mais ou menos conflituosas” (HABERMAS, p.164).

A estrutura do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, regulado pela Portaria Nº 486 / 2012, dá amostra do processo de democratização do órgão, ao integrar ao conselho consultivo membros representativos da sociedade civil, algo que não ocorria quando da fundação do instituto nos idos da década de 1930. A predominância de técnicos e especialistas do patrimônio cultural foi sendo equilibrada ao longo dos últimos decênios a partir do reconhecimento da sociedade civil como parte interessada na política de salvaguarda cultural. Tanto que, a Portaria Nº 486 fundamenta o regimento interno do mais importante órgão no cronograma da instituição ressaltando os atores sociais participantes de um agir comunicativo em prol da política cultural brasileira.

Art. 2º O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, presidido pelo Presidente do Iphan, que o integra como membro nato, é constituído por representantes de instituições públicas e privadas e por representantes da sociedade civil de acordo com o disposto na estrutura regimental do Iphan, conforme o Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009. **Parágrafo único.** As instituições dispostas na estrutura regimental do Iphan terão a prerrogativa da indicação de um suplente para o seu representante [...] **Art. 3º** Compete ao Conselho Consultivo do patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais e de natureza imaterial, a saídas temporárias do país de bens culturais protegidos por lei, e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente (BRASIL, 2012, p. 02-03).

A citação acima evidencia não apenas a formatação da estrutura do conselho, mas a competência da mesma em relação à defesa do patrimônio. Considerando a participação da sociedade civil na estrutura do órgão, é importante destacar o empoderamento dos grupos sociais no exame, apreciação e decisão acerca dos bens materiais tangíveis e intangíveis. O conselho consultivo simboliza uma esfera pública onde impera uma razão comunicativa tendo como intuito atingir consensos ou entendimentos mútuos, ainda que os conflitos sejam acentuados num mundo globalizado, multicultural e, sobretudo, em busca do reconhecimento

dos direitos humanos⁹¹. Sendo o direito cultural e ambiental incorporados recentemente à carta constitucional brasileira vigente em seus artigos 215 e 225, respectivamente⁹².

Embora tenha como experiência histórica a Europa, a reflexão de Axel Honneth sobre as “lutas por reconhecimento” (HABERMAS, 2002) num mundo globalizado, pode ser aplicada a realidade brasileira se for levando em conta a multiculturalidade da qual menciona o filósofo. Diverso e excludente, o Brasil vive em sua particularidade histórica, os mesmo conflitos por quais vivem a Europa ilustrada pela teoria habermasiana no que concerne a inclusão do reconhecimento das “minorias étnicas e culturais e seus processos de emancipação social e política” (HABERMAS, 2002, p. 246). Isto é, o dilema de uma sociedade conflituosa e pluralista em busca de consensos a partir de uma ética comunicativa nas esferas públicas⁹³ concebidas pelo Estado de Direito.

No caso Brasil, o conselho consultivo, como representação de uma esfera pública, tem caracterizado esse ideal habermasiano desde os anos de 1980 quando mudanças institucionais no órgão permitiram uma maior diversidade de especialistas na tomada de decisão acerca dos bens culturais, quebrando o monopólio dos arquitetos e engenheiros, e possibilitou o exercício da cidadania e do reconhecimento do multiculturalismo brasileiro ao incorporar em seu conselho consultivo grupos sociais marginais, porém, organizados socialmente em suas *lutas de reconhecimento*.

Em 1983 o antropólogo Gilberto Velho passou a integrar o Conselho Consultivo. Fora precedido pelo especialista em desenvolvimento regional Roberto Cavalcanti de Albuquerque e pelo empresário José Mindlin. A configuração do colegiado começava a se modificar. Por sugestão do presidente do conselho consultivo, o mesmo começou a se reunir também fora do Rio de Janeiro, visando a propiciar maior envolvimento com a comunidade [...] Na década de 1980, começaram a chegar ao Conselho Consultivo pedidos de tombamento dentro da ideia dos “novos programas”; bens representativos da etnia afro-brasileira (Terreiro da Casa Branca, BA e Serra da Barriga, AL) e das diferentes correntes de imigração (testemunhos da imigração alemã, da imigração japonesa e da imigração italiana) (FONSECA, 2009, p. 206).

⁹¹ Cf. Idem. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

⁹² Cf. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 18 de fevereiro de 2019.

⁹³ Sobre o conceito habermasiano de esfera pública conferir: HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003, p. 46.

Na modernidade da qual tratam Habermas e Beck a linguagem e a comunicação têm importante papel na grande esfera pública do mundo atual. A intersubjetividade da ética comunicativa e a comunicação de risco exigem novos contornos de configuração de poder que possam dar vazão a complexidade e multiculturalidade. Ainda que partam de pontos distintos para analisar os limites aos quais chegou a modernidade, sem recusá-la, tanto Habermas quanto Beck reconhecem que os problemas da contemporaneidade requer uma mudança nas instituições políticas. O conselho consultivo do Iphan é a prova de que cada vez mais os grupos culturais a fim de demandarem suas pautas, têm buscado participação social nas decisões sobre o patrimônio cultural.

Se nos anos de 1980, a reforma no conselho consultivo favoreceu a abertura de uma maior pluralidade na estrutura de poder do órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, atualmente, os riscos ecológicos dos quais tratou Beck em sua teoria social sobre a sociedade de risco, encontram-se cada vez mais presente na ordem do dia do Iphan. O Licenciamento Ambiental, discorrido mais acima, conta com uma *Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental*⁹⁴ (CNL), cuja competência é de articular institucionalmente o Iphan aos demais órgãos ambientais, numa tentativa de fortalecer os diálogos entre as comunidades afetadas pelos empreendimentos nos sítios históricos junto aos interesses públicos e privados (IPHAN, 2019).

Portanto, as mudanças sociais que marcam a modernidade, tem imposto ao poder político oficial, transformações institucionais a fim de acomodar as pressões sociais que fervilham na sociedade. Embora as mudanças institucionais sejam lentas e graduais, o patrimônio cultural e o patrimônio ambiental estão sendo inseridos no organograma da instituição a fim de acomodar os grupos sociais em conselhos deliberativos a fim de realizar aquilo que Habermas chamou de *ação comunicativa*, ou, uma relação *intersubjetiva*. Como será visto mais a frente, essas demandas são frutos dos movimentos sociais organizados pelos grupos culturais existentes numa sociedade heterogênea e historicamente excludente.

3.5 A cultura na crise da modernidade: movimentos e identidades múltiplas.

Outro aspecto importante no entendimento da mudança de paradigma a respeito das relações entre cultura e natureza que a “crise” da modernidade expôs está na questão da

⁹⁴ Cf. BRASIL. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acessado 02 de janeiro de 2019.

identidade cultural⁹⁵. Impossível qualquer reflexão sobre as mudanças sociais na modernidade sem levar em consideração o papel das identidades numa conjuntura de transição como a que está sendo apontada pelos principais teóricos sociedade moderna.

De antemão, é preciso esclarecer o quão árdua é a definição de cultura. Conforme os estudos mais recentes de Eagleton (2011), a “ideia de cultura” requer uma compreensão de que a cultura é “[...] considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua” (EAGLETON, 2011, p. 09). Assim sendo, é preciso escavar as origens do termo *cultura* realizando sua trajetória ao longo dos últimos séculos. O sentido etimológico da palavra tanto esteve associado à ideia de “lavoura” ou “cultivo agrícola”, como indica Eagleton, quanto esteve vinculada a ideia de “refinamento” e “cortesia” com a inserção da ideia de civilização “*reinventada*” pelo iluminismo⁹⁶. Porém, com a apropriação do termo cultura pela antropologia, o sentido se espalhou uma vez que o conceito de cultura passou a ser referenciado pelas ciências sociais através dos estudos antropológicos e, também, pelas pesquisas de natureza estética capitaneada pela crítica literária⁹⁷.

No campo das ciências sociais, especificamente nos estudos identitários, Stuart Hall (2011) legou uma notável contribuição à ideia de cultura ao comparar o sentido da identidade cultural na modernidade e na pós-modernidade. Partindo do pressuposto que as identidades culturais na modernidade atenderam a um objetivo de estabilizar o sentimento de pertencimento de uma construída cidadania nacional, a pós-modernidade tornou a identidade cultural flexível sem a rigidez da modernidade.

O conceito de identidade mudou: do conceito ligado ao sujeito do Iluminismo para o conceito sociológico e, depois, para o do sujeito “pós-moderno” [...] a identidade cultural moderna que é formada através do pertencimento a uma cultura nacional e como processo de mudança – uma mudança que efetua um deslocamento – compreendidos no conceito de “globalização” estão afetando isso (HALL, 2011, p. 22).

⁹⁵ A crise da modernidade tem explicitado como candente é a questão das identidades para os grupos sociais. Numa obra considerada referência, Canclini (2015) trata das muitas tradições culturais, sobretudo na América Latina, tendo que coabitar o mesmo espaço com as culturas surgidas ao longo da modernidade (como por exemplo, a cultura de massa). Estaríamos a caminho de uma sociedade de cultura híbrida? Seria possível uma única definição de identidade cultural no cenário atual do mundo? São reflexões que a obra oferta aos seus leitores. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

⁹⁶ Sobre a vinculação da ideia de cultura e a ideia de civilização, consultar STAROBINSKY, Jean. *As Máscaras da Civilização: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

⁹⁷ Para um maior aprofundamento acerca da etimologia da palavra cultura e as mudanças de sentido ocorridas no decorrer da modernidade a partir da influência da Revolução Industrial, ver os pioneiros estudos sobre cultura e sociedade desenvolvidos por WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. 2011. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. *Culture and Materialism: selected essays*. UK: London. Published by Verso, 2005.

Como visto no primeiro capítulo, o discurso da modernidade ao “construir” o Estado Nacional *inventou tradições*⁹⁸ a fim de produzir nações e nacionalismos. Não obstante, a pós-modernidade da qual se refere Hall é marcada pela “fragmentação” em razão da pluralização cultural dos tempos de “globalização”. Novas identidades culturais têm sido suscitadas no processo de modernização de modo que a estabilidade das identidades nacionais que deram sustentação ao projeto iluminista não são mais suficientes. Para Hall, as identidades da “pós-modernidade” estão “abertas”, são “contraditórias”, “inacabadas e fragmentadas” (HALL, 2011, p. 46). Portanto, o sentido identitário oferecido pelo pertencimento nacional foi sendo abalado pelo processo de globalização, fazendo com que novas identidades culturais surgissem reivindicando reconhecimento e, em alguns casos, a tutela do Estado.

Para um melhor entendimento sobre o processo de globalização como fator significativo na construção de novas identidades culturais, Castells (2010) tem defendido o conceito de *sociedade em rede*. A ideia de que uma sociedade se encontra mais ou menos conectada permitiu que surgisse a leitura de um mundo em que as interações entre o local e o global nunca fossem tão dialéticas como são atualmente. De acordo com os estudos de Castells, os movimentos sociais de natureza local e global têm atuado na sociedade com maior intensidade sempre tendo como ponto de partida a negação de um dos três fatores: “[...] exploração econômica, dominação cultural ou repressão política” (CASTELLS, 2010, p. 80) desde os anos 70 quando se acirrou a *modernização* da modernidade.

Analizando as identidades dos movimentos sociais surgidos na modernidade, o sociólogo francês Alain Touraine (1996), os categoriza apoiando-se em três aspectos: A identidade do movimento social, o adversário do movimento social e o objetivo do movimento social. O alcance teórico de sua abordagem analítica tem por propósito lançar mão da compreensão da *ação coletiva* dos atores sociais numa sociedade democrática e cuja ordem mundial é globalizada. Desta forma, conceitua Touraine:

Só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais, isto é, reconhece valores ou interesses gerais da sociedade e, por conseguinte, não reduz a vida política ao confronto de campos ou classes, ao mesmo tempo em que organiza e desenvolve conflitos. É somente nas sociedades

⁹⁸ O termo invenção é utilizado de acordo com as pesquisas historiográficas do historiador inglês Eric Hobsbawm. Nos seus estudos historiográficos Hobsbawm conceitua o termo como **conjunto de símbolos pátrios** construídos pela **narrativa** dos historiadores do século XIX objetivando auxiliar no despertar de um sentimento nacional; um projeto político daquele século. HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

democráticas que se formam movimentos sociais porque a livre escolha política obriga cada ator social a procurar ao mesmo tempo em que a defesa de interesses particulares. Por essa razão, os maiores movimentos sociais sempre têm utilizado temas universalistas: liberdade, igualdade, direitos humanos, justiça, solidariedade, o que estabelece, de saída, um elo entre ator social e programa político (TOURAINÉ, 1996, p. 85).

Além de relacionar movimentos sociais a sociedades democráticas, Touraine acena para a ideia de que os movimentos sociais têm como identidade e objetivos “*interesses particulares*”, entretanto, estão vinculados a um “programa político” (um viés ideológico), comprometido com valores universais (liberdade, igualdade e fraternidade). Não sem razão, as pesquisas de Castells (2010), ao investigar os movimentos sociais em contextos de globalização, tem lançado luz ao movimento ambientalista cujas características atendem a tipologia analítica adotada por Touraine. O movimento ambientalista tem uma *identidade* política atrelada à questão ecológica, elegeu como seu *adversário* a racionalidade econômica exploratória e as pressões antrópicas e tem por objetivo, *grosso modo*, a sustentabilidade. Sintetizando a ação coletiva do movimento, Castells tem enfatizado que:

Desde a década de 60, o ambientalismo não tem-se dedicado exclusivamente à observação dos pássaros, proteção das florestas e despoluição do ar. Campanhas contra o despejo do lixo tóxico, em defesa de direitos dos consumidores, protestos antinucleares, pacifismo, feminismo e uma série de outras causas foram incorporadas à proteção da natureza, situando o movimento em um cenário bastante amplo de direitos e reivindicações (CASTELLS, 2010, p. 164).

Naturalmente, Castells está se referindo ao impacto da campanha de Rachel Carson nos anos de 1960 com a publicação do livro-denúncia *Silent Spring* jogando luz aos riscos ecológicos provenientes das substâncias tóxicas comercializadas pela indústria norte-americana e, por conseguinte, do alargamento da campanha ambientalista amalgamando-se a outros movimentos sociais como o feminismo⁹⁹ e grupos étnicos¹⁰⁰ discriminados e marginalizados historicamente, por exemplo. Castells ilustra sua reflexão teórica ressaltando o

⁹⁹ Sobre a relação entre ambientalismo e feminismo, ver LEFF, Enrique. O **ecofeminismo** como uma forma de expressão da Ecologia Política. A dominação da natureza e a dominação da mulher na sociedade é o elo político do ambientalismo e do feminismo. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 326.

¹⁰⁰ Acerca do enlace entre ambientalismo e grupos étnicos, conferir ALIER, J. Martinez. O movimento ambiental amalgamou-se as lutas por direitos sociais e raciais de grupos culturais étnicos e urbanos expostos e a indiferença do descarte de resíduos tóxicos em seus territórios. O **racismo ambiental** é o movimento que se insurge da interseção do movimento ecológico e a justiça social. ALIER, Joan M.O Ecologismo dos Pobres. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 230.

caso da América Latina, cuja industrialização, urbanização e pressão pelos recursos naturais tem tornado vulnerável grupos étnicos, sobretudo, os de origem indígena.

Portanto, os movimentos sociais, embora globais, deram margem à ascensão de grupos culturais com suas demandas locais tornando a questão da identidade nacional insuficiente como única razão identitária do indivíduo. A fragmentação das identidades culturais da qual abordou o antropólogo Stuart Hall na modernidade em crise, pode ser entendida a partir dessa diversidade étnica e suas ‘vozes’ sociais que não aceita mais a “camisa de força” imposta pela identidade nacional construída pela modernidade.

Em se tratando de identidades culturais, principalmente os casos de origem indígenas, cujo entrelaçamento da vida cultural e da natureza pode-se dizer que é atávico. No caso brasileiro, O Iphan, que na sua origem institucional deu especial atenção ao patrimônio material, sobretudo, as cidades históricas de arquitetura barroca (os primeiros tombamentos ocorreram nas cidades mineiras, como por exemplo, Ouro Preto), atualmente atua com uma visão de patrimônio cultural ampliado. Como já abordado neste texto, os movimentos culturais surgidos na sociedade brasileira em reflexo do que ocorria no mundo, viabilizou, mesmo que tardiamente, o lançamento do *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*, instituído pelo Decreto Nº 3.551/2000.

O documento define as condições de salvaguarda do patrimônio dos bens culturais intangíveis e estimula a participação dos grupos culturais uma vez que se deve contar com o seu apoio. Além disso, o documento visa gerar valor simbólico e cultural ao grupo tendo por finalidade principal garantir a sustentabilidade da existência do grupo social. Para atender a complexidade cultural, os bens culturais imateriais são constituídos por quatro livros de registros:

- a) Livro de Registro dos Saberes;
- b) Livro de Registro das Celebrações;
- c) Livro de Registro das Formas de Expressão;
- d) Livro de Registro dos Lugares¹⁰¹.

A relevância dos livros de Registros de Bens Culturais Imateriais pode ser evidenciada no caso particular que envolve as comunidades indígenas da *Cachoeira de Iauaretê* na região amazônica. Considerado como lugar sagrado, as cachoeiras, situadas na fronteira com a Colômbia, possui um forte valor cultural e simbólico para as populações indígenas do lugar

¹⁰¹ Cf. BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/arquivos/decretos> Acessado 02 de janeiro de 2019.

(IPHAN, 2007). A sacralidade do lugar se dá em virtude do mito de origem desses povos e que se encontra inscritos em forma de pinturas nas pedras distribuídas ao longo da cachoeira. A relação da natureza com a organização social dos povos indígenas é representada na cosmovisão que o grupo faz de si, constituído num forte componente de identidade e unidade cultural.

Neste caso, há de se ressaltar, além da conciliação do patrimônio cultural e natural, a capacidade do manejo do rio (Rio Negro) onde “[...] a pesca e a coleta de plantas contribuem, entre outros aspectos, na criação e na recriação das tradições dos povos indígenas” (IPHAN, 2007, p. 23). A *Cachoeira de Iauaretê* não apenas representa o primeiro bem cultural imaterial inscrito no Livro de Registro dos Lugares do Iphan, mas, representa em sua história a resistência cultural fruto de um movimento multicultural das populações indígenas do entorno da cachoeira cuja motivação principal está nos conflitos ambientais de uma região fronteiriça, submetida no passado ao ciclo da borracha e as pressões antrópicas da urbanização e dos planos de desenvolvimento tendo em vista a colonização do lugar¹⁰².

O caso dos povos indígenas da Cachoeira de Iauaretê e os conflitos socioambientais que os cercam, são tratados pela literatura especializada como uma situação de *justiça ambiental*. Surgido entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, nos Estados Unidos da América – país como forte tradição em movimento ambiental (vide o primeiro capítulo) em sua sociedade civil – a ideia de justiça ambiental consiste num movimento ambiental promovido por grupos étnicos cujas áreas naturais sofrem com pressões antrópicas, resíduos tóxicos, exploração econômica e degradação dos seus recursos naturais. Segundo Alier (2012, p. 239):

A luta nos Estados Unidos pela **justiça ambiental** é um movimento social organizado contra casos locais de **racismo ambiental**. Possuindo fortes vínculos com o movimento dos direitos civis dos anos de 1960. É possível afirmar que, na comparação com o culto ao silvestre, o movimento de justiça ambiental, dada a dimensão que as questões do racismo e do antirracismo assumem na sociedade norte-americana, é um produto da mentalidade estadunidense. Muitos projetos sociais nas áreas centrais das cidades e áreas industriais em varias partes do país têm chamado a atenção a respeito da contaminação do ar, da pintura com chumbo, do lixo municipal, dos dejetos tóxicos e outros perigos ambientais.

¹⁰² Cf. IPHAN. Dossiê Cachoeira de Iauaretê. Brasília (DF): Iphan, 2007, p. 53.

No entanto, ainda que tenha iniciado em solo norte-americano, o movimento de justiça ambiental espalhou-se, sobretudo, para os países latino-americanos e africanos em razão da pobreza de algumas regiões nesses lugares cuja composição demográfica é marcada por populações étnicas marginalizadas no processo de globalização. Por tudo isto, a concepção de justiça ambiental está associada à ideia de racismo ambiental, conforme as pesquisas desenvolvidas por Alier (2012).

Outro caso emblemático no Brasil é em relação ao Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro. Embora não administrado pelo Iphan, o parque se constitui numa Unidade de Conservação *sui generis*, pois, está situado na malha urbana de uma cidade metropolitana que tem sofrido inúmeros impactos antrópicos ao longo dos séculos. Gerido pelo ICMBio, o Parque Nacional da Tijuca é concebido como um *Patrimônio Integrado*. Isto ocorre em virtude de “[...] um rico patrimônio material que se subdivide em natural e cultural, bem como legados da cultural imaterial que floresceu no transcurso de sua história” (VIEIRA, 2013, p. 34).

Sem dúvida que O Parque Nacional da Tijuca se insere no pensamento ambiental preservacionista oriundo nos Estados Unidos no findar do século XIX (vide primeiro capítulo), cuja concepção de conservação ambiental esteve inspirada no Parque Yellowstone fundado em 1872. No entanto, os estudos sobre o parque têm tratado esta Unidade de Conservação como um caso de justiça ambiental e racismo ambiental em razão dos conflitos existentes no interior e no entorno do parque (QUINTAS, 2013). Instituído a partir do Decreto Federal Nº 5.092/1961, o parque se reveste de “[...] importância ecológica, cultural e histórica” (PEIXOTO; IRVING, 2013, p. 29), uma vez que seu processo de ocupação histórica fora marcado pela violência com que a população que vivia em seus arredores sofrera para que “prósperas fazendas e sítios pudessem cultivar milho, mandioca, cana-de-açúcar” (VIEIRA, 2012, p.35) e, mais tarde, com a produção de monocultura de café, contribuindo para o desflorestamento de sua cobertura vegetal¹⁰³.

Ocupado desde o período colonial, o parque além de receber visitação turística a partir de um Plano de Manejo elaborado quando o lugar foi transformado numa Unidade de Conservação (1981), contempla em sua gestão, o patrimonial imaterial reservado a ancestralidade dos antigos ocupantes do Maciço da Tijuca cuja narrativa tem no lugar, assim

¹⁰³ Cf. BRASIL. ICMBio: Instituto Chico Mendes. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parquenacionaldatijuca> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

como ocorre com a Cachoeira de Iauaretê no Amazonas, uma visão de sacralidade. Visto nos mitos relatados na oralidade dos grupos sociais identificados com lugar (VIEIRA, 2013).

No segundo capítulo, foi dissertado acerca dos usos dos parques e outros patrimônios nacionais como símbolos do discurso de uma identidade nacional visando atender uma construção de Estado Nacional. Porém, neste capítulo, a desconstrução de um ideal de identidade cultural nacional única em prol de uma concepção mais abrangente de identidades culturais torna a atual sociedade moderna ainda mais representativa acerca da diversidade cultural¹⁰⁴. Ainda que procure assimilar toda essa demanda social e suas pautas de reivindicação, as instituições oficiais têm dificuldade para atender a dinâmica de uma *sociedade complexa*, que segundo o sociólogo italiano Melucci (2001), opera com múltiplos códigos e símbolos muitas vezes gerando conflitos em razão de sua ação coletiva ser antagonistas ao poder instituído.

¹⁰⁴ Sintomático é o caso do **Parque Indígena do Xingu**. Quando instituído, em 1961, no mesmo ano, portanto, que o Parque Nacional da Tijuca, carregava na sua nomenclatura o nome oficial de **Parque Nacional Indígena do Xingu**. Ou seja, atendia a uma lógica de parque nacional como se fosse um símbolo da identidade nacional. Reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural imaterial, o parque constitui-se de um grande mosaico linguístico da cultura popular indígena.

4 AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: PATRIMÔNIO CULTURAL E MEIO AMBIENTE.

No segundo capítulo foi mencionado o contexto histórico que desencadeou na instituição do Iphan em 1937. O debate acerca de uma identidade nacional, assim como o movimento modernista, capitaneado por Mario de Andrade – a quem seria confiado à missão de projetar uma entidade de proteção cultural – e a discussão política em torno da “criação” de um Estado forte que pudesse, entre outras coisas, renovar culturalmente o país dando-lhe uma identidade de nação.

Portanto, foi desta conjuntura que o Iphan emergiria com o papel de tutelar a cultura nacional através de uma narrativa cujo ponto de partida seria a preservação do patrimônio. Assim, neste capítulo, será fundamental compreender a *ação institucional* do órgão a partir de suas competências funcionais como um ator social institucional, bem como entender os instrumentos utilizados ao longo de sua trajetória institucional para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro à luz da incorporação da temática ambiental em suas práticas de preservação patrimonial.

Durante a sua caminhada como instituição, muitos instrumentos foram sendo incorporados à prática institucional na medida em que o conceito de patrimônio cultural foi se alargando com a inserção de novos objetos patrimoniais. Porém, como será visto nas próximas páginas, a *paisagem cultural*, uma categoria operacional usada a fim de conceber uma chancela a um dado lugar, tem se revelado num grande desafio para a instituição. Na certeza de que a proteção do patrimônio não é somente uma ação institucional, o Iphan tem realizado ações pedagógicas visando conscientizar os usuários do patrimônio quanto ao seu papel na preservação do bem cultural.

Por fim, o capítulo contempla uma relevante discussão acerca do papel do *planejamento urbano* para o patrimônio visto como integrado. Isto é, o patrimônio cultural associado a outras dimensões, sobretudo, a dimensão ambiental. Neste caso, é preciso levar em conta o mais importante vetor econômico que cidades históricas possuem: o *turismo cultural*. Aspecto fundamental para ser analisado junto à concepção de planejamento urbano nos sítios históricos tombados pelo Iphan. Pois, como será visto no próximo capítulo, os programas voltados para o desenvolvimento das “cidades históricas”, sempre consideraram o crescimento econômico via turismo para a dinamização social desses lugares. Hoje, com a

agenda ambiental presente na pauta da sociedade, o compromisso com o *desenvolvimento sustentável* vem sendo assimilado tanto pelos planejadores urbanos quanto pelos agentes e promotores do turismo cultural.

4.1 O Iphan: trajetória nas políticas públicas. Preservação patrimonial e a questão ambiental.

Em 1937, o Brasil vivia um período *sui generis* tanto pelas disputas políticas e ideológicas quanto pelo debate cultural em torno da construção de uma identidade nacional. Era inquestionável o papel do Estado como indutor da economia¹⁰⁵, do mesmo modo que não se questionava a sua função como organizador na vida social dos brasileiros¹⁰⁶. Diante de tudo isto, cabia ao Estado fomentar a política cultural do país¹⁰⁷. Portanto, a partir deste quadro é instituído graças a um decreto presidencial, um órgão estatal cuja funcionalidade teria como competência a tutela do patrimônio cultural e natural do país, auxiliando na construção de uma narrativa de identidade nacionalista compatível com a mentalidade histórica dos anos de 1930.

Desta forma, é fundado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através do Decreto-lei Nº 25/1937 visando “[...] organizar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, p.01), conforme indica o documento assinado pelo governo de Getúlio Vargas. O projeto de uma política cultural compreendia também a criação do Museu Nacional de Belas Artes e o chamado *Livro de Tombo*, onde seria inscritos os bens culturais de acordo com sua natureza. Neste caso, os livros de tombo foram divididos em quatro categorias:

- a) O Livro de Tombo Arqueológico;
- b) O Livro de Tombo Etnográfico e Paisagístico;
- c) O Livro de Tombo Histórico;

¹⁰⁵ Para entender os esforços do Estado visando inserir o Brasil no mercado mundial capitalista ver o clássico da historiografia: PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 287.

¹⁰⁶ Sobre este tema ver CARVALHO, José M. Em seu estudo sobre a concepção de cidadania no Brasil e, em especial, no Brasil dos anos de 1930. A ideia de uma “cidadania regulada” pelo Estado agindo para tornar harmônicas as relações entre as classes sociais no Brasil. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 115.

¹⁰⁷ A respeito do papel do Estado como fomentador da cultura ver CALABRE, Lia. No seu estudo sobre as políticas culturais no Brasil a pesquisadora aborda o surgimento do Ministério da Educação e, por conseguinte, o que chama de “processo de construção institucional do campo da cultura”. CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil – dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 16.

d) O Livro de Tombo de Belas Artes e das Artes Aplicadas.

Assim, o patrimônio cultural passou a ser organizado pelo Iphan (antigo SPHAN), que agiu como ator social sistematizador do campo cultural produzindo conhecimento sobre o patrimônio, ao passo que se comportava como uma instituição técnica importante na validação das políticas públicas do campo patrimonial de acordo com os bens culturais inscritos a partir da divisão do **livro de tombo** discriminados assim:

Quadro 1 – Divisão dos livros do tombo do Iphan.



Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - Onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.



Livro do Tombo Histórico - Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).



Livro do Tombo das Belas Artes - Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na Europa,, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do *status* do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofícios.



Livro do Tombo das Artes Aplicadas - Onde são inscritos os bens culturais em função do valor artístico, associado à função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos arquitetônicos. No Brasil, as artes aplicadas se manifestam fortemente no Movimento Modernista de 1922, com pinturas, tapeçarias e objetos de vários artistas.

Fonte: Iphan, 2018.

O quadro acima indica que o Iphan já era uma instituição com um raio de ação bastante abrangente no campo patrimonial desde os anos de 1930. Do mesmo modo é possível perceber que a ideia de patrimonialização não ficava limitada ao patrimônio cultural, mas, incluía-se a natureza como um bem suscetível a patrimonialização caso seu valor fosse considerado excepcional. A partir destas condições, o bem natural era inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Por outro lado, entendia-se a natureza como um bem não apenas seu caráter de espaço natural intacto a intervenção humana, mas, também, o meio natural que circundavam os sítios históricos das cidades tombadas pelo Iphan. Ou seja, dava-se importância na hora do tombamento, ao valor paisagístico que “emoldurava” o núcleo histórico.

Este é o caso de Olinda em Pernambuco, na **Ata do Iphan de 1937**, o Conselho Consultivo da instituição inscrevia a cidade histórica no livro de tombo descrevendo-a como um "conjunto arquitetônico e paisagístico", cuja preservação deveria levar em conta suas “feições históricas e seus aspectos naturais”. A Ata daquele ano ainda ressalta os monumentos históricos que corresponderia ao conjunto arquitetônico emoldurado pelas belezas naturais do seu entorno:

[...] Monumentos = Palácio Episcopal de Olinda e Seminário de Olinda. Proprietário = Arquidiocese de Olinda. Relator. Senhor Marques dos Santos. Resolução: O conselho resolveu, por unanimidade de votos, julgar improcedente a impugnação ao tombamento do Palácio Episcopal e do Seminário de Olinda a fim de manter e tornar definitivo o referido tombamento das duas edificações, tendo também deliberado que sejam tomadas as providências necessárias para o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Colina de Olinda a fim de **preservar-lhe a feição histórica e os aspectos naturais** (IPHAN, processo 131-T, 1937, p. 02, grifos nossos).

Desde então, as demais cidades históricas seguiriam a mesma lógica do tombamento, isto é, a preservação dos monumentos históricos em interface com os aspectos naturais que a circundam. Como será abordado mais a frente, a natureza era tratada pelas primeiras práticas institucionais do Iphan, apenas como uma moldura, pois, o monumento histórico, em seu conjunto arquitetônico, era o elemento principal. Como pode ser notado na figura abaixo:



Figura 1 – Olinda: conjunto urbano inscrito no livro de tombo “Arqueológico, etnográfico e paisagístico”.

Fonte: Arquivo Central do Iphan, foto de Pedro Lobo, 1981.

Em relação aos primeiros anos da instituição, com a abrangência de seu campo de atuação para a época, além de se ocupar com a preservação dos bens culturais imóveis, havia também a preocupação com os bens móveis e, os bens culturais oriundos das pesquisas arqueológicas, etnográficas, bibliográficas e artísticas. E, os já mencionados monumentos naturais e as paisagens. Para dar conta de todo este lastro criado na década de sua fundação, o Iphan lançou mão de seu principal instrumento de preservação: o tombamento. Instituído no mesmo decreto-lei com o que fora inaugurada o Iphan.

Capítulo 1

Do patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e dos bens imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro livros de tombo.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana. (IPHAN, 1937, p. 01-02).

Como pode ser percebido neste excerto, o tombamento atendia as expectativas de uma época. O patrimônio cultural de maior relevância para os padrões da década de 1930 se concentrava nos bens móveis e bens imóveis. Portanto, o tombamento¹⁰⁸ era estendido, principalmente, aos bens de natureza física. Importante evidenciar a vinculação do patrimônio cultural a ser tombado com os fatos históricos relevantes da história do Brasil como faz crer o decreto. Ou seja, como foi apontado já no primeiro capítulo, o uso do patrimônio, seja cultural ou natural, atendia ao discurso ideológico de construção de uma identidade nacional na qual o Estado era o principal ator na produção desta narrativa. Logo, o tombamento excedeu o sentido de um singelo ato administrativo e burocrático de uma prática institucional, para se tornar um poderoso catalisador daquilo que seria relevante ou não para a identidade cultural brasileira.

O tombamento de um monumento histórico ou natural legitimava um discurso. E, de saída, atribuía valor¹⁰⁹ a um determinado bem cultural ou natural que fosse considerado de “excepcional” valor nacional ou que estivessem vinculadas às glórias “memoráveis” do passado; como indicava o decreto-lei de 1937. Para além de um instrumento meramente burocrático, o tombamento transmitia uma mensagem forte acerca da identidade cultural ao decidir sobre o que deveria ser preservado. Conforme refletiu Fonseca (2009, p. 41), o “patrimônio tombado era mais uma forma de comunicação social” tão importante quanto os outros meios de comunicação que se dispunha à época.

A respeito do patrimônio como um discurso, Gonçalves (2015) envereda por uma abordagem na qual vê a ideia de perda como organizador de todo o sentido do discurso patrimonial. A “*retórica da perda*”, como ele designou o discurso de preservação patrimonial,

¹⁰⁸ Cf. BRASIL. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento2.pdf> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

¹⁰⁹ O urbanista italiano Giulio Argan abordou o valor cultural concedido a um bem ou um monumento no início das políticas preservacionistas na Europa. O núcleo histórico das cidades era tratado como uma obra de arte fruto do engenho humano. Portanto, o valor artístico era o critério que servia de parâmetro para a patrimonialização de um monumento. Cf. ARGAN, Giulio. *História da Arte: como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

pode ser compreendido à luz da inscrição do conjunto arquitetônico e paisagístico a Colina de Olinda em 1938. Ou seja, preservar as feições históricas e os aspectos naturais, pois, subentende-se que a perda do patrimônio cultural e natural estava em vias de perda. O valor excepcional de suas belezas naturais e os fatos históricos memoráveis que encobrem Olinda justificaria seu tombamento em detrimento de outros núcleos urbanos históricos.

Entretanto, em sua longa caminhada, o Iphan instituiria novos instrumentos de preservação visando atender a crescente complexidade que seu campo de ação haveria de ter. Precisamente com o alargamento do sentido de patrimônio cultural ocorrido com o transcorrer das décadas e devido à introdução de novos objetos ao campo patrimonial. Novas abordagens sobre o patrimônio cultural impuseram inovação na prática preservacionista da instituição adotando novas categorias operacionais, incluindo a chancela da paisagem cultural, que no caso brasileiro, foi lançando por decreto em 2009.

4.2 A salvaguarda dos bens imateriais como instrumento de preservação.

Neste subtítulo, abordaremos a ampliação da preservação cultural do Iphan a partir do decreto que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, em 2000. A importância deste documento está na regulamentação das ações realizadas pelo Iphan no que concerne a cultura intangível, secundarizada por muito tempo pelas práticas preservacionistas do órgão. Por último, veremos como a proposta da salvaguarda da cultura intangível foi convergindo à temática ambiental. Sobretudo se considerarmos que os quatro ‘Livros de Registros’ dos bens imateriais contemplam as formas de saberes¹¹⁰, as celebrações, as formas de expressão e os lugares em que ocorrem as manifestações da cultura popular que, invariavelmente, acontecem em simetria com o meio ambiente a qual os grupos culturais estão inseridos.

Cabe ao Iphan “[...] preservar, identificar, fiscalizar, revitalizar e divulgar os bens culturais do Brasil”, diz um trecho do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que, tendo

¹¹⁰ Do ponto de vista da literatura especializada, vale a pena salientar a importância da obra de Michel de Certeau (2008) sobre as práticas culturais no cotidiano dos grupos sociais. Obra referência em estudos de antropologia cultural, no primeiro ‘tomo’ do seu livro, intitulado de *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*, o autor francês dedica um capítulo para analisar as “Culturas Populares”, no qual se destaca um subcapítulo em que trata de “Uma arte brasileira”. Nele, Certeau discorre sobre os saberes, as celebrações religiosas e as formas de expressão dos lavradores de uma região de Pernambuco, descrevendo como aquela manifestação cultural harmoniza com o meio natural que fornece todos os elementos necessários para a produção de uma cultura popular genuína. Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

por base o Decreto-lei Nº 3.551/2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Se nos anos de 1930 o Iphan fora erguido tendo em vista assegurar a preservação patrimonial da cultura brasileira, a partir dos anos 70 a difusão do sentido de patrimônio cultural não mais admitia práticas preservacionistas e gestão patrimonial com os moldes dos anos de sua fundação.

Como já mencionado acima, alguns estudiosos da gestão da instituição dividida sua trajetória em duas grandes fases: a) A fase heroica e b) a fase moderna (FONSECA, 2009). *Grosso modo*, a **fase heroica** se notabilizou pelos anos de enraizamento da instituição como um órgão técnica, com a responsabilidade de produzir um conhecimento no campo patrimonial e de assistir o Estado na elaboração de políticas públicas na área em questão. Enquanto que na **fase moderna**, a instituição se viu forçada a se *reinventar* a fim de incorporar novos objetos reconhecidos como bens pertencentes à cultura popular. No entanto, ao assimilar novos elementos da cultura popular, novos desafios foram postos à instituição que precisou a partir dos anos de 1970, instituir novos instrumentos de preservação que, neste caso, eram referentes ao patrimônio intangível, até então tratado de forma secundária em razão da valorização concedida ao patrimônio material.

Não é possível entender as mudanças institucionais do Iphan sem antes fazer alusão ao contexto brasileiro e mundial do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. No Brasil, a ideia de desenvolvimentismo estava muito associada ao discurso nacionalista e a pregação à modernização (SANTOS, 2013). Por outro lado, durante essas duas décadas (1960-70), o crescimento urbano, consequência de uma explosão demográfica e de fluxos migratórios regionais¹¹¹, mudou significativamente a configuração social do país.

O grande marco na história da instituição deu-se com a criação do *Centro Nacional de Referência Cultural* (CNRC) em 1975, na gestão de Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães¹¹². Neste período, o novo perfil de agentes culturais (antropólogos, sociólogos, críticos literários e outros) orbitando no Iphan possibilitou captar o novo momento vivido pela sociedade brasileira em termos de transformação social. A frente da instituição, Aloísio Magalhães buscou novos sentidos para o patrimônio cultural brasileiro alinhando com as novas tendências trazidas pela Unesco, através de suas *cartas patrimoniais* e as *resoluções*. A

¹¹¹ Cf. SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p.77.

¹¹² Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (1928-1982) foi um artista plástico, designer e bacharel em direito. Sua gestão sucede a longa direção de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, primeiro presidente do Iphan que ficou por 30 anos a frente da instituição.

grande inovação da gestão de Aloísio Magalhães, conforme Calabre (2009, p. 86-87), foi “[...] proporcionar maior identidade para o produto brasileiro que não tinha força própria. Porém, para isso ser feito era necessário conhecer e pesquisar o produto cultural brasileiro”.

A rigor, o objetivo era de conhecer e referenciar o patrimônio cultural que, a priori, se entendia diversificado e plural. Diferentemente da maneira como os pioneiros do Iphan concebiam o patrimônio intangível, ou seja, interpretando-o como manifestação folclórica, os profissionais do CNRC, destituídos de qualquer visão romântica acerca da cultura popular imaterial (FONSECA, 2009), começaram, nos anos de 1970, a coletar e referenciar toda a diversidade da cultura popular brasileira. Iniciando, assim, um novo paradigma na política preservacionista da instituição. A nova gestão procurava inovar coletando e sistematizando dados a partir de quatro categorias:

Quadro 2 – Prática patrimonial da gestão do Iphan a partir dos anos de 1970.

Divisão por Categorias	Resultados Esperados
1. Mapeamento do artesanato brasileiro.	Compreender a diversidade do artesanato brasileiro visando valorizar a criatividade do artesão em seus fazeres tradicionais.
2. Levantamentos socioculturais.	Entender a existência de grupos sociais agentes da cultura afim de estabelecer um vínculo entre cultura e desenvolvimento.
3. História da ciência e da tecnologia do Brasil.	Construir museus e <i>ecomuseus</i> com o propósito de servir de acervo para documentação, fotografias, textos, desenhos e outros.
4. Levantamento de documentação sobre o Brasil.	Analisar a documentação em acervo para produção de uma linguagem cinematográfica com o objetivo de divulgação da cultura brasileira.

Fonte: Adaptado pelo autor, 2019.

Essa nova forma de olhar o patrimônio cultural brasileiro, permitiu que vários projetos fossem formulados e executados tendo em vista a valorização da cultura popular vinculando-o à ideia de desenvolvimento. O *levantamento sociocultural*, por exemplo, identificou grupos sociais operando em atividades artesanais que possibilitariam o desenvolvimento local da região mediante incentivos financeiros. Conforme Fonseca (2009, p. 148), o CNRC tinha um propósito claro:

O objetivo era a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatíveis com os diferentes contextos culturais brasileiros. Essa visão, embora tivesse pontos de contato com as concepções então elaboradas na Unesco sobre o desenvolvimento, entrava em confronto. Com a ideologia desenvolvimentista que predominava nos anos 70. Por esse motivo, a participação do CNRC nesses projetos exigia, devido a sua complexidade e seu impacto não só sobre as culturas, como também sobre as economias e as organizações sociais locais, um forte respaldo político, tanto por parte da direção do CNRC quanto externamente. (FONSECA, 2009, p. 148, grifo nosso)

Deste objetivo em relacionar cultura a desenvolvimento, surge uma tendência que seria adotada pelos *Programas* de Preservação (Monumenta e PAC das Cidades Históricas). Sem sombra de dúvidas, o projeto pioneiro que foi sendo aperfeiçoado pelos trabalhos realizados pelo CNRC, corresponde ao *Programa de Cidades Históricas*, formulado nos anos de 1970 e direcionado para o Nordeste para fins de incentivar o turismo cultural da região. De acordo com o programa, a preservação dos monumentos tombados e a qualificação da infraestrutura¹¹³, atrairia renda em decorrência do turismo regional.

E na esteira do debate sobre a vinculação da cultura ao desenvolvimento que a gestão institucional inovada em suas práticas, instituindo a *salvaguarda* como instrumento de preservação da cultural intangível. O conhecimento coletado e proposto pelo CNRC nos anos de 1970 permitirá chegar à conclusão quanto à diversidade cultural brasileira, cabendo ao órgão realizar referências culturais e salvaguarda às práticas culturais consideradas autênticas da cultura popular. A prova está no fato de que nos anos de 1980, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) reservará dois artigos específicos para tratar do patrimônio cultural.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

¹¹³ Cf. BRASIL. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch> Acessado em 04 de janeiro de 2019.

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio culturais serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos

O artigo 216 deixa evidenciado a inserção do patrimônio cultural intangível na agenda da preservação da cultural brasileira, bem como reconhece suas diferentes formas de manifestação. É possível perceber que o artigo 216, em seu primeiro inciso, estabelece as inúmeras categorias de instrumentos para a proteção do patrimônio. E, embora o texto constitucional não faça menção ao uso da cultura como estratégia de desenvolvimento, a *carta jurídica*, pela primeira vez, faz alusão à cultura como um direito de todo cidadão.

No entanto, a vinculação do patrimônio imaterial com um modelo de desenvolvimento de ordem sustentável será abordada com a elaboração do decreto que instituiu o *Registro de bens Culturais de Natureza Imaterial*¹¹⁴ em 2000. E, principalmente, com o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*¹¹⁵, um documento que representa a extensão do Decreto Nº 3. 551/2000, mas que reafirma a salvaguarda como instrumento de defesa do patrimônio imaterial, reconhecendo e valorizando o bem intangível. De acordo com Sant’Anna (2006), a política de salvaguarda significou não só fortalecer as referências culturais, mas conferir visibilidade aos grupos sociais marcados por sua heterogeneidade e, sobretudo, sua complexidade cultural. A política de salvaguarda, diz a pesquisadora, tem por objetivo

¹¹⁴ Cf. BRASIL. *Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acessado em 03 de janeiro de 2019.

¹¹⁵ O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial previa como instrumento do patrimônio intangível, além do registro cultural, o inventário para a cultura imaterial. Este instrumento de salvaguarda deu surgimento para o aparecimento do Inventário Nacional de Referências Culturais.

promover o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural levando em consideração a sustentabilidade desse desenvolvimento.

A institucionalização do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial de 2000 abriu várias perspectivas para o patrimônio cultural brasileiro. Inclusive, ampliou o conceito de patrimônio cultural uma vez que o documento se refere ao patrimônio de caráter intangível que acabou juntando-se ao patrimônio tangível. Dessa forma, com a inserção do patrimônio intangível, uma conquista para os movimentos e grupos sociais de cultura popular, o *Registro* reconheceria tanto “as formas de expressão” da cultura popular quanto seus “modos de criar, fazer e viver”, usando a salvaguarda como instrumento de preservação. Portanto, o intangível se juntava aos conjuntos urbanos cujos sítios de valor “[...] histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 2000, p.02-03) já eram objetos de patrimonialização da instituição desde a década de sua fundação em 1937.

Porém, o Decreto-lei Nº 3.551 abriu um importante canal de perspectiva patrimonial ao aproximar o bem cultural intangível ao “*contexto ecológico*”¹¹⁶ dos grupos sociais dependentes do meio natural para a sobrevivência da comunidade. Os indivíduos pertencentes a estes grupos nomeiam estes objetos “biológicos” e “ecológicos” do ecossistema nos quais se encontram inseridos, **criam e recriam** seus modos de fazer através da interação de seus membros com o contexto ecológico, produzido e modelando os recursos naturais do meio ambiente ao qual estão vinculados.

A Conferência Internacional das Nações Unidas de 1992 (Rio-92) consagrou a *Convenção sobre a Diversidade Biológica* (CDB), um importante documento assinado pela cúpula da conferência uma vez que se reconhecia a necessidade dos Estados participantes em conservar os recursos biológicos das populações locais usuárias destes meios ecológicos. A CDB considera a diversidade ecológica um valor intrínseco, bem como valora intrinsecamente o ecológico, o genético, o social e o cultural contido nesta interação envolvendo populações locais com o *contexto ecológico*¹¹⁷.

Considerando as aproximações entre o campo cultural e o campo ambiental que se estreita cada vez mais, a Conferência do Rio-92 recomendou aos seus participantes que não só

¹¹⁶ Sobre a noção de **contexto ecológico**: “[...] as espécies e as variedades cultivadas são objetos biológicos que atendem a critérios de produção, de denominação e de circulação, em constante interação com sociedades e indivíduos que os produzem e modelam”. Cf. EMPERAIRE, Laure. *A Biodiversidade Agrícola na Amazônia Brasileira: recurso e patrimônio*. In: *Patrimônio Imaterial e Biodiversidade*. Brasília (DF): IPHAN, 2005, p. 31.

¹¹⁷ Cf. BRASIL. *Convenção sobre a Diversidade Biológica*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

reconheçam a dependência de muitas comunidades locais aos recursos biológicos, mas que os chefes de Estado disponibilizem suas instituições oficiais a fim de capacitar técnica e cientificamente os grupos sociais locais na *utilização sustentável* de seus recursos biológicos.

Sobre a relação aproximada entre o acordo internacional da Convenção da Diversidade Biológica (1992) promovida pela ONU e o Decreto Nº 3.551 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (2000), pode-se afirmar:

A CDB, entretanto, não inovou apenas ao alterar o status dos recursos genéticos, ela também reconheceu o valor intrínseco da biodiversidade e a importância da diversidade cultural dos saberes tradicionais para a sua conservação e uso sustentável. A sua implantação tem ampliado o uso do termo ‘conhecimento tradicional associado’ que designa “o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica (AZEVEDO; MOREIRA, 2005, p. 45, grifo nosso)

O que a CDB propõe e o Iphan tem por objetivo alcançar ao reconhecer o intangível como patrimônio cultural, é legitimar as diferentes dimensões culturais do manejo dos recursos naturais usados em distintos contextos ecológicos e socioculturais. Caso este evidenciado com as populações indígenas situados no Alto Rio Negro do Amazonas que tiveram a reivindicação atendida quanto ao reconhecimento cultural acerca dos saberes agrícolas da comunidade transmitidos ao longo do tempo de forma geracional.

No Processo Nº 01450.010779/2007-11 (BRASIL, 2010), o Iphan emite um parecer favorável às comunidades indígenas reconhecendo o “conhecimento tradicional” no tocante ao manejo do cultivo da mandioca no sistema agrícola dos grupos que habitam o Alto do Rio Negro (AM). O reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes no ano de 2010. O Estado brasileiro, por meio do Iphan, reconhece como legítima a interdependência do contexto ecológico ao contexto histórico-cultural das comunidades tradicionais de modo que mediante o conhecimento tradicional *criam e recriam* sustentavelmente seu modelo de existência, contribuindo para a conservação da floresta amazônica. Conforme o parecer técnico e científico:

No Rio Negro, entende-se por sistema agrícola, o conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem os espaços manejados e plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares

locais. Em outros termos, trata-se do complexo de saberes, práticas e relações sociais que atuam no ciclo roça-floresta e se estendem até os alimentos e sobre o modo de consumo em diversos domínios da vida social (IPHAN, 2000, p.08).¹¹⁸

Portanto, o novo conceito de patrimônio cultural, como pode ser visto acima, diferente das práticas tradicionais que reconhecia praticamente o patrimônio de *pedra e cal* como valor cultural digno de preservação, atualmente, reconhece o conhecimento tradicional de comunidades e grupos sociais integrando-os ao patrimônio cultural brasileiro assegurando a proteção mediante o instrumento de *salvaguarda*. A biodiversidade e a diversidade cultural estreita os campos cultural e ambiental com pontos de interseção entre o Iphan – instituição cultural – e o IBAMA – autarquia ambiental – com um objetivo em comum: A busca por um desenvolvimento que seja de ordem sustentável.

O caso dos povos indígenas do Rio Negro é emblemático já que, conforme o **Dossiê de Registro**¹¹⁹ sobre *O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*, embora apresentado ao Iphan, contou com o parecer técnico e os estudos científicos do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da FUNAI, das Universidades federais e estaduais e até da Organização Internacional do Trabalho. Uma ação em conjunto envolvendo conhecimento técnico-burocrático e conhecimento acadêmico reconhecendo e legitimando um conhecimento tradicional.

Por fim, com a abrangência de sua atuação frente aos novos desafios impostos pelo patrimônio cultural intangível em interface com a questão ambiental, o Iphan se viu na necessidade de se reinventar em sua estrutura burocrática. Seu organograma institucional contempla departamentos, secretarias e 27 (vinte e sete) superintendências visando atender as demandas dos grupos sociais. *Grosso modo*, sua estrutura institucional pode ser ilustrada assim:

¹¹⁸ A respeito de todo o processo legal e burocrático do reconhecimento dos modos de fazer das populações indígenas do Alto do Rio Negro. Cf. IPHAN. *Parecer N° 026/CR/DPI/IPHAN*. Brasília (DF): IPHAN, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer.pdf> Acessado em 05 de fevereiro de 2019.

¹¹⁹ Cf. IPHAN. *Dossiê de Registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro*. Brasília (DF): IPHAN, 2010.

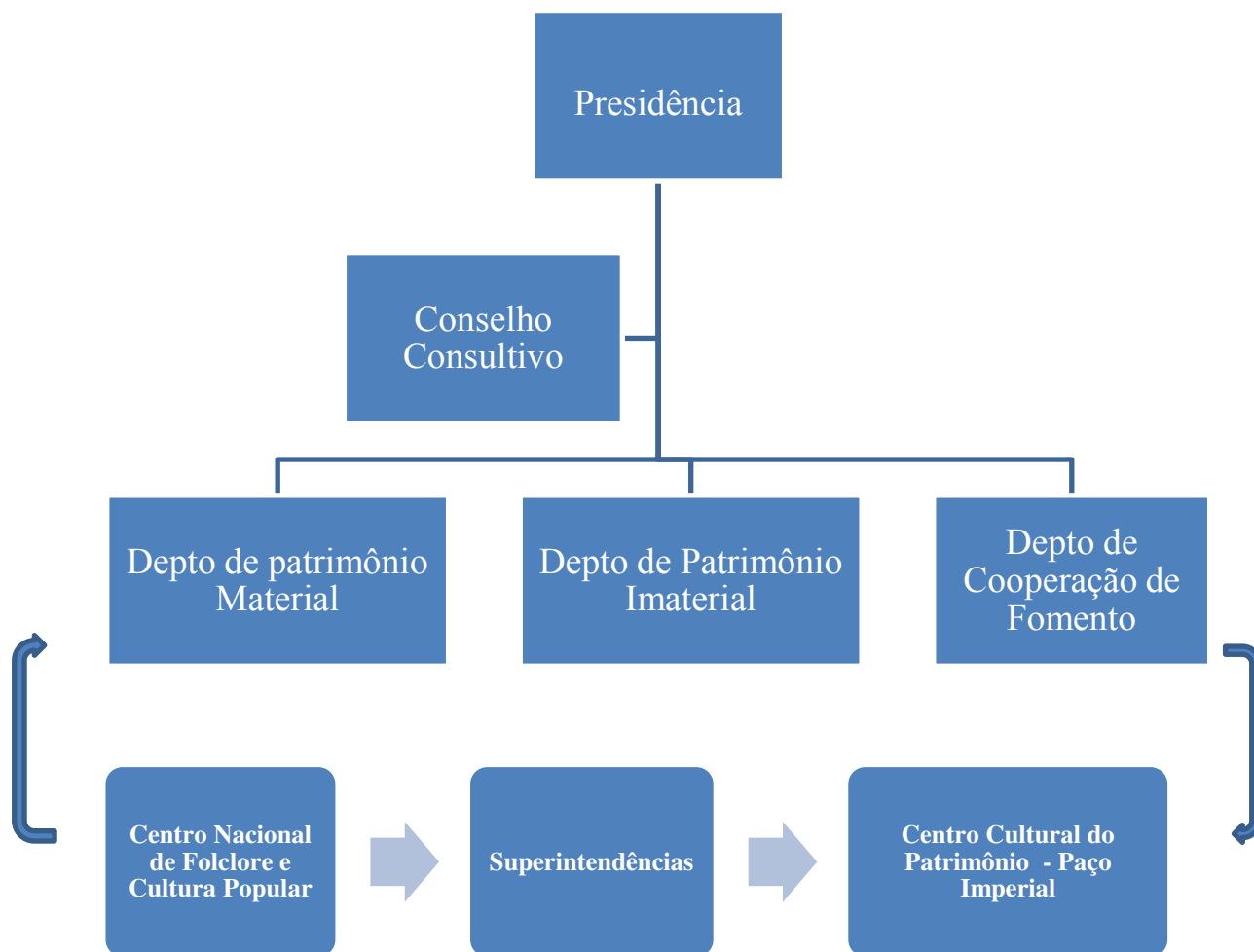


Figura 2: Organograma ‘simplificado’ da estrutura de poder do Iphan

Fonte: Adaptado pelo autor, 2018.

O organograma acima mostra a importância do Conselho Consultivo no que se refere ao exame, apreciação e decisão acerca de todas as questões referente ao patrimônio cultural brasileiro, seja ele tangível ou intangível. Com a instituição do Registro de Bens do Patrimônio Imaterial pelo Decreto Nº 3. 551/2000 surgiu o Departamento de Patrimônio Imaterial cuja competência funcional é de zelar pela preservação do patrimônio imaterial, propondo diretrizes, gerenciando programas e ações de um determinado patrimônio imaterial. Tendo em vista registrar, acompanhar e valorizar o patrimônio tutelado; como aconteceu com o caso do Sistema Agrícola tradicional do Rio Negro.

4.3 O Patrimônio *Ambiental Urbano*.

Embora tenha sido tratada como uma grande inovação para o campo patrimonial, a introdução do bem imaterial como valor cultural, o reconhecimento do *intangível* para o patrimônio cultural brasileiro não inviabilizou que no segmento do bem cultural *tangível* não houvesse renovação na maneira de perceber o patrimônio. Porém, diferentemente da abordagem realizada nos anos de 1930, o patrimônio cultural material foi sendo reconsiderado tendo em vista a impossibilidade de percebê-lo apenas como um bem isolado de um contexto a qual o monumento estava inserido. Assim, o **patrimônio integrado** passou a ser mencionado nas cartas patrimoniais em detrimento da visão do patrimônio de ‘pedra e cal’.

Se por um lado houve a partir da Unesco uma série de reuniões visando incluir no campo patrimonial as formas de criação e expressão dos grupos sociais excluídos, por outro lado as cartas patrimoniais que surgiram durante o século XX “revitalizaram” o pensamento urbano em relação ao valor histórico das cidades. Tanto que, desde a publicação da Carta de Veneza (1964), o patrimônio cultural material passou a ser estudado e fundamentado na ideia de *ambiência* (FUNARI e PELEGRINI, 2006). O entorno no qual estaria incluso o “monumento” histórico-cultural deveria ser considerado na intervenção urbanística que visasse a preservação patrimonial.

Em comparação com o patrimônio cultural imaterial, mencionado acima, o patrimônio cultural material é direcionado à questão urbana. Ou seja, a cidade é seu objeto de estudo, uma vez que uma das razões para o dinamismo da corrente que pesquisa o patrimônio tangível é a preocupação com o crescimento das cidades e os riscos que esta urbanização pode provocar aos sítios históricos. Para alguns especialistas, o modelo de preservação adotado até 1964, nem sempre levava em conta o ambiente urbano que estava no entorno ao bem cultural tangível. As cartas patrimoniais e o desenfreado crescimento urbano, aliado a uma consciência ambiental, deu margem para que fosse criada uma nova concepção de patrimônio edificado: o *Patrimônio Ambiental Urbano* (MENESES, 2017). Portanto, mais uma categoria de proteção patrimonial é instituída para as práticas institucionais.

O *Patrimônio Ambiental Urbano* desenvolveu uma metodologia de preservação diferente do *Patrimônio Cultural Intangível*, pois, enquanto este último se baseia no registro cultural dos modos de *fazer, criar e se expressar* de populações nativas (exemplificado acima), o Patrimônio Ambiental Urbano consiste no processo do tombamento como política

pública de preservação patrimonial. Bem como procura assegurar (o patrimônio ambiental urbano) o uso do *inventário urbano* como nova diretriz de preservação tendo em vista o conceito de integração urbana.

O marco da mudança de concepção em relação às novas formas de reabilitação do patrimônio se deu em 1964 em Veneza (Itália). À luz das transformações urbanas e suas consequências para o patrimônio histórico, reunidos na cidade italiana, arquitetos e técnicos especializados em monumentos históricos promoveram uma conferência interacional cujo intuito seria debater e encontrar novos caminhos para o patrimônio, dando em importância, no entanto, a questão ambiental integrado ao patrimônio.

O tema do congresso foi a “conservação do Patrimônio monumental e ambiental no mundo, num momento em que se sente, também nos países de nova formação, a necessidade de conservar os valores artísticos e os elementos representativos das civilizações do passado fundindo seu espírito com a vida moderna [...] Propunha-se criar uma Carta Internacional de Restauração de Monumentos, para implantação de uma política comum de pesquisas e valorização dos monumentos em seu ambiente, dos centros históricos e da paisagem (LEMOS, 2010, p.78).

Conforme Lemos (2010), a *carta patrimonial* de Veneza fora um “divisor de águas” em razão de propor que a restauração dos centros históricos não ignorasse o meio ambiente que o objeto de restaura encontra-se incluído. A interrelação entre monumento histórico, ambiente, paisagem e centro histórico nunca esteve tão forte quanto nas perspectivas formuladas pela *Carta de Veneza*. É desta carta patrimonial que o Patrimônio Ambiental Urbano começa a ganhar contorno de um projeto urbanístico de intervenção para centros históricos tendo como interface imprescindível a questão ambiental. Dentre as *recomendações* contidas na carta havia, conforme descrito no quadro 3:

Quadro 3 – Recomendações da Carta Patrimonial de Veneza de 1964.

1. <i>O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.</i>
2. <i>A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio monumental¹²⁰.</i>
3. <i>A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem devem alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.</i>
4. <i>Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos princípios enunciados dos artigos precedentes.</i>

Fonte: IPHAN, 1964, p.04-05

As recomendações da Carta Patrimonial de Veneza (1964) propõem em seu texto significativas mudanças que trariam impactos na política de preservação e intervenção urbanística no Brasil. Seguramente, a maior influência exercida por esta carta patrimonial está na elaboração do *Programa das Cidades Históricas* de 1973. Primeiro grande programa nacional destinado à conservação integrada visando dois eixos relevantes da *Carta de Veneza*: os novos usos do patrimônio histórico e a preocupação com o ambiente no entorno do centro histórico. A *Carta de Veneza* dá um passo no pensamento acerca da qualidade da infraestrutura urbana para atender a população local e para atrair o público turístico.

Não obstante, a primeira experiência de uma intervenção urbanístico inspirada na Carta de Veneza (1964) foi o projeto de reabilitação do centro histórico de Bolonha em 1969, intitulado de *Piano Urbanistico di Salvaguardia, Restauro e Risanamento del Centro Storico*¹²¹. Conforme seu projeto original, o objetivo principal seria de salvaguarda o centro

¹²⁰ Em 1965, é criado como consequência das discussões em Veneza (1964), o *International Council of Monuments and Sites* – Icomos Trata-se de uma organização não-governamental, porém, vinculada a ONU e a Unesco. Com o poder de atribuir título de Patrimônio Cultural da Humanidade para os bens culturais aos países signatários da Organização das Nações Unidas, o Icomos se destaca por ser uma rede de especialistas nas mais diferentes áreas do conhecimento cujo objetivo é de promover a interdisciplinaridade. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/>. Acessado em 02 de janeiro de 2019.

¹²¹ Para maior aprofundamento, a *Urban Center Bologna* é uma agência de discussão sobre a reabilitação da cidade de Bolonha e, sobretudo, na revisão da literatura sobre a intervenção urbanística vivida pela cidade

histórico da cidade conjugando as dimensões: física, social, econômica, cultural e ambiental. Portanto, uma ação integrada visando recuperar o conjunto dos bairros antigos sem alienar das áreas de desenvolvimento econômico das outras partes da cidade. Segundo Sampaio (2017, p.47): “Os fundamentos do Plano de Bolonha repercutiram na formulação de Planos de salvaguarda e recuperação não só na Itália quanto em Portugal, e frequentemente são citados como influência para planos de salvaguarda no Brasil” ¹²². O plano de reabilitação do patrimônio ambiental urbano de Bolonha é considerado pelo sucesso nos anos de 1960 e 1970 como um exemplo no tocante aos princípios de uma conservação integrada.

Outra grande referência em termos de política de integração e reabilitação urbana é o “Projeto Estratégico de Reabilitação Integrada de Barcelona” nos anos de 1980. Para Castriota, o projeto teve um caráter de “[...] um plano integral e multicefálico, que reuniu ao mesmo tempo projetos urbanístico, culturais, socioeconômicos e de desenvolvimento social” (2009, p. 167). Assim como ocorrera com a reabilitação de Bolonha, o projeto de Barcelona contou com a efetiva participação social da comunidade e com o diálogo entre o urbano e o ambiente.

Sobre o patrimônio ambiental urbano e a participação social, Meneses (2017), menciona a contribuição dos planos de intervenção e sua capacidade de promover cidadania graças à participação social das comunidades nos projetos de reabilitação dos bairros que as próprias habitam. Porém, para um dos principais estudiosos do campo do patrimônio ambiental urbano, a ideia de planos de habilitação preconizados pela *Carta de Veneza* (1964), teve o mérito de iniciar um novo paradigma no tocante ao pensamento urbanístico ao delinear o esboço de uma política de conservação integrada.

A chamada conservação integrada, surgida nos anos 1960/1970, numa Itália que ainda procurava cicatrizar suas feridas de guerra, colocou o habitante como protagonista (destinatário e agente) dos planos de urbanização e desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que se priorizava o favorecimento as classes mais desguarnecidas, introduziu-se a necessidade de integrar, no Planejamento urbano, todos os mais diversos componentes e atores presentes no território urbano – capitalizados pela expressão de patrimônio ambiental urbano. Sem dúvida, a difusão do imperativo de conservação integrada produziu uma verdadeira revascularização do pensamento patrimonial, internacionalmente, e abriu perspectivas para aceitação da natureza social do patrimônio e de suas funções como tal, reforçadas com a obrigação da **sustentabilidade** (MENESES, 2017, p.40, grifo nosso).

italiana no final dos anos de 1960. Disponível em: <http://www.urbancenterbologna.it/> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

¹²² Cf. SAMPAIO, Andrea da R. Centros Históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo. São Paulo: Revista CPC, Nº 23, p. 40-64, jun./jul., 2017.

Reconhecendo a introdução da questão ambiental no campo do patrimônio urbano, Ulpiano Meneses (2017) evoca a ideia de sustentabilidade que é inseparável de qualquer plano de intervenção urbanística que ocorra em cidades históricas. É uma “obrigação”, como diz acima. Mesma impressão possuem Zancheti e Lapa (2012), ao analisar a trajetória histórica do conceito de conservação integrada. Neste caso, ambos os autores ressaltam que a atualidade conceitual de conservação integrada, ancorada na ideia de Patrimônio Ambiental Urbana, deve muito à “consciência ambiental” que, segundo os pesquisadores, “[...] modificou e ampliou a concepção de conservação integrada” (ZANCHETI; LAPA, 2012, p. 27).

Tão relevante quanto a *Carta de Veneza*, a *Declaração de Amsterdã* (1975) consolidou a tendência de pensar a requalificação dos equipamentos urbanos integrados à vida social visando à qualidade de vida dos seus habitantes ao defender a integração dos centros históricos no dinamismo das grandes cidades (IPHAN, 1975). Ao ressaltar a política de conservação integrada para o patrimônio ambiental urbano, a Declaração de Amsterdã orienta em suas recomendações o maior envolvimento da população no processo de planejamento urbano como forma de fortalecimento da identidade cultural ao lugar.

Indiscutivelmente, essas cartas patrimoniais tiveram um forte impacto na América Latina e, em especial no Brasil, principalmente na formatação dos Programas oficiais de reabilitação das cidades históricas que será explicitado no próximo capítulo. No entanto, o conceito de patrimônio ambiental urbano, a qual a ideia de conservação integrada está vinculada, pode ser sintetizada com referência aos estudos sobre o patrimônio do urbanista Castriota (2009, p.89) quando afirma que:

Não há, de fato, que se pensar apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas é preciso, perceber as relações que **os bens naturais** e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações [...] Preservar o patrimônio ambiental urbano é, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tomar determinadas edificações ou conjuntos: é antes, preservar o **equilíbrio da paisagem**, pensando sempre como inter-relacionados a infraestrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria **paisagem natural** (CASTRIOTA, 2009, p.89, grifo nosso).

Por fim, o patrimônio ambiental urbano, como pode ser notado, pensa a cidade como um organismo vivo, dinâmico. Porém, diferente do patrimônio cultural imaterial, o

patrimônio ambiental urbano prioriza o bem tangível sempre numa perspectiva de (re)ordenação urbana. O método de conservação integrada é quase que um instrumento de intervenção urbana, sempre com a preocupação de aproximar as populações da tomada de decisão sobre os assuntos da cidade e com os (re)usos do patrimônio edificado. Com os estatutos urbanos, além da conservação do edifício histórico, a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano propõe a melhoria da infraestrutura como indicador de qualidade de vida, como aconteceu com o Programa Monumenta. Não obstante tudo isso, a conservação integrada aproxima ainda mais a questão urbana da temática ambiental e de seu correlato, a sustentabilidade.

4.4 A Paisagem Cultural.

O termo *paisagem cultural* adotado como categoria explicativa para uma realidade é constituída por dois conceitos cujas origens etimológicas são completamente distintas. A palavra por muito tempo representou um objeto de estudo tanto da ecologia quanto da geografia física, já que sua definição conceitual estava associada à vegetação e a geologia; respectivamente (SCHAMA, 1996). Porém, antes de ser apropriada pela ciência moderna como objeto de estudo, a terminologia paisagem, como indica o historiador Schama, já era utilizada em línguas germânicas para designar “[...] tanto uma unidade de ocupação humana, quanto qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura” (1996, p.20) por meio da palavra *landschap*.

No caso da arte pictórica, a paisagem estava intrínseca ao movimento renascentista, expressão cultural de uma temporalidade muito representativa no tocante a uma nova concepção de mundo e de homem¹²³. As aquarelas reproduziam a relação do homem com o meio natural, ou seja, nos afrescos o homem era introduzido à paisagem. No período renascentista, portanto, os retratistas da paisagem já a concebiam como uma porção do território apreendido visualmente. Constituindo tudo aquilo que a visão alcançasse, de modo que a ideia de paisagem abarcava, mesmo que precariamente, a interação do homem com o meio. Mas, é possível perceber que o conceito de paisagem, *landscape* em inglês e *paysage* em francês, desde sua origem pertenceu ao domínio do visual.

¹²³ Cf. CASTELNUOVO, Enrico. Retrato e sociedade na arte italiana: ensaios de história social da arte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

A palavra *landschap*, originária do holandês, designava alguns lugares comuns como um ‘conjunto de fazendas ou campos cercados, às vezes uma pequena propriedade ou uma unidade administrativa’. Somente quando foi transplantada para a Inglaterra, em fins do século XVI, é que a palavra perdeu suas raízes terrenas e adquiriu o significado valioso de arte. Paisagem chegou a significar um panorama visto de um determinado ponto. Depois, foi à representação artística desse panorama (TUAN, 2012, p.188).

Mesmo havendo mudanças de sentido, o termo paisagem, para a representação pictórica, nunca esteve dissociada da concepção de interação do homem com a natureza. Se hoje é possível mencionar *paisagem urbana* para designar áreas de expansão urbana e densidade demográfica, este conceito surgido na esteira da sociedade industrial era desconhecido no início da modernidade europeia. A paisagem representada nas aquarelas e nos afrescos retratavam paisagens bucólicas cuja presença humana estava dispersa num quadro pintado.

Este conceito será reinventado com a passagem do Renascimento para o Iluminismo e a consolidação do *discurso* científico. Sobretudo, com a formação do campo de conhecimento conhecido como *história natural*. O primado da ciência moderna é fundado na concepção de disciplinas empíricas cujo método indutivo de investigação tem por esteio a observação e a classificação dos objetos; ou taxinomia como ressalta Foucault (2007). O sentido de paisagem, então, é capturado pela linguagem científica da história natural que, conduzida pelo espírito científico mecanicista, visa dar sentido aos seres vivos que compõem a natureza, atribuindo-lhes leis explicativas para o movimento dos organismos vegetais e animais. A paisagem, neste caso, é transformada numa extensão da natureza “*ecologizada*”, passível de explicação racional a partir da lógica cartesiana. O homem fora alijado da paisagem com a sua *naturalização* e, de acordo com o novo sentido, o cenário paisagístico tornou-se botânico, geológico e morfológico.

A reconstrução do conceito de paisagem no campo científico reconsiderando a interação do homem com o meio natural reaparecerá com a publicação do livro *Morfologia da Paisagem* de Carl Sauer em 1925. Isso se levarmos em conta o pensamento geográfico, pois, no campo biológico o conceito de paisagem seguirá caminho independente, sobretudo, com o surgimento da *ecologia da paisagem*. Porém, a inquietação em entender a relação do homem com o meio natural é visceral à ciência geográfica, tanto que o geógrafo alemão Carl Ritter defendia a tese “[...] de que a civilização se ajustava ao meio” (SAUER, 2010, p. 20). A formação do campo geográfico fora marcado no século XIX pelo debate sobre a influência do

meio natural na organização das sociedades, ou seja, a crença científica no determinismo geográfico¹²⁴.

A publicação do livro de Sauer e as querelas sobre o impacto do ambiente sobre as ações do homem implicaram na redefinição da geografia enquanto área do saber. A reorganização de seu campo de estudo e o novo olhar sobre o homem e o meio possibilitou o surgimento de uma subdisciplina no campo: a *geografia cultural*.

Os problemas principais da geografia cultural consistirão no descobrimento do conteúdo e significado dos agregados geográficos que reconhecemos, de forma imprecisa, como áreas culturais, em estabelecer quais são as etapas normais de seu desenvolvimento, em investigar as fases do apogeu e de decadência e, desta forma, alcançar um conhecimento mais preciso da relação da cultura e dos recursos que são postos à sua disposição. (SAUER, 2010, p. 25).

Sem necessariamente romper com as premissas da geografia física e seu método de observação, o programa da subárea prioriza como escopo a análise das sucessivas culturas numa determinada área geográfica considerando sua evolução histórica. As pesquisas da geografia cultural não podem então prescindir da história e da economia como ações materiais da cultura de um grupo social no meio natural configurando uma *paisagem cultural*. Portanto, a paisagem cultural, como categoria conceitual, é proveniente do pensamento geográfico cultural.

Exterior ao debate acadêmico, o termo paisagem cultural tem ganhado vulto nos últimos anos nos fóruns internacionais e regionais. Na Itália, por exemplo, sediada na cidade de Florença, foi assinado o acordo “**Convenzione Europea del Paesaggio**” em 2000. A carta tem por objetivo salvaguardar aquilo que é considerado um patrimônio comum, ou seja, a paisagem cultural. De acordo com a Declaração de Florença, “Il paesaggio designa una determinata parte di territorio, così come è percepita dalle popolazioni, il cui carattere deriva dall'azione di fattori naturali e/o umani e dalle loro interrelazioni”¹²⁵ (FLORENÇA, 2000, p. 02). A ‘*Convenção de Florença*’ vai ao encontro da resolução que instituiu a paisagem

¹²⁴ No pensamento clássico iluminista, Montesquieu publicou “**O Espírito das Leis**” em 1748, em que dedica espaço na obra para tratar da influência dos elementos naturais na constituição das leis políticas e até nos costumes (MONTESQUIEU, 1997).

¹²⁵ “A paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanos”. CONSIGLIO D’EUROPA. *Convenzione Europea del Paesaggio*. (FIRENZE, 2000, p. 02, tradução nossa).

cultural como categoria patrimonial na Conferência da ONU em 1992 no Rio de Janeiro. Neste ano, a Unesco passou a considerar como suscetível de salvaguarda e de chancela, as paisagens que valorizassem a interdependência do homem com o meio ambiente e as interações entre natural e cultural. Como categoria operacional, a Unesco modelou o conceito de paisagem cultural a partir das ideias de pertencimento e singularidade do lugar (RIBEIRO, 2007), para justificar o ingresso de uma paisagem na lista de Patrimônio Cultural. Percebe-se que tanto na *‘Convenção de Florença’*, quanto na *‘Conferência da ONU’*, há um propósito para implantar um plano de gestão de paisagens visando à proteção e à qualificação do ordenamento geográfico.

Se na década da fundação do Iphan a concepção de patrimônio cultural encontrava-se restrita a noção de monumentos históricos, de sorte que a política de proteção atendia ao discurso do “patrimônio histórico e artístico”, atualmente a abrangência da política do principal órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural é visível. Se quando o discurso patrimonial estava dirigido para os monumentos de pedra e cal o mais importante instrumento de salvaguarda era o tombamento, com o longo trajeto trilhado pelo Iphan, novos recursos são utilizados como ‘ferramentas’ de gestão para a proteção patrimonial, de modo que a adoção da categoria paisagem cultural possibilitou a existência de mais um instrumento para contribuir na preservação da memória cultural, a saber:

A chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultura do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um plano de gestão (IPHAN, 2009, p. 18).

A chancela e o reconhecimento da paisagem cultural como uma categoria operacional para a preservação do bem cultural representa o alargamento do campo conceitual do qual foi submetido o campo patrimonial. Patrimonial cultural denota, nos dias de hoje, não apenas preservação material dos monumentos históricos e seus conjuntos urbanos, mas, bens intangíveis que encarnam as manifestações culturais populares e, por último, as paisagens que como mencionado acima, simboliza a relação da ação humana no meio natural deixando-lhe

marcas materiais e construindo valores a partir da subjetividade de suas percepções exercidas sobre as paisagens.

Por outro lado, como se pode notar, paisagem e cultura são dois conceitos independentes, porém, compostos num só termo. O adjetivo cultural serve como qualificativo para o substantivo paisagem que, neste quesito, remete a algo de valorativo numa paisagem que na tradição morfológica da geografia e na clássica interpretação da ecologia simbolizou a ausência da ação humana imprimindo suas marcas culturais num meio natural. O adjetivo cultural associado ao substantivo paisagem, portanto, transmite a ideia de produção e reprodução da vida material e das representações simbólicas numa porção regional de um território. Assim, é impossível tratar da categoria analítica paisagem cultural sem fazer referência à construção identitária, a memória coletiva e a produção e reprodução social material como vestígios indelévels da ação humana no meio natural:

A paisagem cultural é um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais. É uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano (WAGNER; MIKESEL, 2010, p. 36).

Na atual literatura acadêmica, a abordagem sobre da paisagem cultural tem variado bastante desde a publicação do seminal livro de Sauer em 1925 a respeito da morfologia da paisagem. O mesmo poderá ser dito sobre o uso do termo como categoria de preservação ao longo das décadas de existência do Iphan. Em alguns casos, inclusive, é possível perceber incompatibilidade entre as concepções de paisagem cultural quando se comparar a literatura científica, a instituição brasileira e as cartas internacionais. Ou seja, isto comprova o quão polissêmico e complexo é o tema. No entanto, podemos encontrar pontos de intersecção entre as três partes que produzem conhecimento sobre a paisagem cultural como categoria de pensamento que visa capturar uma dada realidade. Conforme a figura abaixo:



Figura 3: Três áreas de produção de conhecimento sobre paisagem cultural com seus pontos de intersecção.

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

E, como já foi discorrido acima, um pouco de cada área produtora de um discurso sobre paisagem cultural, o principal ponto de intersecção entre elas está na concepção de que a paisagem é um fenômeno humano, portanto, é um fenômeno cultural. Trata-se de uma projeção de um indivíduo ou um grupo social sobre um determinado espaço geográfico chamado de lugar. A concepção de lugar está intrinsecamente associada à ideia de paisagem já que a relação do grupo social com a paisagem é praticamente antropológica. Ou seja, uma relação de identidade cultural. Ainda que partam de pressupostos diferentes para refletir sobre a problemática da paisagem cultural, a literatura acadêmica, as instituições do patrimônio e as cartas das convenções internacionais estão de acordo de que o meio natural (o ambiente) é o contexto indispensável para que os grupos sociais criem suas paisagens a partir do seu modo de produção de vida adotada¹²⁶.

Dito isto, então, é possível compreender um dos estudos mais importantes sobre a paisagem cultural na literatura acadêmica. Abordando pela ótica da geografia cultural¹²⁷, o

¹²⁶ Cf. CORREA, Roberto. L; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

¹²⁷ A literatura especializada é vasta como pode ser conferida. Vide: COSGROVE, Denis. *Realtà Sociali e Paesaggio Simbolico*. Milano (IT): Edizione Unicopli, 1997. JACKSON J. B. et al. *The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays*. New York (USA): Oxford, 1979. DUNCAN, James S. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandy kingdom*. New York (USA): Cambridge University Press, 2004.

pesquisador inglês Denis Cosgrove (1998) ao publicar o clássico *Social Formation and Symbolic Landscape*, reflete sobre a produção e reprodução da vida material considerando a paisagem como uma consequência de um processo histórico incorporado ao meio natural onde se revela toda a organização social de um grupo cultural ou de uma comunidade. Conforme o geógrafo inglês:

The social construction of the landscape is the relationship between society and territory. The subject is the man of history "organized in social complications, his relations with the group to which he belongs, his religious beliefs, his collective psychology, his laws, his habits, his techniques, his work organization, which are measured with environment and structure ". The landscape is considered only as a historical product and can be part of culture as form and forms are produced historically¹²⁸ (COSGROVE, 1998, p. 23).

Portanto, a paisagem é uma construção social ou, como costuma dizer, uma construção simbólica, de modo que o papel do pesquisador seria de compreender a interação humana com o meio natural tendo em vista a necessidade dos grupos sociais organizarem seu espaço. Nesta relação entre cultural e natureza, como mencionado acima, o processo é histórico, dialético, pois um influencia o outro como se fosse um mecanismo circular. Neste caso, não se pode negligenciar a condição histórica da qual fora forjada um determinado meio natural, no qual resultou numa paisagem.

Num outro trabalho envolvendo cultura e natureza e as condições históricas que imprimiram uma marca cultural na natureza, Cosgrove (2004) analisa as paisagens culturais da **Região do Vêneto** na Itália. Neste estudo, o propósito é compreender como a burguesia aristocrática veneziana produziu e reproduziu sua organização social, na época das ‘*Grandes Navegações e do Comércio das Especiarias*’, na região mais próspera da Itália naquele período da História.

Quando si studia la cultural di Venezia e dei suoi territori nel XVI secolo esistono fondate ragioni storiche per considerare il paesaggio come un'idea ornatrice [...]. In altra sede, ho tentato di definire le linee generali di questo processo storico, suggerendo l'idea che la percezione del mondo esterno

¹²⁸ A construção social da paisagem é a relação entre sociedade e território. O sujeito é o homem da história "organizado em complicações sociais, suas relações com o grupo ao qual ele pertence, suas crenças religiosas, sua psicologia coletiva, suas leis, seus hábitos, suas técnicas, sua organização de trabalho, que são medidos com o ambiente e estrutura". A paisagem é considerada apenas como um produto histórico e pode fazer parte da cultura como forma e as formas são produzidas historicamente. Cf. COSGROVE, Denis. *Social Formation and Symbolic Landscape*. United States of American: The University of Wisconsin Press, 1988, p. 23. (Tradução nossa).

come paesaggio fu strettamente correlata ad altre trasformazioni in fatto di organizzazione sociale e culturale in Europa, mi riferisco in modo specifico al sorgere dei rapporti capitalistici di proprietà e, in campo artistico, all'acquisizione tecnica della prospettiva lineare¹²⁹ (COSGROVE, 2004, p. 48.)

Embora seus estudos estejam ancorados na realidade europeia, porém, é inegável o quadro referencial que o autor produz para pensarmos a paisagem cultural do ponto de vista conceitual. Não se pode entender a paisagem sem considerar as condições históricas que levaram sua formação, bem como é contraproducente negligenciar os grupos sociais que ali imprimiram seu modelo de sociedade material e/ou imaterial e, o mais importante, as interações entre a cultura humana com a natureza.

4.4.1 A paisagem e as práticas patrimoniais de preservação.

No caso brasileiro, o *Dossiê da Candidatura do Rio de Janeiro a Paisagem Cultural*, enviada a Unesco em 2012, pode ser interpretado à luz do conceito desenvolvido pela literatura acadêmica e, também, pela definição conceitual particular de uma instituição patrimonial. Na introdução do *dossiê* de candidatura, o entendimento acerca da paisagem cultural como interação entre o homem e a natureza fica evidenciado quando se afirma: “[...] ao longo dos anos o Rio de Janeiro vem sendo considerado um exemplo único onde a relação homem-cidade-natureza é equilibrada e reconhecida como um monumento à qualidade de vida, ao prazer de viver na urbe” (IPHAN, 2012, p. 05). Em seguida, o texto do dossiê procura fazer referência à temporalidade histórica agindo sobre o espaço geográfico da cidade para justificar sua peculiaridade. Pois, “[...] a construção da paisagem cultural foi deliberada, determinada, constituída por processos históricos e culturais” (IPHAN, 2012, p. 06).

Nota-se, primeiro, os pontos em comum entre a ideia de paisagem cultural operacionalizada pelas instituições de defesa do patrimônio – Iphan e Unesco – com o que

¹²⁹ Ao estudar a cultura de Veneza e seus territórios no século XVI, existem razões históricas bem estabelecidas para considerar a paisagem como uma ideia ornamental (...). Em outro lugar, tentei definir as linhas gerais desse processo histórico, sugerindo a ideia de que a percepção do mundo externo como uma paisagem estava intimamente relacionada a outras transformações em termos de organização social e cultural na Europa, refiro-me especificamente ao surgimento de relações capitalistas e, no campo artístico, a aquisição técnica de propensão linear. Cf. COSGROVE, Denis. *Il Paesaggio Palladiano: la trasformatioze geografica e le sue rappresentazioni culturali nell'Italia del XVI secolo*. Verona: Cierre Edizioni, 2004, p. 48. (tradução nossa).

pensa boa parte da literatura acadêmica, isto é, que a paisagem cultural é fruto de um “processo histórico e cultural” e que se trata de uma interação entre o “homem e natureza”. Porém, logo se percebe a diferença entre os dois polos de entendimento da paisagem cultural. A Unesco, organismo internacional responsável por assegurar o título de *chancela* da paisagem cultural, apenas reconhece como paisagem cultural os lugares que possuem “valor excepcional e universal”. Enquanto que para a literatura acadêmica qualquer lugar é potencialmente uma paisagem cultural.

Na candidatura do Rio de Janeiro a Paisagem Cultural¹³⁰ transita-se entre o lugar antropológico da paisagem como sendo um território de “usos e práticas sociais e manifestações culturais” e, por outro lado, a preocupação em atender as condições de excepcionalidade quando delimita seu sítio cultural de candidatura para se enquadrar nos critérios da Unesco¹³¹ para ser reconhecida como paisagem “autêntica”. Tanto que o tema de sua candidatura foi “Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” (IPHAN, 2012, p.07), onde se mencionava a “[...] harmonia entre a paisagem natural e a intervenção humana” (IPHAN, 2012, p.07-08).

A categoria de paisagem cultural, embora instituída pela Unesco em 1992 durante a Conferência da ‘Rio-92’ no Brasil, ainda se constitui de um grande desafio em termos de política patrimonial para a Unesco e, sobretudo para o Brasil que a instituiu em 2009 com a publicação da Portaria 127/2009 emitida pelo Iphan. No Brasil, as práticas preservacionistas do Iphan ainda não contemplaram nenhum lugar com a *chancela* de paisagem cultural, no entanto, tem apresentado a Unesco lugares com o objetivo de obter a *chancela* como prova de reconhecimento de que o lugar tem representativa no que concerne a integração dos valores culturais e naturais como requer a categoria paisagem cultural, conforme quadro 4.

¹³⁰ O Dossiê de Candidatura delimitou a paisagem cultural do Rio de Janeiro a partir de cinco elementos: 1. Parque nacional da Tijuca; 2. Jardim Botânico; 3. Parque do Flamengo; 4. Entrada da Baía: Fortes Históricos, Pão de Açúcar e Enseada do Botafogo; 5. Praia de Copacabana. Cf. IPHAN. *Dossiê da Candidatura do Rio de Janeiro a Paisagem Cultural*. Brasília (DF): Iphan, 2012.

¹³¹ Para um exame de “autenticidade” que a Unesco chama, é preciso atender aos requisitos de: análise dos atributos, de forma de uso, função, concepção e significado.

Quadro 4 – Lista Indicativa a Patrimônio Mundial apresentada a Unesco (2018)

NOME DO BEM	ESTADO	TIPO DE CATEGORIA
Barragem do Cedro nos Monólitos de Quixadá	CE	Patrimônio Cultural
Conjunto de Fortificações Brasileiras	AP, BA, MS, RJ, RO, PE, RN, SC e SP.	Patrimônio Cultural
Geoglifos do Acre	AC	Patrimônio Cultural
Igreja e Mosteiro de São Bento	RJ	Patrimônio Cultural
Itacoatiaras do Rio Ingá	PB	Patrimônio Cultural
Palácio da Cultura – Antiga sede do Ministério de Educação e Saúde	RJ	Patrimônio Cultural
Sítio Roberto Burle Marx	RJ	Patrimônio Cultural
Teatros da Amazônia	AM / PA	Patrimônio Cultural
Vila Ferroviária de Paranapiacaba	SP	Patrimônio Cultural
Ver-o-Peso	PA	Patrimônio Cultural
Cânion do Rio Peruaçu	MG	Patrimônio Natural
Estação Ecológica Anavilhanas	AM	Patrimônio Natural
Estação Ecológica do Taim	RS	Patrimônio Natural
Estação Ecológica de Raso de Catarina	BA	Patrimônio Natural
Parque Nacional de Serra da Bocaina	SP / RJ	Patrimônio Natural
Parque Nacional da Serra da Canastra	MG	Patrimônio Natural
Parque Nacional da Serra do Divisor	AC	Patrimônio Natural
Parque Nacional Pico da Neblina	AM	Patrimônio Natural
Reserva Biológica do Atol das Rocas	RN	Patrimônio Natural
Paraty (RJ): Cultura e Biodiversidade	RJ	Paisagem Cultural
Área Federal de Proteção Ambiental, Caverna do Peruaçu/Parque estadual Veredas do Peruaçu	MG	Paisagem Cultural

Fonte: Iphan, (2018).

Na arte acima, na lista indicativa dos bens brasileiros apresentados pelo Iphan a Unesco, dois concorrem na categoria paisagem cultural (patrimônio misto) em razão dos valores culturais e naturais existentes. O caso do *dossiê* da candidatura de Paraty elaborado pelo Iphan, a referência de que são “bens culturais e naturais excepcionais”, no qual existe uma interação entre comunidades “tradicionais e ambiente nativo”¹³². O valor natural incorporado ao *dossiê* de candidatura de Paraty (RJ), consta parques nacionais e unidades de

¹³² Cf. IPHAN. *Paraty (RJ): Cultura e Biodiversidade*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/819> Acessado em 04 de janeiro de 2019.

conservação regulados pelo ICMbio, isto é, a categoria paisagem cultural, como nova prática institucional de preservação, adotado pela Unesco e, em seguida, pelo Iphan, visa aproximar o campo cultural e o campo natural levando em conta ambos os valores que um bem patrimonial pode congrega.

Em ambos os casos – Rio de Janeiro e Paraty – os *dossiês* ressaltam a relação da sociedade com a natureza, resultando dessa interação, um único patrimônio, ou seja, numa paisagem amalgamada pelos aspectos culturais e naturais. A paisagem cultural, como categoria de preservação patrimonial tem por mérito considerar valor cultural e valor ambiental integrados, sem que haja hierarquia entre ambos os valores, como ocorria com as primeiras práticas de preservação adotadas pela instituição em relação aos livros de tomo, destinados a atribuir valor paisagístico as cidades históricas tombadas. Como já mencionado no texto, as cidades históricas inscritas no livro de tomo pelo seu conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico, trataram a paisagem uma mera moldura cujo valor mais importante era o monumento histórico.

É o caso do município de Igarassu no Estado de Pernambuco, que na *'Lista de bens tombados e em processo de tombamento'* (IPHAN, 2015), encontra-se inscrito no livro de tomo de bens históricos, porém, classificado como “conjunto urbano”, descrito como “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico”, cujo número do processo de tombamento “T-359” recebeu deferimento em 1972 sendo apresentada sua situação para tombamento em 1945. No processo de inscrição de seu tombamento, consta na sua descrição o fato de ser uma cidade histórica “com traçado urbano irregular e espontâneo, que resultou em um traçado singelo, harmonioso, e de topografia ondulada, cuja paisagem foi destacada no *entorno*”¹³³. Portanto, a ideia da paisagem como entorno, uma moldura, evidencia a **valorização da natureza** para a política patrimonial praticada pela instituição. Ver a figura 04 abaixo:

¹³³ Cf. Idem. *Igarassu (PE)*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/350/igarassu> Acessado em 03 de janeiro de 2019.



Figura 04: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu tombado em 1972.

Fonte: Iphan, 2018.

Outro importante exemplo é à cidade histórica de Penedo no Estado de Alagoas. Assim como Igarassu em Pernambuco, a cidade de Penedo está inscrita no livro de tombo dos bens históricos, no entanto, está discriminada em seu dossiê de tombamento como: “Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico”. Na documentação oficial do dossiê do tombamento nº “T-1201” que foi apresentado em 1986, mas que somente recebeu deferimento em 1996¹³⁴ pelo Iphan, está descrita pelo órgão (Iphan), como “[...] uma cidade que tem significativa importância” em razão de sua “arquitetura religiosa para o Nordeste” (arquitetura barroca). Mas, sobretudo, em virtude da cidade ter sido erguida as margens do Rio São Francisco, “[...] palco de importantes acontecimentos do Brasil Colonial. As marcas da colonização portuguesa, holandesa e de missionários franciscanos”¹³⁵. No caso de Penedo (Alagoas), a paisagem que a “emoldura” é considerada patrimônio histórico devido aos “fatos históricos da história colonial”, simbolizando um traço da identidade cultural nacional do país. A paisagem aqui é compatível com o ideal das práticas patrimonialista dos anos de 1930 em que os bens para ter valor cultural ou natural precisariam ter alguma excepcionalidade e associação com os grandes eventos históricos da história do Brasil. Conferir a figura 05 abaixo:

¹³⁴ Conferir “Lista de Bens Tombados e Processo de Tombamento”, Iphan, 2015.

¹³⁵ Cf. IPHAN, *Penedo (AL)*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/110/penedo> Acessado em 03 de janeiro de 2019.



Figura 05: Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo tombado em 1996.

Fonte: Iphan, 2018.

Não obstante, a cidade histórica de São Cristóvão em Sergipe fora tombada em 1967 a partir do dossiê número “T-785”, no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Tombo Histórico (inscrito em 2014, após sua candidatura a Unesco como Patrimônio Mundial da Humanidade) discriminado em seu processo de tombamento como “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico”. A cidade tem seu valor ambiental considerando o entorno da vegetação e dos afluentes do rio Sergipe que incide no “traçado urbano ondulado” em razão da sua “topografia” peculiar que influenciou no ordenamento do espaço durante o reinado em que Portugal e Espanha estavam governados por uma só Coroa¹³⁶. Portanto, fatos de valor histórico são mais uma vez retratado para justificar o meio natural no “emoldurar” do entorno ambiental do conjunto urbano da cidade patrimônio. Conferir figura 06 abaixo:

¹³⁶ Cf. Idem. *São Cristóvão (SE)*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/358/saocristovao> Acessado em 03 de janeiro de 2019.



Figura 06: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de S. Cristóvão tombado em 1967.

Fonte: Iphan, 2018.

Os três exemplos citados acima visam esclarecer a maneira como a política de preservação abordou a paisagem ao longo de sua gestão do patrimonial cultural no tocante aos conjuntos urbanos históricos. Como pode ser observado, durante as décadas de 60, 70 e 90, anos em que as cidades ilustradas foram inscritas nos livros de tombo (São Cristóvão, Igarassu e Penedo; respectivamente), o tratamento dado à paisagem como “entorno” ou “moldura” é incompatível com a noção de paisagem cultural pensada pela literatura especializada (Geografia Cultural), pela Unesco e pelo Iphan, principalmente depois da formulação da Portaria número 127/2009 que instituiu a chancela da *Paisagem Cultural* como nova categoria para salvaguarda o patrimônio cultural brasileiro.

Como indica a literatura especializada, a paisagem é uma construção, inclusive do ponto de vista conceitual. Desde a publicação do livro de Carl Sauer sobre a Morfologia da Paisagem em 1925 até os dias de hoje, o sentido conceitual do termo mudou bastante. Conforme sugere Cauquelin (2014), a paisagem é uma construção que depende da nossa relação com o mundo, portanto, tem a ver com a percepção que um grupo tem acerca de um espaço. Para a pesquisadora, a paisagem é uma percepção de uma realidade apreendida que decorre de uma temporalidade vivida¹³⁷. Onde se conclui com o transcorrer do tempo impõe mudanças de percepção em relação ao espaço, por conseguinte, alterando a forma de

¹³⁷ Cf. CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da Paisagem*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

percepção da paisagem. Nos estudos pioneiros da pesquisadora francesa, a paisagem surgiu na arte e na pintura do Renascimento holandês e italiano, segundo a autora, à época “[...] a paisagem não era uma metáfora da natureza, uma forma de evocar, mas é efetivamente a natureza” (CAUQUELIN, 2013, p.30).

Em relação à política patrimonial adotada pelo Iphan, as cidades históricas que foram inscritas no livro do tombo “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”, o sentido através do qual se concebia a paisagem não previa uma relação holística entre o valor cultural e o valor natural de uma cidade tombada, como mencionado acima, apenas a paisagem como um quadro, uma moldura ou, se concordarmos com os estudos de Cauquelin, como uma pintura. Isto é, durante muitas décadas, a paisagem que estava no ‘*entorno*’ do bem cultural patrimonializado era uma *natureza* pictórica que servia unicamente para emoldurar, sem interação com a cultural que ali estava estabelecida por séculos de história.

Quem tão bem compreendeu o sentimento da ideia de paisagem para os dias atuais, rompendo com a visão de uma paisagem estanque como a que perdurou na política patrimonial, foi o pesquisador Augustin Berque (2013). Seu conceito de paisagem-marca e paisagem-matriz vai ao encontro do que se pensar sobre a paisagem cultural, ou seja, de uma circularidade interativa entre valor cultural e valor ambiental sem que haja uma hierarquia de valores. No esquema apresentado por Holzer¹³⁸ (2004, p. 57), comentando a obra de Berque, assim poderia ser exemplificada a ideia de paisagem-marca e paisagem matriz:

- **Paisagem-Marca**: a paisagem como um dado perceptível devido às mudanças nas escalas espaciais e temporais.
- **Paisagem-Matriz**: como a herança desta paisagem, seu produto nas mentes e nas estruturas espaciais, uma espécie de arquétipo.

A paisagem é uma marca capaz de expressar uma sociedade ou uma civilização a partir de toda a sua materialidade. Por outro lado, é uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, da concepção e da ação de uma cultura, incidindo sobre a forma de olhar, apreender e perceber a própria paisagem (BERQUE, 2009, 2013). Assim, de acordo com a literatura, quando ocorrem mudanças econômicas nas paisagens, ocorre desestruturação, aos

¹³⁸ Para uma maior compreensão do conceito paisagem-marca e paisagem-matriz Cf.: HOLZER, Werther. In: Augustin Berque – um trajeto pela paisagem. Rio de Janeiro: Revista Espaço e Cultura, UERJ, n 17, p.55-65, Jan/Dez, 2004.

poucos, dos antigos sentidos, surgindo novos sentidos acerca da paisagem. Sobre esta particularidade da paisagem suscetível a mudança Castriota (2009) afirma:

Em todo planeta, mudanças demográficas, o aumento do valor da terra, a industrialização da produção agrícola e a competição dos mercados mundiais, estão revolucionando as relações sociais e econômicas tradicionais com a paisagem. A velocidade e o alcance dessas mudanças são inéditas e têm implicação significativa na gestão do patrimônio cultural, que incluem a fragmentação e a mudança de paisagens culturais, a perda de mercado dos produtos tradicionais e mesmo a erosão da identidade e distinção regionais (CASTRIOTA, 2009, p. 269).

É preciso pensar as cidades históricas tombadas pelo seu conjunto urbano tendo em vista que durante muito tempo se pensou no seu “congelamento”, ou melhor, na sua “intocabilidade”, porém, o dinamismo da vida moderna impõe condições *sui generis* para as novas políticas patrimoniais a partir da ideia de paisagem que necessita ser reinventada. Pois, muitas cidades patrimonializadas estão inseridas em contextos de regiões metropolitanas, portanto, expostas a demografia, a industrialização e outras ações antrópicas. Como observado na literatura especializada, à paisagem em si é mutável, tem sua dinâmica, sobretudo quando interagem com a sociedade.

Portanto, neste subcapítulo sobre a paisagem, vimos como seu conceito mudou com o curso do tempo. Como categoria de preservação adotada pelo Iphan, desde os anos de 1930 que o “aspecto paisagístico” das cidades históricas tombadas é considerado para efeitos de preservação, no entanto, como foi ressaltada no texto, a paisagem por muito tempo foi tratada pelas práticas patrimoniais como algo secundário, ou seja, uma moldura. Ao conceber a paisagem cultural, mais recentemente, as instituições de preservação, passam a considerar uma série de aspectos que configuram uma realidade paisagística, principalmente as interações entre a dimensão cultural e a dimensão ambiental.

No próximo capítulo, veremos como novos olhares sobre a preservação patrimonial foram sendo assimiladas pelos programas de preservação criados pelos governos federais, tendo em vista a preservação patrimonial, o turismo cultural, o planejamento urbano e, sobretudo, a ideia de que o patrimônio é um vetor de desenvolvimento (in)sustentável.

5 A QUESTÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

Tendo em vista o uso da questão ambiental na política de preservação cultural no Brasil, este capítulo tem por propósito descrever a incorporação da questão ambiental nos documentos oficiais direcionados para a preservação do patrimônio brasileiro. Para esta parte da pesquisa, foi preciso compreender a importância do planejamento urbano como instrumento de ordenação do espaço, sobretudo considerado que o espaço em questão é tombado pelas regras do Iphan. As diretrizes do planejamento urbano foram analisadas à luz das cartas patrimoniais que orientam as novas formulações da política patrimonial no mundo.

Neste mesmo capítulo, foram analisadas as ideias centrais dos documentos oficiais elaborados pelo poder federal no que concerne à preservação do patrimonial cultural, ou seja, o primeiro programa federal dos anos de 1970 – Programa das Cidades Históricas (PCH) e os dois últimos programas adotados nas últimas duas décadas: o *Projeto Monumenta* e o *PAC Cidades Históricas*. Nesta parte da pesquisa, os programas *Monumenta* e *PAC Cidades Históricas* foram abordados de maneira comparativa considerando que a formulação de ambos os programas ocorreu após a consagração do termo desenvolvimento sustentável e após a Conferência da ‘Rio-92’ no Brasil.

É preciso levar em consideração que ao analisar os objetivos dos programas de preservação do patrimônio no Brasil, temas referentes ao campo ambiental são abordados conforme as diretrizes desses projetos. É o caso da ideia de desenvolvimento sustentável, sobretudo no Programa Monumenta e, no caso do PCH, a ideia de turismo cultural como meio de desenvolvimento social e econômico. Ou seja, os programas de preservação de uma forma ou de outra, procuraram ancorar a perspectiva de preservação patrimonial a temas recorrente ao campo ambiental.

5.1 As cidades patrimonializadas e o planejamento urbano.

“Este é um livro de ataque!”¹³⁹ Com esta frase a jornalista e ativista norte-americana Jane Jacobs publicou em 1961 aquele que seria um dos livros mais importantes sobre o

¹³⁹ Com esta frase a escritora norte-americana “abre” seu texto para tratar da segregação social nos espaços planejados urbanisticamente nos Estados Unidos. Cf. JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 267.

planejamento urbano. Embora não fosse arquiteta e urbanista de formação, sua capacidade de observação do cotidiano urbano permitiu que a ativista das causas relacionadas às cidades escrevesse um livro-denúncia tão importante quanto *‘Primavera Silenciosa’*¹⁴⁰ publicado na mesma década de 1960 por Rachel Carson, sendo que cada uma com sua causa visando públicos distintos.

O livro de Jacobs (1961) promovia uma reflexão sobre o papel do planejamento urbano funcional no espaço urbano e sua indiferença às formas de vida cotidiana da população, já o livro de Carson (1962) provocou um intenso debate sobre o uso de defensivos químicos e as consequências ambientais deste procedimento. Sem perceber, ambas estavam lançando no debate público importantes reflexões que terminaria por aproximar a questão urbana da questão ambiental décadas depois.

Jacobs (2011) deixa evidenciado logo na abertura do seu livro-clássico que o “ataque” é em relação “aos fundamentos do planejamento urbano”. Segundo a autora, uma das razões da decadência (morte) das cidades americanas está nos planejamentos urbanos que não preconizam o que ela chama de “diversidade urbana” (parques, museus, escolas, ruas largas, espaços livres, hospitais, moradias, etc.). A crítica ácida da ativista era destilada contra um tipo de planejamento urbano ortodoxo que em seus projetos de revitalização das cidades, desconsiderava o óbvio, a dinâmica da cidade.

É a partir de um olhar mordaz que os planejamentos urbanos realizados no Brasil devem ser analisados. Isto porque nem sempre os planejadores urbanos conseguiram eliminar as segregações do espaço social e, em muitos casos, o “[...] planejamento foi usado como um instrumento a serviço da manutenção do *status quo* capitalista” (SOUZA, 2011, p.24). Hoje, sem dúvida, o desafio para os planejadores é muito maior, principalmente se for levando em conta a necessidade de se incluir no planejamento urbano temas referentes ao meio ambiente, às cidades sustentáveis e ao desenvolvimento sustentável, discussão inevitável desde que a questão ecológica se tornou um problema de agenda mundial.

No entanto, quando se aborda o planejamento urbano e seus desafios, é imprescindível entender que seu campo teórico é complexo e bastante heterogêneo. Pois, mesmo que a crítica ácida que Jacobs realizou contra uma sociedade urbana nos sirva de parâmetro para não acreditar cegamente nos planos urbanos oferecidos pelos especialistas do espaço, é inegável que os planejadores tecnocratas e comprometidos com o *‘status quo’* sempre tiveram que

¹⁴⁰ Nesta importante obra, a escritora e bióloga norte-americana Carson denuncia os danos dos pesticidas para a flora e a fauna nos Estados Unidos. CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

conviver com os urbanistas “utópicos”, idealizadores, que vislumbrava no planejamento a capacidade de mudar os rumos de suas cidades tornando-as mais agradáveis para seus moradores.

Como dito acima, num momento da contemporaneidade em que se debate a questão ambiental como inseparável dos problemas urbanos, teóricos urbanos já se debruçavam sobre os rumos da cidade. Por outro lado, quando falamos de cidades com seus núcleos urbanos históricos e sítios culturais, as *cartas patrimoniais* já mencionadas no texto, exerceram um importante papel na reflexão acerca da reordenação do espaço urbano patrimonializado.

Porém, ao que parece, o grande desafio dos projetistas das cidades, que outrora pensaram a cidade seja visando incorporar a temática ambiental na vida urbana, seja objetivando assimilar a preservação cultural no conjunto do planejamento urbano dos grandes centros metropolitanos, é de articular os dois campos – cultural e ambiental – tendo em vista conciliar com a dinâmica da cidade e seu crescimento econômico.

Posto isso, é possível afirmar que tem sido este o maior estímulo dado aos *programas* elaborados pelo Estado visando à reabilitação dos espaços urbanos. Assim aconteceu nos anos de 1970 com o PCH e assim ocorreu com o projeto Monumenta e o PAC Cidades Históricas¹⁴¹, ainda que tenham sido lançados com o intuito de atender a uma demanda aparentemente específica de cidades históricas tombadas, podem ser abordadas como instrumentos urbanos de requalificação do espaço e estratégia de gestão.

Sobre o uso da temática ecológica na cidade e, sobretudo, no planejamento urbano, antes do movimento da *Agenda 21* surgida com a Conferência da ‘Rio-92’ com seu discurso de *cidades sustentáveis*, já se debatia no seio da teoria urbana soluções para dirimir os conflitos entre a cidade e o meio ambiente. Nos fins do século XIX e início do século XX, por exemplo, a industrialização e o forte grau de urbanização fez florescer um tipo de pensamento ecológico na teoria urbana. Foi caso das *cidades-jardim* pensado por Ebenezer Howard idealizada a partir de uma cidade ecológica:

Existiu uma relação estreita entre o movimento pelas cidades-jardim, que floresceu das propostas de Ebenezer Howard em 1900 almejando conter, via implantação de cinturões verdes, o crescimento das conturbações, e a

¹⁴¹ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) surgiu em 2007 com o objetivo de executar grandes obras de infraestrutura no país. No entanto, em 2013, é criada uma linha de crédito no Ministério do Planejamento destinada para as cidades possuidoras de sítios históricos tombados pelo Iphan. Ou seja, o PAC das Cidades Históricas é instituído em 2013 e encontra-se vigente até hoje. Para efeitos desta pesquisa, o PAC das Cidades Históricas não é objeto de estudo uma vez que seu ciclo de existência ainda não se esgotou.

planificação regional de Mumford nos anos 1920 contra o transbordamento suburbano [...]. Desse modo, a cidade-jardim se baseava numa interpretação ecológica da cidade inserida no interior da sua região (ALIER, 2012, p. 218).

Portanto, como pode ser notada na citação acima, há mais de 100 anos atrás a discussão sobre a sustentabilidade das cidades já era tema de debate entre os urbanistas. E, neste mesmo período, surgem as primeiras ideias sobre um pensamento urbanístico a partir de uma noção de planejamento urbano. Atribui-se a Patrick Geddes¹⁴², um biólogo especializado em botânica, uma reflexão sobre a interação dos seres com a cidade. Conforme Choay:

A polística (planejamento urbano) é o ramo da sociologia que trata das cidades, suas origens, sua distribuição; de seu desenvolvimento e estrutura; de seu funcionamento interno e externo, material e mental, de sua evolução, particular e geral. Do ponto de vista prático, enquanto ciência aplicada, a '*polística*' deve desenvolver-se pela experimentação, e tornar-se assim uma arte cada vez mais eficaz, suscetível de melhorar a vida da cidade e de contribuir para a sua evolução (CHOAY, 2011, p. 274).

Para Choay (2011), Geddes é o precursor do planejamento urbano uma vez que ele procurava entender os aspectos históricos e geográficos das cidades. Como pode ser observado acima, seu planejamento urbano (*polística*) consistia numa visão totalizante da cidade a ponto de pensá-la de forma sistêmica e holística. Do mesmo modo que pensou Howard sobre as cidades-jardim, Geddes em sua “teoria do planejamento” recomendou “planos detalhados para a construção de espaços verdes” nas grandes cidades de seu tempo (Choay, 2011).

Atribui-se a Patrick Geddes, também, o termo de *conurbação*, tão aplicado nos estudos urbanos, para designar uma extensa área urbana formada por duas ou mais cidades, entretanto, Geddes não viveu para ver surgir e crescer assustadoramente o fenômeno da *metropolização* (SOUZA, 2004). Fenômeno mundial, a metrópole é tratada pelos estudos urbanos como um desafio em virtude de tudo que ela representa. Sobretudo se levarmos em conta as metrópoles¹⁴³ surgidas na periferia do capitalismo mundial, cujos problemas de uma

¹⁴² Cf. GEDDES, Patrick. *Cities in Evolution: an introduction to the town planning movement*. Hard Press Publishing, 2012.

¹⁴³ Milton Santos (2008) é a principal referência no entendimento sobre a metropolização em cidades periféricas do capitalismo. Segundo Santos (2008, p. 282), “As metrópoles são um fruto da modernização recente dos países subdesenvolvidos por influencia mundial e / ou nacional. As grandes cidades latino-americanas anteriores à segunda revolução industrial não podiam ser consideradas metrópoles, se reservamos esta expressão para as grandes cidades que se irradiam sobre um vasto território e dotadas de uma importante gama de atividades

grande área urbana são agravados pelas mazelas sociais. Na literatura especializada, a metrópole pode ser entendida como:

A metrópole, que pode ser caracterizada como o espaço de concentração populacional, de riquezas, de tecnologia, de inovação, de difusão da modernidade e de possibilidades, justamente pela existência concentrada de atividades e serviços, é também marcada pelo aumento da pobreza, da violência, das formas precárias de habitação e, atualmente, no caso brasileiro, pela ampliação do número de trabalhadores informais que ocupam os espaços públicos para a reprodução da vida (ALVES, 2011, p. 109).

Além de tudo isso, a metrópole é um espaço onde se concentram problemas ambientais em decorrência da forte presença antrópica em sua área e, também, um espaço onde a representação dos bens culturais de uma sociedade interage nem sempre de maneira harmônica com a dinâmica urbana (RODRIGUES, 2011). E, neste caso, muitas cidades históricas tombadas pelo órgão oficial, encontram-se situadas nas regiões metropolitanas de seus Estados, acentuando ainda mais os problemas de preservação patrimonial e da conservação do meio ambiente.

Não obstante, a fim de resolver as questões urbanas, onde a problemática ambiental e a preservação do patrimônio cultural se somam as demandas sociais já enfatizadas, desde 2001 foi instituído o Estatuto da Cidade por meio da formulação da lei número 10.257/2001, que regulamenta a política urbana no Brasil a partir do princípio do *planejamento participativo* aspirando alcançar o desenvolvimento urbano sustentável (ABAKERLI, 2011). Considerando, portanto, que planejamento urbano é diferente de urbanismo, isto é, enquanto o segundo é uma “modalidade do planejamento urbano”, o primeiro é “[...] muito mais abrangente e corresponde a uma ação interdisciplinar” (SOUZA, 2011, p. 2017).

Na interpretação de Souza (2011), o planejamento participativo, uma vez adotado, tende a consagrar a *racionalidade comunicativa*¹⁴⁴ habermasiana de planejamento urbano, pois é participativa e intersubjetiva, em detrimento de um planejamento burocrático associado

destinadas a satisfazer as exigências da vida quotidiana da totalidade da população nelas contidas”. In: O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁴⁴ O conceito de racionalidade comunicativa foi tratado na publicação, entre outros escritos habermasianos, no texto Consciência moral e agir comunicativo. Cf. HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

à *racionalidade instrumental*¹⁴⁵. Com isso, Souza (2011) associa as práticas do planejamento participativo aos ideais da filosofia de Habermas levando em conta as características de um planejamento de tipo participativo, isto é, multifacetado em termos de visão, com ampla comunicação entre os atores sociais, integrado e voltado para o desenvolvimento com sustentabilidade. Habermas (2003) concebe o conceito de ação comunicativa a partir da ideia de intersubjetividade entre atores sociais diferentes cujo fim é de chegar a um consenso político na esfera pública.

A compreensão acerca do planejamento urbano se revela importante ao tratar-se de patrimônio cultural, uma vez que em relação ao patrimônio histórico tangível, as intervenções nos sítios urbanos requerem a participação social da população, pressupondo uma ideia de desenvolvimento para a cidade histórica e que possa ser realizado com sustentabilidade. Portanto, os programas de preservação visaram atender a esse ideário no campo do planejamento urbano.

5.2 Os programas de reabilitação do patrimônio cultural.

O planejamento urbano é visto como um importante instrumento na reordenação do espaço urbano, não por acaso, a Constituição vigente (1988), dedicou dois artigos (Artigos 182 e 183) para tratar do tema da política urbana¹⁴⁶. Conforme mencionado acima, o Estatuto da Cidade de 2001 teve a relevância de regulamentar a política urbana explicitada na carta constitucional. No artigo 182, a política urbana é lembrada como único instrumento capaz de fazer valer as “funções sociais da cidade” garantindo “o bem-estar dos seus habitantes” (BRASIL, 1988).

Somente com o Estatuto da Cidade (2001) é que os termos desenvolvimento urbano sustentável, cidades sustentáveis e sustentabilidade passaram a fazer parte da política urbana e, por conseguinte, dos programas de reabilitação do patrimônio cultural adotado no Brasil. Principalmente, o Programa Monumenta e O PAC Cidades Históricas, programas surgidos no período da regulamentação da política urbana e na esteira da discussão sobre a defesa do meio

¹⁴⁵ Para um melhor entendimento sobre a relação entre planejamento participativo e razão comunicativa versus planejamento burocrático e razão instrumental, ver: SOUZA, Marcelo L. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 38

¹⁴⁶ Cf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acessado em 04 de janeiro de 2019.

ambiente. Por outro lado, no PCH (Programa das Cidades Históricas), em razão de sua elaboração ter sido realizada nos de 1970, a noção de cidades sustentáveis não estava prevista em virtude do tempo histórico em que fora concebido.

5.2.1 PCH – Programa de Cidades Históricas

Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste¹⁴⁷. Foi com esta nomenclatura que surgiu o primeiro programa voltado para a requalificação do patrimônio cultural brasileiro. Gestado no ano de 1970, o programa se estendeu até o ano de 1979 quando já estava exclusivamente incorporada a gestão patrimonial do Iphan. Isto porque seu nascedouro não se deu originalmente na instituição do patrimonial, muito pelo contrário, o PCH (como ficou conhecido), foi formulado inicialmente pelo Ministério do Planejamento tendo em vista um programa específico que pudesse recuperar as cidades históricas do Nordeste.

No entanto, o embrião do programa que perdurou por longos nove anos, ocorreu com um encontro entre governadores do Nordeste com o então Ministro da Educação e Cultural Jarbas Passarinho. Naquela ocasião, a reunião em Brasília pretendia realizar medidas que fossem necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional¹⁴⁸. Na fala do ministro que abriu a reunião, a revelação dos propósitos iniciais do programa “[...] apoio à política de proteção aos monumentos, à cultura tradicional e à natureza” (IPHAN, 1970, p. 01). No encontro, outro importante parâmetro lançado seria a descentralização das ações em defesa do patrimônio, ou seja, os Estados e os municípios teriam competências para assegurar a preservação. Tanto que o documento assinado previa que “[...] uma ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” (IPHAN, 1970, p. 02. Grifo nosso).

Nota-se, todavia, que nos anos de 1970, o ideal de um patrimônio cultural ainda estava atrelado aos valores culturais da época dos anos de 1930: fase heroica; década da fundação do Iphan. Neste período, como já foi salientado no texto, um bem cultural seria reconhecido caso

¹⁴⁷ Implantado em 1973, inicialmente estava voltado para as cidades históricas da Região Nordeste e, tempo depois, foi estendido a outras regiões do país. Seu propósito era bem específico: tornar os monumentos tombados economicamente viáveis através da reutilização dos monumentos históricos para a atividade turística.

¹⁴⁸ Cf. IPHAN. Compromisso de Brasília, de abril de 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf> Acessado em 26 de dezembro de 2018.

o bem fosse um símbolo nacional e fosse capaz de expressar uma excepcionalidade. Este caráter pode ser atestado com a descrição do documento formulado em 1970 em Brasília.

Afirma:

Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina Moral e Cívica; no nível superior com a disciplina de Arquitetura do Brasil (IPHAN, 1970, p. 04).

O **Compromisso de Brasília**, como ficou conhecido o documento assinado pelos governados e o corpo ministerial do governo federal, estava convencido de que o patrimônio cultural brasileiro se resumia ao bem cultural que simbolizasse a identidade nacional do povo brasileiro. Ainda que outras culturas tenham sido mencionadas no documento, porém, o início do programa se concentrou de fato no patrimônio cultural material nas cidades nordestinas fortemente vinculadas com fatos “relevantes” da história do Brasil.

Na mesma carta de compromisso assinada, o meio ambiente é citado no sentido de que os Estados e os municípios se esforcem no intuito de implantar os parques nacionais (IPHAN, 1970). Os parques nacionais e o patrimônio cultural, nos anos de 1970, conforme aponta a carta de Brasília, dissociava valores culturais e valores naturais. Ou seja, se reificava a política de separação entre os dois campos – cultura e natureza – no tocante a preservação do patrimônio. Neste período embrionário, a ideia de transformar o monumento histórico num ponto de atração turística ainda não estava em pauta. O que só veio ocorrer em 1973 quando a carta de compromisso se torna efetivamente em programa de Estado a partir da publicação da Portaria 050/73:

[...] restauração de [...] monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste; participação [...] de organismos governamentais, a níveis federal, estadual e municipal, direta ou indiretamente relacionados ao Programa; utilização prioritária desses monumentos por parte de organizações privadas [...] [do] **setor turístico** ou [...] repartições públicas, empresas paraestatais, autarquias ou bancos oficiais; formação de recursos humanos para a restauração e preservação [...] a nível universitário, a nível intermediário e operário; formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal; complementação da **infraestrutura física** de acesso, serviços públicos e hospedagem na região; estímulo e recomendação aos Estados e Municípios para que concedam favores fiscais capazes de otimizar a restauração e manutenção de monumentos históricos e artísticos de suas

comunidades; promoção e divulgação de nossos monumentos de valor histórico e artístico, junto à comunidade municipal [...]; promoção e divulgação dos mesmos monumentos a nível nacional e internacional [...]
(BRASIL, 1973, p. 2-4, grifo nosso)

Na trajetória de existência do PCH mudanças foram ocorrendo ao longo de suas atividades. Como, por exemplo, a inclusão do turismo como finalidade principal do projeto tendo em vista a qualificação da infraestrutura física para impulsionar a atividade. Acreditava-se na capacidade do setor para a geração de renda e, por conseguinte, na autossustentação dos municípios com a infraestrutura requalificada. Essa noção de autossustentabilidade não pode ser entendida como desenvolvimento sustentável que passaria a ser adotado nos anos de 1990 para designar cidades com qualidade de vida, pois o termo surgiu com o *Relatório Nosso Futuro Comum* em 1987¹⁴⁹, enquanto que a ideia de autossustentação que o PCH previa era em decorrência dos municípios terem capacidade de gerenciar a renda advinda do setor turístico que estava em evidência no Brasil.

Para entender a importância do PCH é necessário analisar o contexto de sua implantação nos anos de 1970. Desde os anos de 1960 que a Unesco recomendava para o uso do patrimônio cultural para fins turísticos, certamente em razão da forte expansão do turismo como um fenômeno mundial e que cuja experiência europeia estava sendo considerada, naquele momento, como bem sucedida (AGUIAR, 2016). Assim sendo, nos anos de 1966-67, vem ao Brasil em missão especial para avaliar o potencial do patrimônio brasileiro o especialista da Unesco Michel Parent. Sua visita rendeu um relatório de 125 páginas apontando a rentabilidade do patrimônio cultural e natural do Brasil. Num trabalho que lhe rendeu dois anos, Michel Parent esboçou um plano que pudesse envolver o planejamento urbano brasileiro e a atividade turística. Como é possível de ver no quadro 5, abaixo o sumário de seu relatório encomendado pela a Unesco e apropriado pelo governo brasileiro:

¹⁴⁹ Cf. CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2003. – (Coleção Papirus Educação).

Quadro 5: Sumário da 1ª parte do Relatório de Michel Parent encomendado pela Unesco – 1968

**PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO NO ÂMBITO
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO.
Michel parente (tradução de Rejane Mª Lobo Vieira)**

SUMÁRIO**INTRODUÇÃO: ORIENTAÇÃO GERAL****PRIMEIRA PARTE: A NATUREZA E A CULTURAL BRASILEIRA****A) A ÁREA NATURAL A PRESERVAR**

- I. O espaço vazio
- II. A costa brasileira

B) A ÁREA CULTURAL A PRESERVAR

- I. A arquitetura antiga
- II. As culturas tradicionais
- III. Tradição e modernidade
- IV. Arquitetura contemporânea

C) PLANEJAMENTO E TURISMO

- I. A natureza, fonte de cultura.
- II. O marítimo da floresta
- III. O estado das estradas e sua melhoria
 - a) Rede viária
 - b) Rede aérea
 - c) Rede marítima e fluvial
- IV. Turismo e intercâmbios culturais
- V. Harmonização da estada
 - a) O ciclo climático
 - b) A acolhida

D) A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

- I. A DPHAN
 - a) A estrutura do DPHAN
 - b) Necessidades de desenvolvimento do DPHAN
 - c) Necessidades de aumentar o orçamento do DPHAN
 - d) Extensão da noção de proteção
 - 1. As transformações urbanas
 - 2. O mecanismo de tombamento
 - 3. Salvaguarda e restaurações integrais
 - e) Restaurações dos elementos decorativos integrados e dos objetos mobiliários
 - f) O papel da DPHAN na obra completa
- II. Participação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)
- III. Participação do Banco Nacional de Habitação

E) A PROTEÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL

Fonte: Elaboração do autor baseado em Parent, 2018.

O relatório¹⁵⁰, em sua primeira parte, exhibe a concepção da Unesco em dividir cultura e natureza como se fossem dois campos antagônicos, algo que será reafirmado na *Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial Culturel et Naturel*¹⁵¹ sediado em Paris. No relatório, Parent propõe uma vinculação entre o patrimônio cultural e o patrimônio natural com o turismo a partir de um planejamento estratégico, visando o acesso aos lugares. Importante ressaltar as observações realizadas à agência federal de preservação, o Iphan (a época, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e suas limitações para ação institucional. Porém, no relatório de Parent consta o papel da recém-criada Embratur. Neste caso, como indica o relatório, a recomendação do especialista da Unesco é de que a Embratur “[...] reserve uma parte substancial do capital da empresa à infraestrutura turística de cidades e estações com potencial turístico” (PARENT, 1967, p. 65).

Na interpretação do relatório, a conservação dos bens culturais deveria estar presente num projeto de desenvolvimento nacional atrelado ao setor de turismo brasileiro gerenciado pela Embratur. Instituída em 1966, a *‘Empresa de Brasileira de Turismo’*, se constituiu numa agência estratégica para as pretensões do governo da época (regime militar), pois, “[...] a agência recém-criada deveria auxiliar o governo a melhorar a imagem do país no exterior, abalada pelo golpe militar e pelas violências cometidas a partir de então” (AGUIAR, 2016, p. 138). Portanto, com a missão da Unesco ao Brasil, com a expansão do turismo e a criação de uma agência brasileira, além do sentimento de desenvolvimento nacional daquele tempo histórico, o PCH surgiu com o objetivo de atender às necessidades de um momento da história, onde o patrimônio cultural e natural seriam instrumentalizados para viabilizar economicamente cidades históricas por meio do turismo.

Como primeiro *programa* de preservação do patrimônio cultural formulado pelo governo federal, O PCH deve ser tratado como um projeto que atende a uma lógica de política urbana de um período da história. Deve ser abordado, portanto, relacionando esta política urbana com o patrimônio histórico num contexto de planejamento nacional de desenvolvimento urbano regional. É importante destacar o contexto político e econômico dos anos da década de 1960-70 e, principalmente, os desafios vividos pelo país no tocante a crescente urbanização. Basta mencionar a criação do Banco Nacional da Habitação, citado no relatório de Michel Parent e da “[...] Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política

¹⁵⁰ Na versão original: *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Unesco, 24 de novembre 1966 – 8 janvier 1967.

¹⁵¹ Conhecido como *Recomendação de Paris*. Cf. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-fr.pdf> Acessado em 15 de dezembro de 2018.

Urbana no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel” (CORREA; FARIA, 2011, p.20), para compreender o cenário de preocupação urbana da época.

E é neste contexto que ocorre a primeira ação integrada entre duas agências do governo federal, a Embratur e o Iphan, no sentido de formularem as diretrizes que deveriam levar em conta o desenvolvimento urbano, o patrimônio cultural e o turismo. Surge em 1973, o *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste*, tendo em vista “[...] a conservação e a restauração do acervo cultural para uma utilização economicamente viável” (AGUIAR, 2016, p. 141) do patrimônio histórico. Na capa da revista Planejamento e Desenvolvimento, periódico que divulgou os objetivos do programa, é possível perceber as preocupações com a arquitetura barroca e com a problemática da metropolização. Ver figura 7 abaixo:

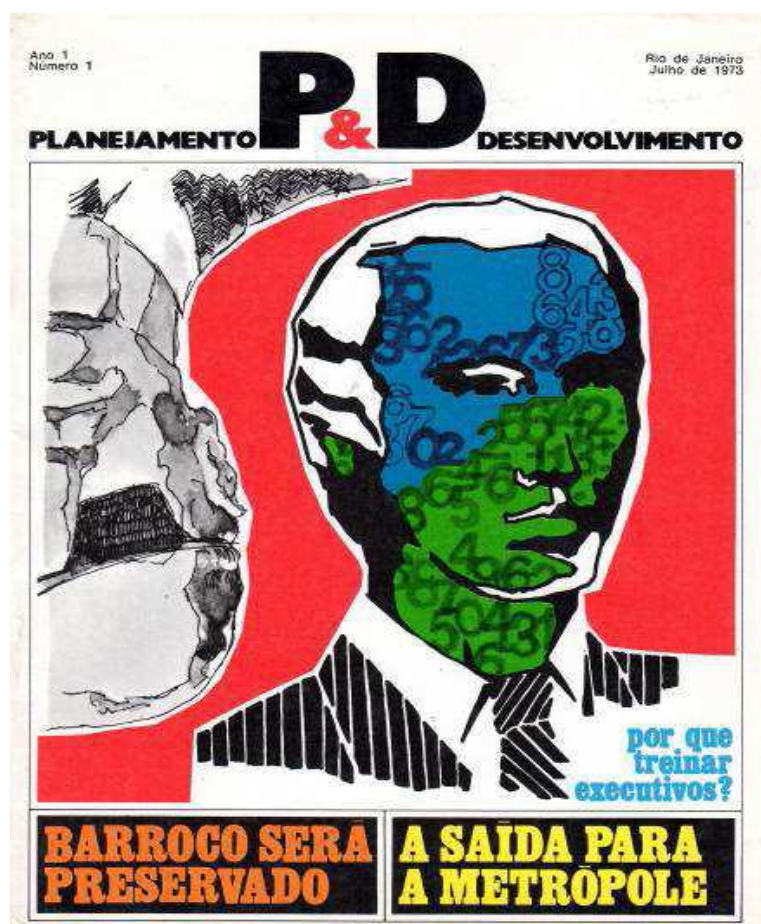


Figura 07: Publicação do PCH na revista Planejamento e Desenvolvimento

Fonte: Adaptado de Correa (2012), Revista PD, 1973.

Seguindo uma tendência, o PCH procurava agir na política de preservação considerando o patrimônio cultural material que tivesse relevância histórica e artística nacional, como por exemplo, acontecia em Minas Gerais com as cidades históricas e a arquitetura barroca das cidades mineiras. Sem relacionar a questão ambiental ao patrimônio cultural urbano, o planejamento não levava em consideração o desenvolvimento das cidades históricas a partir do meio natural. Ainda que o plano tratasse das riquezas naturais, o meio ambiente aqui é tratado como distante da vida urbana. Razão pela qual a política de preservação patrimonial a excluía desse contexto. Por outro lado, o programa é visto com esperança já que é o primeiro a projetar uma política patrimonial para o Nordeste, de tal modo que, como evidencia Correa (2012), no primeiro número da revista Planejamento e Desenvolvimento, a reportagem de capa enaltecia o programa uma vez que a arquitetura barroca do Nordeste poderia ser “salva” graças ao projeto de ‘revitalização’ que seria empregada na região, conforme figura 8.

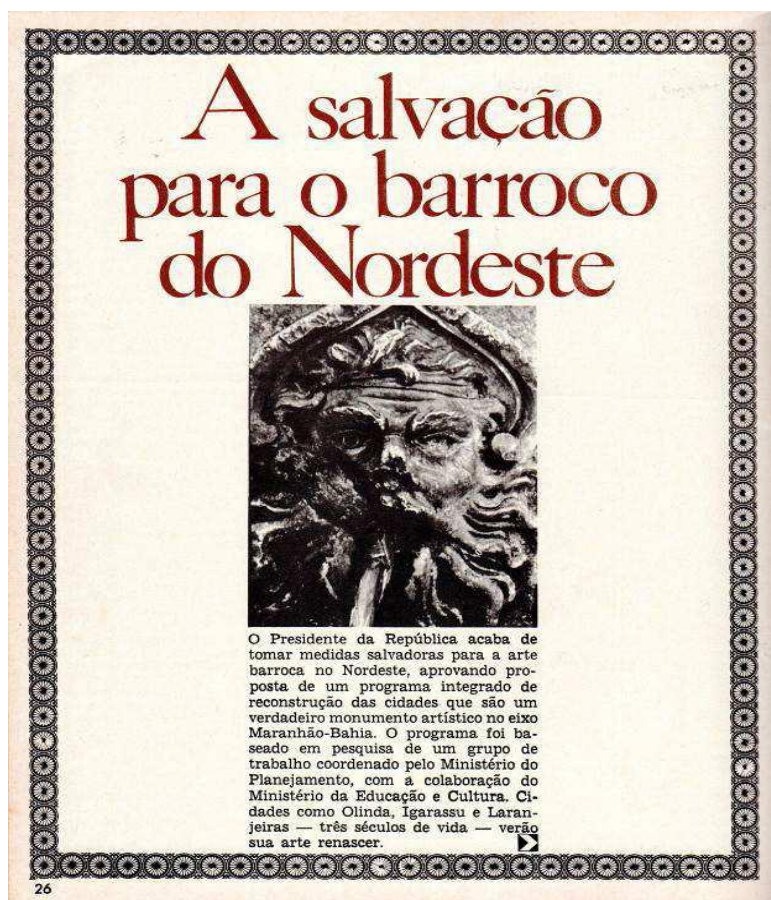


Figura 08: Reportagem sobre o PCH no Nordeste barroco.

Fonte: Adaptado de Correa (2012), Revista PD, 1973.

O arcabouço montado pelo Programa Integrado das Cidades Históricas consistia, como vimos, em atender a degradação do patrimônio histórico das cidades do Nordeste como forma de restabelecer a economia da região incluindo-a num projeto maior de desenvolvimento urbano nacional. Em princípio, as cidades selecionadas foram as capitais cujos centros históricos eram considerados de alto valor cultural para a história do Brasil. Para Oliveira, foram escolhidas vinte oito cidades dos nove estados da Região Nordeste. O programa tinha por propósito “[...] a preservação dos monumentos tombados atrelando-a a viabilidade de sua utilização econômica e à geração de renda no Nordeste” (2005, p.97).

A convicção do programa no incremento do turismo como saída para o desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, da região tornou-se evidente com a publicação da Lei Nº 6.513/77 quando o governo instituiu uma norma que tornava os “bens de valor cultural e natural” de interesse econômico.

Quadro 06: Primeiro artigo da Lei Nº 6.513 de 1977 sobre locais turísticos.

CAPÍTULO I

Das Áreas e dos Locais de Interesse Turístico

Art . 1º - Consideram-se de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais instituídos na forma da presente Lei, assim como os bens de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica, e especialmente:

I - os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico;

II - as reservas e estações ecológicas;

III - as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis;

IV - as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram;

V - as paisagens notáveis;

VI - as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer;

VII - as fontes hidrominerais aproveitáveis;

VIII - as localidades que apresentem condições climáticas especiais;

IX - outros que venham a ser definidos, na forma desta Lei.

Fonte: Brasil, 1977.

Ainda que o PCH tenha se dado prioritariamente em projetos de patrimônio cultural material, os conjuntos urbanos, a aliança o programa junto a Embratur, possibilitou o

entendimento de que os centros históricos poderiam servir de atração turística a fim de gerar riqueza para as cidades conveniadas ao projeto. Por outro lado, o programa estimulou legislação como a Lei 6.513, pois estava regulamentada a ação turística não apenas no patrimônio cultural, mas, também, no patrimônio natural.

Embora tenha sido um importante programa visando o patrimônio cultural, o PCH teve suas falhas apontadas por especialistas que o acusaram de centrar “exclusivamente na recuperação dos bens de pedra e cal e no incremento do turismo e do comércio” das cidades do Nordeste (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 48). Sem fazer vinculação com o meio ambiente e sem pensar no monumento histórico integrado ao seu entorno, o programa no final dos anos de 1970 seria asfixiado pela falta de gerência do próprio Estado. Como lembrou Correa “[...] a falta de estrutura das entidades locais executoras e a pouca importância dada pelos governos estaduais ao Programa em detrimento a outros investimentos federais prejudicavam sobremaneira o andamento das atividades” (2012, p.150). Assim, o PCH deixou de existir pela incapacidade de desenvolver sua proposta de autossustentação, sucumbindo após quase uma década de existência.

5.2.2 Programa Monumenta

Tão controverso quanto o PCH, o Programa Monumenta surgiu nos anos de 1990 após um intervalo de pouco mais de uma década entre o fim do Programa das Cidades Históricas (PCH) e sua fase de gestação em 1995. E, assim como ocorreu com o PCH nos anos 70, o Monumenta procurou desenvolver seus projetos a partir de um pacto federativo de modo que os municípios teriam papel de protagonismo na aplicação do projeto, administrando, inclusive, um fundo municipal com o fito de assegurar a manutenção do bem patrimonial requalificado.

O Monumenta foi um programa que procurou inovar do ponto de vista conceitual no tocante à reabilitação dos centros históricos e inovando do ponto de vista político uma vez que transcorreu por dois governos federais – governo FHC e governo Lula – sofrendo transformações em suas diretrizes a partir da passagem de um governo para o outro. Deste modo, podemos concluir que o Monumenta durou 15 anos, pois teve início em 1995 e findou em 2010. No entanto, ao longo deste longo período, o Programa Monumenta passou por fases

que dão a tônica das mudanças vividas pelo programa. O Monumenta, portanto, pode ser dividido em três fases, de acordo com a Figura 9 abaixo:

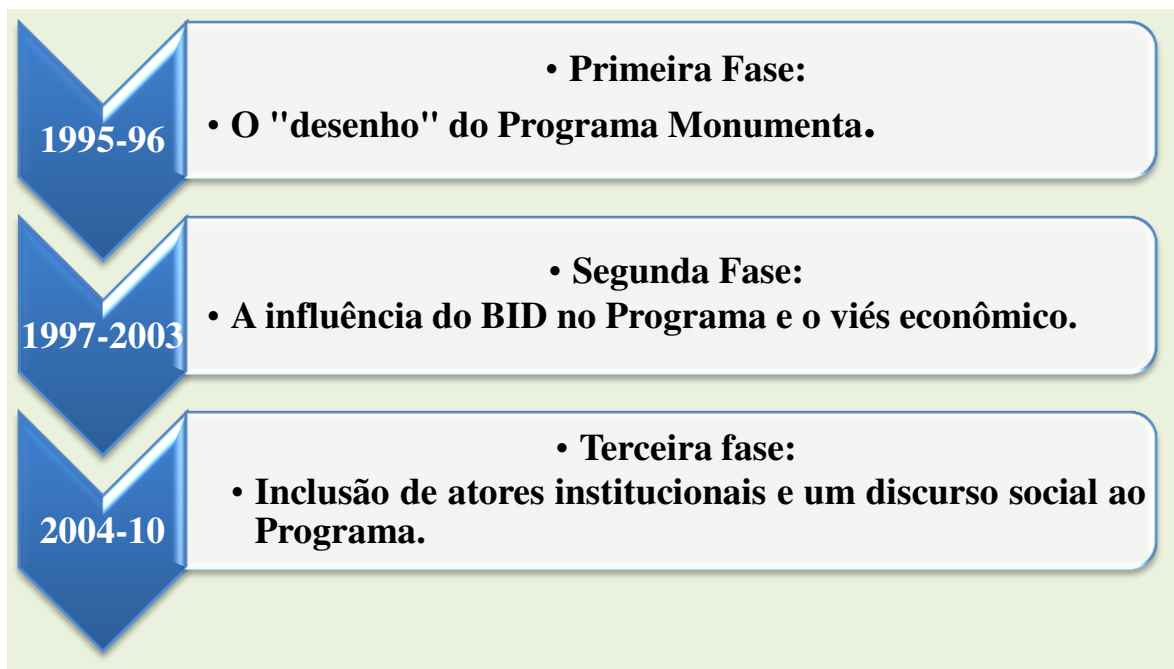


Figura 09: As fases do Programa Monumenta.

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A primeira fase, que corresponde aos anos de 1995-96, consistiu no momento de implantação das ideias do programa definindo suas diretrizes e as competências que cada ator institucional deveria assumir no projeto. Nesta fase, os conflitos entre o Iphan e o BID¹⁵² acontecem em razão da “ingerência” do banco internacional na política de preservação brasileira.

A segunda fase, que vai de 1997 a 2003, predominou o modelo “imposto” pelo BID, ou seja, o viés econômico do programa. A ideia do BID era de que as intervenções nos centros históricos ocorressem de forma particular nos monumentos (históricos) tendo em vista a viabilidade econômica dos edifícios tombados para atender a atividade turística sem que necessariamente houvesse uma vinculação com o entorno do centro histórico reabilitado.

A terceira fase, ocorrida entre os anos de 2004 a 2010, é marcada por mudanças no desenho do projeto. Primeiramente em relação ao novo papel do Iphan, que passou a exercer o

¹⁵² Inter-American Development Bank (IDB), é uma instituição financeira responsável por financiar projetos econômicos, sociais e institucionais na América Latina. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) esteve por trás do financiamento do Programa Monumenta, sobretudo na primeira e na segunda fase.

controle do programa revisando as diretrizes da primeira fase. Sob a gestão do Iphan, o Programa Monumenta inclui novos atores institucionais ao projeto, intensifica a descentralização política ao *empoderar* os municípios e introduz um discurso social em detrimento do discurso econômico que predominou no projeto nas primeiras fases. Nesta terceira fase, o programa procura vincular a recuperação dos centros históricos às demandas sociais da cidade como um todo. O discurso do desenvolvimento econômico é substituído nas diretrizes do programa pela ideia de desenvolvimento social.

O Programa Monumenta surgiu da parceria em o Governo Federal, a UNESCO e o BID. Sendo seu financiamento vindo do BID. Este programa objetivava a construção de políticas públicas no Brasil. Os municípios participantes deveriam conter sítio tombado em nível federal ou conjunto incluído na lista de prioridades estabelecida pelo programa [...] ao longo deste programa, o país passou por importantes mudanças políticas e com isto, houve a necessidade de serem feitas mudanças no desenho institucional do programa e isto gerou um maior contato com os programas nacionais de desenvolvimento e do Iphan. Além da restauração empreendida, foram executados projetos de desenvolvimento de atividades econômicas, de qualificação profissional e de educação profissional nas cidades históricas (COLVERO *et al*, 2018, p. 663-664)

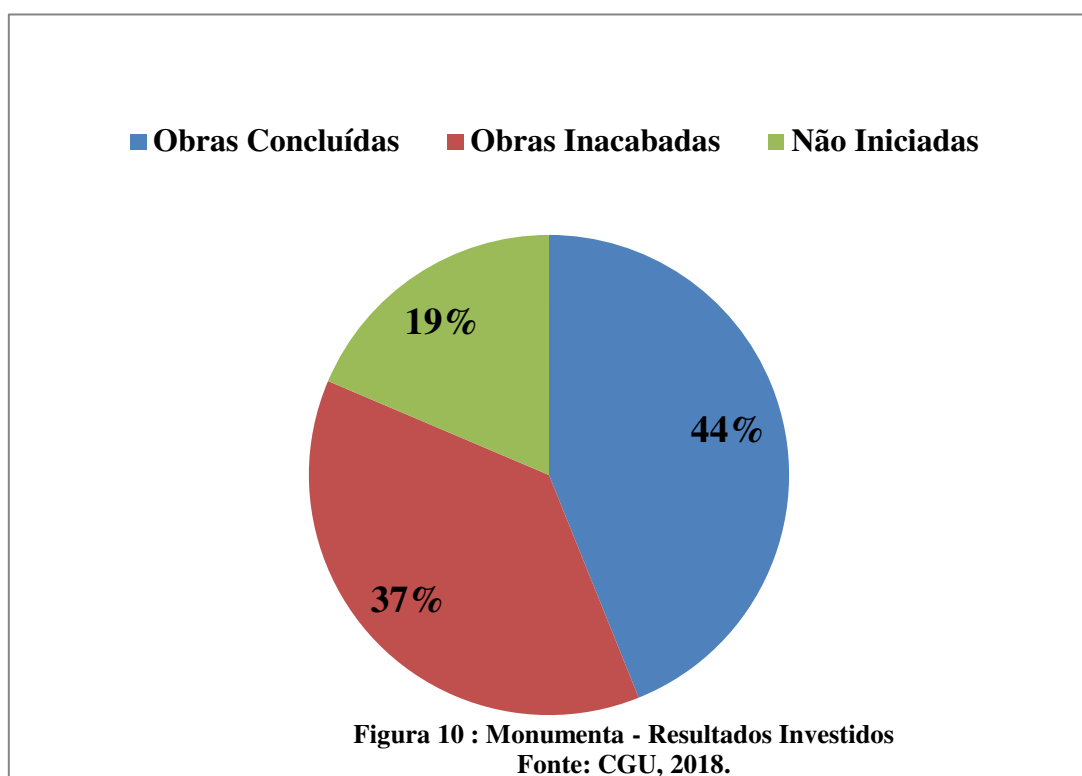
O Monumenta pode ser abordado como um projeto desafiador, em comparação com o PCH devido ao fato de que diferentemente deste programa dos anos de 1970, não contava com um ator institucional como o BID que não apenas financiava o projeto como também exercia influência a respeito das diretrizes do projeto. O BID se inspirava na experiência vivida em Quito, no Equador, cuja cidade, e principalmente seu centro histórico, fora destruído pelo terremoto que assolou a cidade nos anos de 1980. Assim sendo, o BID financiou a recuperação do núcleo histórico da capital equatoriana de 1991 a 1994, tendo sido considerada bem sucedida¹⁵³.

Outro ponto importante que evidencia a diferença entre o PCH e o Monumenta é a cobertura do programa em relação às cidades históricas. O PCH foi implantado para atender, inicialmente, as cidades nordestinas. Já o Monumenta foi projetado para assistir as cidades históricas de todo o território nacional. E, devido às intenções do Programa Monumenta, o

¹⁵³ Neste aspecto, “[...] O programa de reabilitação do centro histórico de Quito visou revitalizar as atividades comerciais e os serviços tradicionais, garantindo o acesso da população ao patrimônio edificado” (FUNARI; PELEGRINO, 2006, p. 41). In: Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

aporte de recursos foi maior do que o PCH e até mesmo em relação ao seu sucessor, o PAC Cidades Históricas.

Segundo dados da Controladoria Geral da União (CGU), avaliados ao final do programa em 2010, foram destinados 149,3 milhões de reais no projeto ao longo dos 15 anos. Entretanto, se o programa tinha como finalidade o fortalecimento institucional, criando uma cultura política de diálogo entre vários setores da administração pública e, por conseguinte, uma interação com o setor privado. Aos poucos, foi sendo concedido ao poder municipal todo o protagonismo na política pública de desenvolvimento urbano através do fomento à cultura patrimonial. No final, os resultados do Programa Monumenta evidenciaram o quão frágil é a estrutura burocrática e administrativa do país na execução de um projeto grandioso. Conforme figura 10, abaixo:



Os dados da CGU¹⁵⁴ apontam para as dificuldades do programa em tornar o grande aporte financeiro do projeto em um empreendimento eficaz do ponto de vista da gestão pública. Um projeto que envolvia atores institucionais do órgão público, Iphan, Minc e Ministério do Planejamento, atores institucionais externos, BID e Unesco e, por fim, a Caixa

¹⁵⁴ Cf. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/06/cgu-avalia-programa-de-preservacao-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional> Acessado em 22 de dezembro de 2018.

Econômica, órgão responsável para garantir o fundo municipal de financiamento para os municípios e, a CGU como órgão de controle e fiscalização. Toda esta estrutura pretendia alimentar o protagonismo municipal, pois, estava nas diretrizes do projeto a participação social na consecução das obras dos bens culturais das cidades. Portanto, o Programa Monumenta se caracterizou por ser um projeto de desenvolvimento urbano cujo propósito seria tornar as intervenções urbanas mais sustentáveis.

Porém, o ponto de inflexão do programa se deu em 2004 com a mudança de governo. É importante compreender o contexto político e econômico a qual surgiu o programa e sua transformação conceitual com a mudança do contexto em 2004. Quando foi instituído no final da década de 1990, o Monumenta havia sido considerado uma sugestão do BID ao governo de Fernando Henrique Cardoso em decorrência do estágio de degradação dos centros históricos das cidades tombadas. Portanto, a gestão do programa ocorria fora da esfera de poder do Iphan, o que gerava muitos conflitos entre os dois atores institucionais (BID e Iphan).

O Monumenta foi implantado num governo cujo contexto econômico estava caracterizado pela discussão do neoliberalismo na economia. A pouca participação do Estado em sua execução era tratada como bem vinda, por isso foi destinado ao Iphan à função de dar apoio técnico ao projeto. O projeto previa incentivar os cidadãos detentores das propriedades de imóveis históricos a restaurarem seus bens (edifícios) tendo em vista o discurso do turismo cultural desde sempre presente no programa. A prova está na linha de financiamento que o programa criou para que os proprietários dos imóveis pudesse tomar a iniciativa da recuperação de seus bens:

O financiamento para a recuperação dos imóveis privados pode ser o instrumento adequado para o Iphan resolver este tipo de problema (risco de desabamento, ruína), uma vez que oferece aos proprietários e usuários uma alternativa viável para conservar seus imóveis e coloca-los novamente em uso (DIOGO, 2009, p. 24).

Esta concepção atenderá ao pré-requisito de um projeto que levava em conta a viabilidade econômica do bem histórico recuperado para atração turística considerada como fonte de renda para o município. Neste tocante, O Monumenta e o PCH se assemelham no conceito de que as cidades históricas são viáveis economicamente desde que atendam ao setor do turismo cultural. No caso do Monumenta, de 1995 a 2003, portanto, nas suas duas primeiras fases, o viés econômico teve um peso muito forte na ação do projeto.

Ao adotar este discurso econômico, o Monumenta transforma o valor do bem cultural num valor utilitário como apontaram seus críticos. No início, o programa reforçou o discurso não só da mercantilização do bem cultural, mas da concepção de que o patrimônio cultural se limitava ao monumento histórico, tanto que a nomenclatura do projeto é chamada de **Monumenta**, uma alusão anacrônica de que o patrimônio cultural é um monumento, ou seja, isolado e alinhado a algum fato histórico nacional. Somente a partir de 2004 é que as diretrizes do programa são revisadas e o viés econômico é substituído para um viés mais social e ambiental. A crítica conceitual do programa gestado pelo BID no princípio de sua implantação no Brasil dizia que:

Apesar do valor positivo desses projetos, pautados pela transformação do patrimônio em áreas de interesse turístico, a implantação de programas dessa natureza deve escapar à tentação de reduzir o patrimônio a “cenários” da indústria cultural e à lógica do entretenimento, dissociando toda a fruição dos bens culturais da memória social e histórica (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 53-54).

A terceira fase do programa deve ser analisada sob o prisma de outra lógica. Se no governo FHC o contexto neoliberal impôs um modelo de preservação a partir da desregulamentação do Estado, onde o papel do Estado era de pouca interferência no programa, porém, com a ascensão do governo Lula, o Estado passa a ter uma função diferente na política de preservação no programa Monumenta. Ao Iphan é concedido maior poder na formulação e organização do programa conservando algumas linhas-mestras do início do programa, na medida em que outras diretrizes são substituídas pela nova fase que o Monumenta passa a assumir.

Neste caso, o Iphan inaugura uma nova relação com o Ministério da Cultura, o Ministério das Cidades e o Meio Ambiente a fim de realizar mudanças na concepção do programa. Ou seja, se antes o programa estava muito associado à ideia de um modelo de preservação mercantil, no sentido de entender o bem cultural como um bem utilitário para fins exclusivamente turístico, agora, o programa é considerado um projeto estratégico de desenvolvimento conduzido pela ação do Estado.

A partir desse momento tanto a dimensão tangível quanto a dimensão intangível do bem cultural são levados em conta como uma só unidade. Bem como o conceito de sustentabilidade passa a ser introduzido no programa tendo em vista a noção de integração

que no seu início não havia. Se a sustentabilidade abordada no início do projeto previa o crescimento econômico como consequência do turismo cultural promovido pelas intervenções apenas no patrimônio material de valor histórico, com o advento da terceira fase do programa, a ideia de sustentabilidade se aproxima dos preceitos objetivados pelo *ecodesenvolvimento*¹⁵⁵. Isto é, a ideia de que a sustentabilidade compreende cinco dimensões que se inter-relacionam entre si de modo que se apoiam mutuamente. Ver figura 11, abaixo:

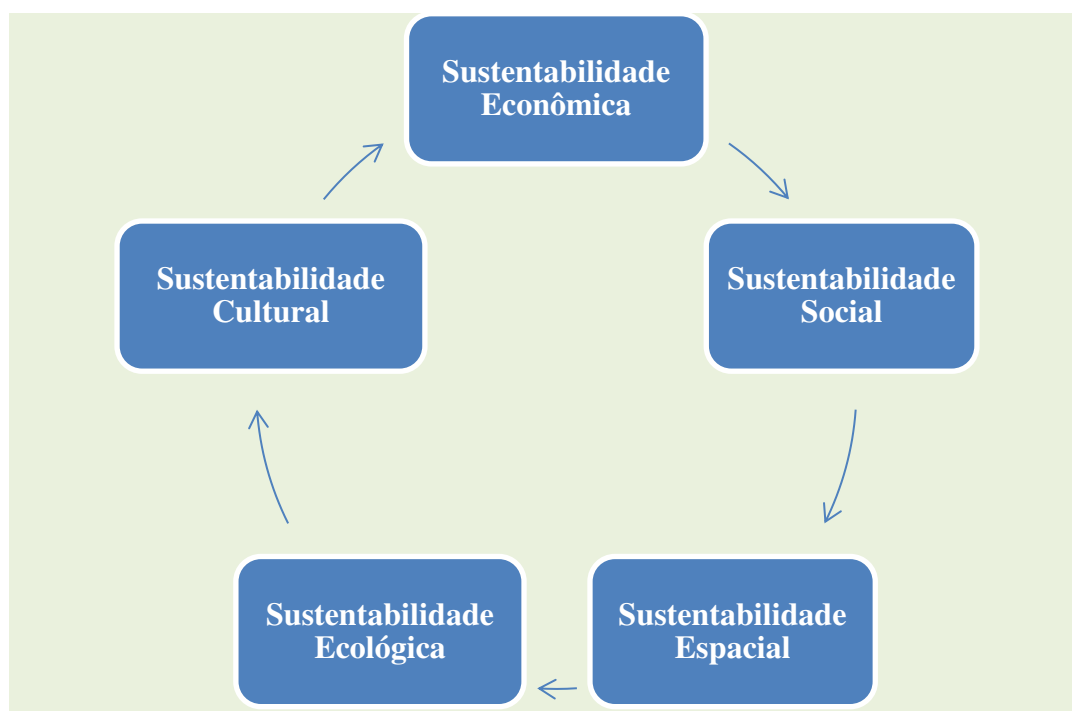


Figura 11: As cinco dimensões de sustentabilidade Sachs

Fonte: Sachs, 1993. Adaptado.

O Monumenta, desde 2004 até seu término, tentou do ponto de vista *econômico* realizar uma alocação eficiente dos recursos e do ponto de vista *social* objetivou integrar a sociedade local no projeto capacitando a população local. No tocante a questão *cultural* visou integrar cultura material a cultura imaterial e no que se refere à dimensão *espacial* foi incorporado a um plano estratégico de desenvolvimento urbano. E, no que diz respeito à dimensão *ecológica*, procurou se adequar ao discurso ambiental. Deste modo, visando se tornar num programa com múltiplas dimensões, desde 2005 o Iphan tem publicado cadernos

¹⁵⁵ *Ecodesenvolvimento*, um conceito desenvolvido nos anos de 1970 por Ignacy Sachs. Cf. SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.

técnicos que evidenciam a ação do programa em vários segmentos do patrimônio cultural. Como pode ser notado na figura 12 abaixo



Figura 12: Publicações dos cadernos técnicos do Monumenta

Fonte: Iphan, 2018. Adaptado.

Os cadernos técnicos do Programa Monumenta evidenciam a preocupação com o conjunto urbano, o acervo e, como pode ser constatado no caderno nº 9, com a mobilidade urbana e seus espaços públicos nas cidades históricas. Num comparativo entre duas cidades históricas do Nordeste, consideradas Patrimônio Mundial¹⁵⁶, pode-se perceber como um programa destinado ao patrimônio cultural exerceu o papel de instrumento de política pública

¹⁵⁶ No caso de São Cristóvão o título de Patrimônio Mundial se refere ao Conjunto Arquitetônico da Praça São Francisco.

de reordenação urbana, sobretudo em São Cristóvão em Sergipe e em Olinda no Estado de Pernambuco.

5.3 São Cristóvão e Olinda: numa perspectiva comparada

Neste subcapítulo, as cidades históricas de São Cristóvão (SE) e Olinda (PE), são comparadas em razão do tombamento do Iphan realizado em data muito próximas. São Cristóvão teve seu conjunto urbano tombado em 1967, enquanto que Olinda teve o tombamento do seu núcleo histórico em 1968. Outra importante característica que as aproximam é quanto ao *reconhecimento* do valor histórico e cultural concedido pela Unesco. No caso de Olinda em razão de todo o núcleo histórico da cidade antiga e no caso de São Cristóvão em virtude de sua praça (Praça São Francisco), cujo traçado urbano remete a tradição ibérica. Ambas apresentaram seus dossiês de candidatura a Unesco, sendo que Olinda foi reconhecida em 1982 e São Cristóvão obteve seu reconhecimento em 2010.

Não obstante, as cidades de Olinda (PE) e de São Cristóvão (SE) foram tombadas devido ao seu “conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico” e, como veremos mais a frente, essas cidades são incluídas nos projetos de preservação cultural que surgiram no Brasil, em especial o PCH e o Monumenta. O texto que segue para fins de comparação entre as duas cidades tem por objetivo evidenciar, sobretudo, o Programa Monumenta e suas ações em razão de suas diretrizes.

Diferentemente do PCH gestado nos anos de 1970, o Programa Monumenta representa um tempo histórico distinto do PCH. O Monumenta está inserido num contexto histórico que discursa em favor do “desenvolvimento sustentável”, das ideias acerca das “cidades sustentáveis” e do “estatuto das cidades”. Portanto, trata-se de um programa de preservação, *a priori*, mais complexo que o PCH implantado em 1973.

Por um lado, se o Monumenta não menciona explicitamente o conceito de desenvolvimento sustentável, por outro lado, sua preocupação com a *qualidade de vida* da população local fica demonstrada a partir da intenção do programa em realizar “o

desenvolvimento urbano local” das cidades históricas contempladas com o programa “gerando renda e emprego e promovendo a inclusão social” ¹⁵⁷.

Outro aspecto relevante do Programa Monumenta em relação ao PCH está na proposta do primeiro em realizar uma ação de forma integrada, qualificando os espaços públicos promovendo uma melhor qualidade de vida para os habitantes locais. Portanto, a ideia de desenvolvimento urbano com sustentabilidade é uma característica do Programa Monumenta em comparação com o PCH. Além do mais, o Monumenta previa um fortalecimento dos municípios ao instituir um fundo municipal dirigido ao patrimônio para que fosse gerido através de um conselho. Assim, seria assegurada a continuidade das ações do projeto de preservação patrimonial. Por essas razões, o Programa Monumenta será o projeto posto em interface para efeitos comparativos entre as cidades históricas de Olinda e São Cristóvão.

Entretanto, para fins de comparação, foi adotada como estilo narrativo neste subtítulo, uma apresentação “geral” de ambas as cidades tombadas com a finalidade de contextualizá-las geográfica e historicamente. Apresentando, com isso, suas semelhanças e diferenças e, conseqüentemente, evidenciando suas peculiaridades. Em seguida, o texto discorrido visa comparar *simultaneamente* as duas cidades realizando um diálogo entre os efeitos produzidos pelo Programa entre uma e outra cidade.

A fim de não se afastar do objetivo da tese que é de analisar a incorporação da questão ambiental no campo de preservação patrimonial ao longo das práticas institucionais no Brasil, o texto está estruturado considerando se o enfoque ambiental foi “contemplado” nas ações do programa levando em conta não somente o valor arquitetônico e urbanístico das cidades tombadas. Mas, considerando também se o valor paisagístico que configura ambas às cidades históricas está prevista nas intervenções do programa.

Como vimos no capítulo anterior, no subtítulo dedicado ao estudo da paisagem, esta categoria tem como característica, entre outras tantas, a capacidade integradora da dimensão ambiental e cultural tão levada em conta por esta tese. Partindo do princípio de que o pensamento corrente tende cada vez mais integrar os aspectos culturais e os aspectos ambientais ao patrimônio, será que o Programa Monumenta foi capaz de atender ao caráter sistêmico e holístico que hoje se espera de um projeto de preservação patrimonial?

¹⁵⁷ Cf. DIOGO, Érica. Recuperação de imóveis privados em centros históricos. Brasília (DF): Iphan / Programa Monumenta, 2009.

No comparativo que será apresentado, as cidades de Olinda e São Cristóvão, assim como outras cidades¹⁵⁸ selecionadas pelo Programa Monumenta, foram submetidas a uma experiência urbanística a partir de um projeto de intervenção de centros históricos. O programa tinha por propósito não apenas ser um programa de recuperação de um momento histórico isolado, mas se destacou por apresentar um plano urbanístico integrando, principalmente, valorizar o conjunto patrimonial tombado junto ao contexto urbano de toda a cidade.

Num caráter comparativo, tanto a cidade de Olinda quanto a cidade de São Cristóvão, tiveram uma política patrimonial direcionada a um planejamento urbano que levou em consideração a qualificação de seus espaços públicos, cuja reabilitação urbana não está só destinada a atender ao turismo cultural, mas, a população local e ao dinamismo particular de suas áreas urbanas. A reabilitação dos centros históricos e dos espaços públicos de convivência cotidiana visou gerar impactos positivos no desenvolvimento local, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social, tendo como pano de fundo a *sustentabilidade urbana*.

Quadro 07: Comparativo entre Olinda (PE) e São Cristóvão (SE) – Monumenta.

OLINDA (PE)	SÃO CRISTÓVÃO (SE)
Denominação: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico. ➤ Patrimônio Mundial 	Denominação: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico. ➤ Patrimônio Mundial
Financiamento (até 2008): <ul style="list-style-type: none"> ➤ R\$ 6,2 milhões aportados ➤ R\$ 458 mil na recuperação de imóveis privados 	Financiamento (até 2008): <ul style="list-style-type: none"> ➤ R\$ 4,9 milhões aportados ➤ R\$ 1,2 milhão na recuperação de imóveis privados
Obras em Monumento: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Igreja do Carmo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Observatório da Sé e Museu Regional. 	Obras em Monumento: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sobrado da Antiga Ouvidoria; Museu Histórico do Estado de Sergipe; Lar Imaculada Conceição; Convento e Igreja de Santa Cruz; Igreja de Nossa S^a do Rosário dos Homens Pretos e Capela dos Capuchinhos.
Obras em espaços públicos: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Praça do Carmo; reurbanização e 	Obras em espaços públicos: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Praça da Bandeira; São Francisco e Senhor

¹⁵⁸ O Programa Monumenta, que contou com o “patrocínio” do BID, foi gerenciado pelo Ministério da Cultura / Iphan promovendo convênios com as prefeituras das cidades históricas de todas as regiões do país. No total, foram 26 cidades contempladas com o programa.

estacionamento do Fortim; estacionamento do Rosário; requalificação do Beco do Bajado; requalificação da Rua Saldanha Marinho.	dos Passos (largo do Carmo); Ladeiras de Epaminondas (Beco da Poesia) do Porto e da Banca; Largo do Rosário e Beco do Amparo.
Projetos Patrocinados: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Projeto Arte nos Ateliês; Projeto de Exposição de Artes Plásticas; Projeto Folia Real de espetáculos de Maracatu; Apoio ao Núcleo Artífices Restaurador. 	Projetos Patrocinados: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Restaurante do Japonês e Casa da Queijada.

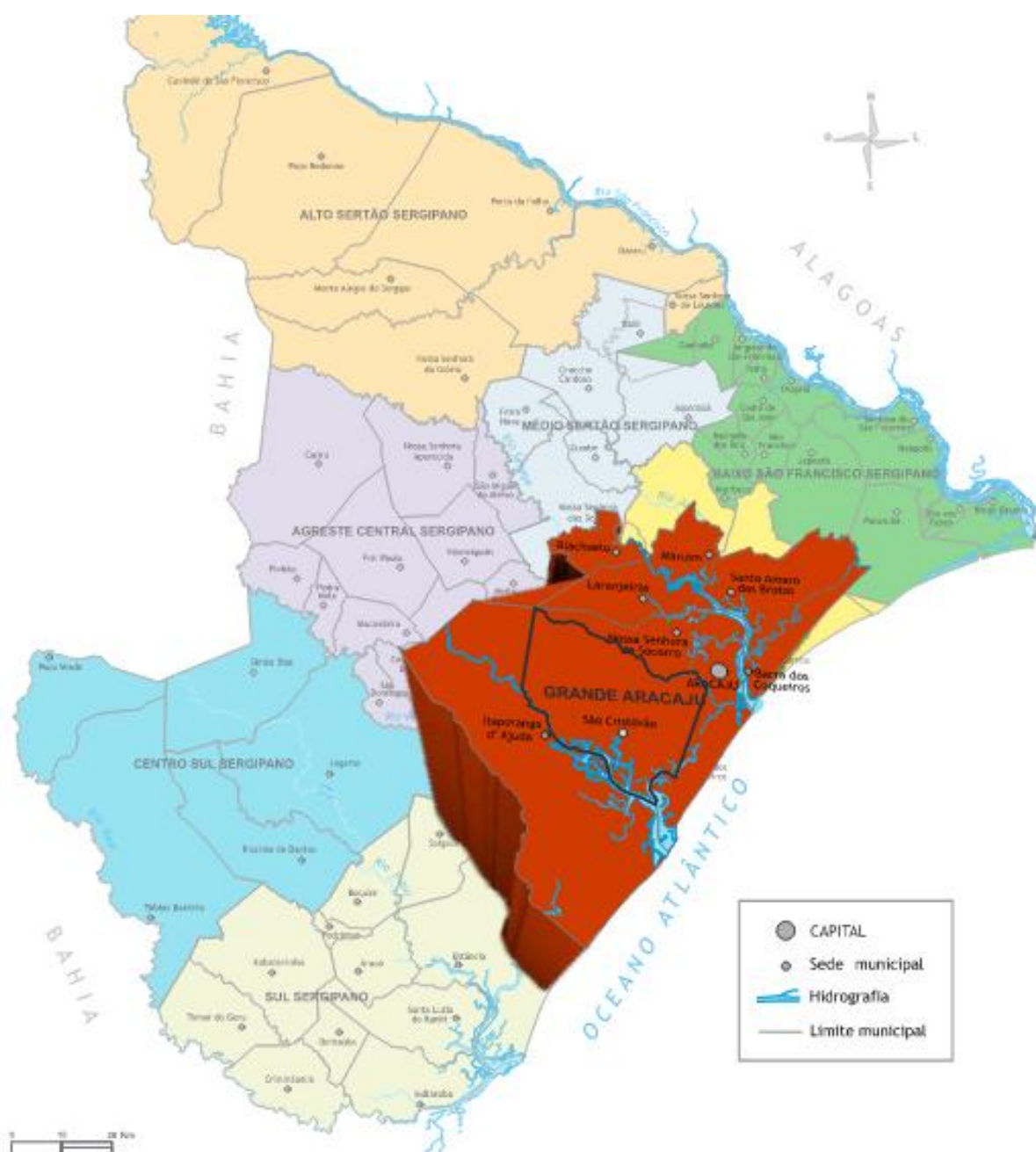
Fonte: Iphan, 2018. Adaptado

Neste caso, São Cristóvão (SE) e Olinda (PE) são objetos importantes para uma abordagem comparativa devido aos critérios que aproximam as duas cidades. A rigor: a) O passado de capital política de seus respectivos Estados e que perderam tal condição com o transcorrer do tempo; b) são duas cidades que dividem o território com as atuais capitais de seus Estados – Aracaju e Recife, respectivamente; c) estão situadas em regiões metropolitanas: São Cristóvão na Grande Aracaju e Olinda na Região Metropolitana do Recife; d) a *metropolização* é tratada como um grande desafio considerando o crescimento urbano de suas regiões metropolitanas; e) São cidades históricas tombadas e inscritas no livro de tombo pelo seu conjunto “arquitetônico, urbanístico e paisagístico”.

Assim sendo, **São Cristóvão** está situada na região metropolitana de seu Estado, integrada com outros municípios, totalizando um aglomerando de nove municípios cuja capital do Estado também simboliza a principal cidade da Grande Aracaju¹⁵⁹. Do ponto de vista físico e geográfico, a Grande Aracaju pode ser compreendida, segundo os estudos da SEPLAG (SERGIPE, 2014), de acordo com a descrição abaixo:

- **Relevo:** Feições de Planície Litorânea com proximidade à costa marítima;
- **Vegetação:** O território apresenta grande diversidade de paisagem natural como Restingas, Manguezais e Mata Atlântica;
- **Hidrografia:** Considerada importante no território devido a duas grandes bacias: Japarutuba e Vaza Barris. Além de ser cortada pelo rio Sergipe.

¹⁵⁹ Neste aspecto “[...] o território da Grande Aracaju localiza-se no centro-leste do Estado de Sergipe, sendo formado por nove municípios (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d’Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas)”. SERGIPE. In: *Enciclopédia dos Municípios Sergipanos*. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Aracaju (SE): SEPLAG, 2014, p. 372).



435 | Enciclopédia dos Municípios Sergipanos

Figura 13: Mapa da Grande Aracaju

Fonte: SEPLAG (SE), 2018.

Situada na região metropolitana de seu Estado, São Cristóvão existe desde 1590, e exerceu a condição de capital do Estado até 1855. Sua fundação tem a ver com a sua localização geográfica no passado colonial, considerada estratégica já que a cidade estava

situada entre os dois maiores núcleos urbanos do Brasil Colonial, isto é, Olinda e Salvador. Erguida no período em que o Brasil estava sob o domínio da União Ibérica (1580-1640), São Cristóvão possui um traçado urbanístico particular de tal modo que em 2010 recebeu da Unesco a chancela e foi inserida na ‘Lista de Patrimônio Mundial’¹⁶⁰, em razão de sua praça. Como pode ser visto na figura abaixo:




Figura 14: Praça São Francisco em São Cristóvão (SE)

Fonte: Programa Monumenta, Iphan, 2011.

A Praça São Francisco é sem dúvida o principal conjunto urbano e arquitetônico da cidade histórica, no entanto, seu entorno é constituído por importantes monumentos históricos no tocante a preservação patrimonial. Tanto que circundam a praça o Museu Histórico de Sergipe, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitoria e o Convento e a Igreja de Santa Cruz (São Francisco). Todos os monumentos históricos receberam intervenção do Programa Monumenta (vide quadro abaixo). Como pode ser constatado na ficha técnica do:

¹⁶⁰ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/sao-francisco-square-in-sao-cristovao/> Acessado em 02 de janeiro de 2019.

Quadro 08: Mapa e monumentos reabilitados pelo Programa Monumenta S. Cristóvão.

<p><u>Características do Tombamento Federal</u></p> <p>I. Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão, 785-T-67.</p> <p>II. Município: São Cristóvão</p> <p>III. Estado Sergipe</p>	<p>Mapa do Perímetro Tombado de São Cristóvão (SE)</p> 
<p>Bens Imóveis Tombados Isoladamente pelo Iphan:</p> <p>i. Convento e Igreja de Santa Cruz, 303-T-41;</p> <p>ii. Convento e Igreja do Carmo, 301-T-41;</p> <p>iii. Igreja da Misericórdia, 302-T-41;</p> <p>iv. Igreja da Ordem Terceira do Carmo, 304-T-41;</p> <p>v. Igreja de Nossa Senhora do Amparo, 675-T-62;</p> <p>vi. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, 293-T-41;</p> <p>vii. Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, 292-T-41;</p> <p>viii. Sobrado à Rua Castro Alves, nº 2.306-T-42;</p> <p>ix. Sobrado à Praça da Matriz, 306-T-42;</p> <p>x. Sobrado à Rua das Flores nº 20.309-T-42.</p>	

Fonte: Monumenta (Iphan), 2010. Adaptado.

Ainda que o Programa tenha visado à requalificação dos monumentos históricos de maneira isolada, é inegável a concepção de conjunto urbano que o projeto desenvolveu durante sua existência, já que outros espaços da cidade foram sendo incorporados aos monumentos históricos, confluindo para uma noção de integração urbana que muito se aproxima da concepção de **patrimônio ambiental urbano**, a considerar que se pretendia reabilitar, também, os espaços públicos no entorno da Praça São Francisco, lugares estes onde ocorre a dinâmica de toda a vida urbana da cidade. Como aponta a ficha técnica do documento:

Quadro 09: Relação do sítio histórico com o contexto urbano S. Cristóvão

CATEGORIA	SITUAÇÃO
Porte da cidade onde se insere o sítio histórico	() Pequeno Porte (até 50 mil habitantes) (X) Médio Porte (até 400 mil habitantes) () Grande Porte (maior que 400 mil hab.)
População estimada no perímetro do tombamento	1.650 pessoas
Número estimado de domicílios na área do tombamento	350 propriedades

Fonte: Monumenta (Iphan), 2010. Adaptado.

Quando se refere ao contexto urbano e sua relação com o sítio urbano, o relatório do Projeto Monumenta afirma que o núcleo histórico tombado se dá na área central onde contém monumentos cívicos e religiosos representativos do desenvolvimento urbano da cidade (MONUMENTA, 2010). Sobre a dinâmica da urbana, o relatório ainda aborda o “crescimento desordenado” da cidade com “tendência” à ocupação indevida do solo e que a “a legislação urbanística inserida no Plano Urbanístico” não se encontra incluída na Lei Orgânica do Município (MONUMENTA, 2010). O que de certa maneira fere o Estatuto da Cidade (2001), uma vez que o mesmo preconiza a norma e o plano urbanístico na lei orgânica dos municípios para uma maior efetivação do seu plano diretor e da participação social.

Ainda que tenha havido essa preocupação com a vinculação do núcleo histórico tombado com o contexto urbano, o Programa Monumenta em São Cristóvão foi direcionado para atender a candidatura da Praça São Francisco à lista de Patrimônio Mundial como aponta Bonduki que:

A intervenção do Monumenta articulou-se à estratégia mais geral que objetivava o reconhecimento da praça, pela Unesco, como Patrimônio da Humanidade, aspiração que teve sucesso. Em toda a cidade foram restaurados edifícios e qualificados vários espaços públicos, inclusive as ladeiras de acesso à cidade baixa. Na Praça São Francisco, buscou-se recuperar a integralidade do conjunto arquitetônico e urbanístico e seu potencial artístico; foram restaurados os sobrados da Assembleia e do governo provincial e os elementos artísticos do Convento de Santa Cruz (BONDUKI, 2011, p. 106).

O reconhecimento da ‘Praça’ pela Unesco resultou em um plano de intervenção urbana, como pode ser visto acima, visando tornar a cidade num lugar turístico para o Estado. O objetivo foi alcançado e a cidade recebeu a chancela da Unesco pela Praça São Francisco¹⁶¹ se tornando um dos principais símbolos do patrimônio histórico do Estado.

Num comparativo com **Olinda** (PE), embora haja similaridade em muitas categorias, como indicam os relatórios do programa em seus cadernos técnicos, a cidade pernambucana tem apelo turístico muito maior do que São Cristóvão. O que torna ainda mais importante as intervenções urbanísticas visando uma maior atenção em relação ao seu patrimônio cultural e paisagístico.

Porém, assim como ocorre com São Cristóvão, a cidade está situada numa região metropolitana, no entanto, sua densidade demográfica é considerada alta em função de o seu território ser o menor município entre as 15 cidades¹⁶² que configuram a Grande Recife¹⁶³. Com uma área territorial de apenas 41,681 (km²) o município de Olinda detém a terceira maior população da região metropolitana (391,835), ficando atrás apenas de Jaboatão dos Guararapes e do Recife (IBGE, 2018).



Figura 15: Região Metropolitana do Recife

Fonte: IBGE, 2016.

¹⁶¹ Sobre o dossiê de candidatura da praça apresentado a UNESCO. Cf. IPHAN. São Francisco Square in São Cristóvão (Brazil) nº 1272. Brasília (DF): Iphan, 2010.

¹⁶² Integram a Região Metropolitana do Recife (RMR): Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Igarassu, Paulista, São Lourenço da Mata, Camaragibe, Moreno, Itapissuma, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Goiana, Abreu e Lima, Ilha de Itamaracá e Araçoiaba. CODEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. Recife (PE) 2018.

¹⁶³ Conforme últimos dados do IBGE (2018) a RMR possui aproximadamente 4.054,866 milhões de hab. E uma densidade demográfica de 1260,74 hab./km².

É nesse contexto que a cidade de Olinda tem o desafio de assegurar a chancela concedida de Patrimônio Mundial já que a pressão antrópica e a degradação de seus bens culturais e paisagísticos se acentuam na medida em que o processo de urbanização ocorre. Sobretudo devido a sua situação geográfica de *conurbação* em relação ao Recife. Como pode ser vista na figura abaixo:



Figura 16: Orla de Olinda e Recife – conurbação.

Fonte: Monumenta, 2011.

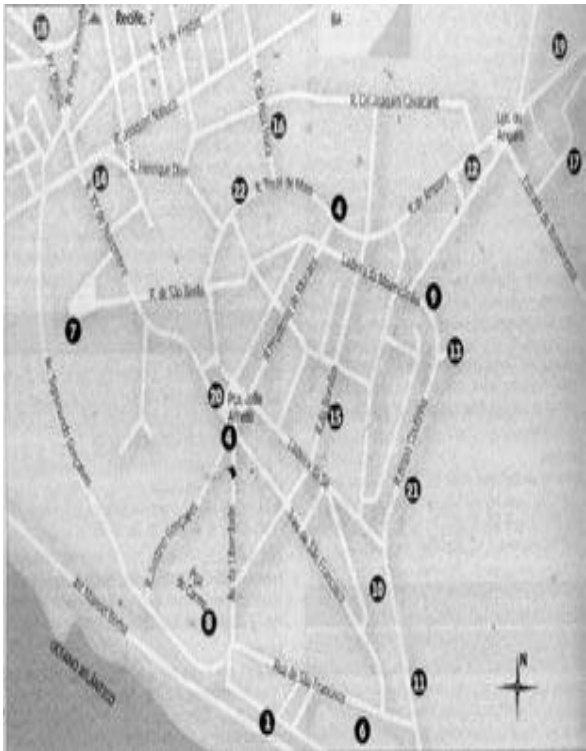
Na figura acima, Olinda em primeiro plano com seu núcleo histórico e, ao fundo, a cidade do Recife. Dentre outras “pontes” de ligação existente, a orla marítima é uma delas. E, enquanto o centro histórico de São Cristóvão encontra-se na parte “interior” da Grande Aracaju, em Olinda, o núcleo histórico fica próximo ao mar, o que deu margem para que houvesse um plano de reabilitação urbanística no Fortim¹⁶⁴ da cidade localizado na orla e, por conseguinte, uma intervenção no seu entorno transformando a área num espaço público de lazer. No Programa Monumenta, o plano de intervenção constava a recuperação do monumento histórico, interpretado pela equipe técnica como um “edifício degradado” e sua ambiência (entorno), “[...] numa faixa de mais de 500 metros de extensão na orla de Olinda” (BANDUKI, 2011, p. 141). Esta intervenção valorizou o monumento histórico, sobretudo, em

¹⁶⁴ Fortim de Olinda: um monumento antigo da cidade e que no passado colonial fazia parte de um sistema de fortificação da cidade antiga. (BONDUKI, 2011, p. 140).

razão do investimento realizado em seu entorno, o que deu margem à um ambiente urbano para a cidade, indicando para uma melhor qualidade de vida.

Entretanto, como pode ser visto abaixo, na ficha técnica do Programa Monumenta, não apenas o Fortim (Forte de São Francisco) seria reabilitado no projeto. Outros monumentos receberam atenção no plano de recuperação, mas, assim como ocorreu em São Cristóvão e em outras cidades históricas, as intervenções foram realizadas à luz de uma vinculação com o espaço urbano visando qualificar o entorno do monumento aproximando do ideal de um projeto de patrimônio ambiental urbano. Ver quadro 10 abaixo:

Quadro 10: Mapa e monumentos reabilitados pelo Programa Monumenta Olinda.

<p><u>Características do Tombamento Federal</u></p> <p>I. Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda, 676-T-62.</p> <p>II. Município: Olinda</p> <p>III. Estado: Pernambuco</p>	<p>Mapa do Perímetro Tombado de Olinda (PE)</p> 
<p>Bens Imóveis Tombados Isoladamente pelo Iphan</p> <p>i. Capela de São Pedro Advíncula, 638-T-61;</p> <p>ii. Casa com Muxarabi à Rua do Amparo nº 28, 191-T-38;</p> <p>iii. Casa do antigo Aljube, 638-T-61;</p> <p>iv. Convento de São Francisco, 143-T-38;</p> <p>v. Igreja da Misericórdia, 124-T-38;</p> <p>vi. Igreja de Nossa Senhora do Monte, 170-T-38;</p> <p>vii. Igreja de Santa Teresa, 142-T-38;</p> <p>viii. Igreja do antigo Convento de Nossa Senhora do Carmo, 148-T-38;</p> <p>ix. Igreja e Mosteiro de São Bento, 050-T-38;</p> <p>x. Palácio Episcopal (antigo), 131-T-38;</p> <p>xi. Seminário de Olinda, 131-T-38;</p> <p>xii. Forte de São Francisco ou do Queijo, 1077-T-83.</p>	

Fonte: Monumenta (Iphan), 2010. Adaptado.

No relatório do Programa Monumenta, apresentado nos cadernos técnicos de intervenção nos sítios históricos, após mapeamento dos monumentos históricos associando ao contexto urbano da cidade, o relatório apresenta as maiores dificuldades enfrentada pela cidade histórica no tocante a preservação de sua história. Ver o quadro 11:

Quadro 11: Relação do sítio histórico com o contexto urbano Olinda.

Descrição	Identificação de Fatores de Degradação e Descaracterização do Sítio
Categoria	<ul style="list-style-type: none"> Identificar a presença de fatores tais, como: desenvolvimento econômico não acompanhado por controle do uso do solo; presença de empreendimentos causadores de impacto ambiental; turismo predatório não acompanhado por política preservacionista e outros:
Situação	<ul style="list-style-type: none"> O incentivo acima descrito não foi acompanhado da devida fiscalização pelos órgãos incumbidos da preservação, o que desencadeou inúmeras descaracterizações. O turismo, especialmente na época do Carnaval, apresenta características predatórias ao Sítio.

Fonte: Monumenta (Iphan), 2010. Adaptado.

No caso específico de Olinda, é sempre importante frisar que se trata de uma cidade que possui a maior densidade demográfica no Estado de Pernambuco (1260,74 hab./km²), para uma área de apenas 43,55 km², sendo que, desse total, 36,73 km² corresponde à área urbana, o que torna o município “eminentemente urbano”¹⁶⁵. Esta informação é relevante devido o impacto que a cidade sofre no seu patrimônio cultural material e, também, ao impacto ambiental ocasionado pela taxa de 98,7 % de urbanização do município (IPEA, 2010). A desordenada ocupação do solo e o turismo predatório, como aponta o relatório do programa, têm contribuído para a vulnerabilidade do patrimônio cultural e natural da cidade-patrimônio.

A atual situação na qual se encontra Olinda, como indica o parecer do programa, não corresponde naturalmente a uma cidade recém-elevada a condição de “cidade-histórica”. Olinda teve, já nos anos de 1930 (década de fundação do Iphan), objetos e monumentos tombados, mesmo que isoladamente. Seu conjunto urbano é reconhecido pelo valor arquitetônico, urbanístico e paisagístico em 1968. Antes, porém, Olinda era considerada uma “cidade dormitório do Recife” (OLINDA, 1992) em razão da estagnação econômica da cidade

¹⁶⁵ Cf. OLINDA. Prefeitura Municipal de Olinda. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/olinda-em-dados/> Acessado em 08 de janeiro de 2019.

A leitura cartográfica do polígono de tombamento deixa evidenciado o setor (zona) destinado ao turismo (SIT) e o setor de preservação do núcleo histórico da cidade (SCA), onde ocorreu o assentamento urbano do lugar (Alto da Sé). As *Zonas Especiais de Proteção Cultural* são setorizadas com áreas destinadas para a preservação cultural e para a conservação ambiental.

Num comparativo com São Cristóvão, principalmente através de seu plano diretor vigente (2009), percebe-se o zoneamento também como um relevante instrumento de política urbana a fim de proteger o patrimônio cultural e natural. O plano diretor de São Cristóvão divide seu extenso território em treze zonas conforme o Plano Diretor. Assim está ocorre o zoneamento (SÃO CRISTÓVÃO, 2009, p.17-18):

CAPÍTULO II

DO ZONEAMENTO DAS MACROZONAS URBANAS

Art. 43. A Macrozona Urbana 1 (MU1) e a Macrozona Urbana 2 (MU2) organizam-se segundo as seguintes zonas de uso e ocupação do solo, conforme os Anexos II e IV desta Lei:

- I** – Zona de Abastecimento e Serviços de Apoio (ZAA);
- II** – Zona de Consolidação 1 (ZC1)
- III** – Zona de Consolidação 2 (ZC2);
- IV** – Zona de Contenção Urbana (ZCU);
- V** – Zona de Expansão Urbana (ZEU);
- VI** – Zona de Parques (ZP);
- VII** – Zona de Proteção de Mananciais (ZPM);
- VIII** – Zona de Recuperação Ambiental (ZPA);
- IX** – Zona de Tombamento Histórico (ZTH);
- X** – Zona de Uso Institucional (ZUI);
- XI** – Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- XII** – Zona Não Edificável (ZNE);
- XIII** – Zona Urbana Consolidada (ZUC).

Parágrafo único. A Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo Urbano normalizará e regulará a produção e organização dos espaços urbanos do município, obedecendo ao disposto nessa Lei e seus regulamentos, indicando os parâmetros urbanísticos para cada zona de uso estabelecida neste artigo.

Art. 44. A implantação e funcionamento de atividades de impacto quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades ficam sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e consequente aprovação deste pelo órgão urbanístico municipal competente.

Como pode ser observado no exame cartográfico anexado ao Plano Diretor da cidade, o vasto território de São Cristóvão é dividido em duas grandes Macrozonas Urbanas, porém, o zoneamento dos bens patrimoniais – Zona de Tombamento Histórico – encontra-se inserido na *Macrozona Urbana Nº 1* onde também se concentra a Zona de Contenção Urbana, a Zona de Parques, a Zona de Recuperação Ambiental e a Zona de Proteção de Mananciais. Na cartografia, há um esforço para integrar, portanto, a zona de preservação cultural junto às zonas destinadas a conservação do patrimônio natural do território tornando-as uma só unidade. Uma só paisagem: uma paisagem cultural. Ver figura abaixo:

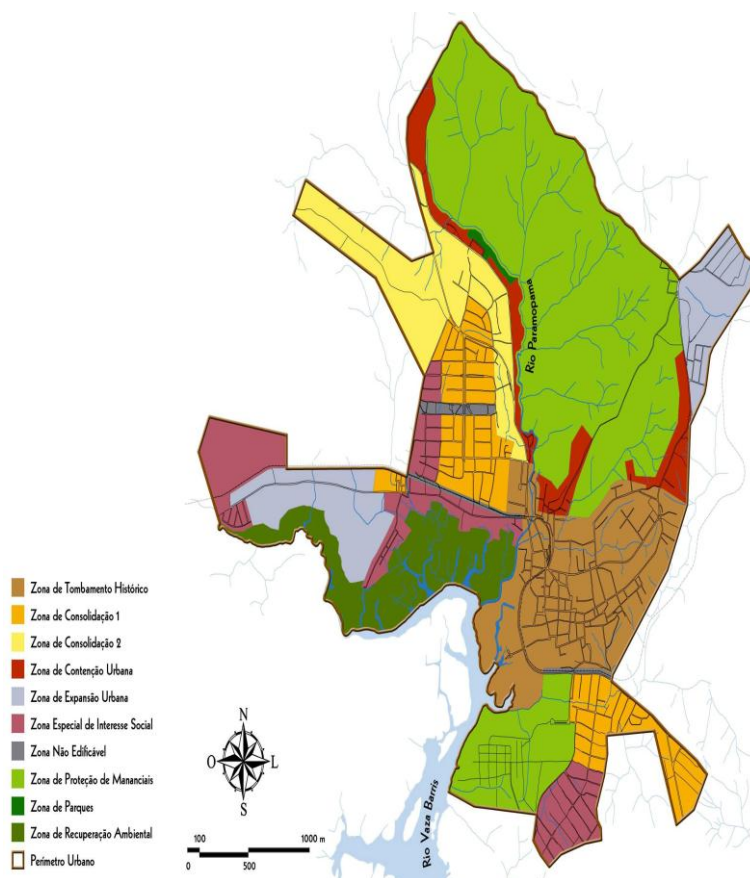


Figura 18: Mapa de Zoneamento da Macrozona Urbana 1 – São Cristóvão

Fonte: Plano Diretor S. Cristóvão, 2009.

O zoneamento é considerado um dos principais instrumentos para o planejamento urbano. Seu mérito está em dividir o território para fins de uso. Porém, desde Le Corbusier (1887-1965) com sua forte influência exercida no campo no urbanismo, que a ideia de planejamento urbano passou a ser associada à concepção de funcionalidade e estética. O urbanismo modernista da qual Le Corbusier fazia parte preconizava a separação funcional da cidade.

O “zoneamento funcionalista” é um legado da primeira *carta patrimonial* cujos participantes eram em sua totalidade arquitetos e engenheiros e estavam liderados pela figura já consagrada de Le Corbusier. Desse encontro em Atenas em 1933¹⁶⁷, saiu a *Carta de Atenas*, uma carta patrimonial onde o modelo funcionalista¹⁶⁸ de zoneamento prevaleceu. Entende-se por modelo funcionalista de zoneamento a técnica de planejamento que separava o território de uma cidade em basicamente cinco zonas: zona residencial, zona de comércio e serviços, zona de uso misto (residencial e comercial) e zona industrial (SOUZA, 2011, p. 257).

Embora muito importante e entendido como uma grande invenção para o planejamento urbano, o zoneamento funcionalista embutia uma ideia de separação rígida do território considerando sua “funcionalidade e estética” como finalidade do arquiteto urbanista¹⁶⁹. No entanto, com o passar do tempo, a compreensão acerca do zoneamento mudou consideravelmente. A tal ponto que, atualmente, em razão dos artigos 182 e 183 da constituição que versam sobre a política urbana, o Estatuto da Cidade (2001) regulamentou o uso do solo considerando a *justiça social* e o *desenvolvimento urbano sustentável* (SOUZA, 2011) Não por acaso, a preocupação primordial do zoneamento tem sido favorecer as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e as ZPA’s (Zonas de Preservação Ambiental). E, no caso das cidades históricas, a “Zona de Tombamento Histórica” (vide o Plano Diretor de São Cristóvão). A legislação urbanística da cidade de Olinda e da cidade de São Cristóvão objetiva atender a essas demandas da atualidade.

¹⁶⁷ “O **zoneamento** é a operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária entre as diversas atividades humanas”. In: Carta de Atenas: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (1933).

¹⁶⁸ Entende-se por modelo funcionalista um tipo de planejamento urbano “excludente” e que não atende aos interesses sociais do segmento popular da sociedade e não assegura a preservação das áreas ambientais. Cf. SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

¹⁶⁹ “Para Le Corbusier, arquitetura e urbanismo são indissociáveis”. CHOAY, François. O Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Partindo do princípio de que o zoneamento é um instrumento no planejamento urbano, como lembra Souza (2006), é preciso, então, associar o planejamento à gestão, isso porque embora sejam duas ferramentas distintas¹⁷⁰, se complementam numa política pública. Assim, a função dos planejadores e gestores de uma política urbana é de incluir a nova agenda das cidades, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, entendendo-as como “constructos extremamente abstratos” (SOUZA, 2006), porém fundamentais já que servem de parâmetros para se atingir a qualidade de vida.

E, no caso do desenvolvimento sustentável a complexidade é ainda maior já que o campo de discussão acerca da sustentabilidade é amplo, ambíguo e controverso, entretanto, adotado pelo discurso oficial do Estado como aquele definido pelo Relatório de Brundtland em 1987 e que foi levado para a Conferência da ‘Rio-92’. Ou seja, a ideia de que o desenvolvimento sustentável “[...] satisfaça as necessidades das atuais gerações sem comprometer a satisfação às necessidades das futuras gerações” (CAMARGO, 2010, p. 70). O desafio maior posto pelo vigente discurso urbano é sobre o quanto transferir para os municípios a autonomia de realizar essa gestão e esse planejamento de forma continuada e eficiente. E, neste tocante, tanto o PCH quanto o Programa Monumenta pretenderam atingir. Ainda que tenham esbarrado na falta de estrutura e deficiência técnica do poder municipal nas cidades históricas, um dos principais motivos de ambos os planos (como já mencionado acima), foi de fortalecer a estrutura institucional do poder, sobretudo, o *poder local*. Segundo Bonduki

Tanto do ponto de vista institucional quanto em relação aos projetos passíveis de financiamento, o PCH foi um esforço de reabilitação dos núcleos históricos comparável ao Programa Monumenta, proposto 25 anos depois. Este, entretanto, avançou muito mais, ampliando o leque das intervenções, que passou a incluir, além do restauro de monumentos, obras em espaços públicos e em imóveis privados. Ademais, a criação dos Fundos Municipais de Preservação, proposta não presente do PCH, é muito importante para a sustentabilidade da política local de preservação, garantindo aos municípios recursos contínuos para aplicar nos núcleos históricos (BONDUKI, 2010, p. 32).

Nas considerações de Bonduki (2010), o Fundo Municipal de Preservação foi criado tendo em vista a sustentabilidade da política local. O fundo municipal se caracterizou por ser

¹⁷⁰ O conceito de gestão está ligado à administração de empresas (gestão empresarial) enquanto que o termo planejamento remete ao futuro. Pois, “[...] longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares”. SOUZA (2011, p. 46). Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

um importante aporte financeiro para a continuidade da preservação patrimonial nos núcleos históricos. Tanto que foi instituído uma Unidade Executora do Projeto (UEP), administrada pelo próprio poder municipal. Por outro lado, Bonduki salienta que as (UEP's) “[...] para muitos municípios acabaram se tornando um verdadeiro enclave [...] pela falta de corpo técnico e equipamentos nos órgãos locais” (2010, p. 42).

Outra questão relevante que o excerto acima suscita é em relação ao uso dos programas de preservação patrimonial como instrumentos de uma política urbana. Como tratado na citação, os programas, e em especial o Monumenta, procuraram vincular o restauro dos monumentos aos espaços públicos (ao contexto urbano), integrando toda a cidade a partir do núcleo histórico. E, conseqüentemente, fortalecendo ainda mais a ideia dos zoneamentos.

É fundamental ressaltar que tanto o PCH quanto o Programa Monumenta tem em comum não somente o fato de ser um instrumento voltado para a reorganização do espaço territorial das cidades históricas a partir da reabilitação do patrimônio histórico, mas, principalmente, um programa que visou dinamizar as cidades patrimonializadas tendo em vista o potencial do turismo cultural que se tornou discurso padrão desde os anos de 1970 e que desde então, passou a ser considerado como desencadeador da economia local.

Em suma, numa perspectiva comparada entre as cidades históricas de Olinda e São Cristóvão, é possível realizar importantes considerações até aqui. Primeiro, o Programa Monumenta conseguiu atender ao valor ambiental que o campo de preservação patrimonial preconiza para os dias de hoje? A resposta é que o programa atendeu parcialmente as expectativas. E, ainda que tenha sido coerente com suas diretrizes, o programa ficou limitado à concepção de reabilitação dos monumentos tombados pelo Iphan.

Pois, de acordo com as prioridades do programa, tão somente seriam atendidos com ações de reabilitação o “patrimônio edificado e protegido em âmbito federal” pelo Iphan. Por isso que, de acordo com o *mapa do perímetro do tombamento* apresentado nas figuras acima, é possível perceber que tanto em São Cristóvão quanto em Olinda, os recursos alocados pelo Monumenta – 6,2 milhões para Olinda e 4,9 milhões para São Cristóvão – foram destinados à recuperação de imóveis públicos ou imóveis privados. Neste quesito, o Monumenta apenas cumpre uma tarefa que fora delegada para outros projetos de preservação patrimonial, isto é, um programa destinado à restauração do patrimônio edificado.

Porém, como indicado no início deste subtítulo, o Monumenta traz em suas diretrizes a preocupação com a requalificação dos espaços públicos que “conectam” os monumentos

históricos tombados. Neste ponto, o programa vai ao encontro do conceito abordado no terceiro capítulo desta tese que trata do *patrimônio ambiental urbano*. Pois, de acordo com o conceito que fundamenta esta categoria de preservação, os edifícios históricos tombados devem ser considerados *integrados* ao ambiente urbano.

E, neste aspecto, o Programa Monumenta alcança este objetivo, já que, no caso de São Cristóvão foram realizadas ações a fim de qualificar a Praça São Francisco, seja em decorrência do dossiê de candidatura a patrimônio mundial, seja em decorrência do fato de se tratar do principal espaço público onde realizam-se as principais manifestações culturais da cidade¹⁷¹. Podemos chegar à mesma conclusão em relação às ações do programa realizadas em Olinda em se tratando de preservação do patrimônio ambiental urbano. De acordo com o *mapa de perímetro de tombamento* de Olinda, o monumento histórico conhecido por “Fortim de São Francisco de Olinda¹⁷²”, recebeu investimento do Monumenta e, atualmente, serve como equipamento público a população olindense.

Vale a pena ressaltar que, embora tenha sido voltado para a recuperação de imóveis tombados (público ou privado), o Monumenta alocou recursos para financiamento de projetos destinados a cultura popular imaterial, como pode ser percebida no quadro acima (ver *quadro comparativo entre Olinda e São Cristóvão*). No quadro, observa-se que em Olinda houve financiamento, dentre outras coisas, a projetos de espetáculos de Maracatu (uma manifestação cultural de tradição regional e considerada patrimônio imaterial do Estado) e em São Cristóvão, houve financiamento destinada à Casa da Queijada (a queijada é considerada patrimônio cultural imaterial do Estado de Sergipe). Portanto, nesta perspectiva, houve uma ação que integrasse o patrimônio arquitetônico ao ambiente urbano das cidades históricas levando em conta o uso do cotidiano das pessoas e as manifestações imateriais que as configuram.

O Programa Monumenta não realizou nenhuma ação de reabilitação do valor paisagístico das cidades de Olinda e São Cristóvão. Ainda que ambas as cidades tenham sido tombadas pelo conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico, não fazia parte dos objetivos

¹⁷¹ A Procissão do Nosso Senhor dos Passos, referência de religiosidade no Nordeste, é uma romaria de celebração religiosa transformada no Estado de Sergipe em Patrimônio Imaterial. A interação da cultura popular imaterial com a cultura histórica edificada está no fato de que a celebração religiosa ocorre justamente no principal espaço público da cidade: a Praça São Francisco.

¹⁷² O Fortim de São Francisco de Olinda (tombado pelo Iphan em 1984) está situado na orla de Olinda e, diferentemente dos outros monumentos, não está situado na chamada “cidade alta”, mas, em razão de ter servido no passado como “fortaleza”, encontra-se na orla da cidade de Olinda numa área urbanizada cuja função atual é de equipamento público para os transeuntes.

do Programa Monumenta intervenções no meio ambiente natural ou na paisagem das cidades históricas. As prioridades do programa estavam assim definidas:

A saber: a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal; b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio; c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação. (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, p. 6).

Ao eleger como uma das prioridades, “aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação”, o documento que regulamenta as ações do Monumenta/Iphan está fazendo menção à gestão patrimonial do município. Como enfatizado na introdução deste subtítulo, uma das propostas do Monumenta que o diferenciava do PCH era justamente a concepção de descentralização política. Ou seja, dar atribuições ao poder municipal visando à gestão do patrimônio cultural, cuja autonomia administrativa seria atingida com um “fundo patrimonial” destinado às cidades conveniadas ao programa.

Entretanto, embora recebesse um fundo patrimonial, a “autonomia administrativa” das cidades históricas não previa que houvesse investimento em *bens* que não estivessem em compatibilidade com as diretrizes principais do programa. Como visto acima, os planos diretores de Olinda e São Cristóvão disponibilizam no zoneamento dos municípios áreas exclusivamente para a preservação do patrimônio cultural e zonas para a conservação ambiental. Porém, como já mencionado, do volume de recurso alocado em São Cristóvão e em Olinda, nenhum “centavo” foi destinado para assegurar, por exemplo, as zonas ambientais dos municípios. A rigor, caberia ao município, em conformidade com as diretrizes do Monumenta (2005, p. 19):

Realizar projetos de **preservação integrada**, os quais são revitalizadores da economia local de forma a que se constituam como âncoras de **sustentabilidade** para os sítios históricos. Isso dá a oportunidade ao município do mesmo se considerar “dono” do projeto. Os projetos de preservação integrada incluem a restauração do patrimônio tombado, reparo e ampliação da infraestrutura urbana, criação de acessos viários, melhorias no espaço público, criação de estacionamentos, iluminação pública e segurança. (grifo nosso)

Portanto, tudo era assegurado ao município para qualificação de sua infraestrutura e dos espaços públicos, havia até o estímulo para projetos de preservação integrada a fim de garantir a “sustentabilidade” dos sítios históricos. No entanto, não era concebido ao poder municipal investimento em áreas ambientais (naturais) que fazem parte do município de

Olinda e de São Cristóvão (ver planos diretores). Neste caso, os projetos de requalificação dos conjuntos urbanos e arquitetônico das cidades históricas ficam comprometidos uma vez que o valor paisagístico não foi considerado.

5.4 Do turismo cultural nas cidades históricas.

Neste subtítulo, discorreremos sobre a relação entre as cidades históricas e o turismo. Principalmente em razão dos programas de preservação cultural (PCH e Monumenta) terem atribuído uma grande importância ao turismo como vetor de desenvolvimento para as cidades possuidoras de centros históricos.

Porém, quando se aborda o turismo, é preciso diferenciar o tipo de turismo que as cidades históricas e seus núcleos tombados são estimulados a praticarem. No que concerne às cidades estudadas no subtítulo anterior (São Cristóvão e Olinda), o turismo incentivado pelos órgãos responsáveis pela formulação desse setor, não é o turismo ecológico, ou, o *ecoturismo* como está sendo chamado. Trata-se aqui, de um tipo de turismo específico de cidades que tem como principal “cartão postal” a sua história e cultura reconhecida pela política de patrimonialização. Neste caso, trata-se do turismo cultural.

Como a *tese* tem por objetivo analisar a incorporação da temática ambiental na política de preservação do patrimônio brasileiro, nas cidades históricas tombadas, é possível analisar a questão ambiental pelo viés do *patrimônio ambiental urbano*, uma categoria de preservação considerada pelos órgãos “preservacionistas”. Portanto, considerando que Olinda e São Cristóvão não possuem tradição em turismo ecológico, uma vez que são reconhecidas pela cultura material edificada, então, como perceber a temática ambiental em cidades cujo estímulo é dirigido ao turismo cultural?

Antes, porém, é preciso ressaltar o contexto histórico que produziu este discurso do turismo no Brasil. Conforme Becker (1999), a “política nacional do turismo” tem um período de nascimento bem demarcado, trata-se do final da década de 1950 no governo de Juscelino Kubitschek e sua proposta de desenvolvimento da infraestrutura no país. Segundo Becker (1999), o desenvolvimento do setor energético, a ampliação das rodovias, o aumento da circulação de transporte e, claro, à formação de uma classe média, foram determinantes para alavancar o setor turístico. Tanto que, foi instituído “[...] a Embratur em 1966, como uma autarquia, que via o turismo como uma indústria nacional” (BECKER, 1999, p. 187).

Deste modo, partindo do pressuposto que o turismo é uma atividade econômica é com características de “indústria”, sua relação com a cultura e com o ambiente (natural ou urbano) deve ser analisado à luz da mercantilização dos bens culturais ou naturais como atrativo turístico e, finalmente, a capacidade do poder público de desenvolver planos estratégicos para mitigar os efeitos negativos da indústria do turismo na esfera cultural ou na esfera ambiental. O texto deste subcapítulo, portanto, está estruturado neste sentido.

É impossível desvincular os projetos de preservação patrimonial à concepção de turismo que desde os anos de 1960 se tornou um discurso recorrente. Sobretudo a partir de 1967 com a ‘Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico’ realizada em Quito no Equador promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Deste encontro saiu-se com a convicção de que uma das “soluções” para o desenvolvimento regional da América estava na valorização econômica dos monumentos históricos e artísticos existentes nos países da América Latina.

Embora o turismo seja considerado um fenômeno antigo, uma vez que tem a ver com grandes afluxos de pessoas se deslocando pelo espaço (RUSCHMANN, 1997), para alguns especialistas no tema, as viagens massificadas podem ser datadas entre as décadas de 1950 e 1960. Neste período, o crescimento dos fluxos turísticos criaram as condições para o surgimento do “turismo de massa”¹⁷³, ou precisamente, da indústria do turismo¹⁷⁴ (FALCÃO, 1999).

Neste caso, o turismo é tratado como mais um segmento da economia, que disponibilizará dos avanços técnicos para se industrializar e aumentar sua demanda, ou seja, massificando-se. Portanto, a indústria do turismo deve ser analisada em conjunto com a crescente urbanização e do desenvolvimento dos meios de comunicação em massa, levando em conta que com esses fatores, além de outros, contribuíram para a promoção da circulação das imagens dos espaços a serem visitados transmitindo a ideia de “espaços mercantilizados” e aptos ao consumo turístico (RODRIGUES, 1999).

¹⁷³ Trata-se de um mercado oportuno aos parâmetros da economia mundial contemporânea e seus circuitos integradores, em que a informação assume cada vez maior importância, e a produtividade industrial, decorrente dos avanços científicos e tecnológicos, aponta para a necessidade de alargar as fronteiras. O sistema se reproduz, assim, com a expansão territorial e com a abertura de novos campos de acumulação no âmbito da produção e da oferta de serviços. (FALCÃO, 1999, p. 66).

¹⁷⁴ Para entender o conceito de indústria cultural numa perspectiva sociológica e filosófica Ver Adorno e Horkheimer em *Dialética do Conhecimento* em especial o capítulo *A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas* (ADORNO, 2006, p. 99).

Não por acaso, a mais importante carta patrimonial produzida na América do Sul – **As Normas de Quito** – fora publicada em 1967, ou seja, na década em que havia uma “crença generalizada de que o turismo podia transformar drasticamente o cenário econômico nos países desfavorecidos, houve uma tendência a explorar todos os recursos, fossem naturais, culturais ou históricos, da forma mais lucrativa possível” (BARRETO, 2007, p. 29). Desse modo, a carta patrimonial de 1967 vincula a preservação do patrimônio cultural, seja ele histórico ou artístico, num equipamento turístico, atribuindo-lhe um viés econômico a ser explorado pelos países latino-americanos.

[]

V – Da Valorização Econômica dos Monumentos

Partimos do pressuposto de que monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles (OEA, 1967, p. 04)¹⁷⁵.

Portanto, a Organização dos Estados Americanos reunidos em 1967 em Quito, ao decidirem sobre a conservação “dos monumentos e dos lugares de interesse histórico e artístico”, assumem uma postura utilitária em relação aos monumentos ao vincularem os bens patrimoniais aos equipamentos de visitação turística. “[...] O turismo como atividade econômica incorporou os patrimônios históricos e culturais às suas necessidades de reprodução” (CARDOSO, 2006, p. 69). Além de ter comprometido o patrimônio natural, o artesanato e outras atividades que fossem de interesse turístico às relações mercadológicas.

Assim, como atividade turística pressupõe um conjunto de equipamentos e de serviços, é lugar-comum abordar a importância das condições de infraestrutura para o bom funcionamento da atividade turística. Uma vez o patrimônio cultural e natural incorporado à atividade econômica turística, como preconiza a *carta patrimonial* de Quito (1967), passam os países americanos a elaborar planos de desenvolvimento nacional a partir da relevância dos bens culturais a fim de explorá-los economicamente através da promoção do turismo.

¹⁷⁵ Cf. BRASIL. Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf> Acessado em 15 de janeiro de 2019.

Não obstante, no Brasil, o primeiro programa de preservação patrimonial – O PCH – assumiu esse aspecto de plano de desenvolvimento regional (inicialmente o Nordeste) cuja prioridade era a preservação dos monumentos urbanos concentrados nas grandes cidades tendo em vista atrair visitantes turísticos. Instituído em 1973, o *Programa Integrado de reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste* visava “[...] a naturalização da associação entre cultura e turismo, de tal forma reproduzida nos diversos documentos dos dois setores (cultura e turismo) que se apresentou como caminho natural para o desenvolvimento da região Nordeste” (CHUVA, 2016, p. 05). O PCH fora concebido como um projeto de desenvolvimento regional a partir do incentivo ao turismo cultural de modo que envolveu outras autarquias além do Iphan, isto é, o programa contou com a participação da SUDENE e da Embratur, correlacionando bens culturais, desenvolvimento regional e atividade turística num só projeto.

Em relação ao Programa Monumenta, elaborado em meados dos anos de 1990, a partir de um acordo entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano, o PCH era diferente em suas linhas gerais, no entanto, havia em comum a ideia de transformar os monumentos de importante valor histórico e artístico num atrativo equipamento turístico.

A prioridade do **Monumenta** não é, portanto, a simples recuperação de monumentos de valor histórico para determinados setores da população, mas prioritariamente a “revitalização” de áreas urbanas rentáveis, que possam fomentar a reaplicação econômica dos recursos econômicos envolvidos (LEITE, 2007, p. 76-77).

Neste caso, conforme assevera Leite (2007), a “revitalização” dos centros históricos pretendidos pelo programa tinha como escopo principal atender ao mercado cultural, sobretudo, procurava tornar os monumentos históricos em áreas atrativas à visibilidade do turismo cultural. Para Leite (2007), o Programa Monumenta se insere num conjunto de práticas centradas pela lógica da *gentrificação*¹⁷⁶. Ou seja, uma intervenção urbana em centros históricos cuja “revitalização” incide sobre uma “renovação” do espaço urbana construindo

¹⁷⁶ O termo *gentrification* é usado para designar formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados. A expressão começou a ser usada em 1960, nos Estados Unidos, para designar um modelo de intervenção urbana que se expandia em larga escala em muitas cidades americanas, cuja principal característica era a reabilitação residencial de certos bairros centrais da cidade (LEITE, 2007, p. 61).

novas formas de sociabilidade¹⁷⁷. Para o autor (LEITE, 2007), o Programa Monumenta é um plano de intervenção urbana de caráter *gentrification* (enobrecimento), já que sua experiência no Bairro do Recife (Recife Antigo) contribuiu para construir novas formas de sociabilidade a partir da “revitalização” do centro histórico da cidade pernambucana.

Considerado como um processo que reestrutura o espaço urbano, a *gentrificação* é interpretada no campo sociológico como uma intervenção urbana cuja maior consequência é a expulsão de moradores marginalizados habitantes das áreas “restauradas”, sendo estas substituídas por outros atores sociais. A *gentrificação* é associada aos projetos de preservação patrimonial uma vez que visam atender ao ideal econômico da atividade turística, que como vimos, desde 1967 tem associado à valorização do patrimônio cultural à valorização econômica dos bens culturais. Assim foi com o PCH nos anos 1970 com o Programa Monumenta nos anos de 1990.

A *gentrificação* não implica o uso turístico do lugar, mas leva a que os lugares passem a ser atrativos para os turistas, em virtude dos equipamentos refinados que lá são instalados. Tampouco implica recuperação da história, mas leva indiretamente a isso, dada a reutilização de construções antigas para novas finalidades (BARRETO, 2007, p. 132).

A “*gentrificação*”, em muitos casos, tem assumido uma faceta de *turistificação*, inflacionando os preços do espaço urbano restaurado, “expulsando” as classes menos favorecidas, reconstruindo um espaço urbano para o trânsito turístico e ressignificando novas formas de sociabilidade a partir da lógica do mercado de consumo no qual está inserida o turismo cultural. As políticas urbanas de intervenção do espaço social aliam-se às políticas culturais de preservação uma vez que os bens patrimonializados são transformados em equipamentos turísticos para fins de visitação. Neste caso, o sentido da *valorização* do patrimônio cultural e do patrimônio natural decorre dos interesses estabelecidos pela indústria cultural e pela sociedade de massa cuja finalidade é atrair consumidores dos bens culturais.

As intervenções urbanas realizadas pelos programas de políticas culturais de preservação patrimonial (PCH e Programa Monumenta) podem ser abordadas dentro de uma lógica de política urbana que desde os anos de 1990 ficou conhecida como *city marketing*. Trata-se do uso do espaço urbano por parte de investimentos privados e gestão pública sobre o

¹⁷⁷ Cf. SENETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2016. O conceito de sociabilidade é entendido como práticas sociais interativas que estruturam e configuram o cotidiano das pessoas.

ordenamento espacial com o objetivo de promover as cidades num mercado nacional e internacional atraindo investidores e visitantes.

Esse tipo de política urbana adotada nos anos de 1990 não apareceu do acaso. Muito pelo contrário, a política urbana voltada para transformar os espaços urbanos em produtos atraentes para investidores possuem sua razão de ser frente ao contexto da corrente (neo)liberal ascendente na década em questão. O neoliberalismo dos anos 90 é filha legítima do discurso de globalização que surgiu com muita força com a Queda do Muro de Berlim (1989). Não obstante, o Programa Monumenta foi elaborado nos anos de 1990 num consórcio entre Governo Federal e o BID. Neste acordo, uma parte dos recursos destinados ao programa viria das “[...] parcerias com a iniciativa privada” (LEITE, 2007, p. 75). Assim, o Governo Federal planejava as políticas de preservação patrimonial e o BID, junto com parceiros da iniciativa privada alocava recursos no programa.

Como vimos no subtítulo anterior, o Monumenta, foi um programa de preservação patrimonial gestado em meados dos anos de 1990, cujo financiamento ficou a cargo do banco interamericano (BID). A década marcada pelo ideário liberal e o espírito da livre iniciativa, ‘soprou’ fortemente na elaboração das diretrizes do Monumenta, tanto que o programa reservava importante destaque para a necessária restauração dos imóveis privados a fim de torná-los capazes de oferecer serviços para a atividade turística. Conforme o Monumenta (2005, p. 52) conferia ao setor privado: “a chave para a **sustentabilidade** de áreas urbanas de valor histórico-cultural é estimular a atividade econômica de forma a que as pessoas tenham interesse econômico em preservar a área. Nesse processo, a participação do setor privado é crítica”. Nesta passagem, assim como em outras, para o programa Monumenta, a iniciativa privada tinha papel chave no desenvolvimento local.

Esperava-se que a valorização da propriedade predial dos imóveis particulares pudesse ser transformada em atividades comerciais associados ao turismo, uma vez que se encontravam inseridos nos centros históricos. Neste caso, podemos mais uma vez fazer referência ao quadro comparativo entre Olinda e São Cristóvão, cujo programa destinou 458 mil reais para financiar a restauração de imóveis particulares em Olinda e, 1,2 milhão com o propósito de restaurar imóveis particulares situados em São Cristóvão¹⁷⁸. Lembrando que os imóveis particulares financiados para restauração deveriam estar situados numa área

¹⁷⁸ Ver quadro comparativo dos recursos alocados para Olinda e São Cristóvão no subtítulo intitulado: 4.3 “**São Cristóvão e Olinda: numa perspectiva comparada**”.

denominada pelo programa de “mapa de perímetro tombado”, isto é, imóveis localizados no centro histórico de seus municípios.

Porém, se havia esta diferença entre os dois programas (PCH e Monumenta), ou seja, o Monumenta vislumbrou em suas diretrizes o protagonismo da iniciativa privada na política de preservação patrimonial, havia, por outro lado, um ponto em comum entre ambos que era o estímulo ao turismo. Enquanto durou (1973-83), o PCH pretendeu associar o patrimônio patrimonial às políticas de desenvolvimento econômico e regional da época. Mas, a crise financeira dos anos 80 não permitiu sua continuidade. Na mesma esteira, O Monumenta tem no turismo o fio condutor para o desenvolvimento urbano, social e econômico das cidades históricas. Assim, tudo parece confluir para a ideia de que os bens patrimoniais (seja natural, seja cultural), tem seu destino atrelado à indústria do turismo.

Sobre este fato, uma parte da literatura sociológica tem se dedicado a entender este fenômeno. De acordo com as pesquisas realizadas por Sanchez (2010)¹⁷⁹, desde os anos de 1990 que grandes projetos urbanísticos associados ao setor de propaganda publicitária (a área do marketing), têm transformado a cidade num produto de marketing de tal ordem que a literatura especializada tem denominado este fenômeno de *city marketing*. Consiste na tentativa de inserir as cidades num mercado internacional tendo em vista torná-las atrativas para investidores e visitantes.

O termo *city marketing* passou a ser utilizado por esta literatura visando apresentar as estratégias e os planejamentos urbanos realizados para atingir tal finalidade com o “patrocínio” do capitalismo contemporâneo. Com este propósito cidades foram sendo “vendidas” como mercadoria. Nos dizeres de Sánchez

com a legitimação das orientações políticas que qualificam a cidade como mercadoria, o *city marketing*, vem se impondo como instrumento central das políticas urbanas em algumas cidades do mundo, particularmente naquelas cidades da América Latina onde governos e coalizões pró-crescimento constroem seus projetos de cidade em função de interesses globais de empresas e de mercados. O *city marketing* é entendido como um mecanismo institucional de promoção e venda das cidades [...] Neste trabalhos, as definições estão centradas no encadeamento de vantagens dos investimentos privados, das parcerias na gestão urbana, das atividades urbanas voltadas

¹⁷⁹ Segundo Sánchez, este fenômeno não acontece por acaso, é fruto de uma política urbana que atrelado a atual fase do capitalismo contemporâneo, tem procurando transformar as cidades em mercadorias a fim de “vende-las” no mercado internacional tornando-as cidades globais, transformando em polos atrativos para investimentos e visitação turística. Cf. SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades: para um mercado mundial*. Chapecó (SC): Editora Argos, 2010.

para a demanda e da maximização da eficiência relativa aos objetivos fixadas para as cidades (SÁNCHEZ, 2010, p. 54-55).

Na pesquisa realizada, Sánchez (2010) usa do *método comparado* para evidenciar como este fenômeno se manifesta. No caso, a autora lança mão da cidade de Barcelona (Espanha) e da cidade de Curitiba (Brasil) a fim de analisar como elas foram sendo transformadas em “cidades-modelos”¹⁸⁰ desta tendência surgida nos anos de 1990. Não por acaso, a década de 1990 foi marcada pelo discurso da globalização e do neoliberalismo. Nas conclusões da pesquisadora, houve uma concordância entre as políticas urbanas neoliberais e a fase do capitalismo contemporâneo; o capitalismo cultural¹⁸¹.

No entanto, no estudo de caso analisado até aqui, as cidades históricas em questão – São Cristóvão (SE) e Olinda (PE) – ainda que não tenham sido planejadas para o mercado internacional, no entanto, estão sendo projetadas para o mercado nacional de cidades históricas inseridas num “circuito cultural” voltadas para o turismo interno. Se adotarmos as categorias analíticas da pesquisa de Sánchez (2010), perceberemos como as estratégias de *marketing* têm sido utilizadas a fim de atrair visitantes para o turismo cultural das cidades citadas acima.

É o caso do Calendário Turístico e Cultural do Município de São Cristóvão de 2019, lançado em 30 de janeiro do mesmo ano, o evento contou com as mídias tradicionais e eletrônicas do Estado de Sergipe para a divulgação da festividade da cidade que nas palavras de seus produtores culturais: “a ideia do município é transformar São Cristóvão na capital da cultura do Estado”¹⁸². Assim, foi apresentado para o público presente o calendário turístico da cidade:

¹⁸⁰ O termo “cidades-modelos” são categorias analíticas utilizadas para a realização do *método comparado* entre a cidade de Barcelona e a cidade de Curitiba na pesquisa de Sánchez. A pesquisadora aborda como as cidades foram sendo “reinventadas” a partir de estratégias de marketing tendo em vista construir imagens e discursos para “promoção” dessas cidades no mercado internacional. Ver capítulo: *Curitiba e Barcelona – renovação urbana, processos políticos e intervenções espaciais*. In: Cf. SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades: para um mercado mundial. Chapecó (SC): Editora Argos, 2010.

¹⁸¹ Sobre a relação entre o capitalismo e a cultura, Jameson (2006) é uma das maiores referências sobre o assunto, pois, para o crítico literário norte-americano, a nova fase do capitalismo, que o autor chama de pós-modernidade, é marcada pela transformação dos objetos simbólicos e culturais em produtos para o mercado. Cf. JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

¹⁸² Entrevista concedida ao Jornal Globo portal G1 SE <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/01/30/sao-cristovao-lanca-calendario-turistico-e-cultural.ghtml>. Acessado em 02 de março de 2019.



Figura 19: Calendário Turístico e Cultural

Fonte: Prefeitura Municipal de S. Cristóvão, 2018.

A figura acima é rica em símbolos que pode ser analisada a partir de um estudo sobre a imagem¹⁸³ construída pela campanha publicitária dos produtores culturais da cidade. A peça publicitária lançada pela prefeitura municipal é carregada de simbologia de modo que é possível fazer uma leitura dos objetivos de uma campanha turística. A começar pela *logomarca* da cidade que diz: “São Cristóvão, a Cidade Mãe de Sergipe”, ou seja, na *marca*

¹⁸³ A produção da imagem de uma cidade pode ser explorada por dois vieses: Primeiramente numa perspectiva sociológica como fez a pesquisadora Sánchez em suas pesquisas sobre *A reinvenção das cidades*. E, segundo, numa concepção consagrada no campo do urbanismo tendo sido realizada por Lynch (2014) na obra *A imagem da cidade*. Para os objetivos desta tese, a ideia de que **imagem** é uma “construção” para a promoção das cidades, vai ao encontro do interesse da pesquisa em querer evidenciar a relação entre a construção de uma imagem de turística e o patrimônio cultura-ambiental. Para melhor compreender o conceito de **imaginabilidade** desenvolvido por Lynch (2104) ver: *A Imagem de Cidade*. Lisboa: Edições 70, 2014.

da cidade há algo de ‘**mito fundador**’ no sentido de dizer a história de Sergipe começou em São Cristóvão¹⁸⁴.

A peça publicitária é emblemática uma vez que transmite uma imagem de cidade histórica ao mesmo tempo integrada ao verde de sua natureza. Como se pode observar na figura, a Praça São Francisco – Patrimônio Mundial – está, simbolicamente, interagindo com as colinas e os rios que fazem referência à riqueza natural do município. Numa só imagem, é construída a relação entre cultura e natureza através do monumento histórico (a Praça São Francisco) e o patrimônio natural do município. Ainda que o turismo estimulado na peça publicitária seja de caráter cultural, o *verde* aqui apresentado visa agregar valor ao turismo cultural uma vez que a temática ambiental é considerada um bom marketing.

Situação um pouco diferente de São Cristóvão é a cidade de Olinda, pois, enquanto a cidade sergipana objetiva se tornar um destino turístico, investido numa campanha publicitária para a “promoção da cidade”, a cidade pernambucana já tem uma inserção no circuito turístico. O *city marketing* de Olinda, para usar a expressão da literatura sociológica, foi sendo construída ao longo do tempo. A visibilidade de Olinda tem a ver com o carnaval reconhecido pelas práticas do Iphan como patrimônio cultural imaterial.

Neste caso, a manifestação carnavalesca realizada em Olinda é compartilhada com a cidade do Recife onde o *frevo* tornou-se um gênero musical vivenciado por ambas as cidades deste o século XIX. Como foi visto no terceiro capítulo da tese, o patrimônio cultural imaterial pertence ao denominado Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial de 2000. De modo que foi inscrito no Livro de Registro de Formas de Expressão em 2007¹⁸⁵. Em 2012, a Unesco inclui o Recife e Olinda na *Lista Representativa do patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade* considerando-a como expressão artística. Esses reconhecimentos, junto ao título de cidade Patrimônio da Humanidade adquirido em 1982, sem dúvida contribuem para a promoção da cidade de Olinda no circuito de turismo cultural.

Porém, no mapa turístico disponibilizado pela prefeitura da cidade aos visitantes, o turismo cultural e o turismo histórico prevalecem na campanha publicitária realizada pela

¹⁸⁴ Num dos livros mais importantes do urbanismo brasileiro, o autor Nestor Reis, afirma que São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do Brasil. Cf. FILHO, Nestor G. Reis. *A evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

¹⁸⁵ Conforme o parecer técnico do conselho consultivo do Iphan constituído para analisar questões de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Frevo_parecer_conselho_consultivo.pdf Acessado em 15 de março de 2019.

cidade, embora áreas verdes estejam integradas ao centro histórico da cidade. Como pode ser observado na figura abaixo:



Figura 20: Mapa Turístico de Olinda

Fonte: O autor, 2018.

Na figura acima, no centro de informações turísticas da cidade, ocorre aos visitantes a entrega do mapa turístico da cidade. Trata-se de uma peça de publicidade com informações sobre os pontos atrativos a serem visitados pelo turista. A imagem transmite um turismo cultural de viés histórico e, sobretudo, religioso, já que as igrejas prevalecem como pontos de visitação turística.

No caso específico de Olinda, a visitação ocorre ao longo de todo o ano, no entanto, a manifestação carnavalesca que lhe rendeu o título de patrimônio cultural imaterial, pode ser percebida, mesmo que se esteja fora do período carnavalesco, na *logomarca* adotada pela prefeitura para divulgação turística. A *marca* “Olinda Turismo” é sutilmente pintada com um colorido que, em Pernambuco, denota a manifestação carnavalesca. Portanto, em Olinda, o profano carnavalesco se imiscui ao sagrado das suas igrejas barrocas.

Ainda fazendo a leitura da simbologia do mapa turístico de Olinda, é possível perceber a existência das áreas verdes no entorno da “cidade alta”, no entanto, embora incluídas visualmente no mapa, tanto o Parque do Carmo quanto o Horto D’el Rey¹⁸⁶, não estão inclusos nos pontos de visitação. Porém, em Olinda, há espaço para integrar no turismo da cidade, cultura e natureza uma vez que seu centro histórico possui resquícios de áreas verdes.

Analisando o tratamento que a indústria do turismo tem concedido às cidades históricas abordadas, pode-se dizer que: a peça publicitária de São Cristóvão integra cultura e natureza ao informar, em seu *folder*, que a cidade possui um patrimônio cultural e natural. Portanto uma paisagem cultural é simbolicamente transmitida na publicidade, entretanto, o turismo do qual deseja fazer parte é o turismo cultural. Ou melhor, o *turismo cultural religioso*, cuja presença da Praça São Francisco no “cartaz informativo” representa não apenas o reconhecimento da Unesco quando a tornou Patrimônio Mundial. Mas, também, é uma representação de um espaço utilizado para a *Procissão do Nosso Senhor dos Passos* uma manifestação religiosa¹⁸⁷ salvaguarda como bem cultural pelo Estado. Em São Cristóvão, a cultura material edificada, a cultura imaterial e as áreas verdes de seu município integram uma paisagem ainda muito pouco explorada se quer pelo turismo.

Já em relação a Olinda, o mapa turístico, como objeto de informação publicitária, explora aquilo que tornou a cidade de Olinda muito conhecida, isto é, a visitação as suas igrejas barrocas. Tanto que no mapa, ocorre a predominância deste ponto turístico. Porém, assim como ocorre com São Cristóvão, Olinda possui em seu município, áreas verdes que não estão incluídas no circuito de visitação da cidade. Um parque público e um horto botânico (este de propriedade privada) integram a paisagem urbana da cidade, mas que, aparentemente, estão dissociados de uma política integradora que possa considerar cultura e natureza como um só patrimônio.

Como são duas cidades que estão projetando suas imagens, logo pode-se dizer que tais imagens estão sendo construídas. Ou estariam sendo “reinventadas” pelo discurso turístico?

¹⁸⁶ O Horto D’el Rey não é um espaço público, embora compreende 14 hectares de Mata Atlântica no “coração” do centro histórico de Olinda, este que é considerando um dos mais antigos jardins botânicos do Brasil, é de propriedade privada.

¹⁸⁷ A procissão de nosso senhor dos passos, se inscreve num turismo cultural religioso denominado de romaria. As romarias devem ser interpretadas, do ponto de vista antropológico, como manifestação da cultura popular. Ele abarca uma rede de significados que acabam por integrar uma paisagem por integrar locais de devoção a rotas de peregrinação, possibilitando aos praticantes dessas festas religiosas, encontros onde é possível o compartilhamento de experiências pessoais. Sobre este assunto Cf. LEITE, Liliana. *Cultura, religiosidade popular e romarias: expressões do patrimônio imaterial*. In: MARTINS, Clerton. *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca Editora, 2006.

Enfim, a verdade é que o turismo – seja ele cultural ou ecológico – produz uma linguagem ancorada nos princípios do mercado. Por isso que a publicidade e o marketing são suas principais porta-vozes. No entanto, esta linguagem não pode ser tratada como desinteressada, segundo Baudrillard:

A publicidade tem por tarefa divulgar as características deste ou daquele produto e promover-lhe a venda. Em função objetiva permanece em princípio sua função primordial. Da informação a publicidade passou à persuasão, depois à “persuasão clandestina” que visa agora a um consumo dirigido: tem-se ficado muito amedrontado ante a ameaça de um condicionamento totalitário do homem e de suas necessidades (BAUDRILLARD, 2009, p. 174).

Nesta citação, Baudrillard analisa os imperativos de uma campanha publicitária e seu poder de persuasão ao consumidor. Portanto, é preciso pensar nas peças e nas campanhas publicitárias que são veiculadas nas *mídias* como uma linguagem persuasiva. Baudrillard fala em condicionamento totalitário e em consumo dirigido para os casos de publicidade mais agressiva. Porém, este não é o caso de São Cristóvão e Olinda, no entanto, é inegável o uso da linguagem publicitária para inserir as cidades num circuito cada vez mais industrializado que é o setor turístico.

Em outra passagem do seu livro, a “marca” é analisada como um “[...] conceito cardeal da publicidade” a ponto de “chegar a substituir a coisa” (BAUDRILLARD, 2009, p. 199). A marca simboliza a competitividade que caracteriza um segmento do mercado. Neste caso, as *logomarcas* que são produzidas transmitem um sentido ao competitivo mercado de turismo cultural brasileiro. No caso das cidades históricas abordadas até aqui, o *discurso* publicitário, às vezes constrói uma imagem que não corresponde à realidade, mas que visa suscitar um desejo naquele que consome a imagem. As imagens publicitárias analisadas em São Cristóvão e em Olinda transmitem uma cidade harmônica do ponto de vista da dimensão cultural e da dimensão ambiental como se estivessem integradas e em interação.

Em se tratando de turismo, outro tema importante é o uso do planejamento urbano. Já abordado em outra oportunidade nesta tese, o planejamento urbano ao qual se refere neste subtítulo é o planejamento de tipo sustentável para áreas de turismo ecológico ou turismo cultural. Se numa cidade “comum” o planejamento urbano precisa levar em conta toda a mobilidade e circulação no espaço urbano, numa cidade histórica com seu conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico tombado, o plano urbano deverá ser ainda mais imprescindível.

Como as cidades de São Cristóvão e Olinda estão com os seus centros históricos situados em lugares com relativa existência de áreas verdes, tais cidades são compreendidas como áreas urbanas cujo patrimônio histórico está envolto de áreas verdes, de modo que o valor paisagístico integra o conjunto tombado. Trata-se, numa visão mais recente da preservação, em cidades históricas com rico *patrimônio ambiental urbano*¹⁸⁸. Este conceito, trabalhado em outro capítulo desta tese (vide quarto capítulo), serve para indicar a visão integradora que um planejamento deve considerar a fim de aproximar todos os aspectos que configuram uma cidade. Conforme Yázigi (1999, p.138) patrimônio ambiental urbano consiste:

Um monumento isolado, de significado autônomo, mostrou-se muito longe de contribuir para uma verdadeira consciência histórica que é o grande vértice da preservação da paisagem. A este novo conceito consagrou-se a expressão *patrimônio ambiental urbano*: seja, o conjunto de elementos arquitetônicos, adornos, equipamentos, símbolos, espaços livres, espécies naturais, graças a seus valores históricos, sociais, culturais, técnicos, formais e efetivos em suas múltiplas interrelações. É justamente isto que vem sendo destruído, ao lado de grandes paisagens naturais (YÁZIGI, 1999, p.138).

Portanto, ainda que aborde a depredação do patrimônio ambiental urbano, Yázigi (1999), nos apresenta um importante conceito de patrimônio ambiental urbano. Embora seja uma categoria muito recente, não resta dúvida de que esta noção de patrimônio converge para as características das cidades históricas em estudo. São Cristóvão e Olinda possuem todos os elementos evidenciados na menção feita ao conceito de patrimônio ambiental urbano. No entanto, como estamos vendo ao longo do texto, as ações patrimoniais que visam integrar de todos os aspectos da cidade, continuam ainda muito tímidos.

Os programas de preservação citados nesta pesquisa, e aplicados nas cidades em questão, não contemplaram em suas diretrizes, intervenções urbanas que pudessem considerar a cidade em sua forma integrada. Ainda que mencionem o planejamento para as cidades históricas, os programas persistem em tratar a preservação como ações de restauração dos imóveis tombados.

Referência em assunto sobre planejamento sustentável em áreas de turismo ecológico e turismo cultural, Ruschmann (1997) elenca uma série de impactos negativos¹⁸⁹ que uma

¹⁸⁸ Como já foi mencionado no quarto capítulo da tese, o conceito de *patrimônio ambiental urbano*, do ponto de vista das cartas patrimoniais, apareceu com a publicação da **Declaração de Amsterdã** em 1975.

¹⁸⁹ O autor cita os impactos negativos mais comuns nas áreas de preservação: acúmulo de lixo, poluição sonora e ambiental, desmatamento, descaracterização da paisagem, descaracterização das tradições culturais, inflação dos

área de preservação (cultural ou ambiental) pode sofrer em decorrência da falta de um planejamento eficiente. Conforme ressalta a pesquisadora (1997, p. 87), o planejamento consiste em:

Planejar e desenvolver os espaços e as atividades que atendam aos anseios das populações locais e dos turistas constitui a meta dos poderes públicos que, para implantá-los veem-se diante de dois objetivos conflitantes: o primeiro, que é o de prover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possível, contrapõe-se ao segundo, de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades.

Trata-se de uma visão integradora do patrimônio, levando em conta a população local¹⁹⁰, o visitante turista e os comportamentos de lazer ou fruição, que uma cidade pode oferta ao seu habitante local e / ou ao visitante turista. Porém, evitar que o patrimônio natural e o patrimônio cultural sejam descaracterizados é função dos poderes públicos. Para isto, um planejamento eficiente é fundamental para este fim. Assim, cidades que possuem um *patrimônio ambiental urbano* devem considerar no seu planejamento as interrelações que configuram uma área urbana com riqueza cultural e ambiental.

preços das mercadorias, migração, etc. Cf. RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas (SP): Papirus Editora, 1997.

¹⁹⁰ Esta questão é fundamental, pois as cidades históricas devem ser interpretadas como um **lugar** no sentido antropológico do termo, ou seja, carregado de simbolismo e identidade cultural. Ao planejar uma cidade para o turismo pensando exclusivamente no visitante, o lugar se transforma num **não-lugar** para usar a expressão de Augé (2007). O antropólogo pesquisa como os espaços na globalização são planejados para serem de passagens. Os lugares se tornam “corredores” de trânsito de indivíduos sem vínculo com o lugar. Uma cidade histórica é, acima de tudo, um lugar antropológico, de modo que a *turistificação* do lugar pode transformá-lo num ambiente de viagem, de compra e de passagem. Cf. AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira – Campinas, SP: Papirus, 1994.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no primeiro capítulo, o patrimônio é uma ideia construída socialmente num dado contexto, o que acaba contribuindo na revelação de um traço cultural de um determinado tempo histórico. A chamada consciência patrimonial surgida na modernidade é suficientemente capaz de explicar uma época em que ocorreram transformações na forma de perceber as heranças do passado. Marco importante na história do patrimônio, a *revolução francesa*, como visto no segundo capítulo, é um divisor de águas no que entendemos por patrimônio no campo cultural. Aliás, na França pós-revolução, a noção de patrimônio esteve restrita a concepção de monumento histórico. Porém, importante ressaltar o papel do discurso nacionalista que foi atribuído ao bem patrimonial, já que a França estava sendo construída como nação.

Da mesma forma que ocorreu com os ideais da Revolução Francesa, a ideia de patrimônio expandiu por toda a Europa, na medida em que a urbanização e a industrialização se constituíam como grande ameaça para a memória coletiva. A memória é associada ao patrimônio que por ser traduzida como *herança*, logo, passou a ser interpretada como um legado comum, com forte discurso organizador da sociedade através do poder político do Estado.

No entanto, diferente do que aconteceu na Europa, a América foi introduzida na modernidade sem vivenciar a experiência do patrimônio cultural dos países europeus. Mais jovem, os países americanos, sobretudo os Estados Unidos, entraram na modernidade em termos de preservação patrimonial considerando aquilo que já não mais existia com abundância na Europa: o meio natural. Os artefatos históricos das “velhas” cidades europeias estavam sendo objetos de culto, por outro lado, nos Estados Unidos, o culto era ao patrimônio natural e os templos deste culto eram os parques nacionais. Como ocorreu no “velho continente”, a política patrimonial dos Estados Unidos instrumentalizou o discurso patrimonial a fim de consolidar o Estado nacional e construir uma identidade nacional.

Diante desta síntese referente ao segundo capítulo da tese, o caso brasileiro reproduziu os modelos de *patrimonialização* tanto no aspecto do patrimônio cultural quanto no aspecto do patrimônio natural. A necessidade de construir uma identidade nacional no Brasil possibilitou a institucionalização de um órgão cuja competência seria de atuar em todo o espaço nacional determinando o que seria merecedor do título de patrimônio. Os critérios

adotados para patrimonializar os monumentos históricos e naturais foram de relevância nacional. O patrimônio passou a comunicar uma mensagem de identidade nacional, desde que tivesse vinculação com algo de glorioso no passado da história brasileira.

Esta ideia de patrimônio pertence a uma forma de pensamento que retrata fielmente um tempo histórico denominado de *modernidade* pelos especialistas. A mudança no campo patrimonial tem vivido transformações desde que a modernidade entrou em crise (vide o terceiro capítulo), com a entrada de novos atores sociais indiferentes à identidade abstrata e padronizadora como é o caso da identidade nacional. O multiculturalismo, legado do chamado tempos “pós-modernos”, fez ecoar vozes múltiplas que reivindicam reconhecimentos identitários nos mais diferentes aspectos da cultura popular. Uma verdadeira polifonia passou a se constituir este período de crise moderna.

Novas condições devem ser consideradas neste contexto de mudança de paradigma, como por exemplo, o ascendente e não menos contundente discurso ambiental. A força do movimento ambiental pode ser avaliada pela repercussão que o discurso gerou no campo patrimonial desde a *carta patrimonial* de Veneza em 1964 até os dias atuais. No campo da preservação patrimonial o processo de “*ambientalização*” do patrimônio cultural ganhou vulto à medida que as instituições oficiais decidiam não mais considerar o bem patrimonial como um monumento histórico isolado. Muito pelo contrário, começava a ser disseminada a ideia de que os monumentos históricos estão inseridos num meio, ou seja, num ambiente. Expressões como *ambiência* passou a ser sinônima de entorno ou envoltório, termos usados para designar uma relação entre o artefato histórico e o lugar ou se encontra introduzido.

As práticas institucionais no Brasil foram adaptando as novas concepções de preservação considerando a abordagem ambiental no campo patrimonial. ‘De lá para cá’, o órgão competente para salvaguardar o patrimônio cultural instituiu novas categorias de preservação, como o *Registro Cultural* para os bens intangíveis e a *Chancela* no caso das paisagens culturais. O discurso ambiental havia sido assimilado nas políticas patrimoniais contribuindo para importantes mudanças.

A conclusão que se pode chegar, *a priori*, sobre a exposição realizada acima é que o campo patrimonial não é estático e que muitas mudanças nas práticas institucionais vêm ocorrendo em virtude dos desafios impostos pela contemporaneidade. No entanto, as demandas sociais e as reivindicações da sociedade organizada não são assimiladas na mesma velocidade pelos agentes sociais institucionais. Ainda que mudanças tenham acontecido, a

pesquisa mostrou o quão lenta podem ser interpretadas as mudanças se compararmos com as exigências dos grupos culturais.

Os agentes públicos agem num tempo próprio que decorre das velhas estruturas burocráticas de poder muitas vezes incompatíveis com as demandas apresentadas pela sociedade. Em razão da política patrimonial no Brasil ter priorizado a cultural material (edificado), a diversidade de profissionais em outras áreas do conhecimento ainda é muito insignificante para realizar mudanças substanciais nas práticas patrimoniais. O tempo para que os órgãos oficiais levam para o desfecho de um processo de tombamento ou de registro cultural é considerado demorado como apontou a pesquisa.

Outro problema identificado na pesquisa diz respeito à maneira como os agentes institucionais responsáveis pela preservação cultural percebem a questão ambiental na política patrimonial. Os exemplos que foram concebidos ao longo da tese mostram que embora a temática ambiental esteja sendo refletida no campo da preservação patrimonial, as aproximações são tensas uma vez que o meio ambiente seja urbano ou natural é entendido pelos peritos culturais como um cenário que dá suporte ao patrimônio edificado. O meio natural é tratado como um apêndice do monumento histórico.

Essa postura que ainda persiste, ainda que tenha havido importantes avanços, é reveladora de alguns conceitos enraizados no imaginário coletivo dos formuladores e aplicadores das políticas públicas no Brasil. Neste caso, revela que os conceitos estão presos ao período da modernidade em que cultura e natureza eram vistos e tratados de maneira isolada. A integração entre cultura e natureza (ambiente) proposta pela pesquisa, tem trilhado um caminho lento se considerarmos, por exemplo, que a chancela da paisagem cultural, que foi elevada a categoria patrimonial pela Unesco em 1992 na Conferência Rio 92, somente em 2009, através de uma portaria, foi instituída no Brasil com muito pouca efetividade.

Na política patrimonial o meio ambiente ainda é abordado como algo secundário, ou melhor, um coadjuvante diante do protagonismo que o patrimônio cultural (edificações históricas, monumento históricos e artísticos) possui. É sempre bom lembrar que quando se usa o termo integração numa política de preservação, não poder haver hierarquização entre cultura e natureza, pois os resultados podem ser tão danosos quanto o comportamento de dissociá-los. É preciso que os atores sociais institucionais percebam o *valor ambiental* em si do meio natural no qual o patrimônio está inserido, entendendo-o não como uma moldura ou cenário, mas como condição sem a qual o artefato seja material ou imaterial não haveria

surgido. A natureza é fonte de inspiração para a cultural como a consulta às fontes bibliográficas mostraram ao longo da pesquisa.

Outro aspecto importante evidenciado pela pesquisa se constitui na relação com modelo de desenvolvimento econômico e social propostos pelos programas de preservação patrimonial. O primeiro grande programa voltado para as cidades históricas foi o *Programa das Cidades Históricas* (PCH) formalizado em 1973 e que apresentou, dentre outras recomendações, o turismo cultural como solução para a revitalização dos centros históricos nas grandes metrópoles e cidades de médio e pequeno porte tombadas pelo Iphan. Na avaliação dos atores sociais envolvidos àquela época, os núcleos históricos poderiam ser transformados em polos de atração turística de tão modo que traria benefício para as cidades visitadas. Sem contar que o programa de preservação requalificaria os centros históricos, contribuindo para a preservação.

Embora a ideia fosse muito boa, os atores sociais envolvidos não ponderaram as consequências dessa política pública. As intervenções urbanas resultaram em processos de *gentrificação* em muitas cidades que foram contempladas com o programa. O projeto ficou muito restrito a preservação do patrimônio material sem levar em consideração o patrimônio intangível de cidades históricas com tradições populares. Os programas de preservação, o PCH nos anos 70 e o Monumenta nos anos 90, foram conservadores no que diz respeito ao meio ambiente, ou seja, praticamente o ignoraram de suas diretrizes ações que pudessem considerada uma preservação integradora entre a cultura e se ambiente.

O PCH, como ficou claro no quinto capítulo, teve, inicialmente, a missão de implantar, o turismo cultural nas cidades possuidoras de núcleos históricos no Nordeste, para só então, muito tempo depois expandir-se para outras regiões. O programa, enquanto resposta do governo federal, atendeu à uma solicitação dos governadores dos Estados nordestinos que reivindicavam um projeto de desenvolvimento para a região, incentivando, assim, a exploração o turismo cultural. Este “movimento” ficou conhecido como *compromisso de Brasília*.

Num tempo de expansão da indústria do turismo, sobretudo o turismo de massa, e na esteira da carta patrimonial de Quito – As Normas de Quito – de 1967, os agentes públicos formuladores das políticas culturais, naquele instante, decidiram por transformar o patrimônio cultural numa mercadoria a ponto de estabelecer o que deveria ser preservado ou não de

acordo com o que seria atrativo turisticamente. O valor utilitário acabou por prevalecer sobre os bens culturais.

Numa perspectiva comparada, o Programa Monumenta (1995) foi implantado quase duas décadas depois, um intervalo significativo para um estudo comparativo. E nesta comparação, foi percebida a introdução de uma terminologia que inexistia no programa dos anos 70: *sustentabilidade urbana*. Muito em razão das discussões em torno da noção de desenvolvimento sustentável que somente apareceria em 1987 com o advento do relatório *Nosso Futuro Comum*. O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido bastante criticado em razão da banalização do seu uso de modo que atualmente encontra-se esvaziado de sentido. No Programa Monumenta, em suas diretrizes, o termo *sustentabilidade* é apropriado a fim de abordar um tipo de desenvolvimento econômico e social em que as intervenções nos centros históricos são capazes de promover a longo tempo.

O uso indiscriminado da terminologia e o esvaziamento de sentido que grassou nos últimos anos, demonstra claramente uma falta de maturidade institucional em compreender a essência do termo. Tão importante para as pretensões futuras de uma política preservacionista que integre meio ambiente ao campo patrimonial, a sustentabilidade, de acordo com a literatura específica, parte do todo em detrimento das partes. Neste caso, o todo significa ver natureza e cultura imbricadas numa só ideia de desenvolvimento e não compartimentados em esferas “engessadas”.

Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que os programas analisados repetem os equívocos do passado e não leva em conta, por exemplo, que a *gentrificação* que as intervenções urbanas podem provocar em centros históricos revitalizados, uma vez que geram a expulsão dos antigos moradores dos núcleos históricos visando tornar o sítio cultural tombado num lugar “*turistificado*”.

A pesquisa realizada indicou uma preocupação acerca do entendimento dos termos utilizados sem que tenha da parte dos atores sociais tomadores de decisão a dimensão do sentido dos conceitos. A ação de uma política patrimonial integrada ainda esta longe de ser a ideal já que as intervenções urbanas apenas se restringem aos núcleos históricos, quando não apenas a um monumento histórico. A noção de um planejamento urbano sustentável em que se leve em conta todo o espaço urbano é uma utopia. Embora o Estatuto das Cidades (2001) verse sobre as funções da cidade e dos instrumentos para reordenar o espaço urbano, a cidade

é vista como partes isoladas que não integram o todo. A intervenção de um centro histórico precisa ser acompanhada de um planejamento que considere toda a cidade.

O mesmo precisa ser dito em relação ao meio ambiente. Desde a instituição dos órgãos ambientais no Brasil, a atribuição do Iphan a respeito do patrimônio natural passou paulatinamente para as mãos dos órgãos ambientais – o IBAMA, por exemplo. E, como resultado do pouco diálogo entre os dois campos, conserva-se as estruturas de dissociação entre a dimensão ambiental e a dimensão cultural; vistos no segundo capítulo. Seria, portanto, um legado da modernidade? Tratado nesta tese como período “forjador” de uma *polarização* entre as áreas da natureza e da cultura. Porém, é preciso ressaltar, como apontou a pesquisa, que os dois campos se aproximaram a partir a incorporação do *licenciamento ambiental* adotado pelas práticas institucionais do Iphan, como foi abordado no quarto capítulo desta tese. Dependendo da atividade de preservação do Iphan (em geral atividades arqueológicas), a avaliação do impacto ambiental é fundamental para que o Iphan prossiga em seus trabalhos de preservação.

Entretanto, de modo em geral, a pesquisa revelou que as intervenções das políticas patrimoniais nos lugares onde que prevalece é o meio natural, as ações dos programas inexistem, pois, suas diretrizes contemplam apenas os ambientes construídos. E mesmo no denominado *ambiente urbano construído*, isto é, onde há o *patrimônio ambiental urbano*, as áreas verdes que interagem com os monumentos históricos, tem recebido pouca atenção pelos programas de preservação. A postura dos formuladores das políticas preservacionistas, analisado através da pesquisa dos dois programas (PCH e Monumenta), pode ser considerada conservadora, ainda que, no caso do Programa Monumenta, tem sido alocado recursos para o patrimônio imaterial.

Deste modo, mesmo considerando que as cartas patrimoniais, mencionadas em todo o corpo da tese, tenham avançado no sentido de aproximar os campos da cultura e do meio ambiente quando o assunto é preservação, mesmo assim, os projetos de política patrimonial continuam reforçando a dicotomia entre patrimônio cultural e meio ambiente, de modo que o verde continua sendo interpretado como uma moldura do bem patrimonializado. Ou seja, permanece o estereótipo de natureza como cenário para as cidades históricas.

À luz do que se deparou na pesquisa documental, as políticas públicas na área patrimonial não estão na mesma “sintonia” com as cartas patrimoniais ou com a literatura especializada que aborda cultura e natureza como unidades interativas. Porém, como vimos

no subtítulo dedicado ao turismo cultural, a opção dos agentes públicos foi de atrelar o monumento preservado ao valor de mercado que ele pode oferecer ao visitante turista. Ou seja, as políticas públicas, e neste tocante tanto o PCH quanto o Monumenta são semelhantes, visaram transformar o patrimônio num meio de desenvolvimento econômico sem levar em consideração a cidade como um todo. A *gentrificação*, como foi abordada na pesquisa, é justamente o descaso das políticas preservacionistas em relação à população residente dos centros históricos que foram sendo expulsas – “sutilmente” – das áreas *turistificadas*. Se por um lado as Normas de Quito (1967), como carta patrimonial publicada na América Latina, recomendavam aos países signatários da OEA acerca do uso turístico do patrimônio, por outro lado havia recomendações para que a população residente fosse contemplada pelas políticas urbanas, pois a cidade deveria ser vista como um conjunto integrado.

Porém, como foi apontado criticamente no quinto capítulo, o patrimônio cultural, como uma política urbana, na contemporaneidade, tem sido instrumentalizada para atender as necessidades do atual estágio do capitalismo, ou, para usar os termos conceituais de Jameson, da *lógica cultural do capitalismo*, cuja fase hoje tem sido de transformar a cultura numa mercadoria. E, para isso, o turismo cultura tem se apropriado bem, inflacionando os preços dos serviços nos centros históricos, atendendo as agências de viagem e mercantilizando a memória patrimonializada. Neste cenário, a natureza nas cidades patrimônios se configura apenas como um adereço que agrega sedução a imagem do turismo cultural, cujas cidades são submetidas ao discurso publicitário.

Se o atual contexto do patrimônio cultural é de apropriação ao discurso do mercado, no passado, como vimos no segundo capítulo, seu uso era político uma vez que estava a modernidade preso ao contexto da formação dos Estados Nacionais. Porém, se na modernidade a preocupação era instrumentalizar o patrimônio cultural (no caso europeu) e o patrimônio natural (no caso dos Estados Unidos) para fins de construir uma identidade nacional, na crise da modernidade, prevaleceu o discurso do uso econômico da cultura e da natureza, patrimonializados e postos à serviço da visitação predatória.

E, ainda que a “crise” da modernidade tenha possibilitado o avanço na compreensão de um sentido mais amplo da cultura como um patrimônio, não apenas a serviço de uma identidade nacional. Ainda que o curso da contemporaneidade tenha nos apresentado a existências de *cultural híbridas* e diversidade identitária no campo cultural, mesmo assim, as grandes políticas estratégicas de desenvolvimento (PCH / Monumenta), privilegia o econômico em detrimentos das outras áreas.

O mesmo pode ser dito do campo ambiental, pois, assim como aconteceu no campo cultura, a natureza foi patrimonializada ainda na modernidade a partir da formulação dos parques nacionais, como vimos no segundo capítulo. Porém, com a ruptura da moderna o modelo de parque nacional e seu ideal de intocabilidade foram expostos, de modo que o grande avanço do nosso tempo, em se tratando de “consciência ambiental”, foi conceber o homem como parte da natureza. Entre as duas correntes ambientalistas, os *conservacionistas* prevaleceram em relação aos *preservacionistas*, os limites do crescimento demográfico e econômico foram tornados públicos pela ciência e os movimentos ambientais cresceram. Mesmo assim, a natureza somente é lembrada em razão de quanto ela pode valer economicamente. Ou, no caso específico do objeto de estudo desta tese, a natureza é lembrada como um envoltório (um entorno) que moldura, servindo de cenário para o patrimônio edificado, isto quando é lembrado.

Não obstante, devemos, por dever de ofício, lembrar o papel da educação neste estudo como uma possível saída. O Iphan possui programa de educação patrimonial desde 1983, quando foi promovido o *Primeiro Seminário sobre o Uso de Museus e Monumentos* na cidade fluminense de Petrópolis, na ocasião, a noção de educação patrimonial foi usada pela primeira vez inspirado no modelo inglês *Heritage Education*. Dos anos de 1980 em diante, muitos guias de educação (cartilhas) foram desenvolvidos com o fito de sensibilizar e conscientizar os cidadãos das cidades tombadas acerca da importância da preservação. Rever os parâmetros da educação patrimonial aproximando-a de uma educação ambiental seria um princípio de mudança para que a sociedade refletisse sobre a junção de cultura e natureza?

Porém, no extenso banco de dados do IPHAN onde está disponível este material (Guia Patrimonial – cartilhas de educação) nenhuma proposta de educacional patrimonial leva em conta a relação entre patrimônio cultural e o meio natural. A educação patrimonial é uma salutar investida a se fazer desde que o conceito de integração cultural e natural esteja presente como dimensões interativas e não antagônicas.

O patrimônio deve ser tratado como um uma força organizadora da sociedade. Em cidades históricas tombadas de pequeno e médio porte, o patrimônio é identidade, representa a paisagem e a imagem de uma comunidade, ordena o espaço da cidade, é lugar de manifestações tradicionais e religiosas e, claro, centro de atração turística. Portanto, deve ser tratado como um todo organizador de um grupo social (sociedade ou comunidade).

Não obstante, a tese argumenta em favor de uma política patrimonial que seja integradora, que os formuladores de políticas públicas reconheçam a interdependência interativa das duas categorias (natureza e cultura) responsáveis por configurar uma cidade que foi justamente tombada pelos seus valores “arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos”. Porém, como já foi bastante enfatizado, o valor utilitário do turismo cultural não pode ser o fio condutor dessas cidades, muito pelo contrário, a cidade pertence aos seus habitantes. A cidade deve, portanto, ser planejada e pensada para seus habitantes.

Os programas futuros devem pensar nas particularidades dessas cidades, uma vez que o estudo comparativo entre Olinda (PE) e São Cristóvão (SE) apontou para diferentes resultados quando da aplicação dos projetos de preservação. Ainda que as políticas públicas procurassem padronizar os cenários turísticos, as cidades possuem particularidades que explicam o porquê, por exemplo, da cidade de Olinda ter realizado um percurso diferente do vivido por São Cristóvão nessas décadas de “pregação” de turismo cultural.

Como se trata de uma pesquisa que procurou, desde o início, refletir de maneira analítica os usos da questão ambiental no campo patrimonial, considerando as práticas institucionais no Brasil, este estudo científico visa não apenas evidenciar um tema meramente de forma acadêmica, mas, quem sabe, contribuir para um entendimento acerca da política patrimonial na região.

Sobretudo porque ao longo do curso da pesquisa, algumas verdades foram sendo reveladas quanto ao ‘caráter’ do patrimônio cultural no Brasil. **Primeiro:** o patrimônio é uma das principais formas de memória coletiva de uma sociedade, sem a qual a identidade cultural estaria sob o risco de desaparecimento. **Segundo:** o patrimônio não é padronizado. As políticas patrimoniais insistem na preservação levando em conta única e exclusivamente seu “valor de identidade nacional”. Ainda que seja muito importante a identidade nacional, mas há bens patrimoniais que não estão vinculados ao ideário nacionalista e que precisam ser preservados.

Terceiro: a pesquisa nos ensinou que as discussões internacionais materializadas nas cartas patrimoniais e que a produção do conhecimento sobre novas práticas patrimoniais, não são acompanhadas pelos agentes públicos institucionais. Os programas analisados e o estudo de campo evidenciaram que o poder público concebe cultura e natureza como instâncias separadas e sem relações de dependência.

Quarta lição que a pesquisa transmitiu: as cidades históricas tombadas são associadas ao turismo cultural. E que este tipo de atividade é a chave para o desenvolvimento para a cidade, desde que este turismo seja atrativo. Assim, tem mostrado, inclusive, a literatura sobre a política urbana em centros históricos.

A **quinta** passada pela pesquisa é a principal por se tratar do objeto de estudo. Ou seja, de que o meio ambiente, não passa de uma moldura que destaca o monumento tombado. A dissociação entre ambas fica clara quando analisamos a trajetória do órgão Iphan ao longo de seus 80 anos de história. Embora o valor paisagístico faça parte do livro de tombo da instituição, desde que as cartas patrimoniais passaram a “flertar” com a integração entre a natureza e a cultura (a partir dos anos 1960), os projetos estratégicos de desenvolvimento (PCH e Monumenta, por exemplo), se revelaram conservadores.

Projetos *desenvolvimentistas* que viam no patrimônio uma possibilidade de crescimento econômico, inclusão social, geração de renda, visibilidade cultural, etc. Mas, incapaz de ver o patrimônio associado ao meio natural a qual está vinculado. Incapaz de ver o patrimônio cultural moldado pelas condições físicas que a natureza impôs a essas cidades que foram erguidas, a grande maioria, no período colonial, condicionadas pela geografia local.

Dito isto, nota-se que a incorporação do ambiental na política patrimonial ainda é muito tímida, tendo em vista os dados estudados pela pesquisa. Numa pesquisa onde nos propusemos a analisar o que poderia ser uma “*entrada*” triunfante da temática ambiental no campo do patrimonial cultural, vimos que os grandes projetos estratégicos implantados ainda conservam a restauração do patrimônio edificado como política de preservação. Porém, como diz o título desta tese, é preciso pensar **para o além da pedra e cal**, é necessário “*esverdear*” o campo patrimonial.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, M^a E. Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ADORNO e HORKEIMER, Theodor e Max. **A dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ALIER, Joan M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2012
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ARGAN, Giulio. **História da Arte: como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução Maria Lúcia Pereira – Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- BACON, Francis. **Nova Atlântida**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21**. São Paulo: Papirus, 2011.
- BARRETO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. **História Compara**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Tradução de Zulmira R. Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 8 ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2015.

BERQUE, Augustin. *Thinking Through Landscape*. Ear Thscan from Routledge. London and New York, 2013.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília: DF – IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Available from Scielo Books.

BRAGA, Vanuza Moreira. Relíquia e esperança: Ouro Preto e as políticas de preservação do patrimônio no Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Memória e identidade nacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 18 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Controladoria Geral da União**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/06/cgu-avalia-programa-de-preservacao-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional> Acessado em 22 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Convenção sobre a Diversidade Biológica**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

BRASIL. **ICMbio: Instituto Chico Mendes**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parquenacionaldatijuca> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/olinda/panorama>. Acessado em 16 de novembro de 2018.

BRASIL. **Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf> Acessado em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acessado 02 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Decreto N° 3.551, de 04 de agosto de 2000.** Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/arquivos/decretos> Acessado 02 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento2.pdf> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei Federal N° 6.938 de 31 de agosto de 1981 Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm . Acessado em 13 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial N° 60, 24 de março de 2015.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_d_e_2015.pdf . Acessado em 17 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Resolução Conama N° 001, 23 de janeiro de 1986.** Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF> . Acessado em 16 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch> Acessado em 04 de janeiro de 2019.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII:** as estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil – dos anos 1930 ao século XXI.** Rio do Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAMARGO, Ana L. de B. **Desenvolvimento Sustentável:** dimensões e desafios. São Paulo: Editora Papiros, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade; tradução Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, M^a E. Beltrão (org's.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CASTELNUOVO, Enrico. **Retrato e sociedade na arte italiana: ensaios de história social da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CASTRIOTA, Leonardo. O Registro Cultural e os Desafios do Patrimônio Imaterial. **In: Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte: Annablume, 2009.
- CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2014
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. São Paulo: UNESP, 1994.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 4 ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CHUVA, Márcia R. R. **Por uma história da noção do patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Brasília, nº 34, p. 147-165, 2012.
- CODEPE/FIDEM. **Governo do Estado de Pernambuco**. <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/home>. Acessado em 16 de novembro de 2018.
- CONSIGLIO D'EUROPA. **Convenzione Europea del Paesaggio**. Firenze, 2000,
- CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. **In: Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural 1973/1979**. Brasília, 2012.

COSGROVE, Denis. **Il Paesaggio Palladiano**: la trasformazione geografica e le sue rappresentazioni culturali nell'Italia del XVI secolo. Verona: Cierre Edizioni, 2004.

COSGROVE, Denis. **Realta Sociali e Paesaggio Simbolico**. Milano (IT): Edizione Unicopli, 1997.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. United States of American: The University of Wisconsin Press, 1988.

DEAK, Csaba; SCHILLER, Sueli Ramos. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Ideias letras, 2004.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIOGO, Érica. **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília (DF): Iphan / Programa Monumenta, 2009.

DOUGLA, Mary; WILDAVSKY, Aaron. Risk and Culture: an assy on the selection of technological and environmental dangers. University of California Press: USA, 1982.

DORMAN, Robert L. **A word for nature**: four pioneering environmental advocates, 1845-1913. USA: The University of North Carolina Press, 1998

DOSSE, François. **A história**. São Paulo: EDUSC, 2003.

DRUMMOND, José A. **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

DRUMMOND, José A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2009.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante**: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2011.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUNCAN, James S. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandy kingdom**. New York (USA): Cambridge University Press, 2004.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EMPERAIRE, Laure. **A Biodiversidade Agrícola na Amazônia Brasileira:** recurso e patrimônio. In: Patrimônio Imaterial e Biodiversidade. Brasília (DF): IPHAN, 2005

FILHO, Nestor G. Reis. **A evolução urbana do Brasil.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRANCO, José L. de A; DRUMMOND, José Augusto. **História das preocupações com o mundo natural no Brasil:** da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** 1 ed. 3 reimpressão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GEDDES, Patrick. **Cities in Evolution:** an introduction to the town planning movement. Hard Press Publishing, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda:** discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GUIMARÃES, Rosemeire M^a Antonieta Motta. **Estado e Política Ambiental em Sergipe (1972-2006).** Sergipe: Editora UFS, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade:** Doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa. São Paulo: Martins Fontes, 2002 – (Coleção tópicos)

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail U. Sobra e M^a S. Gonçalves. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER; Tarence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina C. Cavalcante. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER; Tarence (Orgs.). **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução M^a Celia Paoli e Anna M^a Quirino. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOLZER, Werther. In: **Augustin Berque – um trajeto pela paisagem**. Rio de Janeiro: Revista Espaço e Cultura, UERJ, n 17, p.55-65, Jan/Dez, 2004.

ICOMOS. **Comite International de l'ICOMOS sur la preparation aux risques**. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/>. Acessado em 02 de janeiro de 2019.

INFOPATRIMÔNIO. **Patrimônio Cultural Brasileiro – Olinda Centro Histórico**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/olinda-centro-historico/#!/map=38329&loc=-7.998639999999999,-34.845955099999998,17>. Acessado em 15 de dezembro de 2018.

INFOPATRIMÔNIO. **Patrimônio Cultural Brasileiro – Praça São Francisco**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-cristovao-praca-sao-francisco/#!/map=38329&loc=-11.013837999999998,-37.205386,17>. Acessado em 16 de dezembro de 2018.

IPHAN. **Compromisso de Brasília, de abril de 1970**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf> Acessado em 26 de dezembro de 2018.

IPHAN. **Decreto Nº 3551/2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

IPHAN. **Recomendação de Paris**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf> Acessado em 15 de janeiro de 2019.

IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>, acessado em 20 de dezembro de 2018.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/33>. Acessado em 14 de dezembro de 2018.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/> Acessado em 15 de fevereiro de 2019.

IPHAN. **Dossiê Cachoeira de Iauaretê**. Brasília (DF): Iphan, 2007

IPHAN. **Dossiê da Candidatura do Rio de Janeiro a Paisagem Cultural**. Brasília (DF): Iphan, 2012.

IPHAN. **Dossiê de Registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro**. Brasília (DF): IPHAN, 2010.

IPHAN. **Igarassu (PE)**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/350/igarassu> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

IPHAN. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937) . Acessado em 16 de novembro de 2018.

IPHAN, **Penedo (AL)**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/110/penedo> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

IPHAN. **Paraty (RJ): Cultura e Biodiversidade**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/819> Acessado em 04 de janeiro de 2019.

IPHAN. **Parecer N° 026/CR/DPI/IPHAN**. Brasília (DF): IPHAN, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer.pdf> Acessado em 05 de fevereiro de 2019.

IPHAN. **Registro do Frevo / PE a ser inscrito no Livro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural Brasileiro**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Frevo_parecer_conselho_consultivo.pdf Acessado em 15 de março de 2019.

IPHAN. **São Cristóvão (SE)**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/358/saocristovao> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

JACKSON J. B. *et al.* **The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays.** New York (USA): Oxford, 1979.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2011 – (coleção cidades).

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro:** ensaios sobre a globalização. Tradução de M^a Elisa Cevasco e Marcos César de P. Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism** USA: Duke University Press Durham, 2003.

KOYRE, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Tradução Donaldson M. Garschagen – 4^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Do Bom Uso da Natureza:** Para uma filosofia do meio ambiente. 1997. Lisboa (Portugal): Editora Instituto Piaget.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 326.

LEITE, Liliana. *Cultura, religiosidade popular e romarias: expressões do patrimônio imaterial.* In: MARTINS, Clerton. **Patrimônio Cultural:** da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca Editora, 2006.

LEITE, Rogério Proença. **Conta-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2^a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

LEITE, Rogério Proença; SOUZA, Eder Cláudio Malta (Org's). **Cidades e patrimônios culturais:** investigações para a iniciação à pesquisa. São Cristóvão: Editora da UFS, 2013.

- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013 (Coleção Primeiros Passos).
- LOWENTHAL, David. **George Perkins Marsh: prophet of conservation USA**: The University of Washington Press, 2000
- LYNCH, Kevin. **A Imagem de Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olympio, 1988.
- MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional. – 4ª ed. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1973.
- MARTINS, Clerton. **Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca Editora, 2006.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MENESES; Ulpiano T. B. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. São Paulo: I Fórum nacional do Patrimônio Cultural Vol. 1, Conferencia Magna, p.25-39.
- MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**; volume I. São Paulo: Nova Cultura, 1997.
- MUIR John. **Our National Parks**. Cambrigde: The Riverside Press, 1997
- MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.
- OLINDA. **Prefeitura Municipal de Olinda**. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/olinda-em-dados/> Acessado em 08 de janeiro de 2019.
- OLINDA. **Prefeitura Municipal de Olinda. Lei Nº 4.849/92, 23 de junho de 1992**. Olinda (PE), 1992.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: BRUHNS; Heloisa Turini. SERRANO; Célia. PAES-LUCHIARI, Maria Tereza (Orgs.). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

PARENT, Michel. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique**. Unesco, 24 de novembro 1966 – 8 janvier 1967.

PEIXOTO, Sônia L; IRVING, Marta. O conceito de Parque Urbano da Paz. In: CORRÊA, Aureanice de M; COSTA, Laura M. da; BARROS, José Flávio P. (org's.). **A floresta, educação cultura e justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997. POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. Tradução Guilherme João de F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998

QUINTAS, José Silva. Encontros de saberes: o desafio da transformação. In: CORRÊA, Aureanice de M; COSTA, Laura M. da; BARROS, José Flávio P. (org's.). **A floresta, educação cultura e justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

RIBEIRO, L. F; FILHO R. N. de A. *et. al.* **Alterações de paisagens ribeirinhas**: o caso do rio Paramopama, Estado de Sergipe. Revista Floresta. Curitiba: Paraná. Vol. 41, n. 2, abr/jun 2011, p. 221-230.

RIBEIRO, Rafael Walter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução Werner R. Davidsohn, 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODERICK F. Nash. **The Rights of Nature**: a history of environmental ethics. The United States, Yale: The University of Wisconsin Press, 1989.

RODERICK F. Nash. **Wilderness and the American Mind** (EUA: Yale University Press, 2014).

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPAIO, Andrea da R. **Centros Históricos de Bolonha e do Porto**: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo. São Paulo: REVISTA CPC, Nº 23, p. 40-64, jun./jul., 2017.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades**: para um mercado mundial. Chapecó (SC): Editora Argos, 2010.

SANTOS, Antônio C. dos (org.) Natureza, Ciência e Progresso em Bacon. In: **Pensar a (in)sustentabilidade**: desafios à pesquisa. Porto Alegre: Redes, 2010.

SANTOS, Antônio C. dos (Org). Em torno da ética ambiental. In: SANTOS, Antônio C. dos; BECKER, Evaldo (Orgs). **Entre o homem e a natureza**: abordagens teórico-metodológicas. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

SAUER, Carl O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Editora RECORD, 2016.

SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco na lista do Patrimônio Mundial (UNESCO)**. Aracaju: Sergipe, 2009.

SERGIPE. In: **Enciclopédia dos Municípios Sergipanos**. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Aracaju (SE): SEPLAG, 2014, p. 372).

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, Marcelo L. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

STAROBINSKY, Jean. **As Máscaras da Civilização:** ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THOUREAU, H. D. **Walden.** Porto Alegre: L&PM, 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América:** leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Tradução Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2012.

UNESCO. **Convention Concernant la Protection du patrimoine Mondial Culturel et Naturel.** Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-fr.pdf> Acessado em 15 de dezembro de 2018.

UNESCO. **For inscription on the world heritage list.** Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1272rev.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2018.

UNESCO. <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

UNESCO. **São Francisco Square in the town of São Francisco.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/sao-francisco-square-in-sao-cristovao/> Acessado em 02 de janeiro de 2019.

URBANA, Fondazione Innovazione. **Urban Center Bologna.** Disponível em: <http://www.urbancenterbologna.it/> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

VIEIRA, Ana Cristina. Patrimônio cultural, material e imaterial, no Parque Nacional da Tijuca. In: CORRÊA, Aureanice de M; COSTA, Laura M. da; BARROS, José Flávio P. (org's.). **A floresta, educação cultura e justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

WAGNER; Philip L. MIKESELL; Marvin W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade:** de Coleridge a Orwell. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2111.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and Materialism:** selected essays. UK: London. Published by Verso, 2005.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A (Org's.). **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: Hucitec.

ZACHETI; Sílvio M (org.). **A Conservação do Patrimônio Integrado:** Teoria e Prática. Olinda (PE): Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2012.